



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
MILITARY UNIVERSITY INSTITUTE

REVISTA DE CIÊNCIAS MILITARES
PORTUGUESE JOURNAL OF MILITARY SCIENCES

VOLUME XIV - NÚMERO 1
Maio 2026

(Vol. XIV, No 1, May 2026)

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR /
MILITARY UNIVERSITY INSTITUTE

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO /
IUM RESEARCH AND DEVELOPMENT CENTRE

Revista de Ciências Militares /
Portuguese Journal of Military Sciences



Autores / Authors

Duarte Lynce de Faria

Mónica Solange de Jesus Pereira Martins

José Luís Nascimento

Adriana Martins

António Gonçalves Alexandre

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

Publicação Semestral / *Biannual Publication*

ANO XIV / *YEAR XIV*

Vol. XIV, N.º 1 – MAIO DE 2026 / *Vol. XIV, No. 1 – MAY 2026*

Comandante / *Commander*

Vice-Almirante José António Vizinha Mirones

Propriedade e Edição / *Copyright and Edition*

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Telefone: (+315) 213 002 100

Correio eletrónico: revistacienciasmilitares@ium.pt

Internet: www.ium.pt

Pré-impressão e Acabamento / *Prepress and Finishing*

What Colour Is This?

Rua Roy Campbell, Lote 5, 4B 1300-504 Lisboa

Telefone: (+351) 219 267 950

Correio eletrónico: info@wcit.pt

DIREÇÃO EDITORIAL / *EDITORIAL DIRECTION*

Diretor / *Director*: Vice-Almirante José António Vizinha Mirones

Editores / *Editors*:

Editora Chefe / *Editor-in-chief*:

Coordenador Editorial / *Editorial Coordinator*:

Capa - Composição gráfica / *Cover - Layout*:

Tradução / *Translation*:

Coronel Joana Isabel Azevedo do Carmo Canhoto Brás

Coronel Joana Isabel Azevedo do Carmo Canhoto Brás

Tenente-Coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Mestre Ana Filipa Carvalho Araújo

Doutora Sofia Fernandes

CONSELHO EDITORIAL / *EDITORIAL BOARD*

Almirante (Ref.) António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro (Doutor), Marinha Portuguesa

Almirante (Ref.) António Mendes Calado, Marinha Portuguesa

General (Ref.) José Nunes da Fonseca (Mestre), Exército Português

General (Ref.) Joaquim Manuel Nunes Borrego, Força Aérea Portuguesa

Tenente-General (Ref.) Luís Francisco Botelho Miguel (Mestre)

Tenente-General Nuno Correia Barrento de Lemos Pires (Doutor), Direção-Geral de Política de Defesa Nacional

Vice-Almirante José Rafael Salvado de Figueiredo, Marinha Portuguesa

Major-General (Ref.) Manuel António Lourenço Campos de Almeida, Força Aérea Portuguesa

Major-General (Ref.) José Manuel Freire Nogueira (Doutor), Exército Português

Major-General (Ref.) Carlos Manuel Martins Branco (Mestre), Exército Português

Major-General (Ref.) José António Coelho Rebelo, Exército Português
Major-General (Res.) José Augusto Nunes Vicente Passos Morgado (Doutor), Força Aérea Portuguesa
Major-General Ana Rita Duarte Gomes Simões Baltazar (Doutora), Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
Brigadeiro-General João Paulo Nunes Vicente (Doutor), Força Aérea Portuguesa
Brigadeiro-General Luís Fernando Machado Barroso (Doutor), Exército Português
Professora Doutora Ana Isabel Xavier, Centro de Estudos Internacionais, Secretaria de Estado da Defesa Nacional
Professora Doutora Isabel Ferreira Nunes, Instituto de Defesa Nacional
Professora Doutora Laura Ferreira Pereira, ISCSP-Universidade Técnica de Lisboa
Professora Doutora Maria Helena Chaves Carreiras, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Professora Doutora Maria Isabel Vieira Nicolau, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Professora Doutora Maria Luísa Duarte, ICJP – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Professora Doutora Maria Manuela Sarmento Coelho, Academia Militar – IUM
Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL
Professor Doutor Armando Manuel de Barros Serra Marques Guedes, Faculdade de Direito – UNL
Professor Doutor Eurico José Gomes Dias, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna
Professor Doutor Francisco José Costa Pereira, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Professor Doutor Herminio Joaquim de Matos, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna
Professor Doutor James Sterling Corum, Baltic Defense College, Estónia
Professor Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, ISEG – Universidade Técnica de Lisboa
Professor Doutor Ricardo Soares de Oliveira, Oxford University
Professor Doutor José Luís Rocha Pereira do Nascimento, ISCSP - Universidade de Lisboa
Professor Seven Biscop, European Political and Administrative Studies Department, Bruxelas
Professora Marzena Żakowska, National Security Faculty, War Studies University, Polónia
Capitão-de-mar-e-guerra (Ref.) Carlos Miguel Reis Silva de Oliveira e Lemos (Doutor), Marinha Portuguesa
Capitão-de-mar-e-guerra Fernando Irineu de Souza (Doutor), Escola de Guerra Naval, Brasil
Capitão-de-mar-e-guerra (Res.) João Afonso Marques Coelho Gil (Doutor), Marinha Portuguesa
Coronel (Res.) Luís Manuel Brás Bernardino (Doutor), Força Aérea Portuguesa
Coronel (Res.) Carlos Jorge Ramos Páscoa (Doutor), Força Aérea Portuguesa
Coronel António Luís Beja Eugénio (Mestre), Instituto da Defesa Nacional
Coronel Luiz Carlos Fumiaki Miwa (Doutor), Universidade da Força Aérea, Brasil
Coronel Jaime Flammarion Santos Costa (Doutor), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil
Capitão-de-fragata Federico Aznar Fernández-Montesinos (Doutor), Centro Superior de Estudos de Defesa Nacional, Espanha
Capitão-de-mar-e-guerra Jaime Carlos do Vale Ferreira da Silva (Doutor), Marinha Portuguesa
Tenente-Coronel (Ref.) Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia (Doutor), Exército Português
Tenente-Coronel (Ref.) Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira (Mestre), Exército Português
Coronel Tirocinado Luís Carlos Falcão Escorrega (Mestre), Exército Português
Coronel Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso (Doutor), Exército Português

NOTA: Os artigos presentes na *Revista de Ciências Militares* são da responsabilidade dos seus autores, não refletindo necessariamente os pontos de vista do Instituto Universitário Militar.

NOTE: *The articles published in the Portuguese Journal of Military Sciences are the sole responsibility of the authors and do not necessarily reflect the official views of the Military University Institute.*

ÍNDICE / INDEX

Nota Editorial	7
Editor's Note	9
VALM José António Vizinha Mirones	
Artigos Científicos / Scientific Articles	
1. Sobre as Ilhas Esparsas e a Delimitação Marítima no Canal de Moçambique: Uma Perspetiva Jurídico-Estratégica	13
<i>On the Scattered Islands and Maritime Delimitation in the Mozambique Channel: A Legal and Geostrategic Perspective</i>	41
Duarte Lynce de Faria	
2. O Impacto das Recompensas não Financeiras nos Múltiplos Comprometimentos, no Contexto das Forças Armadas Portuguesas	69
<i>Influence of the Non-financial Rewards on Multiple Commitments in the Portuguese Armed Forces</i>	97
TCOR Mónica Solange de Jesus Pereira Martins José Luís Nascimento	
3. A Liderança de Xi Jinping na Modelação da Ordem Internacional através da <i>Belt and Road Initiative</i>	123
<i>Xi Jinping's Leadership and the Reconfiguration of the International Order through the Belt and Road Initiative</i>	145
MAJ Adriana Martins	
4. Os Desafios da Segurança Energética da União Europeia	165
<i>Challenges to Energy Security in the European union</i>	191
António Gonçalves Alexandre	
Normas para publicação na Revista de Ciências Militares (RCM)	215
Publication Guidelines of the Portuguese Journal of Military Sciences	217
Revisores Científicos a cujo parecer se recorreu no ano de 2025	219
Scientific Reviewers who contributed their time and expertise in 2025	

NOTA EDITORIAL

Os artigos reunidos neste número da Revista de Ciências Militares e a respetiva edição em língua inglesa, *Portuguese Journal of Military Sciences*, ilustram com particular clareza a natureza intrinsecamente multidisciplinar das Ciências Militares, evidenciando a forma como os estudos estratégicos contemporâneos passam, cada vez mais, pela integração de dimensões jurídicas, geopolíticas, organizacionais e energéticas na análise dos desafios da segurança internacional. Não obstante a diversidade temática, os trabalhos aqui publicados convergem na compreensão das dinâmicas de poder, dos mecanismos de adaptação institucional e da projeção estratégica dos Estados e das organizações, num contexto internacional marcado pela competição, pela interdependência e por uma transformação contínua e acelerada.

O primeiro artigo debruça-se sobre o estatuto jurídico e a relevância geoestratégica das Ilhas Esparsas no Canal de Moçambique, sublinhando as implicações da delimitação marítima e das disputas de soberania para a projeção de poder no espaço marítimo. Através da articulação entre direito internacional, geopolítica e jurisprudência internacional, o estudo evidencia a importância crescente da dimensão marítima para os estudos estratégicos e para a compreensão das disputas contemporâneas em torno da soberania, da integridade territorial e do acesso a recursos.

O segundo artigo aborda um tema central para a eficácia e a sustentabilidade das instituições militares: a gestão e retenção de recursos humanos. Ao analisar a influência das recompensas não financeiras no comprometimento dos militares das Forças Armadas Portuguesas, o estudo demonstra a relevância das dimensões humanas, motivacionais e organizacionais na preservação da capacidade operacional e da coesão institucional, sublinhando o papel da confiança organizacional como fator estruturante da instituição militar e alicerce da sua legitimidade interna.

A terceira investigação centra-se na liderança estratégica de Xi Jinping no âmbito da Belt and Road Initiative, analisando o modo como a China procura influenciar e moldar a ordem internacional contemporânea. O estudo evidencia a importância crescente da liderança estratégica, da capacidade de influência política e da competição geopolítica como elementos fundamentais da análise estratégica atual, em particular num contexto de reconfiguração das relações de poder à escala global e de emergência de novas centralidades.

Por fim, o quarto artigo examina os desafios da segurança energética da União Europeia perante a necessidade de reduzir a dependência em relação à Federação Russa. Ao destacar o papel do Golfo da Guiné e da Bacia do Mediterrâneo no esforço de diversificação das fontes de abastecimento, o estudo demonstra como a segurança energética se afirma hoje como dimensão incontornável da segurança internacional e da autonomia estratégica europeia, ligando de forma direta infraestruturas, mercados e opções de política externa.

Expresso o meu reconhecimento aos autores, revisores e demais colaboradores, cujo rigor científico, disponibilidade e sentido de serviço contribuíram decisivamente para a concretização deste número da Revista de Ciências Militares e para a qualidade académica dos estudos aqui apresentados.

É também meu desejo que os trabalhos agora publicados estimulem a reflexão crítica e aprofundem o debate científico no domínio das Ciências Militares, proporcionando aos leitores uma leitura simultaneamente útil, estimulante e intelectualmente enriquecedora.

O Comandante do IUM

José António Vizinha Mirones
Vice-Almirante

EDITOR'S NOTE

The articles featured in this issue of the *Revista de Ciências Militares* and its English-language edition, the *Portuguese Journal of Military Sciences*, reflect with particular clarity the inherently multidisciplinary nature of Military Sciences, highlighting how contemporary strategic studies increasingly rely on the integration of legal, geopolitical, organizational and energy-related dimensions in the analysis of international security challenges. Notwithstanding their thematic diversity, the works published herein converge in their examination of power dynamics, mechanisms of institutional adaptation, and the strategic projection of states and organizations within an international context characterized by competition, interdependence, and accelerated transformation.

The first article addresses the legal status and geostrategic relevance of the Scattered Islands in the Mozambique Channel, emphasizing the implications of maritime delimitation and sovereignty disputes for power projection. Through an interdisciplinary articulation of international law, geopolitics, and international jurisprudence, the study underscores the growing significance of the maritime dimension within strategic studies and contributes to a deeper understanding of contemporary disputes concerning sovereignty, territorial integrity, and access to strategic resources.

The second article examines a matter central to the effectiveness and long-term sustainability of military institutions: the management and retention of human resources. By analyzing the influence of non-financial rewards on organizational commitment among members of the Portuguese Armed Forces, the study demonstrates the relevance of human, motivational, and organizational dimensions in safeguarding operational capability and institutional cohesion, while emphasizing the role of organizational trust as a structuring element of the military institution and a foundation of its internal legitimacy.

The third study focuses on Xi Jinping's strategic leadership within the framework of the Belt and Road Initiative, analyzing how China seeks to influence and shape the contemporary international order. The article highlights the increasing relevance of strategic leadership, political influence, and geopolitical competition as essential dimensions of contemporary strategic analysis, particularly in a context marked by the reconfiguration of global power relations and the emergence of new centres of influence.

Finally, the fourth article examines the challenges facing the European Union's energy security in light of the need to reduce dependence on the Russian Federation. By emphasizing the strategic relevance of the Gulf of Guinea and the Mediterranean Basin in efforts to diversify energy supply sources, the study demonstrates how energy security has become an indispensable dimension of international security and European strategic autonomy, directly linking infrastructure, markets, and foreign policy decision-making.

I wish to express my sincere appreciation to the authors, reviewers, and all those who contributed to the preparation of this issue of the *Revista de Ciências Militares*, whose scientific rigor and commitment contributed decisively to ensuring both the publication of this volume and the academic quality of the studies presented herein.

It is furthermore my hope that the works now published will encourage critical reflection and deepen scientific debate within the field of Military Sciences, offering readers articles that are simultaneously informative, intellectually stimulating, and academically enriching.

Vice-Admiral José António Vizinha Mirones

The Commander of the IUM

ARTIGOS CIENTÍFICOS
SCIENTIFIC ARTICLES

SOBRE AS ILHAS ESPARSAS E A DELIMITAÇÃO MARÍTIMA NO CANAL DE MOÇAMBIQUE: UMA PERSPETIVA JURÍDICO-ESTRATÉGICA

ON THE SCATTERED ISLANDS AND MARITIME DELIMITATION IN THE MOZAMBIQUE CHANNEL: A LEGAL AND GEOSTRATEGIC PERSPECTIVE

Duarte Lynce de Faria

Doutor em Direito Internacional
CINAV (Marinha)/CIDIUM
lynce.faria@marinha.pt

Resumo

Este artigo analisa o estatuto jurídico e a relevância geoestratégica das Ilhas Esparsas no Canal de Moçambique, com foco nos efeitos na delimitação marítima e nas disputas de soberania entre França, Madagáscar, Maurícia e Comores. Adota-se uma abordagem qualitativa, combinando análise geopolítica e exame jurídico-comparativo de fontes normativas e jurisprudência internacional, com ênfase no artigo 121.º da CNUDM e em casos análogos (Selvagens e Chagos). O estudo enquadra o tema e a literatura, avalia a natureza jurídica das formações (ilha/rochedo) e aplica os critérios a cenários regionais. Conclui-se que, pela ausência de habitação humana permanente e de vida económica própria, as Esparsas tendem a qualificar-se como rochedos (artigo 121.º, n.º 3), não gerando zona económica exclusiva (ZEE) nem plataforma continental, o que limita a projeção de jurisdições marítimas. O precedente de Chagos reforça a leitura da controvérsia à luz da integridade territorial e da descolonização.

Palavras-chave: Canal de Moçambique; Chagos; Descolonização; Ilhas Esparsas; Ilhas Selvagens; Plataforma continental; ZEE.

Abstract

This article analyses the legal status and geostrategic relevance of the Scattered Islands in the Mozambique Channel, focusing on the effects on maritime delimitation and sovereignty disputes involving France, Madagascar, Mauritius, and the Comoros. A qualitative and interdisciplinary methodology is adopted, combining geopolitical analysis with a doctrinal and jurisprudential assessment of relevant international legal sources, notably Article 121 of the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS). It adopts a qualitative approach combining geopolitical analysis with a comparative legal assessment of normative sources and

Como citar este artigo: Faria, D. L., (2026). Sobre as Ilhas Esparsas e a Delimitação Marítima no Canal de Moçambique: Uma Perspetiva Jurídico-Estratégica. *Revista de Ciências Militares*, maio, XIV(1), 13-39. <https://www.ium.pt/publist/>

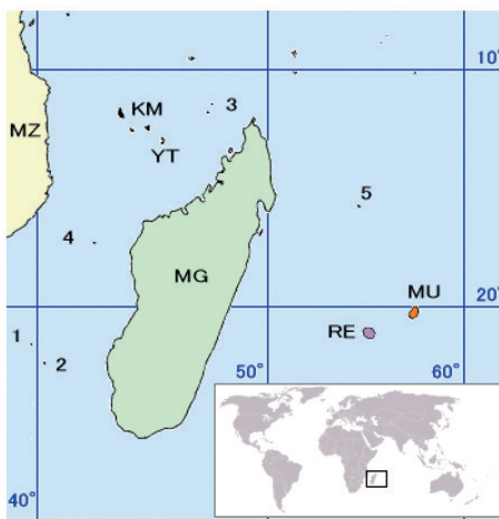
international case law, focusing on Article 121 of the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) and analogous cases (*Selvagens* and *Chagos*). The study frames the subject and the relevant literature, assesses the legal nature of the formations (islands/rocks), and applies the applicable criteria to regional scenarios. It concludes that, in the absence of permanent human habitation and of an autonomous economic life, the Scattered Islands tend to qualify as “rocks” within the meaning of Article 121(3). Consequently, they are not entitled to generate an Exclusive Economic Zone (EEZ) or a continental shelf, which limits the projection of maritime jurisdiction. The *Chagos* precedent further supports an interpretation of the dispute through the lens of territorial integrity and decolonization.

Keywords: Mozambique Channel; Chagos; Decolonization; Îles Éparses; Scattered Islands; Ilhas Selvagens; Continental shelf; EEZ.

1. Introdução

1.1. Enquadramento do estudo

As Ilhas Esparsas assumem importância crescente na geopolítica, especialmente as duas localizadas no Canal de Moçambique. Constituem um conjunto de cinco ilhas desabitadas no Oceano Índico, sob soberania francesa.



Legenda: * 1 : Bassas da Índia * 2 : Ilha Europa * 3 : Ilhas Gloriosas * 4 : João da Nova * 5 : Tromelin (KM: Comoros, MG: Madagáscar, UM: Maurícia, MZ: Moçambique, RE: Reunião, YT: Maiote).

Figura 1 – Mapa das Ilhas Esparsas.

Fonte: Wikipédia

O presente estudo pretende abordar a importância das Ilhas Esparsas no triângulo de poder marítimo francês no Oceano Índico, evidenciando as implicações estratégicas para a segurança regional e o controlo de rotas comerciais.

Como se desenvolverá, esta investigação baseia-se numa análise estratégica e no consequente desenvolvimento e argumentação da natureza jurídica de territórios e de espaços marítimos, com recurso a documentos e à jurisprudência internacionais, procedendo-se a uma análise comparativa de fontes normativas e de documentos estratégicos.

Para adequar o estudo à realidade atual, são explorados os impactos ecológicos e económicos da presença francesa, bem como os desafios da conservação ambiental, que constituem um marco do interesse gaulês, continuado e reforçado.

A presente análise abrange o período de 1978 a 2024, com atualização pontual em 2025, e centra-se, na sua essência, na relação França – Madagáscar e nas suas consequências regionais, com apelo aos ditames do modelo de descolonização prosseguido.

A independência dos povos africanos a partir dos anos 60 veio, em alguns casos, fragmentar as antigas unidades coloniais contra a vontade dos novos Estados, provocando, conseqüentemente, conflitos de jurisdição plenos de atualidade, quer do ponto de vista de soberania, quer, provavelmente, da natureza jurídica de territórios insulares que aqui se levantam.

Neste cenário e numa primeira abordagem, coloca-se a questão das disputas territoriais de diversos países africanos vizinhos de Moçambique, que reivindicam a soberania sobre as Ilhas Esparsas.

Numa ótica complementar e lançando mão da leitura crítica da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (CNUDM), com destaque para o artigo 121.º, pretende-se aprofundar e sustentar juridicamente os limites à demarcação de zonas económicas exclusivas (ZEE) e de plataformas continentais no que respeita a “ilhas” e “rochedos” (CNUDM, artigos 56.º e 76.º).

Importa precisar que o direito internacional vigente nesta matéria se rege pela CNUDM, designadamente no que respeita à demarcação e delimitação dos espaços marítimos. Pretende-se, desta forma, aprofundar as matrizes daquela convenção e aplicá-las ao caso vertente das Ilhas Esparsas.

Com este propósito, compara-se o caso vertente com os estatutos jurídicos das Ilhas Selvagens e do arquipélago de Chagos, o que exigirá uma abordagem jurídica e diplomática que equilibre soberania, sustentabilidade e cooperação regional.

Compreende-se, desde logo, que a demarcação dos espaços marítimos para além das 12 milhas entre Moçambique, Madagáscar e as próprias Ilhas que se localizam no Canal, implica que se estabeleçam os termos da aplicação dos critérios de equidade entre esses aqueles territórios, tendo em conta que se localizam frente a frente e cuja distância entre as suas linhas de base é inferior às 400 milhas (CNUDM, artigos 74.º e 83.º).

Como conclusão da investigação, pretende-se reiterar a dúvida quanto à soberania francesa sobre as ilhas e reforçar a legitimidade dos países africanos reivindicantes.

Simultaneamente, pretende-se juridicamente suportar e defender a posição segundo a qual, dadas as circunstâncias de facto e de direito, aquelas Ilhas não têm direito à demarcação de ZEE nem de plataforma continental.

Concretizando agora o “objetivo geral” (OG) da investigação da seguinte forma:

“Delimitar o estatuto jurídico e a relevância geoestratégica das Ilhas Esparsas e aferir os seus efeitos na delimitação de espaços marítimos e nas disputas de soberania entre França, Madagáscar, Maurícia e Comores”.

Assim, estabelece-se a seguinte questão central (ou pergunta de partida):

“As Ilhas Esparsas satisfazem os requisitos do artigo 121.º da CNUDM para gerar ZEE e plataforma continental e que implicações decorrem para as reivindicações soberanas e para a delimitação marítima no Canal de Moçambique?”

A partir do OG deduziram-se como **objetivos específicos os seguintes**:

- (i) Identificar e caracterizar o regime jurídico das Ilhas Esparsas;
- (ii) Avaliar o seu impacto nas reivindicações e na delimitação dos espaços marítimos contíguos.

A estes objetivos específicos correspondem respetivamente **as seguintes questões derivadas**:

- i. Quais os impactos geoestratégicos (rotas, controlo da navegação, vigilância, conservação) de não geração de ZEE/PC pelas Ilhas Esparsas?
- ii. Que contributos resultam do International Court of Justice (2019) sobre o Arquipélago de Chagos para a leitura da integridade territorial e da descolonização no caso das Ilhas Esparsas?
- iii. Que efeitos tem essa qualificação na projeção de jurisdições (ZEE/Plataforma Continental) e na equidade da delimitação com Madagáscar e Moçambique?
- iv. Qual é a qualificação jurídica de cada formação (ilha/rochedo) das Ilhas Esparsas à luz do disposto no n.º 3 do artigo 121.º da CNUDM?

1.2. Breve resenha histórica

As Ilhas Esparsas constituem um conjunto de pequenas ilhas coralinas, um atol e um recife localizados no Oceano Índico, administrados pela França. Apesar de não possuírem população permanente, têm sido objeto de reivindicações por parte de Madagáscar, Maurícia e Comores. A sua localização estratégica e os potenciais recursos naturais tornam o conflito pela soberania uma questão sensível e multifacetada, sem prejuízo das questões de demarcação dos espaços marítimos com os Estados fronteiriços.

Em 2019, a UNESCO inscreveu as “Terres et mers australes françaises” (TAAF) como Património da Humanidade – sem incluir as Ilhas Esparsas. As TAAF incluem o arquipélago Crozet, as ilhas Kerguelen, Saint-Paul e Amsterdam e 60 pequenas ilhotas situadas na zona subantártica.

Foram classificadas em 2006 como reservas naturais nacionais francesas e ampliadas em 2016. As atividades humanas são estritamente proibidas em cerca de um terço do património e, no restante do perímetro, reguladas, com obrigatoriedade de estudo de impacto e de

autorização do gestor. Quanto às Ilhas Esparsas, não há registo oficial de candidatura à UNESCO (UNESCO WHC, “French Austral Lands and Seas”, List 1603 (2019), 45 COM 8B.64 (2023), mapa doc. 203827 e TAAF (2023). Rapport annuel sur les îles Éparses).

Do ponto de vista jurídico internacional e aprofundando o enquadramento, a natureza jurídica das formações insulares tem igualmente grande importância, podendo legitimar ou não a demarcação de ZEE e de plataforma continental. Esta abordagem poderá ter grande impacto numa nova delimitação dos espaços marítimos com os territórios vizinhos, particularmente no caso vertente, com a República Popular de Moçambique e Madagáscar.

A presença europeia nas Ilhas Esparsas remonta ao período das grandes navegações, com registos de passagem de navegadores portugueses e franceses desde o século XVI. No entanto, foi a França que consolidou a ocupação formal das ilhas entre os séculos XVIII e XIX. A soberania sobre essas ilhas é contestada por Madagáscar, Maurícia e Comores, com efeito em cada uma delas (Jaffrelot, 2023).

Após a independência de Madagáscar em 1960, a questão da soberania sobre as Ilhas Esparsas tornou-se um ponto sensível nas relações franco-malgaxes. Do lado francês, embora o tema seja pouco conhecido entre o público, há forte resistência a qualquer cedência territorial (France 24, 2025, Madagascar Voyage, 2022). Um exemplo é o acordo de cogestão da ilha Tromelin com a Maurícia, assinado em 2010, mas ainda bloqueado na Assembleia Nacional.

A Maurícia (independente do Reino Unido desde 1968), Madagáscar (independente da França desde 1960) e as Comores (independentes da França desde 1975) reivindicam estas ilhas. As Maurícias reclamam Tromelin, alegando que a ilha, descoberta pela França em 1722, não foi cedida pelo Tratado de Paris de 1814. Madagáscar reivindica as Ilhas Gloriosas (incluindo o Banco do Geysler), Juan de Nova, Europa e Bassas da Índia desde 1972. Contudo, estas ilhas nunca integraram o Protetorado Malgaxe, tendo pertencido à colónia de Mayotte e, depois, às Comores francesas, administradas separadamente desde 1946. As Comores também reivindicam as Ilhas Gloriosas, associando-as à disputa sobre Mayotte.

Neste cenário, a ONU interveio em 1979 e 1980 com duas resoluções não vinculativas, convidando a França a negociar com Madagáscar a reintegração das ilhas (United Nations General Assembly, 1979; United Nations General Assembly, 1980, Moov, 2023). Em 2019, foi criada uma comissão mista entre a França e Madagáscar com o objetivo de negociar uma solução diplomática para o impasse (RFI, 2025).

Em janeiro de 2020, a Maurícia reafirmou a sua soberania sobre Tromelin e a respetiva ZEE, rejeitando qualquer pretensão francesa. Paris respondeu que tais declarações não tinham valor jurídico, reiterando a sua soberania plena sobre Tromelin.

A disputa territorial não é mais do que o culminar da defesa de interesses geoestratégicos e económicos. Algumas das ilhas situam-se no Canal de Moçambique, rota marítima estratégica em que a segurança é crucial. Também por isso, o interesse acrescido para Moçambique e para Madagáscar, como forma de reforçarem os meios de combate aos tráficos ilícitos de estupefacientes, de pirataria ou de terrorismo, essencialmente por via marítima. Este percurso

histórico continua a condicionar o debate sobre a soberania e também a fazer emergir a questão da natureza jurídica das formações insulares.

A ZEE (e a plataforma continental) das Ilhas Esparsas, considerada pela França, é vasta (640.400 km²) e inclui recursos pesqueiros e potenciais reservas de hidrocarbonetos. Embora não haja descobertas confirmadas, a proximidade de grandes campos de gás em Cabo Delgado (Moçambique) alimenta expectativas, sobretudo em Juan de Nova.

Neste âmbito, a concessão da licença “Juan de Nova Maritime Deep” à Sapetro/Marex em 2013, prorrogada até 2018, ilustra o crescente interesse económico pela exploração offshore.

Contudo, em 2017 (Légifrance, 2017), a França aprovou uma lei que proibiu novas licenças de exploração de petróleo e gás. Em fevereiro de 2020, o governo francês anunciou que não renovaria a licença, reforçando a política de transição climática.

Do ponto de vista ambiental, as ilhas permanecem praticamente intocadas, abrigando ecossistemas frágeis e biodiversidade significativa. A exploração dos recursos haliêuticos é regulada pela lei francesa de 21 de julho de 2007, aplicável às Terras Austrais e Antárticas Francesas (TAAF), que permite apenas a pesca realizada por navios autorizados.

Como curiosidade histórica, a ilha de Juan de Nova (Île Juan de Nova) foi descoberta pelo marinheiro e explorador João da Nova (também conhecido como Xoán de Novoa, João Galego, entre outros nomes e grafias), um nobre galego que viveu em Portugal e serviu a coroa portuguesa.

Em 1505, João da Nova fez uma das suas viagens à Índia, ao comando de um dos 22 navios da armada do vice-rei D. Francisco de Almeida. No regresso, comandou o famoso galeão “Frol de la Mar” (ou “Flor de la Mar”), o maior e mais poderoso navio do seu tempo, nau capitânia da armada portuguesa. Na passagem pelo Cabo da Boa Esperança, sofreu um rombo e regressou a Moçambique para ser reparado. João da Nova arribou então a esta ilha no Canal de Moçambique. A ilha de Juan de Nova é uma possessão francesa desde 1897 (Blog Náutico, 2017).

A relevância geoestratégica das Ilhas Esparsas no Canal de Moçambique tem sido objeto de crescente atenção, sobretudo no contexto das disputas de soberania entre França e Madagáscar.



Figura 2 – Vista aérea da Ilha Juan de Nova.

Fonte: Blog Náutico

1.3. Metodologia e método

Face ao objetivo da investigação, prosseguiu-se uma abordagem que, na perspetiva ontológica, parte da realidade existente das Ilhas Esparsas, com uma diversidade de regimes jurídicos de soberania e de delimitação dos espaços marítimos. Não se justifica, por isso, a formulação de hipóteses, mas tão somente a procura de argumentos que sustentem a natureza jurídica das Ilhas e da soberania que sobre elas se exerce, procurando compreender e tirar partido de fatores estruturais, políticos, sociais, económicos e militares.

O estudo adota, assim, uma estratégia de natureza qualitativa numa problemática que integra elementos legais, estratégicos e institucionais.

Adotam-se, assim, dois procedimentos metodológicos distintos: por um lado, procede-se à análise geopolítica das formações insulares por meio de fontes documentais de diversas origens, avaliando-se a sua relevância estratégica e os interesses dos Estados envolvidos; por outro, desenvolve-se a análise jurídico-comparativa, com base na CNUDM, na jurisprudência internacional e em casos análogos (Ilhas Selvagens e Arquipélago de Chagos).

Pretende-se, assim, abordar, de forma integrada, a dimensão geoestratégica e o aspeto jurídico da delimitação da ZEE e da Plataforma Continental, especialmente no que respeita à qualificação de “ilhas” e “rochedos”.

Apesar da distinção entre os procedimentos metodológicos referidos, ambos se baseiam numa abordagem qualitativa, sustentada na análise de textos legais, da jurisprudência internacional e das posições oficiais dos Estados.

No plano estratégico, a metodologia centra-se na análise geopolítica dos territórios em causa, procurando compreender a relevância estratégica atribuída pelos Estados e a forma como fundamentam e defendem as suas pretensões no plano internacional.

Por outro lado, a análise geopolítica também deve considerar determinados fatores na avaliação das formações insulares.

Destes, são extremamente relevantes para o tema em causa, os fatores estruturais (geográficos), designadamente a posição e o controlo de linhas de navegação, a distância a costas vizinhas, os recursos naturais (pesqueiros/energéticos) e os elementos ambientais. A posição geográfica das duas ilhas no Canal de Moçambique é relevante para a demarcação dos espaços marítimos no Canal, bem como para os seus recursos naturais e ambientais.

Quanto aos fatores estruturais (não geográficos), relevam-se o estatuto jurídico e a efetividade administrativa, a densidade e de infraestruturas, o histórico de ocupação e de atos de soberania, e o enquadramento institucional (TAAF/DOALOS), que serão analisados no desenvolvimento da investigação.

Os fatores conjunturais (sociais e económicos) apresentam pouca expressão, com exceção de alguns projetos de conservação ambiental, dada a quase ausência de população.

Os fatores conjunturais (políticos e militares) assumem relevância na perspetiva das controvérsias entre França e Madagáscar sobre a soberania das Ilhas, bem como as relativas ao controlo de navegação no canal, com as respetivas ameaças à navegação (pirataria, tráfico, terrorismo), as agendas diplomáticas (UA/ONU) e o impacto dos eventos climáticos extremos.

No plano jurídico, recorre-se à metodologia dogmática e hermenêutica, com foco na interpretação das normas internacionais aplicáveis, na análise da jurisprudência relevante e na comparação entre casos concretos.

Neste contexto, são examinados dois casos paradigmáticos — as Ilhas Selvagens e o Arquipélago de Chagos — que apresentam semelhanças com a situação em estudo, tanto no que diz respeito às questões de soberania quanto à delimitação e aos limites dos espaços marítimos.

1.4. Estrutura do estudo

A estrutura do estudo está, desta forma, dividida nos seguintes capítulos que irão desenvolver sequencialmente os passos já explicitados conforme se descreve: O presente capítulo visa definir a pergunta de base que orienta a investigação, explicitando o objeto do estudo, resgatar uma breve resenha histórica, explicitar a metodologia e estabelecer a sua estrutura; Num segundo capítulo, procede-se à revisão da literatura; O terceiro capítulo aborda a visão geopolítica e o potencial económico das Ilhas Esparsas; O capítulo quarto é dedicado à análise dos problemas da jurisdição dos Estados sobre as Ilhas Esparsas, recorrendo igualmente aos elementos de direito comparado que resultam do regime jurídico proposto para as Ilhas Selvagens e para o Arquipélago de Chagos; O quinto capítulo corresponde a uma pré-síntese das implicações da natureza jurídica das Ilhas Esparsas; e, finalmente, no sexto capítulo, tecem-se as conclusões e as considerações finais.

2. Revisão da literatura

O “estado da arte” deste tema apresenta uma matriz essencial segundo a qual as Ilhas Esparsas, no âmbito jurídico, geopolítico e ambiental, têm sido objeto de diversos estudos que convergem em três grandes eixos: projeção de poder marítimo, enquadramento jurídico internacional e estratégias de conservação.

2.1. No plano geoestratégico, de segurança marítima e de conservação ambiental

Com base em documentos de 2015 a 2022, Lopes (2015) destaca o papel das Ilhas Esparsas como elementos centrais da presença francesa no Canal de Moçambique, associando a sua administração à manutenção de uma infraestrutura militar e científica que reforça a influência da França no sudoeste do Índico. Em síntese, este autor sublinha que essas ilhas representam verdadeiros “tesouros” geoestratégicos e ecológicos no Canal de Moçambique, cuja relevância transcende os limites da soberania nacional (Lopes, 2015).

Randrianarisoa (2022) complementa esta visão ao evidenciar os entraves diplomáticos à resolução da disputa com Madagáscar, sublinhando o peso das alianças regionais e da narrativa pós-colonial.

Entretanto, Jaffrelot, C. (2023) procede a uma análise política e estratégica da presença francesa nas ilhas do Índico Ocidental, incluindo as Ilhas Esparsas. Realça a importância militar e a ZEE associadas a essas ilhas, bem como o papel de França na projeção de poder marítimo. Embora não se enquadre na classificação jurídica das formações insulares, sustenta o interesse estratégico e económico dessas zonas marítimas.

Fernández, C. & Philippe, L. (2015) debatem a importância das Ilhas Esparsas, analisando os aspetos geoestratégicos, bem como a identificação e a relevância dos seus recursos naturais.

Numa ótica atinente à segurança marítima, Silva, P. M. (2024) aborda a importância das ilhas e ilhéus na delimitação das áreas de jurisdição marítima. Refere explicitamente o Canal de Moçambique e o impacto da presença francesa nas Ilhas Esparsas. Embora não aborde a natureza jurídica das ilhas e rochedos, coloca em cima da mesa a delimitação de ZEE e o controlo de rotas estratégicas (Châtaigner, 2015, 72–74; Villatoux, 2021).

Na verdade, as Ilhas Esparsas ocupam uma posição estratégica numa rota marítima vital no Canal de Moçambique. A segurança da região é essencial, especialmente diante de ameaças como a pirataria e o terrorismo.

Por fim, diversos estudos, como os do Centre National D'études Spatiales (CNES) (s.d.), abordam a instrumentalização da conservação ambiental como estratégia de afirmação de soberania. A criação de reservas naturais, a limitação da exploração económica e a presença científica são interpretadas como formas de ocupação legítima, com impacto direto na qualificação jurídica das ilhas e na sua capacidade de gerar ZEE (Dias, 2018; Lopes, 2015; Muianga, 2019; Mutombene, R. J., et al., 2021).

2.2. No âmbito do Direito Internacional – aspetos gerais

Sem prejuízo de documentos mais antigos que abordaram a questão da jurisdição sobre formações insulares, designadamente, a natureza jurídica das Ilhas Selvagens (inter alia, Lynce de Faria, 2002), no período de 2009 a 2022, Dias (2018) e Muianga (2019) analisaram os limites da ocupação insular à luz da CNUDM, com especial atenção ao artigo 121.º. Estes autores discutem a legitimidade das ilhas gerarem certos espaços marítimos, considerando critérios como a habitabilidade, a atividade económica e a ocupação funcional.

A jurisprudência internacional, nomeadamente o parecer do Tribunal Internacional de Justiça sobre as Ilhas Chagos, é frequentemente invocada como precedente relevante, reforçando o princípio da integridade territorial no processo de descolonização.

Por sua vez, Tanaka, Y. (2024) constitui-se como uma referência muito recente sobre o estatuto diferenciador entre a natureza jurídica de “ilhas” e “rochedos”, no qual o autor explicita os efeitos sobre a ZEE e a plataforma continental. Este autor cita casos recentes, como o Permanent Court of Arbitration (PCA), 2016 e International Court of Justice (2019) para ilustrar a delimitação marítima associada a pequenas formações insulares. O enquadramento jurídico referido poderá ser aplicado às Ilhas Esparsas, dada a similitude de classificação.

Mbaye, F. (2023) apresenta uma análise recente sobre soberania marítima e direito internacional em África, incluindo o caso das Ilhas Esparsas e a forma como a classificação das formações insulares pode afetar a plataforma continental dos Estados costeiros africanos.

Importa ainda mencionar a recente referência institucional/base técnica das Nações Unidas sobre Delimitação de Fronteiras e Disputas de Soberania – DOALOS (s.d.), que constitui um documento técnico da ONU no qual são apresentados casos recentes de delimitação marítima, incluindo referências aos arquipélagos do Índico ocidental. Menciona

expressamente Chagos, Tromelin e as disputas franco-africanas. Inclui seções específicas sobre a ZEE, a plataforma continental e a aplicação do artigo 121.º da CNUDM.

Embora aquele documento não trate nominalmente das Ilhas Esparsas, cita “disputed insular maritime zones between France and African coastal States”, o que acaba por abranger o caso dessas ilhas.

2.3. No âmbito do Direito Internacional – as Ilhas Esparsas

Quanto aos aspetos jurídicos que interessam ao presente artigo, ressaltam-se os seguintes autores e os seus trabalhos específicos: Andriamiharisoa, F. S. P. (2022); Châtaigner, J.-M. (2015); Lynce de Faria, D. (2002); Oxford Public International Law. (2009), Rafaly, V. (2020), Quartin Graça, P. (2015), & Villatoux, P. (2021).

Andriamiharisoa, F. S. P. (2022) analisa as Ilhas Esparsas no âmbito das relações internacionais, destacando sua importância geoestratégica e focando nas disputas de soberania envolvendo esses territórios.

Já Châtaigner, J. M. (2015) aborda as questões de soberania e a figura algo discutível da cogestão das Ilhas Esparsas, colocando em cima da mesa os desafios e as implicações dessas disputas para a França e para os países que reivindicam a sua soberania.

Lynce de Faria, D. (2002) explora a jurisdição e a delimitação dos espaços marítimos, com um enfoque particular nas Ilhas Selvagens, oferecendo uma comparação útil para compreender a natureza jurídica das Ilhas Esparsas.

Por outro lado, o Oxford Public International Law (2009) apresenta um trabalho que perspetiva uma visão sobre as Ilhas Esparsas, incluindo seu estatuto jurídico (mas com uma brevíssima abordagem da sua natureza como território insular) e as implicações das disputas de soberania em sede internacional.

Rafaly, V. (2020), por sua vez, oferece um panorama jurídico detalhado sobre o estatuto das Ilhas Esparsas, analisando os limites legais à extensão dos direitos marítimos decorrentes dessas formações e considerando já a problemática da delimitação dos espaços marítimos para além do mar territorial.

Quartin Graça, P. (2015) destaca a importância histórica e jurídica das Ilhas Selvagens, fornecendo uma base de comparação para a natureza jurídica das Ilhas Esparsas.

Finalmente, Villatoux, P. (2021) aborda a matéria das Ilhas Esparsas no que respeita às relações internacionais, destacando a importância estratégica desses territórios para a França, bem como os desafios diplomáticos na resolução das disputas de soberania que se apresentam.

Em síntese, os textos referidos tratam sobretudo da matéria da soberania sobre as Ilhas Esparsas, e não tanto de sua natureza jurídica nos termos do disposto na CNUDM (Lynce de Faria, D., 2002; Quartin Graça, 2015).

Na verdade, a CNUDM, especialmente o artigo 121.º, estabelece critérios fundamentais para distinguir entre ilhas e rochedos, com implicações diretas para a delimitação de ZEE e das plataformas continentais.

Em particular, o n.º 3 do artigo 121.º estabelece um teste cumulativo (capacidade de sustentar habitação humana e/ou vida económica própria) que determina se a formação pode gerar zona económica exclusiva e plataforma continental. Quando esse teste não é satisfeito, a projeção de jurisdição para além do mar territorial fica juridicamente limitada, devendo a delimitação com as costas principais privilegiar a equidade e a proporcionalidade.

Em síntese, a literatura converge quanto à centralidade estratégica e à controvérsia jurídica das Ilhas Esparsas, elencando-se os aspetos mais importantes dos diversos autores sobre o tema das Ilhas Esparsas desde 2009 no Apêndice B.

Essa convergência pode ser organizada em três eixos: (i) a função geoestratégica das Esparsas no Canal de Moçambique e no dispositivo francês no Índico; (ii) a controvérsia de soberania em contexto pós-colonial e de integridade territorial; e (iii) a conservação ambiental como instrumento de presença e de legitimação administrativa. Esta estrutura permite transitar de uma descrição do “estado da arte” a uma leitura analítica dos impactos jurídico-marítimos (ZEE/PC) e dos incentivos geopolíticos subjacentes.

3. A visão geopolítica e o potencial económico das Ilhas Esparsas

3.1. As reivindicações territoriais pendentes

A administração francesa das Ilhas Esparsas tem sido alvo de críticas e de consequentes reivindicações por três Estados africanos: Madagáscar, Maurícia e Comores.

Madagáscar reclama as ilhas Gloriosas, Juan de Nova, Europa e Bassas da Índia desde 1972, com base na sua integração histórica no território malgaxe e no princípio da integridade territorial consagrado nas resoluções da Assembleia Geral da ONU de 1979 e 1980 (United Nations General Assembly, 1979; United Nations General Assembly, 1980; Andriamiharisoa, 2022, The Nature Conservancy Brasil (TNC), 2023).

A Maurícia contesta a soberania francesa sobre Tromelin, alegando que a ilha não foi formalmente cedida pelo Tratado de Paris de 1814 (Oxford Public International Law, 2009, Fernández & Philippe, 2015). As Comores, por sua vez, associam as Ilhas Gloriosas à disputa sobre Mayotte, considerando que ambas deveriam ter sido integradas ao território nacional após a independência de 1975 (Châtaigner, 2015).

Apesar da criação, em 2019, de uma comissão mista entre França e Madagáscar, os avanços diplomáticos têm sido limitados. A França mantém uma posição firme quanto à sua soberania, propondo modelos de cogestão científica e ambiental, mas evitando discutir a devolução territorial. A reafirmação da soberania maurícia sobre Tromelin em 2020 e a resposta francesa, que nega valor jurídico à declaração, ilustram o impasse persistente (Jaffrelot, 2023, 45–62).

As Ilhas Esparsas ocupam uma posição estratégica no Canal de Moçambique, rota marítima vital entre o Médio Oriente, a Ásia e a África Austral. A sua localização permite o controlo de fluxos comerciais e a monitorização de atividades ilícitas, como a pirataria, o tráfico de estupefacientes e o terrorismo. A (pretensa) ausência de meios eficazes de dissuasão por parte dos Estados reclamantes reforça a importância da presença francesa para a segurança regional (Villatoux, 2021, Châtaigner, 2015, Lopes, 2015).

A dimensão geoestratégica das ilhas é amplamente reconhecida. A ZEE (e a plataforma continental) associada ultrapassa os 640.000 km², abrangendo áreas com potencial pesqueiro e energético. Embora não haja descobertas confirmadas, a proximidade de campos de gás em Cabo Delgado alimenta expectativas, especialmente em torno de Juan de Nova. A concessão da licença “Juan de Nova Maritime Deep” à Sapetro/Marex em 2013 e a sua não renovação em 2020 refletem a tensão entre interesses económicos e políticas de transição ecológica (Légifrance, 2013; Légifrance, 2015; Légifrance, 2017; Petroleum Africa, 2013).

É evidente que as matérias de segurança, em geral (e, particularmente, da marítima) e do aproveitamento dos recursos energéticos estão explicitamente relacionadas no Canal de Moçambique, quer numa ótica de controlo das rotas estratégicas, quer no que respeita às condições de segurança para a exploração dos recursos. Sem segurança não há, seguramente, aproveitamento dos recursos (Silva, 2024).

Do ponto de vista ambiental, as ilhas permanecem praticamente intocadas, abrigando ecossistemas frágeis e biodiversidade significativa. A vegetação varia de herbáceas a mangais e coqueiros, enquanto a fauna inclui tartarugas marinhas, aves migratórias e recifes de coral. A França tem promovido a criação de reservas naturais e investido em investigação científica, utilizando a conservação ambiental como argumento adicional para a manutenção da soberania.

Pode, assim, afirmar-se que as disputas em presença refletem a bipolaridade entre a soberania propriamente dita e o exercício de uma presença que garanta o domínio e aproveitamento geoestratégico das Ilhas. Uma espécie de “soberania partilhada” que parece muito difícil de almejar. Este percurso histórico continua, naturalmente, a condicionar o debate jurídico atual.

Sintetizam-se as principais posições de Estados e Organizações Internacionais quanto ao estatuto das Ilhas Esparsas em Apêndice A.

3.2. Sobre o triângulo do poder marítimo no Indo-Pacífico

A presença francesa no Oceano Índico apoia-se numa configuração geoestratégica composta pelas Ilhas Esparsas, Mayotte e Reunião. Este triângulo de poder marítimo permite à França controlar vastas áreas oceânicas, projetar influência regional e garantir acesso privilegiado a rotas comerciais e recursos naturais. Com uma área marítima superior a 640.000 km², esta arquitetura territorial posiciona a França entre os principais atores extrarregionais no Indo-Pacífico (Wikiwand, 2022, CNES, s.d.).

As Ilhas Esparsas, embora desabitadas e de reduzida dimensão terrestre (43 km² no total), são peças-chave neste triângulo. Compostas por Bassas da Índia, Europa, Gloriosas (incluindo o Banco do Geysir), João da Nova e Tromelin, estão dispersas ao longo do Canal de Moçambique e são administradas pelas Terras Austrais e Antárticas Francesas (TAAF). A sua localização estratégica entre Madagáscar e a costa oriental africana permite à França monitorizar fluxos marítimos, reforçar a segurança regional e afirmar soberania sobre espaços marítimos disputados (France 24, 2025, The Week UK, 2025, Jaffrelot, 2023).

A França tem consolidado a sua presença nestes territórios por meio de patrulhas navais, estações meteorológicas, missões científicas e políticas de conservação ambiental. A criação de reservas naturais e de áreas marinhas protegidas funciona como instrumento de legitimação territorial, associando soberania à responsabilidade ecológica. Mayotte, transformada em departamento francês em 2011, e Reunião, sede administrativa e logística, completam a estrutura operacional do triângulo (CNES, s.d., TAAF, 2023).

Este posicionamento permite à França controlar o Canal de Moçambique, uma rota vital para o transporte de hidrocarbonetos, gás natural e mercadorias entre o Médio Oriente, a Ásia e a África Austral. Estima-se que mais de 5.000 navios cruzem o canal anualmente e que os seus fundos marinhos contenham até 12 mil milhões de barris de petróleo e 5 mil milhões de metros cúbicos de gás natural (Lopes, 2015).

A afirmação da presença francesa também dificulta a expansão de outras potências marítimas, como a China, a Índia e a Rússia, que têm investido em portos, bases navais e parcerias estratégicas com países africanos. Esta dinâmica multipolar reforça o valor geopolítico das Ilhas Esparsas, que atuam como pontos de apoio, vigilância e projeção de poder.

Por outro lado, este modelo de presença territorial tem suscitado críticas, sendo por vezes interpretado como um caso de neocolonialismo. Autores como Randrianarisoa (2022) e Châtaigner (2015) destacam a resistência das populações locais e dos Estados vizinhos à manutenção de territórios ultramarinos sob administração europeia, especialmente em contextos pós-coloniais.

Em síntese, o triângulo formado por Reunião, Mayotte e as Ilhas Esparsas constitui uma arquitetura de influência que combina presença física, legitimidade jurídica, capital científico e projeção diplomática. A sua manutenção é essencial para que a França continue a desempenhar um papel relevante no Indo-Pacífico, numa era marcada pela valorização dos espaços marítimos e pela competição estratégica global.

Como na estratégia internacional e no exercício do poder “não há espaços vazios”, também o contrário é verdadeiro. De facto, a afirmação da presença francesa dificulta a expansão de outros países ávidos pelo poder marítimo como a China, a Índia e a Rússia, que têm investido em portos, bases navais e exercícios militares com países africanos (RFI, 2025). Acredita-se que esta posição, que algumas fontes vêm apresentando como um certo “neocolonialismo” gaulês, encontra diversas resistências entre as populações de diversos países africanos, particularmente da África Austral e Oriental.

A argumentação territorial francesa baseia-se essencialmente em atos administrativos que respeitam a gestão dos territórios, o que parece insuficiente para, por si só, recrutar e legitimar a matéria da soberania. Na verdade, desde os anos 60, a fragmentação dos territórios coloniais até então administrados com unidade enfraquece aquela posição, uma vez que não são admitidos nem aceites pelos novos Estados.

A competição estratégica neste triângulo afeta diretamente a segurança marítima no Canal de Moçambique. Portugal e a CPLP podem desempenhar um papel muito importante

neste cenário, tanto mais que a segurança marítima no Canal também é responsabilidade de Moçambique e interessa a este país como garantia da exploração dos recursos presentes nas suas áreas de jurisdição (Silva, 2024, IORA, 2022).

3.3. O potencial económico e a sustentabilidade ambiental

As Ilhas Esparsas, embora desabitadas, possuem um elevado potencial económico e ecológico, que tem despertado o interesse de diversos atores regionais e internacionais. A sua localização estratégica no Canal de Moçambique, aliada à vastidão dos espaços marítimos associados, confere à França acesso privilegiado a recursos haliêuticos e energéticos (DOALOS, s.d.).

A ilha Juan de Nova, em particular, foi objeto de uma licença de exploração offshore concedida em 2013 à empresa nigeriana Sapetro e à norte-americana Marex Petroleum. A área abrangida pela concessão — cerca de 52.990 km² — situa-se na proximidade da Bacia de Rovuma, onde foram identificadas reservas significativas de gás natural por empresas como a ENI e a Anadarko (Petroleum Africa, 2013; Légifrance, 2013; Légifrance, 2015). Embora os resultados das perfurações não tenham sido divulgados publicamente, a expectativa de descobertas relevantes reforça o interesse estratégico da região.

Contudo, em 2017, o Parlamento francês aprovou a Lei n.º 2017-1839, que proíbe novas licenças de exploração de hidrocarbonetos, e, em 2020, o governo francês anunciou que não renovaria a concessão de Juan de Nova, alinhando-se com a sua política de transição ecológica (Légifrance, 2017, Loi n.º 2017-1839). Esta decisão reflete uma mudança de paradigma, privilegiando a conservação ambiental em detrimento da exploração energética.

Do ponto de vista ecológico, as Ilhas Esparsas apresentam ecossistemas únicos e biodiversidade significativa. A vegetação é escassa e varia entre herbáceas (Tromelin), floresta de eufórbias e mangais (Europa e Gloriosas) e coqueiros e filaos (Juan de Nova). Bassas da Índia, por sua vez, são um atol submerso sem cobertura vegetal. A fauna inclui recifes de coral, tartarugas marinhas que desovam em Europa e em Tromelin, e colónias de aves marinhas, como fragatas, alcatrazes, andorinhas-do-mar e flamingos (IRD, 2016, 110–111; Villatoux, 2021, 121–122; Université de La Réunion, 2019; UICN France, 2020).

A exploração dos recursos haliêuticos é regulada pela legislação francesa aplicável às Terras Austrais e Antárticas Francesas (TAAF), permitindo apenas a pesca por navios autorizados (TAAF, s.d.). Esta abordagem visa preservar os ecossistemas frágeis e garantir a sustentabilidade da atividade pesqueira.

Estudos da *International Union for Conservation of Nature (IUCN)* e do *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)* confirmam que as Ilhas Esparsas são habitats críticos para espécies migratórias e marinhas, o que justifica sua classificação como reservas naturais de interesse internacional (UICN France, 2020, Université de La Réunion, 2019). Embora não tenha sido proposta uma candidatura formal à UNESCO, a França tem investido em monitorização por satélite, recolha de dados oceanográficos e proteção de espécies endémicas, reforçando o discurso de “soberania ambiental”.

No enquadramento regional, destaca-se a proposta da The Nature Conservancy Brasil para a criação de uma Unidade de Conservação Marinha que abranja os espaços marítimos

sob jurisdição moçambicana, promovendo uma gestão costeira integrada e sustentável (The Nature Conservancy Brasil (TNC), 2023). A avaliação dos peixes demersais realizada pelo INIP entre 2016 e 2020 reforça a importância ecológica da região e a necessidade de cooperação científica e ambiental entre os Estados costeiros (Mutombene et al., 2021).

Um aspeto essencial do aproveitamento dos recursos reside na exploração de hidrocarbonetos (Dias, 2018). Embora os resultados das perfurações não sejam públicos, a proximidade com os campos de gás em Cabo Delgado, Moçambique, alimenta expectativas renovadas.

A ilha Juan de Nova foi objeto de uma licença de exploração offshore concedida em 2013 à Sapetro (Nigéria) e Marex Petroleum (EUA) (Légifrance, 2013 (JORF/TAAF) (decreto de mutação da licença); Légifrance, 2015 (JORF n°0225) (decreto de prorrogação até 30-12-2018), Petroleum Africa, 2013 (Transfer of Ownership for Exclusive Juan de Nova Permit Complete). Em 2017, o Parlamento francês proibiu novas licenças de exploração (Légifrance, 2017, Loi n° 2017-1839).

Segundo comunicado de 29.11.2013, a South Atlantic Petroleum (SAPETRO) concluiu a transferência da licença “Juan de Nova Maritime Deep” (com a ROC Oil) e respetiva participação conjunta com a Marex Petroleum, operação enquadrada nos atos oficiais de 25.09.2013 e 21.09.2015 (Petroleum Africa, 2013; Légifrance, 2013; Légifrance, 2015).

Deste trecho, pode constatar-se o interesse da pesquisa da SAPETRO em limitar-se às recentes descobertas da ENI na bacia do Rovuma, sob a jurisdição da República Popular de Moçambique. A importância da segurança marítima no Canal de Moçambique também passa pela definição da jurisdição dos Estados costeiros sobre áreas essenciais para garantir a livre circulação da navegação e que, igualmente, podem ser objeto de aproveitamento de recursos na coluna de água, no solo e no subsolo marinhos (Silva, 2024).

Assim sendo, renova-se a importância da delimitação da plataforma continental de Moçambique na zona fronteiriça com a ilha Juan de Nova.

4. Os problemas pendentes relativos à jurisdição sobre as Ilhas

4.1. A reivindicação da soberania sobre as Ilhas

A reivindicação de soberania por parte de Madagáscar sobre as Ilhas Esparsas remonta a 1972 (Mbaye, 2023) e encontra respaldo em princípios fundamentais do direito internacional, como a autodeterminação dos povos e a integridade territorial no processo de descolonização. As resoluções da Assembleia Geral da ONU n.º 34/91 (1979) e n.º 35/123 (1980) instaram a França a negociar a reintegração das ilhas no território malgaxe (United Nations General Assembly, 1979; United Nations General Assembly, 1980; Andriamiharisoa, 2022).

Mbaye (2023) autor realça a soberania e a interpretação africana do Direito do Mar, incluindo os casos de Chagos, Glorieuses e Tromelin, e faz uma menção indireta às Ilhas Esparsas no contexto das reivindicações africanas contra a França. Aquele autor levanta a questão da natureza jurídica das formações insulares e como essa classificação pode afetar a plataforma continental dos Estados costeiros africanos.

Também a União Africana, reafirmou em 2023 o apoio à soberania de Madagáscar sobre as Ilhas Esparsas, apelando a negociações pacíficas com a França (Moov, 2023).

A separação administrativa das ilhas antes da independência de Madagáscar, em 1960, por decreto do governo francês, configura uma violação do princípio da integridade territorial, conforme consagrado na Resolução n.º 1514 (XV) da ONU, que expressa:

“Qualquer tentativa destinada a destruir parcial ou totalmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.” (United Nations General Assembly, 1960).

Mais recentemente, o parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) sobre o arquipélago de Chagos, solicitado pela ONU em 2019, reforçou a legitimidade das reivindicações territoriais em contextos de descolonização. O TIJ concluiu que a separação de Chagos das Maurícias violou o direito à autodeterminação.

O parecer do TIJ concluiu que: “A separação do arquipélago de Chagos das Maurícias em 1965 não foi baseada na expressão livre e genuína da vontade do povo mauriciano e, portanto, foi contrária ao direito à autodeterminação.”

O mesmo documento determinou que o Reino Unido deveria cessar a sua administração do arquipélago de forma célere, reconhecendo que a descolonização das Maurícias não tinha sido concluída legalmente em virtude da violação do princípio da integridade territorial. Embora não vinculativo, este parecer é frequentemente invocado por Madagáscar como precedente jurídico.

Ora, os mesmos argumentos podem ser invocados por Madagáscar, dado que a pretensa “separação territorial” contra a manifestação dos termos da autodeterminação dos povos colonizados constitui um vício insanável no processo de descolonização, decorrente da violação do princípio da Integridade Territorial. Estes casos ilustram como o princípio da efetividade territorial permanece central na definição da soberania insular.

Madagáscar dispõe de instrumentos legais para avançar com a sua reivindicação, incluindo o pedido de parecer consultivo ao TIJ (art. 96.º da Carta da ONU) e a mobilização diplomática junto da União Africana, do Grupo dos 77 e da Assembleia Geral.

Na verdade, o International Court of Justice (2019) reforça a centralidade da integridade territorial no processo de descolonização, oferecendo um parâmetro muito relevante para a leitura das Ilhas Esparsas quando a separação administrativa de territórios coloniais antecede a independência. Embora não vinculativo, o precedente consolida a tese de reposicionamento soberano e de prudência na projeção de jurisdições derivadas.

No plano político, a visita do presidente francês Emmanuel Macron a Antananarivo em abril de 2025 reacendeu o debate, mas sem avanços concretos. As posições oficiais de França, de Madagáscar e da União Africana encontram-se resumidas no quadro comparativo em Apêndice A.

4.2. A natureza jurídica das Ilhas Esparsas para efeitos da CNUDM

Para além da disputa de soberania, importa considerar a natureza jurídica das Ilhas Esparsas à luz do artigo 121.º da CNUDM. O n.º 3 deste artigo estabelece que:

“Rochedos que não possam sustentar habitação humana ou vida económica própria não terão zona económica exclusiva nem plataforma continental.”

As Ilhas Esparsas são desabitadas e não possuem qualquer forma de vida económica própria. A presença científica ou militar ocasional não configura uma atividade económica sustentável. Consequentemente, estas formações devem ser classificadas como “rochedos”, o que invalida a geração de ZEE ou de plataforma continental para além das 12 milhas marítimas.

Em sentido parcialmente diverso, parte da jurisprudência de delimitação tem optado por atribuir efeitos reduzidos (e não necessariamente nulos) a pequenas formações insulares, dependendo da configuração costeira e do objetivo de alcançar um resultado equitativo. Ainda assim, essa prática jurisdicional reforça a necessidade de justificar, com critérios objetivos, o peso a atribuir às Esparsas na delimitação e de evitar projeções desproporcionadas de jurisdição marítima por micro-formações. (International Court of Justice, 2009; International Court of Justice, 2012; ITLOS, 2012; ITLOS (Special Chamber), 2017).

Na verdade, a interpretação jurídica dominante considera que o n.º 3 do artigo 121.º exclui da definição de “ilha”, para efeitos de ZEE e plataforma continental, qualquer formação que não possa sustentar habitação humana permanente ou vida económica própria. Ora, a expressão “vida económica própria” implica uma atividade económica sustentável, não apenas a presença ocasional ou a exploração externa.

Esta interpretação é corroborada por jurisprudência e doutrina especializada recente, de autores como Rafaly, Tanaka e Mbaye, que sublinha os limites jurídicos à extensão de direitos marítimos em formações sem habitabilidade ou economia própria (Rafaly, 2020, Tanaka, 2024, Mbaye, 2023 e Rafaly, 2020, 530–544).

Assim, mesmo que a soberania seja atribuída a França ou a Madagáscar, o estatuto jurídico das ilhas limita os direitos sobre os recursos marinhos e energéticos. A delimitação dos espaços marítimos deve respeitar os critérios da CNUDM, sob pena de comprometer a legalidade internacional e gerar conflitos diplomáticos.

4.3. Os argumentos a colher do caso do Arquipélago de Chagos

O Parecer Consultivo do TIJ, de 25.02.2019, deliberou que o processo de descolonização de Maurícia não foi concluído de forma lícita no momento da independência. Por essa razão, o Reino Unido deverá pôr termo à administração de Chagos “o mais rapidamente possível”, e todos os Estados têm o dever de cooperar com a ONU para completar a descolonização (obrigações erga omnes) (International Court of Justice, 2019).

A Assembleia-Geral da ONU deu seguimento, em 22.05.2019, ao Parecer, adotando a Resolução 73/295 (116-6-56), que afirma que Chagos integra Maurícia, exorta o Reino Unido a retirar a sua administração no prazo máximo de seis meses e solicita a cooperação dos Estados e organizações internacionais para concluir a descolonização (United Nations General Assembly, 2019).

Em 28.01.2021, a Câmara Especial do ITLOS no caso Maurícia/Maldivas (Exceções Preliminares) afirmou a sua jurisdição para avançar na delimitação, não obstante as objeções baseadas no litígio de soberania, reconhecendo, assim, a relevância jurídica do Parecer do TIJ

e da Resolução 73/295 para qualificar o estatuto de Chagos no contexto da delimitação (ITLOS (Special Chamber), 2021 — Mauritius/Maldives (Preliminary Objections) – acórdão).

No plano material do Direito do Mar, o tribunal arbitral do Mar do Sul da China (PCA, 2016) clarificou a leitura de art. 121.º(3) CNUDM ao exigir uma capacidade objetiva da formação para sustentar habitação humana ou vida económica própria, distinguindo “ilhas” de “rochedos” e evitando a projeção desproporcionada de jurisdições por micro-formações sem essa capacidade — parâmetro transponível quando se avaliam os efeitos marítimos de insulares desabitadas como as Esparsas (PCA, 2016 — South China Sea Arbitration (Philippines v. China), Award (12 Jul. 2016) — interpretação de art. 121.º(3)).

Deste levantamento de argumentos jurídicos e no âmbito do direito internacional que sustentaram a integração do Arquipélago de Chagos nas Maurícias (International Court of Justice, 2019 → United Nations General Assembly, 2019 → ITLOS 2021) retiram-se os seguintes corolários que se podem aplicar às Ilhas Esparsas:

Reavaliar as separações dos territórios coloniais à luz da integridade territorial/autodeterminação – No caso das Ilhas Esparsas, houve uma separação do território colonial francês do território posterior e independente, quebrando-se a unidade territorial sem deliberação do novo Estado;

No plano institucional, os documentos relevam os deveres de cessação/cooperação entre as partes (no caso, com o Reino Unido) – Assiste o dever de França a reabrir o processo da violação da unidade territorial do tempo colonial;

Quando a delimitação depender de um estatuto territorial já clarificado pela Organização das Nações Unidas ONU, deve esse estatuto ser mantido em futuras decisões jurisdicionais – se este estatuto seguir o mesmo rumo que Chagos, claramente a soberania das Esparsas caberá aos novos Estados que sucederam ao regime colonial; e

A aplicação limitativa do artigo 121.º(3) relativamente a formações sem capacidade de sustentar habitação/vida económica (sem prejuízo das que, por razões históricas, tenham sido submetidas a um regime de reserva ambiental, naturalmente, incompatível com o desenvolvimento de vida económica e de sustentar uma população residente).

4.4. Em prol do direito comparado com as Ilhas Selvagens

A análise jurídica da soberania sobre as Ilhas Esparsas pode ser enriquecida por uma comparação com o caso das Ilhas Selvagens, situadas no Atlântico, sob soberania de Portugal e integradas na Região Autónoma da Madeira. Ambas envolvem pequenas formações insulares, com implicações para a delimitação da ZEE e da Plataforma Continental.

Desde o século XVI, as Ilhas Selvagens foram propriedade privada, transmitida por herança, com a exploração de recursos naturais, como a pesca, a caça e as plantas endémicas. Em julho de 1971, o Estado português adquiriu as ilhas aos herdeiros de Luiz da Rocha Machado e criou a Reserva Natural das Ilhas Selvagens, abrangendo os espaços marítimos envolventes até à batimétrica de 200 metros (Decreto Legislativo Regional n.º 8/2022/M, preâmbulo, Governo Regional da Madeira, 2017).

Esta classificação como reserva integral ocorreu antes da assinatura, em 1982, da CNUDM e está muito distante da entrada em vigor desta Convenção, em 16 de novembro de 1994.

Foi esta Convenção que veio distinguir a natureza jurídica de “ilhas” e “rochedos” e que excluiu da demarcação de ZEE e de plataforma continental as segundas formações, com o argumento de que não podem sustentar habitação humana ou vida económica própria (CNUDM, artigo 121.º n.º 3).

Apesar da reserva integral ser incompatível com a fixação de população permanente, as Ilhas Selvagens foram historicamente habitadas e, em condições normais, poderiam voltar a sê-lo. Este argumento tem sido utilizado por Portugal para afastar a classificação das Selvagens como “rochedos”, garantindo-lhes o direito à delimitação de ZEE e de plataforma continental.

A jurisprudência e a doutrina especializada, como Quartin Graça (2015) e Lynce de Faria (2002), sustentam que as Ilhas Selvagens cumprem os requisitos da CNUDM, ao contrário das Ilhas Esparsas, que permanecem desabitadas e sem qualquer forma de vida económica própria (Quartin Graça, 2015, Lynce de Faria, D., 2002). A presença científica ou militar ocasional nas Esparsas não configura atividade económica sustentável, o que reforça a classificação dessas como “rochedos”.

No caso das Ilhas Selvagens e por forma a reforçar estas formações insulares com pessoal em permanência, a partir de 2015, a Autoridade Marítima Nacional modernizou e reforçou o sistema de alimentação elétrica do farol do pico da Atalaia com painéis solares. No farol foi instalado o sistema “Costa Segura”, composto por radar e câmara.

Também foram remodeladas e substancialmente ampliadas as infraestruturas na enseada das Cagarras de forma a alojar em permanência dois agentes da Polícia Marítima e um militarizado do quadro do “Troço do Mar”. Estes trabalhos incluíram a instalação de um gerador de emergência, de painéis solares e de baterias para o fornecimento de energia elétrica, bem como a construção de alojamentos para o pessoal alocado e de um espaço para eventuais detidos.

Na Selvagem Grande, passou igualmente a funcionar uma sucursal da Repartição Marítima da capitania do Funchal e outra do Comando Local da Polícia Marítima do Funchal.

Os trabalhos também contemplaram a requalificação profunda da rampa de acesso ao mar, de forma a poder arriar e alar uma embarcação da Polícia Marítima que passou a operar em permanência. Foi ainda construído um edifício para a guarda da embarcação, bem como um quebra-mar para proteger este edifício e garantir águas mais calmas junto à testa da rampa. No mar foram instalados sistemas de amarração da embarcação na enseada das Cagarras. Finalmente, foram estabelecidas, de forma permanente, as comunicações por satélite em fonia, dados e imagem.

Na Selvagem Pequena, foi instalada uma câmara de 360 graus que, ligada à Selvagem Grande, permite a vigilância das ilhas e de suas imediações. O radar e as câmaras passaram a transmitir informação, em tempo real, para o posto na Selvagem Grande e para a Capitania e para o Comando Local da Polícia Marítima do Funchal.

Pouco tempo depois de instalados estes equipamentos, a Polícia Marítima deteve uma embarcação espanhola e a sua tripulação durante uma atividade de pesca ilegal na área de jurisdição marítima, o que de imediato fez cessar a pesca ilegal na Reserva das Ilhas Selvagens.

Esta mais recente atividade no perímetro das Ilhas Selvagens corresponde a um aprofundamento do exercício de soberania e de jurisdição do Estado português, reforçando a natureza jurídica destas formações insulares como “ilhas” nos termos do n.º 3 do artigo 121.º da CNUDM.

Esta distinção é essencial para a delimitação dos espaços marítimos, também no que respeita às Ilhas Esparsas e, particularmente, no Canal de Moçambique. A ausência de habitação humana permanente e de atividades económicas sustentadas nas Ilhas Esparsas vem limitar os espaços marítimos demarcados a partir daquelas formações pela França ou por qualquer Estado que venha a sucedê-la em soberania, à luz da CNUDM.

A análise jurídica da soberania sobre as Ilhas Esparsas pode ser enriquecida por uma comparação com o caso das Ilhas Selvagens, situadas no Atlântico na Região Autónoma da Madeira. Ambas as situações envolvem pequenas formações insulares, com implicações para a delimitação da ZEE e da Plataforma Continental, e os argumentos são bastante distintos.

Desde o século XVI, enquanto território privado, as Ilhas Selvagens mudaram de propriedade por herança, cujos proprietários obtinham boas fontes de rendimento com a exploração de plantas silvestres, a pesca e a caça (Lynce de Faria, D., 2002, Quartin Graça, 2015, 107–125).

Em 1959, os proprietários das ilhas eram os herdeiros de Luiz da Rocha Machado, representados por seu filho, que usava o mesmo nome, e por Luiz Alberto Pestana, sócio da “Casa Rocha Machado e C., Lda.” No Funchal, doou ao Estado um terreno para o efeito.

Em julho de 1971, o Estado comprou as Ilhas Selvagens a um nacional (Rocha Machado), e a 29 de outubro do mesmo ano foi criada a reserva natural, abrangendo os espaços marítimos envolventes até à batimétrica de 200 metros. Assim, desde 1971, estão sob a administração territorial da Região Autónoma da Madeira e classificadas como Reservas Integrais.

Assim, as Ilhas Selvagens foram classificadas como reserva integral desde 1971, muito antes da entrada em vigor da CNUDM de 1982, cujo artigo 121.º define os critérios para a distinção entre “ilhas” e “rochedos”.

Na verdade, em 1971, ainda não havia a dicotomia (hoje carreada pelo disposto no artigo 121.º da CNUDM) entre “ilhas” e “rochedos” e, conseqüentemente, a opção pela reserva integral afastou, em definitivo, a prova convencional do arquipélago de que “se prestar à habitação humana ou à vida económica” (n.º 3 do artigo 121.º).

Para além da classificação como “reserva integral” ser incompatível com a fixação de população permanente, as Ilhas Selvagens foram historicamente habitadas e, em condições normais, poderiam voltar a sê-lo. Este argumento tem sido utilizado por Portugal para afastar a classificação das Selvagens como “rochedos”, garantindo-lhes o direito à delimitação de ZEE e de plataforma continental.

Esta comparação sobre a natureza jurídica de ambos os grupos de formações insulares parece igualmente poder reforçar a sua classificação diferenciada. A comparação entre as

Ilhas Selvagens e o arquipélago de Chagos permite aplicar critérios objetivos da CNUDM e da jurisprudência recente, evidenciando a similitude das Esparsas com formações classificadas como ‘rochedos’.

5. As consequências relativas à natureza jurídica das Ilhas

O artigo 121.º da CNUDM tem implicações diretas na delimitação dos espaços marítimos decorrentes das Ilhas Esparsas. A ausência de população permanente e de atividade económica sustentável nas ilhas — como Bassas da Índia, Europa, Gloriosas, Juan de Nova e Tromelin — reforça a sua classificação como “rochedos”, limitando os direitos ao mar territorial de 12 milhas (e, eventualmente, com a possibilidade de demarcação de Zona Contígua das 12 às 24 milhas para efeitos de controlo fiscal, aduaneiro e sanitário nos termos da CNUDM).

Embora a França promova atividades científicas, ambientais e militares nas ilhas, estas não apresentam “vida económica própria” nos termos da CNUDM. A jurisprudência internacional e a doutrina especializada, como a de Rafaly (2020) e outros, sustentam que a presença ocasional ou funcional não é suficiente para gerar ZEE ou plataforma continental (Rafaly, 2020; Tanaka, 2024; Mbaye, 2023; Rafaly, 2020, 530–544).

A comparação com o caso das Ilhas Selvagens, sob jurisdição portuguesa, é elucidativa e díspar. Apesar de classificadas como reserva integral desde 1971 – e, como tal e em tempo, afastando a exigência da “vida económica própria” e elidindo a figura de “rochedos” – as Selvagens foram historicamente habitadas e possuem potencial económico, o que permite a Portugal defender a sua qualificação como “ilhas”. Já as Ilhas Esparsas nunca tiveram população residente nem atividade económica autónoma, o que enfraquece juridicamente qualquer pretensão à extensão de jurisdição marítima no que respeita à ZEE e à plataforma continental.

Além disso, as Ilhas Selvagens, pelo menos desde os anos 30 do século passado, não suscitam conflitos de soberania propriamente ditos, contrariamente às Ilhas Esparsas. Esta característica renova igualmente o princípio da unidade territorial com a Região Autónoma da Madeira, o que contrasta com a “soberania fragmentada” de diversos países que reclamam as Ilhas Esparsas.

A distinção entre ilhas e rochedos (reforçada pela ausência de unidade territorial) é essencial para a delimitação dos espaços marítimos no Canal de Moçambique. A classificação das Ilhas Esparsas como “rochedos” implica que qualquer reivindicação de ZEE ou plataforma continental baseada nestas formações é juridicamente insustentável — seja por parte da França ou de qualquer Estado que venha a sucedê-la em soberania.

Por outro lado, a delimitação marítima deve respeitar os princípios da equidade e da proporcionalidade, evitando que as formações desabitadas distorçam a distribuição dos recursos marinhos. A jurisprudência do Tribunal Internacional de Justiça e do Tribunal Internacional do Direito do Mar tem reiterado que ilhas sem vida económica não devem influenciar de forma significativa a delimitação de fronteiras marítimas (International Court of Justice, 2019, ITLOS, 2012).

Pode, assim, afirmar-se que a natureza jurídica das Ilhas Esparsas, à luz do artigo 121.º da CNUDM, limita a sua capacidade de servir de base para a demarcação de espaços

marítimos que se fundamentam no aproveitamento económico de uma população residente, designadamente para a demarcação de ZEE e de plataforma continental. Esta realidade reforça a necessidade de uma abordagem jurídica rigorosa e de uma negociação diplomática transparente para a redefinição dos espaços marítimos na região.

De notar que algumas das Ilhas Esparsas são objeto de atividades científicas e de conservação ambiental promovidas pela França. Contudo, mesmo a presença de infraestruturas mínimas e a relevância dos ecossistemas não bastam, por si sós, para elidir a classificação de “rochedos”, tanto mais que, historicamente, permanece em aberto se alguma vez terão tido formas de vida económica próprias, o que enfraquece a posição jurídica dos que defendem a demarcação da ZEE e da Plataforma Continental associadas, isto é, acrescem limites de direitos marítimos pela inabitabilidade (Rafaly, 2020, Rafaly, 2020, 530–536).

O que significa que a ausência de habitação humana permanente e de atividades económicas sustentadas, sem justificação durante a vigência da CNUDM (ou, pelo menos, da sua assinatura em 1982), limita a demarcação daqueles espaços marítimos? Esta tensão jurídica reforça a necessidade de uma avaliação técnica e diplomática aprofundada do estatuto das Ilhas Esparsas no direito internacional (Rafaly, 2020, 540–544).

Esta aceção jurídica da natureza das Ilhas Esparsas pode influenciar, de forma determinante, a posição dos Estados africanos em sede de jurisdição sobre os espaços marítimos costeiros.

6. Conclusões

Contextualização: Sintetizam-se, em seguida, os resultados e as implicações jurídico-estratégicas do estudo, em linha com a pergunta de partida e com os objetivos definidos no capítulo “Introdução”.

Procedimento metodológico: Foi baseado na abordagem qualitativa com (i) análise geopolítica (fatores estruturais e conjunturais) e (ii) análise jurídico-comparativa (CNUDM, jurisprudência e casos análogos).

Principais resultados: O presente estudo combinou duas vertentes complementares: a análise geopolítica (fatores estruturais geográficos/institucionais e conjunturais) e a análise jurídico-comparativa (CNUDM e jurisprudência relevante) — com o objetivo de caracterizar a natureza jurídica das Ilhas Esparsas e as suas implicações na delimitação e nas disputas de soberania no Canal de Moçambique. A delimitação do escopo (temporal e espacial) e a explicitação do objeto permitiram manter a investigação focada nos efeitos práticos da qualificação das formações insulares.

Como resposta à pergunta de partida (RQ), pode afirmar-se que, à luz do artigo 121.º, n.º 3, da CNUDM, as Ilhas Esparsas não evidenciam habitação humana permanente nem vida económica própria, devendo ser qualificadas como “rochedos”. Este regime não gera ZEE nem plataforma continental (para além do mar territorial) nas formações insulares.

Daqui resulta uma limitação objetiva à projeção de jurisdições marítimas fundadas nas Ilhas Esparsas, independentemente do titular da soberania, o que também recomenda um efeito reduzido na delimitação equitativa.

Quanto às respostas aos objetivos específicos, pode afirmar-se o seguinte:

No âmbito da qualificação por formação: As formações que compõem as Esparsas não demonstram, nos termos do 121.º(3), capacidade objetiva para sustentar habitação humana ou vida económica própria; a sua qualificação jurídico-marítima é, portanto, a de rochedos.

Nos efeitos na projeção de jurisdições e na equidade: A qualificação como rochedos inibe a geração de ZEE/PC e ancora soluções de equidade (artigos 74.º e 83.º da CNUDM) com pesos reduzidos ou nulos para micro-formações desabitadas, prevenindo distorções de proporcionalidade face às costas principais.

Quanto aos contributos das decisões jurídicas recentes sobre o Arquipélago das Chagas: A sequência International Court of Justice, 2019 → United Nations General Assembly, 2019 → ITLOS 2021 (Maurícia/Maldivas) densifica parâmetros de integridade territorial/autodeterminação e de deveres de cessação/cooperação, úteis em litígios insulares.

Finalmente, quanto aos impactos geoestratégicos de não geração de ZEE/PC. A inexistência de ZEE/PC a partir das Esparsas desincentiva projeções maximalistas e favorece arranjos de cooperação em segurança marítima e conservação, separando a tutela ecológica da lógica de expansão espacial.

Contributos: Clarifica-se o alcance jurídico do art. 121.º(3) CNUDM para formações insulares reduzidas e a sua articulação com os critérios de delimitação equitativa (arts. 74.º e 83.º).

Limitações do estudo: As limitações ao estudo são de duas ordens: em primeiro lugar, em sede espacial, ele foca-se essencialmente nas duas Ilhas Esparsas que se localizam no Canal de Moçambique; por outro lado, em termos temporais, visa-se essencialmente analisar os impactos das decisões políticas, jurisdicionais e doutrinárias, bem como a formação decisória dos povos africanos regionais que ascenderam à independência, particularmente, depois de 1960, em contraste com as posições das potências colonizadoras. Finalmente, o acervo jurisprudencial e doutrinário recente sobre a classificação de “ilhas” e “rochedos” no Oceano Índico mostra-se limitado.

Investigações futuras: Sugere-se o reforço de modelização jurídico-cartográfica de cenários de delimitação e o aprofundamento do impacto regional (segurança marítima, conservação e governança).

Recomendações práticas: Promoção de mecanismos diplomáticos e de cooperação regional para mitigar tensões e reforçar a segurança marítima e a conservação, sem prejuízo das posições jurídicas das partes.

Proposta para a resolução do litígio das Ilhas Esparsas (síntese): Reativar e calendarizar a comissão mista França–Madagáscar, com agenda explícita (soberania, gestão ambiental, segurança marítima e recursos); Estabelecer um regime de cogestão funcional (científica e ambiental) para as ilhas desabitadas, sem prejuízo das posições jurídicas das partes quanto à soberania; Prever um mecanismo de gestão conjunta de recursos marinhos e de fiscalização (pesca/áreas marinhas protegidas), com regras de transparência e partilha de dados; Criar um quadro provisório de exploração/benefício partilhado (por exemplo, zona de desenvolvimento conjunto) para atividades económicas admissíveis, condicionado à

sustentabilidade e à legalidade internacional; Definir, como cláusula de fecho, um mecanismo de resolução pacífica (mediação, conciliação, arbitragem ou pedido de parecer consultivo), caso a negociação não produza resultados.

Epígrafe: Como “servos” das leis, deve procurar-se a sua correta interpretação com base nos diferentes elementos hermenêuticos como expoente da liberdade, retomando Marco Túlio Cícero, político e filósofo romano, que viveu num período turbulento - tal qual o que hoje vivemos em sede do Direito Internacional:

“Os magistrados são ministros das leis; os juízes, seus intérpretes; enfim, somos todos servos das leis para podermos ser livres.” (Legum ministri magistratus... legum denique idcirco omnes servi sumus, ut liberi esse possimus.) (Cícero, Pro Cluentio, 53. 146).

É esta a “liberdade” a que aspiramos, em reforço do Direito Internacional? Julgamos, como nunca, pela afirmativa!

Referências bibliográficas

- Andriamiharisoa, F. S. P. (2022). The scattered islands in international relations. *Open Access Library Journal*, 9(10), 1–8.
- Blog Náutico. (2017). *Ilha João da Nova*.
- Châtaigner, J.-M. (2015). Les îles Éparses : enjeux de souveraineté et de cogestion dans l’océan Indien. *La Revue Maritime*, 504, 70–87.
- CNES. (n.d.). *Océan Indien – Les îles Éparses: un levier d’affirmation de la France outre-mer*.
- Dias, V. (2018). *Recursos naturais em Moçambique: Possíveis cenários e desafios*.
- DOALOS. (n.d.). *Maritime space: Maritime zones and maritime delimitation*.
- France 24. (2025, April 24). ‘Triangle of power’: Madagascar wants control over the scattered islands. France says no.
- Institut de recherche pour le développement (IRD). (2016). *Îles Éparses*.
- International Court of Justice. (2009, February 3). *Maritime delimitation in the Black Sea (Romania v. Ukraine)*, judgment.
- International Court of Justice. (2012, November 19). *Territorial and maritime dispute (Nicaragua v. Colombia)*, judgment.
- International Court of Justice. (2019, February 25). *Legal consequences of the separation of the Chagos Archipelago from Mauritius in 1965*, advisory opinion.
- International Tribunal for the Law of the Sea. (2012, March 14). *Dispute concerning delimitation of the maritime boundary between Bangladesh and Myanmar in the Bay of Bengal (Bangladesh/Myanmar)*, judgment.
- Jaffrelot, C. (2023). France and the Indian Ocean: Strategic persistence and regional challenges. *Journal of Indian Ocean Studies*, 31(2), 45–62.
- Mbaye, F. (2023). Maritime boundaries and African sovereignty in the Indian Ocean. *African Yearbook of International Law*, 29(1), 113–136.
- Rafaly, V. (2020). Un panorama juridique du statut des îles Éparses du canal du Mozambique. *Revue juridique de l’Océan Indien*, 29, 519–548.

- Silva, P. M. (2024). Portugal e a segurança marítima no Canal de Moçambique. *Revista Militar*, 176(2), 56–71.
- Villatoux, P. (2021). The scattered islands. *World Affairs*, 25(4), 120–125.
- Lynce de Faria, D. (2002). *A jurisdição e a delimitação dos espaços marítimos em Portugal*.
- Tanaka, Y. (2024). *The international law of the sea* (4th ed.).
- Lopes, J. (2015). *Ilhas dispersas – Tesouros no Canal de Moçambique*.
- Muianga, C. (2019). *Investimento, recursos naturais e desafios para Moçambique*.
- Mutombene, R. J., et al. (2021). *Avaliação do estado de exploração de peixes demersais*.
- Oxford Public International Law. (2009). *Eparses Islands*.
- Permanent Court of Arbitration. (2016, July 12). *South China Sea arbitration (Philippines v. China)*, award.
- Petroleum Africa. (2013, November 29). Transfer of ownership for exclusive Juan de Nova permit complete.
- Quartin Graça, P. (2015). Ilhas Selvagens – da afirmação da soberania lusa ao cumprimento dos requisitos previstos na CNUDM.
- Randrianarisoa, H. (2022). The scattered islands in international relations.
- Terres australes et antarctiques françaises (TAAF). (n.d.). *Pêche dans les Éparses*.
- UICN France et al. (2020). *La liste rouge des espèces menacées*.
- United Nations General Assembly. (1960). *Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples*.
- United Nations General Assembly. (1979). *Question of the islands*.
- United Nations General Assembly. (1980). *Question of the Malagasy islands*.
- United Nations General Assembly. (2019). *Advisory opinion on Chagos*.
- Université de La Réunion. (2019). *Appel à projets Îles Éparses*.
- Wikiwand. (2022). Ilhas Esparsas. Disponível em: https://www.wikiwand.com/pt/articles/Ilhas_Eparsas. Acesso em: 2 abr. 2026.

APÊNDICES

Apêndice A — Enquadramento Geográfico, Político e Análise Comparativa das Ilhas Esparsas

Quadro 1 – Dados Geográficos e Políticos

Ilha	Localização	Área (km ²)	População	Observações
Bassas da Índia	21°30'S 39°50'E	0,2	0	Atol submerso, reserva natural
Ilha Europa	22°20'S 40°22'E	28	0	Estação meteorológica
Ilhas Gloriosas	11°33'S 47°20'E	5	0	Inclui Banco do Geyser
Juan de Nova	17°03'S 42°45'E	4,4	0	Estação de monitorização
Tromelin	15°53'S 54°31'E	1	0	Estação de ciclones tropicais

Quadro 2 – Comparação das posições políticas e jurídicas sobre as ilhas Esparsas

País/ Organização	Posição Oficial	Fundamentação Jurídica/Política	Notas Relevantes
França	Reivindica soberania plena e administração direta das Ilhas Esparsas (TAAF).	Baseia-se na ocupação contínua desde o séc. XIX e na integração administrativa nas Terras Austrais e Antárticas Francesas.	Criou reservas naturais e invoca presença científica como forma de ocupação efetiva.
Madagáscar	Reclama soberania sobre Europa, Bassas da Índia, Juan de Nova e Gloriosas.	Invoca o princípio da integridade territorial (Resoluções 34/91 e 35/123 da Assembleia Geral da ONU) e a descolonização inacabada.	Comissão mista França–Madagáscar, criada em 2019, para negociar uma solução diplomática.
União Africana (UA)	Apoia a posição de Madagáscar e apela às negociações pacíficas com a França.	Fundamenta-se na Carta da UA e nos princípios da ONU sobre descolonização e integridade territorial.	A decisão da Assembleia da UA (2023) reafirma o apoio a Madagáscar e reconhece a dimensão continental da disputa.

Apêndice B — Revisão de Literatura

Quadro 3 – Resumo da revisão da literatura (desde 2009)

Autor (ano)	Foco Principal	Contributo para o Estudo das Ilhas Esparsas
Lopes (2015)	Geoestratégico e ambiental	Destaca as Ilhas Esparsas como “tesouros” estratégicos e ecológicos no Canal de Moçambique, associando-as à presença militar e científica francesa.
Randrianarisoa (2022)	Diplomacia e pós-colonialismo	Analisa os entraves diplomáticos à resolução da disputa entre França e Madagáscar, sublinhando o peso das alianças regionais.
Jaffrelot (2023)	Estratégia francesa no Índico	Realça a importância militar e económica das Ilhas Esparsas no triângulo de poder marítimo francês.
Fernández & Philippe (2015)	Recursos naturais e geopolítica	Identificam a relevância dos recursos naturais e a reivindicação internacional por países terceiros sobre as Ilhas Esparsas.
Silva (2024)	Segurança marítima e CPLP	Aborda a importância das ilhas na delimitação de jurisdições marítimas e no controlo de rotas estratégicas, com enfoque no Canal de Moçambique.
Châtaigner (2015)	Soberania e cogestão	Discute a cogestão como solução viável, embora controversa, para as Ilhas Esparsas.
Villatoux (2021)	Relações internacionais	Enfatiza a importância estratégica das Ilhas Esparsas para a França e os desafios diplomáticos da disputa.
Dias (2018), Muianga (2019), Mutombene et al. (2021)	Recursos naturais em Moçambique	Analisa cenários de exploração de recursos energéticos e haliêuticos, relevantes para o enquadramento económico da disputa.
Tanaka (2024)	Direito do Mar (CNUDM)	Diferencia “ilhas” e “rochedos”, aplicando jurisprudência recente (<i>South China Sea</i> , <i>Chagos</i>) ao caso das Esparsas.
Mbaye (2023)	Direito internacional africano	Examina a soberania marítima africana e a classificação das formações insulares no Índico.
DOALOS (s.d.)	Relatório técnico ONU	Refere disputas insulares franco-africanas, enquadrando as Esparsas no contexto global de delimitação marítima.
Andriamiharisoa (2022)	Relações internacionais	Analisa a importância geoestratégica das Esparsas e as disputas de soberania.
Rafaly (2020)	Estatuto jurídico	Oferece um panorama detalhado dos limites legais à extensão de direitos marítimos das Esparsas.
Quartin Graça (2015)	Direito comparado (Selvagens)	Fornecer uma base comparativa útil para compreender a natureza jurídica das Esparsas.
Oxford Public International Law, 2009	Enciclopédia jurídica	Apresenta a síntese do estatuto jurídico das Esparsas e suas implicações internacionais.

ON THE SCATTERED ISLANDS AND MARITIME DELIMITATION IN THE MOZAMBIQUE CHANNEL: A LEGAL AND GEOSTRATEGIC PERSPECTIVE

SOBRE AS ILHAS ESPARSAS E A DELIMITAÇÃO MARÍTIMA NO CANAL DE MOÇAMBIQUE: UMA PERSPETIVA JURÍDICO-ESTRATÉGICA

Duarte Lynce de Faria

PhD in International Law
CINAV (Navy)/CIDIUM
lynce.faria@marinha

Abstract

This article analyses the legal status and geostrategic relevance of the Scattered Islands in the Mozambique Channel, focusing on the effects on maritime delimitation and sovereignty disputes involving France, Madagascar, Mauritius, and the Comoros. A qualitative and interdisciplinary methodology is adopted, combining geopolitical analysis with a doctrinal and jurisprudential assessment of relevant international legal sources, notably Article 121 of the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS). It adopts a qualitative approach combining geopolitical analysis with a comparative legal assessment of normative sources and international case law, focusing on Article 121 of the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) and analogous cases (Selvagens and Chagos). The study frames the subject and the relevant literature, assesses the legal nature of the formations (islands/rocks), and applies the applicable criteria to regional scenarios. It concludes that, in the absence of permanent human habitation and of an autonomous economic life, the Scattered Islands tend to qualify as “rocks” within the meaning of Article 121(3). Consequently, they are not entitled to generate an Exclusive Economic Zone (EEZ) or a continental shelf, which limits the projection of maritime jurisdiction. The Chagos precedent further supports an interpretation of the dispute through the lens of territorial integrity and decolonisation.

Keywords: Mozambique channel; Chagos; Decolonisation; Îles Éparses; Selvagens islands; Continental Shelf; EEZ.

Resumo

Este artigo analisa o estatuto jurídico e a relevância geoestratégica das Ilhas Esparsas no Canal de Moçambique, com foco nos efeitos na delimitação marítima e nas disputas de soberania entre França, Madagáscar, Maurícia e Comores. Adota-se uma abordagem qualitativa, combinando

How to cite this article: Faria, D. L., (2026). *On the Scattered Islands and Maritime Delimitation in the Mozambique Channel: A Legal and Geostrategic Perspective*. *Revista de Ciências Militares*, May, XIV(1), 41-68. [https:// www.ium.pt/publist/](https://www.ium.pt/publist/)

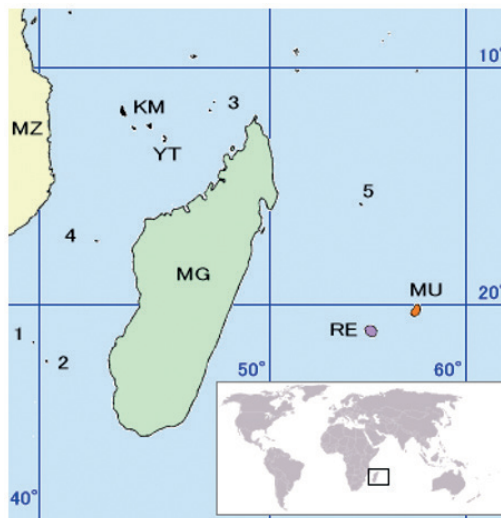
análise geopolítica e exame jurídico-comparativo de fontes normativas e jurisprudência internacional, com ênfase no artigo 121.º da CNUDM e em casos análogos (Selvagens e Chagos). O estudo enquadra o tema e a literatura, avalia a natureza jurídica das formações (ilha/rochedo) e aplica os critérios a cenários regionais. Conclui-se que, pela ausência de habitação humana permanente e de vida económica própria, as Esparsas tendem a qualificar-se como rochedos (artigo 121.º, n.º 3), não gerando zona económica exclusiva (ZEE) nem plataforma continental, o que limita a projeção de jurisdições marítimas. O precedente de Chagos reforça a leitura da controvérsia à luz da integridade territorial e da descolonização.

Palavras-chave: Canal de Moçambique; Chagos; Descolonização; Ilhas Esparsas; Ilhas Selvagens; Plataforma continental; ZEE.

1. Introduction

1.1. Framing of the study

The Scattered Islands have acquired increasing geopolitical relevance, particularly the two located in the Mozambique Channel. They constitute a group of five uninhabited islands in the Indian Ocean under French sovereignty.



Caption: * 1 : Bassas da Índia * 2 : Europa Island * 3 : Glorioso Islands * 4 : Juan de Nova * 5 : Tromelin (KM: Comoros, MG: Madagascar, UM: Mauritius, MZ: Mozambique, RE: Réunion, YT: Mayotte).

Figure 1 – Map of the Scattered Islands.

Source: Wikipédia

The present study aims to address the importance of the Scattered Islands in the French maritime power triangle in the Indian Ocean, highlighting the strategic implications for regional security and trade route control.

As it will develop, this research is based on a strategic analysis and the consequent development and argumentation of the legal nature of territories and maritime spaces, using international documents and jurisprudence, with a comparative analysis of normative sources and strategic documents.

To align the study with contemporary realities, the ecological and economic impacts of the French presence are explored, as well as the challenges of environmental conservation, which constitute a sustained and increasingly reinforced dimension of French strategic interest.

This analysis covers the period from 1978 to 2024, with occasional updating in 2025, and is primarily centred on France-Madagascar relations and their regional implications, with particular reference to the model of decolonisation pursued.

The independence of African peoples from the 1960s onwards has, in some cases, fragmented the old colonial units against the will of the new states, consequently giving rise to jurisdictional conflicts that remain highly relevant today, both from the standpoint of sovereignty and, potentially, regarding the legal nature of the insular territories under consideration.

Within this context and in a first approach, there is the issue of territorial disputes of several African countries neighbouring Mozambique, which claim sovereignty over the Scattered Islands.

From a complementary perspective, and drawing upon a critical reading of the 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS), with particular emphasis on Article 121, it is intended to further examine and provide legal substantiation for the limits to the demarcation of exclusive economic zones (EEZs) and continental shelves with regard to “islands” and “rocks” (UNCLOS, Articles 56 and 76).

It should be noted that the applicable international legal framework governing this matter is the UNCLOS, namely regarding the demarcation and delimitation of maritime spaces. It is intended to further examine the underlying principles of the convention and to apply them to the specific case of the Scattered Islands.

To this end, the present case is compared with the legal regimes of the Selvagens Islands and the Chagos Archipelago, requiring a legal and diplomatic approach capable of balancing considerations of sovereignty, sustainability, and regional cooperation.

It is immediately apparent that the delimitation of maritime spaces beyond 12 nautical miles between Mozambique, Madagascar, and the islands located in the Channel entails the application of equitable criteria among these territories, taking into account that they are situated opposite one another and that the distance between their baselines is less than 400 nautical miles (UNCLOS, Articles 74 and 83).

As a conclusion of the investigation, it is intended to reiterate the uncertainty surrounding French sovereignty over the islands and to reinforce the legitimacy of the claimant African

countries. At the same time, it aims to provide a legal basis for the position that, in light of the factual and legal circumstances, these islands are not entitled to generate an exclusive economic zone (EEZ) or a continental shelf.

The “general objective” (GO) of the research is defined as follows:

“To determine the legal status and geostrategic relevance of the Scattered Islands and to assess their effects on the delimitation of maritime spaces and on sovereignty disputes involving France, Madagascar, Mauritius, and the Comoros”.

Thus, the following central research question is established (or starting question):

“Do the Scattered Islands meet the requirements of Article 121 of UNCLOS to generate an EEZ and a continental shelf, and what implications arise for sovereignty claims and maritime delimitation in the Mozambique Channel?”

From the GO, the **following specific objectives** are derived:

- (i) To identify and characterize the legal regime of the Scattered Islands;
- (ii) To assess its impact on sovereignty claims and on the delimitation of adjacent maritime spaces.

To these specific objectives correspond respectively **the following derived questions**:

- i. What are the geostrategic impacts (in terms of routes, navigation control, surveillance, and conservation) of the non-generation of an EEZ and continental shelf by the Scattered Islands?
- ii. What contributions arise from the International Court of Justice (2019) on the Chagos Archipelago for interpreting territorial integrity and decolonisation in the context of the Scattered Islands?
- iii. What effects does such qualification have on the projection of jurisdictions (EEZ/continental shelf) and on the equity of delimitation with Madagascar and Mozambique?
- iv. What is the legal classification of each formation (island/rock) within the Scattered Islands under Article 121(3) of UNCLOS?

1.2. Brief Historical Overview

The Scattered Islands consist of a group of small coral islands, an atoll, and a reef located in the Indian Ocean, administered by France. Despite the absence of a permanent population, they have been subject to sovereignty claims by Madagascar, Mauritius, and the Comoros. Their strategic location and potential natural resources render the sovereignty dispute a sensitive and multifaceted issue, without prejudice to the challenges associated with the delimitation of maritime spaces with neighbouring States.

In 2019, UNESCO inscribed the “Terres australes et antarctiques françaises” (TAAF) as a World Heritage Site – excluding the Scattered Islands. TAAF include the Crozet Archipelago, the Kerguelen Islands, Saint Paul and Amsterdam Islands, as well as approximately 60 small islets located in the sub-Antarctic region.

These territories were designated as French national nature reserves in 2006 and subsequently expanded in 2016. Human activities are strictly prohibited in approximately one-third of the protected area, while in the remaining zones they are regulated, subject

to mandatory environmental impact assessments and prior authorization by the managing authority. Regarding the Scattered Islands, there is no official record of a UNESCO nomination (UNESCO WHC, “French Austral Lands and Seas”, List 1603 (2019), 45 COM 8B.64 (2023), map doc. 203827; TAAF (2023), Rapport annuel sur les îles Éparses).

From the perspective of international law, and further developing the analytical framework, the legal nature of insular formations assumes particular importance, as it may determine whether the demarcation of an exclusive economic zone (EEZ) and a continental shelf is justified. This approach may have significant implications for the delimitation of maritime spaces with neighbouring territories, particularly in the present case involving the Republic of Mozambique and Madagascar.

European presence in the Scattered Islands dates back to the period of the great maritime explorations, with records of Portuguese and French navigators passing through the region since the sixteenth century. However, it was France that consolidated the formal occupation of the islands between the eighteenth and nineteenth centuries. Sovereignty over these islands is contested by Madagascar, Mauritius, and the Comoros, with implications for each of these States (Jaffrelot, 2023).

Following Madagascar’s independence in 1960, the issue of sovereignty over the Scattered Islands became a sensitive point in Franco-Malagasy relations. On the French side, although the issue is little known to the public, there is strong resistance to any territorial concessions (France 24, 2025, Madagascar Voyage, 2022). One example is the agreement on the joint management of Tromelin Island with Mauritius, signed in 2010 but still blocked in the National Assembly.

Mauritius (independent from the United Kingdom since 1968), Madagascar (independent from France since 1960) and the Comoros (independent from France since 1975) all lay claim to these islands. Mauritius claims Tromelin, claiming that the island, discovered by France in 1722, was not ceded under the Treaty of Paris of 1814. Madagascar has claimed the Glorioso Islands (including Geyser Bank), Juan de Nova, Europa and Bassas da Índia since 1972. However, these islands were never part of the Malagasy Protectorate, having belonged to the colony of Mayotte and, subsequently, to the French Comoros, which have been administered separately since 1946. The Comoros also claim the Glorious Islands, associating them to the dispute over Mayotte.

In this context, the UN intervened in 1979 and 1980 with two non-binding resolutions, inviting France to negotiate with Madagascar the reintegration of the islands (United Nations General Assembly, 1979; United Nations General Assembly, 1980, Moov, 2023). In 2019, a joint commission was established between France and Madagascar with the aim of negotiating a diplomatic solution to the impasse (RFI, 2025).

In January 2020, Mauritius reaffirmed its sovereignty over Tromelin and its EEZ, rejecting any French claim. Paris replied that such declarations had no legal value, reiterating its full sovereignty over Tromelin.

The territorial dispute represents the culmination of the defence of geostrategic and economic interests. Some of the islands are located in the Mozambique Channel, a strategic maritime route where security is of critical importance. Also, for this reason, the heightened interest of Mozambique and Madagascar, as they seek to strengthen their capacity to combat illicit trafficking in narcotics, piracy, and terrorism, essentially by sea. This historical trajectory continues to shape the debate on sovereignty and raises the question of the legal status of these island formations.

The EEZ (and the continental shelf) of the Scattered Islands, considered by France, is extensive (640,400 km²) and includes fishing resources as well as potential hydrocarbon reserves. Although no confirmed discoveries have been made, the proximity of major gas fields in Cabo Delgado (Mozambique) has fuelled expectations, particularly with regard to Juan de Nova.

In this context, the granting of the “Juan de Nova Maritime Deep” license to Sapetro/Marex in 2013, subsequently extended until 2018, illustrates the growing economic interest in offshore exploration.

However, in 2017 (Légifrance, 2017), France authorized legislation prohibiting the issuance of new oil and gas exploration licenses. In February 2020, the French government announced that it would not renew the license, reinforcing the climate transition policy.

From an environmental perspective, the islands remain largely untouched, hosting fragile ecosystems and significant biodiversity. The exploitation of fishery resources is regulated by the French law of 21 July 2007, applicable to the French Austral Lands and Seas (TAAF), which only permits fishing activities conducted by authorized vessels.

As a historical curiosity, the island of Juan de Nova (Île Juan de Nova) was discovered by the navigator and explorer João da Nova (also known as Xoán de Novoa, João Galego, among other names and spellings), a Galician nobleman who lived in Portugal and served the Portuguese Crown.

In 1505, João da Nova embarked on one of his voyages to India, commanding one of the 22 vessels of the fleet led by the Viceroy Dom Francisco de Almeida. On his return, he commanded the renowned galleon “Frol de la Mar” (or “Frol de la Mar”), the largest and most powerful ship of its time, serving as the flagship of the Portuguese fleet. While rounding the Cape of Good Hope, the vessel suffered significant damage and returned to Mozambique for repairs. João da Nova then arrived on this island in the Mozambique Channel. The island of Juan de Nova has been a French possession since 1897 (Nautical Blog, 2017).

The geostrategic relevance of the Scattered Islands in the Mozambique Channel has been the subject of increasing attention, particularly in the context of sovereignty disputes between France and Madagascar.



Figure 2 – Aerial view of Juan de Nova Island.

Source: Nautical Blog

1.3. Methodology and method

Given the aim of the research, an approach was adopted which, from an ontological perspective, is grounded in the existing reality of the Scattered Islands, characterized by a diversity of legal regimes of sovereignty and the delimitation of maritime spaces. Therefore, the formulation of hypotheses is not justified; rather, the focus lies on the search for arguments that substantiate the legal nature of the islands and the sovereignty exercised over them, seeking to understand and take advantage of structural, political, social, economic, and military factors.

The study therefore adopts a qualitative strategy in addressing an issue that incorporates legal, strategic, and institutional elements.

Thus, two distinct methodological procedures are adopted: on the one hand, a geopolitical analysis of the insular formations is conducted through documentary sources of various origins, assessing their strategic relevance and the interests of the States involved; on the other hand, a legal-comparative analysis is developed, based on UNCLOS, international jurisprudence, and analogous cases (the Savage Islands and the Chagos Archipelago).

The aim is therefore to address, in an integrated manner, the geostrategic dimension and the legal aspect of the delimitation of the EEZ and the Continental Shelf, particularly regarding the classification of “islands” and “rocks”.

Despite the distinction between the aforementioned methodological procedures, both are based on a qualitative approach, supported by the analysis of legal texts, international jurisprudence, and the official positions of the States.

At the strategic level, the methodology focuses on the geopolitical analysis of the territories in question, seeking to understand the strategic relevance attributed by the States and how they substantiate and defend their claims at the international level.

On the other hand, geopolitical analysis must also consider certain factors when assessing insular formations.

Among these, structural (geographical) factors are of paramount relevance to the subject under analysis, namely the position and control of shipping routes, the distance from neighbouring coasts, natural resources (fishing/energy), and environmental considerations. The geographical location of the two islands in the Mozambique Channel is significant for the delimitation of maritime spaces within the Channel, as well as for their natural and environmental resources.

As for structural (non-geographical) factors, these include legal status and administrative effectiveness, the density of infrastructure, the history of occupation and acts of sovereignty, and the institutional framework (TAAF/DOALOS), all of which will be examined in the course of the research.

Conjunctural (social and economic) factors have little expression, except for certain environmental conservation projects, given the near absence of population.

Conjunctural (political and military) factors are relevant in the context of disputes between France and Madagascar over the sovereignty of the islands, as well as those related to navigation control in the channel, including maritime threats (piracy, trafficking, terrorism), diplomatic agendas (AU/UN), and the impact of extreme climatic events.

From a legal perspective, a dogmatic and hermeneutic approach is adopted, centred on the interpretation of applicable international legal norms, the examination of pertinent jurisprudence, and the comparative analysis of concrete cases.

In this context, two paradigmatic cases are examined — the Selvagens Islands and the Chagos Archipelago — which present similarities with the situation under study, both with regard to issues of sovereignty and to the delimitation and limits of maritime spaces.

1.4. Structure of the study

The structure of the study is thus divided into the following chapters, which will sequentially develop the steps already outlined, as follows:

The present chapter aims to define the basic question that guides the investigation, clarifying the object of the study, providing a brief historical overview, outlining the methodology, and establishing its structure; in a second chapter, a literature review is conducted; the third chapter addresses the geopolitical perspective and the economic potential of the Scattered Islands; the fourth chapter is dedicated to the analysis of issues concerning State jurisdiction over the Scattered Islands, also drawing on elements of comparative law arising from the legal regime proposed for the Selvagens Islands and the Chagos Archipelago; the fifth chapter corresponds to a preliminary synthesis of the implications of the legal nature of the Scattered Islands; and, finally, the sixth chapter presents the conclusions and final considerations.

2. Review of the literature

The “state of the art” on this topic presents a fundamental framework according to which the Scattered Islands, within legal, geopolitical, and environmental contexts, have been the subject of various studies that converge around three main axes: the projection of maritime power, the international legal framework, and conservation strategies.

2.1. In terms of geostrategy, maritime safety and environmental conservation

Based on documents from 2015 to 2022, Lopes (2015) highlights the role of the Scattered Islands as central elements of the French presence in the Mozambique Channel, associating their administration with the maintenance of a military and scientific infrastructure that reinforces France's influence in the south-western Indian Ocean. In summary, the author emphasizes that these islands represent true geostrategic and ecological "treasures" in the Mozambique Channel, whose significance transcends the limits of national sovereignty (Lopes, 2015).

Randrianarisoa (2022) complements this vision by highlighting the diplomatic obstacles to resolving the dispute with Madagascar, emphasising the significance of regional alliances and the post-colonial narrative.

Meanwhile, Jaffrelot, C. (2023) conducts a political and strategic analysis of the French presence in the Western Indian Ocean islands, including the Scattered Islands. He highlights the military importance and the EEZ associated with these islands, as well as the role of France in projecting maritime power. Although this does not fall within the legal classification of island formations, it supports the strategic and economic interest of these maritime areas.

Fernández, C. & Philippe, L. (2015) discuss the importance of the Scattered Islands, analysing the geostrategic aspects, as well as the identification and relevance of their natural resources.

From a maritime safety perspective, Silva, PM (2024) addresses the importance of islands and islets in the delimitation of maritime jurisdiction areas. He explicitly refers to the Mozambique Channel and the impact of the French presence in the Scattered Islands. Although he does not address the legal nature of islands and rocks, he raises the issue of EEZ delimitation and the control of strategic routes (Châtaigner, 2015, 72–74; Villatoux, 2021).

In fact, the Scattered Islands occupy a strategic position on a vital shipping route in the Mozambique Channel. Security in the region is essential, particularly in the face of threats such as piracy and terrorism.

Finally, several studies, such as those by the Centre National D'études Spatiales, (CNES) (n.d.), address the instrumentalization of environmental conservation as a strategy for asserting sovereignty. The creation of natural reserves, the limitation of economic exploitation and scientific presence are interpreted as forms of legitimate occupation, with a direct impact on the legal qualification of the islands and their ability to generate exclusive economic zones (EEZs) (Dias, 2018; Lopes, 2015; Muianga, 2019; Mutombene, R. J., et al., 2021).

2.2. Within the framework of International Law – general considerations

Without disregarding earlier works addressing the issue of jurisdiction over insular formations, namely the legal nature of the Selvagens Islands (inter alia, Lynce de Faria, 2002) in the period between 2009 and 2022, Dias (2018) and Muianga (2019) analysed the limits of insular occupation in light of the UNCLOS, with particular emphasis on Article 121. These authors discuss the legitimacy of islands in generating specific maritime zones, taking into account criteria such as habitability, economic activity, and functional occupation.

International jurisprudence, namely the advisory opinion of the International Court of Justice concerning the Chagos Archipelago, is frequently invoked as a relevant precedent, reinforcing the principle of territorial integrity within the broader process of decolonisation.

In turn, Tanaka, Y. (2024) constitutes a particularly recent reference concerning the differentiated legal status between “islands” and “rocks”, in which the author elucidates the implications for the EEZ and the continental shelf. Tanaka cites recent case law, including the Permanent Court of Arbitration (PCA). 2016 and the International Court of Justice (2019), to illustrate maritime delimitation in relation to small insular formations. The aforementioned legal framework may be applied to the Scattered Islands, given the similarity in classification.

Mbaye F. (2023) presents a recent analysis of maritime sovereignty and international law in Africa, including the case of the Scattered Islands and how the classification of insular formations may affect the continental shelf of African coastal States.

It is also worth mentioning the recent institutional/ technical reference of the United Nations concerning the Delimitation of Boundaries and Sovereignty Disputes – DOALOS (n.d.), which constitutes a United Nations technical document in which recent cases of maritime delimitation are presented, including references to archipelagos in the western Indian Ocean. It expressly mentions Chagos Archipelago, Tromelin Island, and Franco-African disputes. It includes specific sections on EEZ, the continental shelf, and the application of Article 121 of UNCLOS.

Although that document does not explicitly address the Scattered Islands by name, it mentions the “disputed insular maritime zones between France and African coastal States”, which, in effect, encompasses the case of those islands.

2.3. Within the framework of International Law – the Scattered Islands

Regarding the legal aspects relevant to the present article, the following authors and their respective contributions are of note: Andriamiharisoa, F. S. P. (2022); Châtaigner, J.-M. (2015); Lynce de Faria, D. (2002); Oxford Public International Law. (2009), Rafaly, V. (2020), Quartin Graça, P. (2015), & Villatoux, P. (2021).

Andriamiharisoa, F. S. P. (2022) examines the Scattered Islands within the broader framework of international relations, emphasizing their geostrategic significance and focusing on the sovereignty disputes surrounding these territories.

In turn, Châtaigner, J. M. (2015) addresses the issues of sovereignty and the somewhat debatable notion of co-management of the Scattered Islands, bringing to the fore the challenges and implications of these disputes for France and for the States asserting claims of sovereignty.

Lynce de Faria, D. (2002) explores questions of jurisdiction and the delimitation of maritime spaces, with particular focus on the Selvagens Islands, offering a useful comparative framework for understanding the legal nature of the Scattered Islands.

Conversely, Oxford Public International Law (2009) presents a work that provides a vision of the Scattered Islands, including their legal status (but with a very brief consideration of their nature as insular territory) and the implications of sovereignty disputes at an international level.

Rafaly, V. (2020), in turn, provides a detailed legal overview of the status of the Scattered Islands, analysing the legal limits to the extension of maritime entitlements derived from such formations and addressing the issue of maritime delimitation beyond the territorial sea.

Quartin Graça, P. (2015) highlights the historical and legal importance of the Selvagens Islands, providing a comparative basis for understanding the legal nature of the Scattered Islands.

Finally, Villatoux, P. (2021) addresses the Scattered Islands within the field of international relations, highlighting their strategic importance for France, as well as the diplomatic challenges involved in addressing the ongoing sovereignty disputes over these territories.

In summary, the aforementioned texts primarily address issues of sovereignty over the Scattered Islands, rather than their legal nature under the terms of UNCLOS (Lynce de Faria, D., 2002; Quartin Graça, 2015).

Indeed, UNCLOS, particularly Article 121, establishes fundamental criteria for distinguishing between islands and rocks, with direct implications for the delimitation of EEZs and the continental shelf.

In particular, nr 3 of Article 121 sets out a cumulative test (the capacity to sustain human habitation and/or an economic life of its own), which determines whether an insular feature may generate an Exclusive Economic Zone and a continental shelf. Where this test is not satisfied, the projection of jurisdiction beyond the territorial sea is legally constrained, and maritime delimitation with respect to mainland coasts must prioritize equity and proportionality.

In summary, the literature converges on the strategic centrality and legal controversy surrounding the Scattered Islands, with the most relevant contributions by the various authors on this topic since 2009 being listed in Appendix B.

This convergence may be organized along three main axes: (i) the geostrategic function of the Scattered Islands within the Mozambique Channel and the broader French maritime posture in the Indian Ocean; (ii) the sovereignty dispute in a post-colonial context and in relation to the principle of territorial integrity; and (iii) environmental conservation as an instrument of presence and administrative legitimization. This structure enables a transition from a descriptive “state of the art” overview to an analytical interpretation of the legal and maritime impacts (EEZ/continental shelf) and the underlying geopolitical incentives.

3. The geopolitical perspective and the economic potential of the Scattered Islands

3.1. Pending territorial claims

The French administration of the Scattered Islands has been subject to criticism and subsequent claims by three African States: Madagascar, Mauritius, and the Comoros.

Madagascar has claimed the Glorioso Islands, Juan de Nova, Europa, and Bassas da India since 1972, on the basis of their historical integration within Malagasy territory and the principle of territorial integrity, as enshrined in the United Nations General Assembly resolutions of 1979 and 1980 (United Nations General Assembly, 1979; United Nations General Assembly, 1980; Andriamiharisoa, 2022, The Nature Conservancy Brasil (TNC), 2023).

Mauritius contests French sovereignty over Tromelin Island, claiming that the island was not formally ceded under the Treaty of Paris of 1814 (Oxford Public International Law, 2009; Fernández & Philippe, 2015). The Comoros, in turn, associate the Glorioso Islands with the dispute over Mayotte, considering that both should have been incorporated into the national territory following independence in 1975 (Châtaigner, 2015).

Despite the establishment, in 2019, of a joint commission between France and Madagascar, diplomatic progress has remained limited. France maintains a firm position regarding its sovereignty, proposing models of scientific and environmental co-management while avoiding any discussion of territorial transfer. The reaffirmation of Mauritian sovereignty over Tromelin Island in 2020, and the French response denying legal effect to that declaration, illustrate the persistent impasse (Jaffrelot, 2023, 45–62).

The Scattered Islands occupy a strategic position within the Mozambique Channel, a vital maritime route linking the Middle East, Asia, and Southern Africa. Their geographical location enables the control of trade flows and the monitoring of illicit activities, such as piracy, drug trafficking, and terrorism. The (alleged) lack of effective deterrence capabilities on the part of claimant States reinforces the importance of the French presence for regional security (Villatoux, 2021; Châtaigner, 2015; Lopes, 2015).

The geostrategic dimension of the islands is widely recognized. The EEZ and the associated continental shelf exceed 640,000 km², covering areas with fishing and energy potential. Although no confirmed discoveries have been made, the proximity of gas fields in Cabo Delgado Province has fuelled expectations, particularly in relation to Juan de Nova Island. The granting of the “Juan de Nova Maritime Deep” licence to Sapetro/Marex in 2013, and its non-renewal in 2020, reflect the tension between economic interests and ecological transition policies (Légifrance, 2013; Légifrance, 2015; Légifrance, 2017; Petroleum Africa, 2013).

It is clear that security matters, in general (and maritime security in particular), and the exploitation of energy resources are explicitly interconnected in the Mozambique Channel, both from the perspective of controlling strategic routes and with regard to the security conditions required for resource exploitation. Without security, there can, undoubtedly, be no effective exploitation of resources (Silva, 2024).

From an environmental perspective, the islands remain largely pristine, hosting fragile ecosystems and significant biodiversity. Vegetation ranges from herbaceous species to mangroves and coconut palms, while the fauna includes marine turtles, migratory birds, and coral reef systems. France has promoted the creation of nature reserves and invested in scientific research, using environmental conservation as an additional argument to support the maintenance of sovereignty.

It may thus be asserted that the disputes in question reflect a bipolarity between sovereignty itself and the exercise of a presence that guarantees the dominance and geostrategic use of the Islands. This form of “shared sovereignty” appears particularly difficult to achieve in practice. This historical trajectory continues, naturally, to shape the contemporary legal debate.

The main positions of States and international organizations regarding the status of the Scattered Islands are summarized in Appendix A.

3.2. On the maritime power triangle in the Indo-Pacific

The French presence in the Indian Ocean is based on a geostrategic configuration composed of the Scattered Islands, Mayotte, and Réunion. This maritime power triangle enables France to exercise control over vast oceanic areas, project regional influence, and secure privileged access to key commercial routes and natural resources. With a maritime area exceeding 640,000 km², this territorial architecture positions France among the main extra-regional actors in the Indo-Pacific (Wikiwand, 2022; CNES, n.d.).

The Scattered Islands, although uninhabited and of limited land area (43 km² in total), are key elements of this triangle. Comprising Bassas da India, Europa Island, the Glorioso Islands (including the Geyser Bank), Juan de Nova Island, and Tromelin Island, they are dispersed across the Mozambique Channel and administered by the French Austral Lands and Seas (TAAF). Their strategic location between Madagascar and the eastern coast of Africa enables France to monitor maritime flows, reinforce regional security, and assert sovereignty over disputed maritime spaces (France 24, 2025; The Week UK, 2025; Jaffrelot, 2023).

France has consolidated its presence in these territories through naval patrols, meteorological stations, scientific missions, and environmental conservation policies. The establishment of nature reserves and marine protected areas functions as an instrument of territorial legitimization, linking sovereignty to ecological responsibility. Mayotte, which became a French department in 2011, and Réunion, serving as an administrative and logistical hub, complete the operational structure of the triangle (CNES, n.d.; TAAF, 2023).

This positioning allows France to control the Mozambique Channel, a vital maritime corridor for the transport of hydrocarbons, natural gas, and goods between the Middle East, Asia, and Southern Africa. It is estimated that more than 5,000 vessels transit the channel annually and that its seabed may contain up to 12 billion barrels of oil and 5 billion cubic meters of natural gas (Lopes, 2015).

The consolidation of the French presence also constrains the expansion of other maritime powers, such as China, India, and Russia, which have invested in ports, naval bases, and strategic partnerships with African countries. This multipolar dynamic reinforces the geopolitical value of the Scattered Islands, which act as nodes for support, surveillance, and power projection.

Conversely, this model of territorial presence has attracted criticism, being at times interpreted as a form of neo-colonialism. Authors such as Randrianarisoa (2022) and Châtaigner (2015) emphasize the resistance of local populations and neighbouring States to the continued maintenance of overseas territories under European administration, particularly within post-colonial contexts.

In summary, the triangle formed by Réunion, Mayotte, and the Scattered Islands constitutes an architecture of influence that combines physical presence, legal legitimacy, scientific capital, and diplomatic projection. Its maintenance is essential for France to continue to play

a relevant role in the Indo-Pacific, in an era characterized by the growing strategic value of maritime spaces and intensifying global competition.

As in international strategy and the exercise of power “there are no empty spaces”, the opposite is equally valid. In fact, the assertion of a French presence constrains the expansion of other countries with maritime ambitions, such as China, India, and Russia, which have invested in ports, naval bases, and military exercises with African partners (RFI, 2025). It is argued that this posture, portrayed in some sources as a form of French “neo-colonialism”, encounters some resistance among populations in several African countries, particularly in Southern and Eastern Africa.

The French territorial argument is essentially grounded in administrative acts relating to the management of these territories, which appears insufficient, in itself, to substantiate and legitimize claims of sovereignty. In fact, since the 1960s, the fragmentation of colonial territories previously administered as unified entities has weakened this position, since such arrangements are neither recognized nor accepted by the newly independent States.

Strategic competition within this triangle directly affects maritime security in the Mozambique Channel. Portugal and the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) may play a significant role in this context, particularly given that maritime security in the Channel also falls within the responsibility of Mozambique and is of direct relevance to that country as a guarantee for the exploitation of resources within its areas of jurisdiction (Silva, 2024, IORA, 2022).

3.3. Economic potential and environmental sustainability

The Scattered Islands, notwithstanding their uninhabited status, exhibit considerable economic and ecological potential, thereby attracting the interest of a range of regional and international actors. Their strategic positioning within the Mozambique Channel, coupled with the extensive maritime zones to which they are associated, affords France privileged access to fisheries and energy resources (DOALOS, n.d.).

Juan de Nova Island, in particular, was the subject of an offshore exploration license granted in 2013 to the Nigerian company Sapetro and the American company Marex Petroleum. The concession area, — approximately 52,990 km² — is located in proximity to the Rovuma Basin, where substantial natural gas reserves have been identified by companies such as ENI and Anadarko (Petroleum Africa, 2013; Légifrance, 2013; Légifrance, 2015). Although the results of the exploratory drilling have not been publicly disclosed, the expectation of significant discoveries further consolidates the strategic relevance of the region.

However, in 2017, the French Parliament enacted Law No. 2017-1839, which prohibits the granting of new hydrocarbon exploration licenses; subsequently, in 2020, the French government announced that it would not renew the Juan de Nova concession, thereby aligning with its ecological transition policy (Légifrance, 2017, Loi No. 2017-1839). This decision reflects a paradigmatic shift, privileging environmental conservation over energy exploitation.

From an ecological perspective, the Scattered Islands exhibit distinctive ecosystems and considerable biodiversity. Vegetation is scarce and varies across the territories, ranging from herbaceous cover (Tromelin) to euphorbia-dominated forests and mangrove systems (Europa and the Glorioso), and to coconut palms and Casuarina (Juan de Nova). Bassas da India, in turn, constitutes a submerged atoll without terrestrial vegetation. The fauna includes coral reef systems, marine turtles that nest on Europa and Tromelin, as well as significant seabird colonies, including frigatebirds, boobies, terns, and flamingos (IRD, 2016, 110–111; Villatoux, 2021, 121–122; Université de La Réunion, 2019; UICN France, 2020).

The exploitation of fishery resources is regulated under French legislation applicable to the French Austral Lands and Seas (TAAF), permitting fishing exclusively by authorized vessels (TAAF, n.d.). This regulatory framework is designed to preserve fragile ecosystems and to ensure the long-term sustainability of fishing activities.

Studies by the International Union for Conservation of Nature (IUCN) and the Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) confirm that the Scattered Islands constitute critical habitats for migratory and marine species, which justifies their classification as nature reserves of international significance (UICN France, 2020; Université de La Réunion, 2019). Although no formal UNESCO nomination has been submitted, France has invested in satellite monitoring, oceanographic data collection, and the protection of endemic species, reinforcing a discourse of “environmental sovereignty”.

Within the regional framework, particular attention is drawn to the proposal by The Nature Conservancy Brasil for the establishment of a Marine Protected Area encompassing maritime spaces under Mozambican jurisdiction, promoting integrated and sustainable coastal management (The Nature Conservancy Brasil (TNC), 2023). The assessment of demersal fish conducted by the National Institute for Fisheries Research (INIP) between 2016 and 2020 reinforces the ecological importance of the region and the necessity for scientific and environmental cooperation among coastal States (Mutombene et al., 2021).

A central aspect of resource utilization lies in hydrocarbon prospecting (Dias, 2018). Although the results of exploratory drilling remain undisclosed, the proximity to the gas fields of Cabo Delgado, Mozambique, has generated renewed expectations.

Juan de Nova Island was the subject of an offshore exploration licence granted in 2013 to Sapetro (Nigeria) and Marex Petroleum (United States) (Légifrance, 2013 (JORF/TAAF) (decree modifying the licence); Légifrance, 2015 (JORF No. 0225) (decree extending the license until 30 December 2018); Petroleum Africa, 2013 (“Transfer of Ownership for Exclusive Juan de Nova Permit Complete”). In 2017, the French Parliament prohibited the issuance of new exploration licenses (Légifrance, 2017, Law No. 2017-1839).

According to a statement dated 29.11.2013, South Atlantic Petroleum (SAPETRO) completed the transfer of the “Juan de Nova Maritime Deep” licence (together with ROC Oil) and the associated joint participation with Marex Petroleum, an operation included in the official acts of 25.09.2013 and 21.09.2015 (Petroleum Africa, 2013; Légifrance, 2013; Légifrance, 2015).

From this passage, it may be inferred that SAPETRO’s exploratory interest was closely aligned with ENI’s recent discoveries in the Rovuma Basin, under the jurisdiction of the

Republic of Mozambique. The importance of maritime security in the Mozambique Channel is also closely linked to the delineation of coastal States' jurisdiction over areas deemed essential to ensuring the free circulation of navigation and which may likewise be subject to the exploitation of resources in the water column, seabed, and subsoil (Silva, 2024).

Therefore, the importance of delimiting Mozambique's continental shelf in the border area adjacent to Juan de Nova Island is reaffirmed.

4. Outstanding issues concerning jurisdiction over the islands

4.1. The claim of sovereignty over the islands

The claim of sovereignty by Madagascar over the Scattered Islands dates back to 1972 (Mbaye, 2023) and is grounded in fundamental principles of international law, such as the right to self-determination of peoples and territorial integrity within the decolonisation process. United Nations General Assembly Resolutions 34/91 (1979) and 35/123 (1980) called upon France to negotiate the reintegration of the islands into Malagasy territory (United Nations General Assembly, 1979; United Nations General Assembly, 1980; Andriamiharisoa, 2022).

Mbaye (2023) emphasises sovereignty and an African interpretation of the Law of the Sea, including the cases of the Chagos Archipelago, Glorieuses, and Tromelin, and makes an indirect reference to the Scattered Islands within the context of African claims against France. The author raises questions regarding the legal nature of island formations and how such classification may affect the continental shelf of African coastal States.

The African Union also reaffirmed in 2023 its support for Madagascar's sovereignty over the Scattered Islands, calling for peaceful negotiations with France (Moov, 2023).

The administrative separation of the islands prior to Madagascar's independence in 1960, by decree of the French government, constitutes a violation of the principle of territorial integrity, as enshrined in UN Resolution 1514 (XV), which states:

"Any attempt aimed at the partial or total disruption of the national unity and the territorial integrity of a country is incompatible with the purposes and principles of the Charter of the United Nations." (United Nations General Assembly, 1960).

More recently, the advisory opinion of the International Court of Justice (ICJ) on the Chagos Archipelago, requested by the UN in 2019, has reinforced the legitimacy of territorial claims in decolonisation contexts. The ICJ concluded that the detachment of Chagos from Mauritius constituted a violation of the right to self-determination.

The ICJ opinion concluded that: "The separation of the Chagos Archipelago from Mauritius in 1965 was not based on the free and genuine expression of the will of the Mauritian people and was therefore contrary to the right to self-determination."

The same document determined that the United Kingdom should bring its administration of the archipelago to an end expeditiously, recognising that the decolonisation of Mauritius had not been lawfully completed owing to the violation of the principle of territorial integrity. Although not legally binding, this opinion is frequently invoked by Madagascar as a juridical precedent.

These same arguments may, therefore, be invoked by Madagascar, since the alleged “territorial separation”, against the expression of the principle of self-determination of colonised peoples, constitutes an inherent defect in the decolonisation process, arising from the violation of the principle of Territorial Integrity. Such cases illustrate how the principle of territorial effectiveness remains central to the determination of insular sovereignty.

Madagascar possesses a range of legal instruments through which to advance its claim, including the possibility of requesting an advisory opinion from the International Court of Justice (Article 96 of the United Nations Charter), as well as diplomatic mobilisation within the African Union, the Group of 77, and the General Assembly.

In fact, the International Court of Justice (2019) reinforces the centrality of territorial integrity in the decolonisation process, providing a particularly relevant interpretative parameter for the case of the Scattered Islands where the administrative separation of colonial territories precedes independence. Although non-binding, this precedent consolidates the argument for sovereign repositioning and underscores the need for caution in the projection of derived jurisdictions.

At the political level, the visit of the French President, Emmanuel Macron, to Antananarivo in April 2025 relit the debate, though without tangible progress. The official positions of France, Madagascar, and the African Union are summarised in the comparative table presented in Appendix A.

4.2. The legal status of the Scattered Islands for the purposes of UNCLOS

In addition to the sovereignty dispute, it is essential to consider the legal status of the Scattered Islands in light of Article 121 of UNCLOS. Paragraph 3 of this article establishes that:

“Rocks which cannot sustain human habitation or economic life of their own shall have no exclusive economic zone or continental shelf.”

The Scattered Islands are uninhabited and do not possess any form of autonomous economic life. Occasional scientific or military presence does not constitute sustainable economic activity. Consequently, these formations should be classified as “rocks”, thereby invalidating the generation of EEZ or continental shelf beyond 12 nautical miles.

In a partially different approach, certain strands of delimitation jurisprudence have opted to accord reduced (rather than entirely null) effect to small insular formations, depending on coastal configuration and the objective of achieving an equitable result. Nonetheless, this judicial practice reinforces the need to justify, on the basis of objective criteria, the weight to be attributed to the Scattered Islands in delimitation processes and to avoid disproportionate projections of maritime jurisdiction from micro-formations (International Court of Justice, 2009; International Court of Justice, 2012; ITLOS, 2012; ITLOS (Special Chamber), 2017).

In fact, the prevailing legal interpretation holds that Article 121(3) excludes from the definition of “island”, for the purposes of EEZ and the continental shelf, any formation that cannot sustain permanent human habitation or an economic life of its own. In this regard, the expression “economic life of their own” implies the existence of a sustainable economic activity, rather than merely occasional presence or external exploitation.

This interpretation is corroborated by recent jurisprudence and specialised doctrine, from authors such as Rafaly, Tanaka, and Mbaye, who emphasise the legal limits to the extension of maritime entitlements in respect of formations lacking habitability or autonomous economic life (Rafaly, 2020, Tanaka, 2024, Mbaye, 2023 e Rafaly, 2020, 530–544).

Thus, even if sovereignty is granted to either France or Madagascar, the legal status of the islands constrains the scope of rights over marine and energy resources. The delimitation of maritime zones must, therefore, be conducted in accordance with the criteria set out in UNCLOS, otherwise, international legality may be compromised and diplomatic disputes may arise.

4.3. The arguments to be drawn from the Chagos Archipelago case

The Advisory Opinion of the ICJ, dated 25.02.2019, held that the process of decolonisation of Mauritius had not been lawfully completed at the time of independence. For this reason, the United Kingdom is required to bring its administration of Chagos to an end “as rapidly as possible”, and all States have a duty to cooperate with the United Nations in completing the process of decolonisation (*erga omnes* obligations) (International Court of Justice, 2019).

On 22.05.2019, the UN General Assembly acted upon the Advisory Opinion by adopting Resolution 73/295 (116–6–56), which affirms that Chagos integrates Mauritius, urges the United Kingdom to withdraw its administration within a maximum period of six months, and calls upon States and international organisations to cooperate in completing the decolonisation process (United Nations General Assembly, 2019).

On 28.01.2021, the Special Chamber of the ITLOS in the Mauritius/Maldives case (Preliminary Objections) affirmed its jurisdiction to proceed with delimitation notwithstanding objections based on the sovereignty dispute, thus recognising the legal relevance of the ICJ Advisory Opinion and Resolution 73/295 in determining the status of Chagos within the delimitation context (ITLOS (Special Chamber), 2021 — Mauritius/Maldives (Preliminary Objections) – judgment).

In substantive terms of the Law of the Sea, the arbitral tribunal in the South China Sea Arbitration (PCA, 2016) clarified the interpretation of Article 121(3) of UNCLOS by requiring an objective capacity of the feature to sustain human habitation or an economic life of its own, distinguishing “islands” from “rocks” and avoiding the disproportionate projection of jurisdiction from micro-features lacking such capacity — a standard that is transferable when assessing the maritime effects of uninhabited insular formations such as the Scattered Islands (PCA, 2016 — South China Sea Arbitration (Philippines v. China), Award (12 July 2016) — interpretation of Article 121(3)).

From this body of legal arguments and within the framework of international law that supported the reintegration of the Chagos Archipelago into Mauritius (International Court of Justice, 2019 → United Nations General Assembly, 2019 → ITLOS, 2021), the following corollaries may be drawn, which are applicable to the Scattered Islands:

Reassessment of colonial territorial separations in light of territorial integrity and self-determination – In the case of the Scattered Islands, there was a separation of the French

colonial territory from the subsequent independent territory, thereby disrupting territorial unity without the consent of the newly independent State;

At the institutional level, the documents highlight the duties of cessation/cooperation between the parties (in the case at hand, with the United Kingdom) — France is under an obligation to revisit the case concerning the violation of territorial integrity during the colonial period;

Where maritime delimitation depends on a territorial status that has already been clarified by the United Nations, such status should be maintained in subsequent judicial decisions — if this status were to follow the same trajectory as Chagos, sovereignty over the Scattered Islands would clearly fall to the successor States to the colonial regime; and

The restrictive application of Article 121(3) to formations incapable of sustaining human habitation or economic life (without prejudice to those which, for historical reasons, have been placed under an environmental protection regime, and which are therefore inherently incompatible with the development of economic activity and the maintenance of a resident population).

4.4. In light of comparative law with the Selvagens Islands

The legal analysis of sovereignty over the Scattered Islands may be enriched through a comparative examination of the Selvagens Islands, located in the Atlantic Ocean and under Portuguese sovereignty as part of the Autonomous Region of Madeira. Both cases involve small insular formations with implications for the delimitation of the EEZ and the continental shelf.

Since the sixteenth century, the Selvagens Islands were privately owned and transmitted through inheritance, with the exploitation of natural resources such as fishing, hunting, and endemic flora. In July 1971, the Portuguese State acquired the islands from the heirs of Luiz da Rocha Machado and established the Selvagens Islands Nature Reserve, encompassing the surrounding maritime areas up to the 200-metre bathymetric line (Regional Legislative Decree No. 8/2022/M, preamble, Government of the Autonomous Region of Madeira, 2017).

This designation as a strict nature reserve took place prior to the signing of UNCLOS in 1982 and was long before the Convention entered into force on 16 November 1994.

It was this Convention that introduced the distinction between the legal nature of “islands” and “rocks”, excluding the latter from the entitlement to EEZ and a continental shelf on the grounds that they are unable to sustain human habitation or economic life of their own (UNCLOS, Article 121(3)).

Although a strict nature reserve is incompatible with the establishment of a permanent population, the Selvagens Islands were historically inhabited and, under normal circumstances, could be so again. This argument has been invoked by Portugal to exclude the classification of the Selvagens as “rocks”, securing their right to an exclusive economic zone and a continental shelf.

Jurisprudence and specialised doctrine, including the work of Quartin Graça (2015) and Lynce de Faria (2002), maintain that the Selvagens Islands satisfy the requirements set out under UNCLOS, in contrast to the Scattered Islands, which remain uninhabited and devoid

of any form of autonomous economic life (Quartin Graça, 2015; Lynce de Faria, D., 2002). The occasional scientific or military presence on the Scattered Islands does not constitute sustainable economic activity, reinforcing their classification as “rocks”.

In the case of the Selvagens Islands, and in order to reinforce the continuous presence of personnel on these insular formations, the National Maritime Authority undertook, from 2015 onwards, the modernisation and upgrading of the electrical supply system of the Pico da Atalaia lighthouse through the installation of solar panels. The lighthouse was also equipped with the “Costa Segura” system, comprising radar and surveillance camera technology.

The infrastructure at the Cagarras cove was also refurbished and substantially expanded in order to accommodate, on a permanent basis, two officers of the Maritime Police and one member of the militarised personnel of the “Troço do Mar”. These works included the installation of an emergency generator, solar panels, and battery systems for the supply of electrical power, as well as the construction of accommodation for assigned personnel and a facility for any detainees.

On Selvagem Grande, a branch of the Maritime Department of the Funchal Harbourmaster’s Office, as well as a branch of the Local Command of the Maritime Police of Funchal, was likewise established.

The works also included the comprehensive upgrading of the access ramp to the sea, enabling the launching and recovery of a Maritime Police vessel that has since operated on a permanent basis. A dedicated structure was also built to house the vessel, together with a breakwater designed to protect this facility and to ensure calmer waters in the surrounding area of the head of the ramp. Mooring systems for the vessel were also installed in the Cagarras cove. Finally, satellite communications, comprising voice, data, and image transmission, were established on a permanent basis.

On Selvagem Pequena, a 360-degree camera was installed which, when linked to Selvagem Grande, enables the surveillance of the islands and their surrounding areas. The radar and camera systems transmit information in real time to the station on Selvagem Grande, as well as to the Funchal Harbourmaster’s Office and the Local Command of the Maritime Police of Funchal.

Shortly after the installation of these systems, the Maritime Police detained a Spanish vessel and its crew while engaged in illegal fishing activities within the area of maritime jurisdiction, which led to the immediate ending of illegal fishing within the Selvagens Islands Nature Reserve.

This recent activity within the perimeter of the Selvagens Islands reflects an intensification of the exercise of sovereignty and jurisdiction by the Portuguese State, reinforcing the legal status of these insular formations as “islands” under Article 121(3) of UNCLOS.

This distinction is essential for the delimitation of maritime spaces, also with regard to the Scattered Islands and, in particular, the Mozambique Channel. The absence of permanent human habitation and sustained economic activity on the Scattered Islands limits the

maritime zones that may be generated from those formations by France, or by any State that may succeed it in sovereignty, in accordance with UNCLOS.

The legal analysis of sovereignty over the Scattered Islands may be enriched through a comparison with the case of the Selvagens Islands, located in the Atlantic Ocean within the Autonomous Region of Madeira. Both situations involve small insular formations with implications for the delimitation of the EEZ and the continental shelf, and the arguments differ significantly.

Since the sixteenth century, as privately owned territory, the Selvagens Islands were transferred through inheritance, whose owners derived substantial income from the exploitation of wild flora, fishing, and hunting (Lynce de Faria, D., 2002; Quartin Graça, 2015, pp. 107–125).

In 1959, the owners of the islands were the heirs of Luiz da Rocha Machado, represented by his son, who had the same name, and by Luiz Alberto Pestana, a partner in “Casa Rocha Machado e C., Lda.” In Funchal, a plot of land was donated to the State for this purpose.

In July 1971, the Portuguese State acquired the Selvagens Islands from a national (Rocha Machado), and on 29 October of the same year a nature reserve was established, encompassing the surrounding maritime areas up to the 200-metre bathymetric line. Since 1971, the islands have thus been under the territorial administration of the Autonomous Region of Madeira and classified as Strict Nature Reserves.

And so, the Selvagens Islands were classified as a strict nature reserve as early as 1971, well before the entry into force of UNCLOS in 1982, whose Article 121 establishes the criteria for distinguishing between “islands” and “rocks”.

At that time, in 1971, the dichotomy (now embodied in Article 121 of UNCLOS) between “islands” and “rocks” had not yet been articulated; consequently, the designation as a strict nature reserve effectively excluded, in conventional terms, the demonstration that the archipelago was capable of sustaining “human habitation or economic life of its own” (Article 121(3)).

Beyond the fact that designation as a strict nature reserve is incompatible with the establishment of a permanent population, the Selvagens Islands were historically inhabited and, under normal circumstances, could be so again. This argument has been invoked by Portugal to preclude the classification of the Selvagens as “rocks”, securing their entitlement to the delimitation of an exclusive economic zone and a continental shelf.

This comparative assessment of the legal nature of both groups of insular formations may likewise reinforce their differentiated classification. The comparison between the Selvagens Islands and the Chagos Archipelago allows for the application of objective criteria derived from UNCLOS and recent jurisprudence, highlighting the similarity of the Scattered Islands to formations classified as “rocks”.

5. The consequences of the legal nature of the islands

Article 121 of UNCLOS has direct implications for the delimitation of maritime spaces arising from the Scattered Islands. The absence of permanent population and of sustainable economic activity on these islands—such as Bassas da India, Europa, Glorioso Islands, Juan

de Nova, and Tromelin—reinforces their classification as “rocks”, limiting entitlements to a 12-nautical-mile territorial sea (and, potentially, allowing for the establishment of a contiguous zone extending from 12 to 24 nautical miles for the purposes of fiscal, customs, and sanitary control, in accordance with UNCLOS).

Although France promotes scientific, environmental, and military activities on these islands, such activities do represent “economic life of their own” within the meaning of UNCLOS. International jurisprudence and specialised doctrine, including that of Rafaly (2020) and others, maintain that occasional or functional presence is insufficient to generate a EEZ or continental shelf (Rafaly, 2020; Tanaka, 2024; Mbaye, 2023; Rafaly, 2020, 530–544).

The comparison with the case of the Selvagens Islands, under Portuguese jurisdiction, is both illustrative and contrasting. Although classified as a strict nature reserve since 1971—and so, at the time, excluding the requirement of “economic life of their own” and effectively excluding their qualification as “rocks”—the Selvagens Islands were historically inhabited and possess economic potential, enabling Portugal to defend their classification as “islands”. By contrast, the Scattered Islands have never had a resident population nor any autonomous economic activity, which weakens, from a legal perspective, any claim to the extension of maritime jurisdiction in respect of the EEZ and the continental shelf.

Moreover, since at least the 1930s, the Selvagens Islands have not given rise to any genuine sovereignty disputes, in contrast to the Scattered Islands. This characteristic likewise reinforces the principle of territorial unity within the Autonomous Region of Madeira, in contrast to the “fragmented sovereignty” asserted by various countries claiming the Scattered Islands.

The distinction between islands and rocks (reinforced by the absence of territorial unity) is essential for the delimitation of maritime spaces in the Mozambique Channel. The classification of the Scattered Islands as “rocks” implies that any claim to an exclusive economic zone or continental shelf based on these formations is legally untenable—whether by France or by any State that may succeed it in sovereignty.

On the other hand, maritime delimitation must respect the principles of equity and proportionality, avoiding any distortion in the distribution of marine resources caused by uninhabited formations. The jurisprudence of the International Court of Justice and the International Tribunal for the Law of the Sea has consistently reiterated that islands lacking economic life should not exert a significant influence on the delimitation of maritime boundaries (International Court of Justice, 2019; ITLOS, 2012).

It may therefore be stated that the legal nature of the Scattered Islands, under Article 121 of UNCLOS, limits their capacity to serve as a basis for the delimitation of maritime spaces predicated on the economic exploitation of a resident population, namely in respect of the exclusive economic zone and the continental shelf. This reality underscores the need for a rigorous legal approach and for transparent diplomatic negotiation in the redefinition of maritime spaces in the region.

It should be noted that some of the Scattered Islands are subject to scientific and environmental conservation activities promoted by France. However, even the presence of minimal infrastructure and the ecological significance of their ecosystems are not, in themselves, sufficient to preclude their classification as “rocks”, particularly as it remains historically uncertain whether they have ever sustained forms of economic life of their own. This uncertainty weakens the legal position of those advocating for the delimitation of an exclusive economic zone and an associated continental shelf, insofar as the absence of habitability entails a corresponding limitation of maritime entitlements (Rafaly, 2020, pp. 530–536).

Does the absence of permanent human habitation and sustained economic activity, without justification during the period of UNCLOS’ validity (or at least since its signature in 1982), limit the delimitation of those maritime spaces? This legal tension emphasizes the need for a thorough technical and diplomatic assessment of the status of the Scattered Islands in international law (Rafaly, 2020, 540–544).

This legal understanding of the nature of the Scattered Islands may have a decisive influence on the position of African states regarding jurisdiction over coastal maritime areas.

6. Conclusions

Contextualisation: The results and legal-strategic implications of the study are summarised below, in line with the starting question and the objectives defined in the “Introduction” chapter.

Methodological approach: This was based on a qualitative approach comprising (i) geopolitical analysis (structural and conjunctural factors) and (ii) comparative legal analysis (UNCLOS, jurisprudence, and analogous cases).

Key results: This study combined two complementary strands: geopolitical analysis (structural geographical and institutional factors, as well as conjunctural dynamics) and comparative legal analysis (UNCLOS and relevant jurisprudence), with the aim of characterising the legal nature of the Scattered Islands and their implications for maritime delimitation and sovereignty disputes in the Mozambique Channel. The delimitation of the scope (temporal and spatial) and the clarification of the object of study allowed the research to remain focused on the practical effects of the legal classification of insular formations.

As an answer to the research question (RQ), it may be stated that, considering Article 121(3) of UNCLOS, the Scattered Islands do not exhibit permanent human habitation or economic life of their own and should therefore be classified as “rocks”. This regime does not generate EEZ or continental shelf (beyond the territorial sea) for such insular formations.

This results in an objective limitation on the projection of maritime jurisdiction based on the Scattered Islands, regardless of the sovereign title-holder, which also suggests a reduced effect in equitable maritime delimitation.

With regard to the responses to the specific objectives, the following may be stated:

On the classification of the formations: The formations comprising the Scattered Islands do not demonstrate, under the terms of Article 121(3), an objective capacity to sustain human

habitation or economic life of their own; their legal status under the law of the sea is therefore that of “rocks”.

On the effects on jurisdictional projection and equity: Such classification as rocks precludes the generation of an exclusive economic zone and a continental shelf, and anchors equitable solutions (Articles 74 and 83 of UNCLOS) in the attribution of reduced or null weight to uninhabited micro-formations, preventing distortions of proportionality in relation to mainland coasts.

Regarding the contributions of recent judicial decisions concerning the Chagos Archipelago: The sequence International Court of Justice, 2019 → United Nations General Assembly, 2019 → ITLOS, 2021 (Mauritius/Maldives) densifies parameters of territorial integrity/self-determination, and duties of cessation and cooperation, which are particularly relevant in insular disputes.

Finally, regarding the geostrategic impacts of the non-generation of EEZ/CS. The absence of such maritime entitlements from the Scattered Islands discourages maximalist projections and favours cooperative arrangements in maritime security and environmental conservation, separating environmental governance from logics of spatial expansion.

Contributions: The legal scope of Article 121(3) of UNCLOS is clarified in relation to small insular formations, as well as its articulation with the criteria of equitable delimitation (Articles 74 and 83).

Study limitations: The limitations of this study are twofold. First, in spatial terms, it focuses primarily on the two Scattered Islands located in the Mozambique Channel. Second, in temporal terms, it essentially aims to analyse the impact of political, judicial, and doctrinal developments, as well as the decision-making processes of newly independent African States following the 1960s, particularly in contrast with the positions of former colonial powers. Finally, the recent body of jurisprudence and doctrine on the classification of “islands” and “rocks” in the Indian Ocean remains limited.

Future investigations: It is recommended that further legal-cartographic modelling of delimitation scenarios be developed, as well as a deeper examination of the regional impact in terms of maritime security, conservation, and governance.

Practical recommendations: The promotion of diplomatic mechanisms and regional cooperation is encouraged in order to mitigate tensions and strengthen maritime security and environmental conservation, without prejudice to the legal positions of the parties.

Proposal for the settlement of the Scattered Islands dispute (summary): Reactivate and schedule the France–Madagascar joint commission, with a clearly defined agenda (sovereignty, environmental management, maritime security, and resources); Establish a functional co-management regime (scientific and environmental) for the uninhabited islands, without prejudice to the legal positions of the parties regarding sovereignty; Provide for a joint mechanism for the management of marine resources and monitoring (fisheries/marine protected areas), with rules ensuring transparency and data-sharing; Establish a provisional framework for resource exploitation and benefit-sharing (for example, a joint development zone) for permissible economic activities, subject to sustainability requirements and

international legality; Define, as a closing clause, a mechanism for peaceful dispute settlement (mediation, conciliation, arbitration, or a request for an advisory opinion), should negotiations fail to produce results.

Epigraph: As “servants” of the law, one must seek its correct interpretation based on the various hermeneutical elements as an expression of freedom, recalling Marcus Tullius Cicero, Roman politician and philosopher who lived in a turbulent period - much like the one we are currently experiencing in the field of international law:

“Magistrates are the servants of the laws; judges, their interpreters; in short, we are all servants of the laws so that we may be free.” (*Legum ministri magistratus... legum denique idcirco omnes servi sumus, ut liberi esse possimus.*) (Cicero, Pro Cluentio, 53.146).

Is this the “freedom” to which we aspire, in upholding international law? We believe, more than ever, that the answer is affirmative!

References

- Andriamiharisoa, F. S. P. (2022). The scattered islands in international relations. *Open Access Library Journal*, 9(10), 1–8.
- Blog Náutico. (2017). *Ilha João da Nova*.
- Châtaigner, J.-M. (2015). Les îles Éparses : enjeux de souveraineté et de cogestion dans l’océan Indien. *La Revue Maritime*, 504, 70–87.
- CNES. (n.d.). *Océan Indien – Les îles Éparses: un levier d’affirmation de la France outre-mer*.
- Dias, V. (2018). *Recursos naturais em Moçambique: Possíveis cenários e desafios*.
- DOALOS. (n.d.). *Maritime space: Maritime zones and maritime delimitation*.
- France 24. (2025, April 24). ‘Triangle of power’: Madagascar wants control over the scattered islands. France says no.
- Institut de recherche pour le développement (IRD). (2016). *Îles Éparses*.
- International Court of Justice. (2009, February 3). *Maritime delimitation in the Black Sea (Romania v. Ukraine)*, judgment.
- International Court of Justice. (2012, November 19). *Territorial and maritime dispute (Nicaragua v. Colombia)*, judgment.
- International Court of Justice. (2019, February 25). *Legal consequences of the separation of the Chagos Archipelago from Mauritius in 1965, advisory opinion*.
- International Tribunal for the Law of the Sea. (2012, March 14). *Dispute concerning delimitation of the maritime boundary between Bangladesh and Myanmar in the Bay of Bengal (Bangladesh/Myanmar)*, judgment.
- Jaffrelot, C. (2023). France and the Indian Ocean: Strategic persistence and regional challenges. *Journal of Indian Ocean Studies*, 31(2), 45–62.
- Mbaye, F. (2023). Maritime boundaries and African sovereignty in the Indian Ocean. *African Yearbook of International Law*, 29(1), 113–136.
- Rafaly, V. (2020). Un panorama juridique du statut des îles Éparses du canal du Mozambique. *Revue juridique de l’Océan Indien*, 29, 519–548.

- Silva, P. M. (2024). Portugal e a segurança marítima no Canal de Moçambique. *Revista Militar*, 176(2), 56–71.
- Villatoux, P. (2021). The scattered islands. *World Affairs*, 25(4), 120–125.
- Lynce de Faria, D. (2002). *A jurisdição e a delimitação dos espaços marítimos em Portugal*.
- Tanaka, Y. (2024). *The international law of the sea (4th ed.)*.
- Lopes, J. (2015). *Ilhas dispersas – Tesouros no Canal de Moçambique*.
- Muianga, C. (2019). *Investimento, recursos naturais e desafios para Moçambique*.
- Mutombene, R. J., et al. (2021). *Avaliação do estado de exploração de peixes demersais*.
- Oxford Public International Law. (2009). *Eparses Islands*.
- Permanent Court of Arbitration. (2016, July 12). *South China Sea arbitration (Philippines v. China), award*.
- Petroleum Africa. (2013, November 29). Transfer of ownership for exclusive Juan de Nova permit complete.
- Quartin Graça, P. (2015). Ilhas Selvagens – da afirmação da soberania lusa ao cumprimento dos requisitos previstos na CNUDM.
- Randrianarisoa, H. (2022). The scattered islands in international relations.
- Terres australes et antarctiques françaises (TAAF). (n.d.). *Pêche dans les Éparses*.
- UICN France et al. (2020). *La liste rouge des espèces menacées*.
- United Nations General Assembly. (1960). *Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples*.
- United Nations General Assembly. (1979). *Question of the islands*.
- United Nations General Assembly. (1980). *Question of the Malagasy islands*.
- United Nations General Assembly. (2019). *Advisory opinion on Chagos*.
- Université de La Réunion. (2019). *Appel à projets Îles Éparses*.
- Wikiwand. (2022). Ilhas Esparsas. Disponível em: https://www.wikiwand.com/pt/articles/Ilhas_Esparsas. Acesso em: 2 abr. 2026.

APPENDICES

Appendix A — Geographical and Political Framework and Comparative Analysis of the Scattered Islands

Table 1 – Geographical and Political Data

Island	Location	Area (km ²)	Population	Observations
Bassas da Índia	21°30'S 39°50'E	0.2	0	Submerged atoll, nature reserve
Europa island	22°20'S 40°22'E	28	0	Weather station
Glorioso island	11°33'S 47°20'E	5	0	Includes Geyser Bank
Juan de Nova	17°03'S 42°45'E	4.4	0	Monitoring station
Tromelin	15°53'S 54°31'E	1	0	Tropical cyclone station

Table 2 – Comparison of the political and legal positions regarding the Scattered Islands

Country/ Organisation	Official Position	Legal/Political Basis	Relevant Notes
France	Claims full sovereignty and direct administration over the Scattered Islands (TAAF).	Based on continuous occupation since the 19th century and on the administrative integration of the islands within the French Austral Lands and Seas (TAAF).	Has established nature reserves and invokes scientific presence as a form of effective occupation.
Madagascar	Claims sovereignty over Europa, Bassas da India, Juan de Nova, and the Glorioso Islands.	Invokes the principle of territorial integrity (UN General Assembly Resolutions 34/91 and 35/123) and the notion of incomplete decolonisation.	France–Madagascar Joint Commission, established in 2019, to negotiate a diplomatic solution.
African Union (AU)	Supports the position of Madagascar and calls for peaceful negotiations with France.	Based on the AU Charter and United Nations principles on decolonisation and territorial integrity.	The 2023 Assembly decision reaffirms support for Madagascar and recognises the continental dimension of the dispute.

Appendix B — Literature review

Table 3 – Summary of the Literature Review (since 2009)

Author (year)	Main Focus	Contribution to the Study of the Scattered Islands
Lopes (2015)	Geostrategic and environmental	Highlights the Scattered Islands as strategic and ecological “treasures” in the Mozambique Channel, linking them to French military and scientific presence.
Randrianarisoa (2022)	Diplomacy and post-colonialism	Analyses the diplomatic obstacles to resolving the dispute between France and Madagascar, highlighting the influence of regional alliances.
Jaffrelot (2023)	French strategy in the Indian Ocean	Emphasises the military and economic importance of the Scattered Islands within France’s maritime power triangle.
Fernández & Philippe (2015)	Natural resources and geopolitics	Identify the importance of natural resources and the international claims made by third countries over the Scattered Islands.
Silva (2024)	Maritime security and the CPLP	Addresses the importance of the islands in delimiting maritime jurisdictions and controlling strategic routes, with a focus on the Mozambique Channel.
Châtaigner (2015)	Sovereignty and co-management	Discusses co-management as a viable, albeit controversial, solution for the Scattered Islands.
Villatoux (2021)	International relations	Emphasises the strategic importance of the Scattered Islands for France and the diplomatic challenges of the dispute.
Dias (2018), Muianga (2019), Mutombene et al. (2021)	Natural resources in Mozambique	Analyse scenarios for the exploitation of energy and fishery resources, relevant to the economic framework of the dispute.
Tanaka (2024)	United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS)	Distinguishes between “islands” and “rocks”, applying recent jurisprudence (South China Sea, Chagos) to the case of the Scattered Islands.
Mbaye (2023)	African international law	Examines African maritime sovereignty and the classification of insular formations in the Indian Ocean.
DOALOS (s.d.)	UN technical report	Refers to Franco-African Island disputes, situating the Scattered Islands within the global context of maritime delimitation.
Andriamiharisoa (2022)	International relations	Analyses the geostrategic importance of the Scattered Islands and the sovereignty disputes.
Rafaly (2020)	Legal status	Provides a detailed overview of the legal limits to the extension of maritime rights over the Scattered Islands.
Quartin Graça (2015)	Comparative law (Selvagens Islands)	Provides a useful comparative basis for understanding the legal nature of the Scattered Islands.
Oxford Public International Law, 2009	Legal encyclopaedia	Presents a synthesis of the legal status of the Scattered Islands and its international implications.

O IMPACTO DAS RECOMPENSAS NÃO FINANCEIRAS NOS MÚLTIPLOS COMPROMETIMENTOS, NO CONTEXTO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

INFLUENCE OF NON-FINANCIAL REWARDS ON MULTIPLE COMMITMENTS IN THE PORTUGUESE ARMED FORCES

Mónica Solange de Jesus Pereira Martins

Academia da Força Aérea Portuguesa
2715-021 Pêro Pinheiro
msmartins@emfa.pt

José Luís Nascimento

Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
Centro de Administração e Políticas Públicas
Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal
jnascimento@iscsp.ulisboa.pt

Resumo

Face às dificuldades de recrutamento e à saída contínua de militares das suas fileiras, as instituições militares enfrentam o desafio de desenvolver políticas de recursos humanos que potenciem a motivação e a retenção do efetivo.

Neste contexto, o presente estudo procurou analisar a influência das Recompensas Não Financeiras (RNF) nos múltiplos comprometimentos dos militares das Forças Armadas Portuguesas – nomeadamente o comprometimento com o superior hierárquico (CSH), com a profissão militar (CP) e com a organização (CO) –, considerando a mediação da confiança organizacional. O objetivo é fornecer evidência que permita às Forças Armadas ajustar as suas políticas de recursos humanos de acordo com os seus objetivos estratégicos.

Para tal, foi aplicado um questionário eletrónico a 24.058 militares dos três ramos das Forças Armadas, com uma amostra final de 545 respostas válidas (taxa de resposta de aproximadamente 2,27%).

Os resultados confirmam que as RNF influenciam positivamente os diferentes tipos de comprometimento, especialmente na sua dimensão afetiva, e que essa influência é parcialmente mediada pela confiança organizacional. O modelo estrutural testado apresentou bons índices de ajustamento e estabilidade estatística, tendo sido eliminada a dimensão calculativa do comprometimento, dada a sua fraca explicação estatística e inadequação teórica ao contexto militar.

Palavras-chave: Comprometimento, Confiança Organizacional, Força Aérea Portuguesa, Forças Armadas Portuguesas, Recompensas Não Financeiras.

Como citar este artigo: Martins, M. S. J. P. & Nascimento, J. L., (2026). *O Impacto das Recompensas não Financeiras nos Múltiplos Comprometimentos, no Contexto das Forças Armadas Portuguesas*. *Revista de Ciências Militares*, maio, XIV(1), 69-95. [https:// www.iium.pt/publist/](https://www.iium.pt/publist/)

Abstract

Faced with recruitment difficulties and the continuous outflow of personnel from their ranks, military institutions are challenged to develop human resources policies that enhance motivation and personnel retention.

This study analysed the influence of Non-Financial Rewards (NFR) on the multiple commitments of Portuguese Armed Forces personnel – specifically commitment to the supervisor, the military profession, and the organization – while considering the mediating role of organizational trust. The objective is to provide evidence that allows the Armed Forces to adjust their human resources policies in alignment with their strategic goals.

To this end, an electronic questionnaire was administered to 24,058 personnel from the three branches of the Armed Forces, resulting in a final sample of 545 valid responses (a response rate of approximately 2.27%).

The results confirm that NFR positively influence the different types of commitment, especially in their affective dimension, and that this influence is partially mediated by organizational trust. The tested structural model showed good fit indices and statistical stability; the calculative dimension of commitment was eliminated due to its weak statistical explanation and theoretical inadequacy within the military context.

Keywords: *Commitment, Non-Financial Rewards, Organizational Trust, Portuguese Air Force, Portuguese Armed Forces*

1. Introdução

Nos últimos anos, têm-se verificado, por um lado, dificuldades de recrutamento para as Forças Armadas e, por outro, uma saída contínua de militares dos seus quadros, criando uma situação de carência de efetivos (Decreto-Lei n.º 64/2024, 2024). Assim, as instituições militares enfrentam o desafio de elaborar e implementar políticas de recursos humanos que potenciem a motivação e a retenção do seu pessoal (Rijo, Marreiros, Mairós, & Paquete, 2018; Pires, 2024).

A gestão de recursos humanos inclui, entre as suas práticas fundamentais, os sistemas de recompensas, que podem ser financeiros ou não financeiros (Beer, Boselie, & Brewster, 2015; Chiang & Birtch, 2006). Estes sistemas são frequentemente enquadrados por teorias clássicas da motivação, como as propostas por Maslow (1954), Herzberg (1966) e Ryan e Deci (2020), que destacam a importância dos fatores intrínsecos e extrínsecos na motivação dos trabalhadores. Paralelamente, a literatura tem vindo a consolidar a ideia de que o comprometimento dos colaboradores pode ter múltiplos focos e é significativamente influenciado pelas práticas de gestão de pessoas (Becker, 1992; Meyer & Allen, 1997; Meyer & Smith, 2000; Meyer & Herscovitch, 2001; Klein, Molloy, & Cooper, 2009). Além disso, há consenso quanto ao papel das recompensas não financeiras na construção da confiança institucional (Alcoba & Phinaitrup, 2023; Bouckaert, 2012; Miles & Mangold, 2012; Robbins, Judge, & Campbell, 2010).

O presente estudo focou-se na análise das Recompensas Não Financeiras (RNF), tanto extrínsecas quanto intrínsecas, no contexto dos militares das Forças Armadas, dado que, no setor público, as recompensas financeiras estão sujeitas a limitações legais e não podem ser livremente geridas pela hierarquia. Partindo do modelo de Meyer e Allen (1997), considera-se que as RNF são antecedentes do comprometimento. De igual modo, estudos como os de Meyer et al. (2002), Colquitt et al. (2007) e Liu e Wang (2013) destacam a confiança organizacional como outro antecedente relevante do comprometimento, sendo esta influenciada pela perceção de justiça e adequação das práticas de gestão de recursos humanos (Beer et al., 2015; Colquitt, LePine, & Wesson, 2007; Miles & Mangold, 2012; Robbins et al., 2010; Liu & Wang, 2013).

Em contexto militar, o comprometimento dos profissionais assume particular importância, uma vez que, conforme indicado por Allen (2003), níveis mais elevados de comprometimento estão associados a menor propensão a abandonar a carreira. Contudo, como defendem Becker et al. (2009), é essencial considerar que os trabalhadores podem desenvolver comprometimentos com diferentes objetos para além da organização. Quando surgem divergências entre estes múltiplos comprometimentos e os objetivos institucionais, podem emergir conflitos que afetam negativamente a coesão e o desempenho organizacional.

Todavia, escasseiam estudos que integrem as recompensas não financeiras, a confiança e os múltiplos comprometimento no contexto militar. Esta investigação visa preencher essa lacuna, analisando estas dinâmicas num cenário onde a hierarquia e a retenção são críticas.

Deste modo, o objetivo do presente estudo foi determinar o efeito mediador da confiança na relação entre a satisfação dos militares com as recompensas não financeiras e o seu comprometimento com o superior hierárquico, com a profissão e com a organização, no contexto das Forças Armadas.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Das Recompensas Não Financeiras

Verifica-se, em diversos estudos (Kuvaas, 2006; Dikshit & Madan, 2018; Leitão et al., 2022; Batta, Bandameeda, & Parayitam, 2023; Qing & Teo, 2024), que as recompensas, enquanto prática de gestão de recursos humanos, estão relacionadas à motivação dos trabalhadores. Construtos como as práticas de gestão de recursos humanos, nomeadamente os sistemas de recompensas, bem como diversas experiências no trabalho, entre outras, são identificados como antecedentes do comprometimento (Meyer & Allen, 1997; Meyer et al., 2002).

Não obstante os sistemas de recompensas serem compostos por recompensas financeiras e não financeiras (Deci & Ryan, 2000; Chiang & Birtch, 2006; Milkovich, Newman, & Gerhart, 2013; Armstrong, 2020), na Administração Pública, que inclui as Forças Armadas, as recompensas financeiras estão limitadas por imperativos legais. Por este motivo, a presente investigação teve como foco as recompensas não financeiras (designadas, a partir de agora, RNF), de acordo com a tipologia estabelecida por Chiang e Birtch (2006). Estes autores subdividem as RNFs de acordo com a sua natureza extrínseca ou intrínseca. Enquanto as recompensas extrínsecas derivam de estímulos externos, exemplificados pelos sistemas de

interação social (Chiang & Birtch, 2006; Deci & Ryan, 2000), as intrínsecas centram-se no indivíduo, refletindo o impacto subjetivo da execução das suas tarefas (Tabela 1). Os autores consideraram que as RNF extrínsecas são tangíveis, relacionam-se à tarefa e são controladas e geridas pela organização. Quanto às RNF intrínsecas, são intangíveis e resultam da avaliação que o indivíduo faz da execução das suas tarefas em si (Chiang e Birtch, 2006).

Tabela 1 – Recompensas Não Financeiras

Extrínsecas	Intrínsecas
• Bom relacionamento com os colegas de trabalho	• Trabalho desafiador
• Bom relacionamento com o superior imediato	• Possibilidade de exercer as suas competências
• Segurança e estabilidade no emprego	• Variedade das tarefas
• Possibilidade de promoção (perspetiva de evolução na carreira)	• Aumento da autonomia e responsabilidade
• Bom espírito de equipa	• Realização
• Existência de um plano de formação e desenvolvimento profissional	• Satisfação no trabalho
• Possibilidade de equilíbrio entre vida pessoal e trabalho	
• Disponibilidade de recursos suficientes para a execução do trabalho	
• Reconhecimento/feedback em relação ao seu trabalho (elogios em público, louvores, medalhas)	
• Carga de trabalho compatível com o tempo para o realizar	
• Ambiente de trabalho favorável	

Fonte: Adaptado de Chiang & Birtch, 2006.

Num estudo elaborado por Martins (2016), que visou medir a valorização das práticas de RNF utilizadas na Força Aérea, verificou-se uma correlação excessivamente elevada ($r=0,82$) entre as RNF extrínsecas e as intrínsecas, sugerindo a possibilidade de se estar perante uma situação de unidimensionalidade destes dois constructos. Assim, optou-se por considerar as RNF como um construto unidimensional, medido por 4 itens, dos quais 3 referentes às RNF intrínsecas e 1 às RNF extrínsecas (Tabela 2), que serviu de base para o presente estudo.

Tabela 2 – Recompensas Não Financeiras

Extrínsecas
• Existência de um plano de formação e desenvolvimento profissional
• Trabalho desafiador
• Satisfação no trabalho
• Possibilidade de se sentir realizado(a)

Fonte: Martins (2016).

Verifica-se que as práticas de recursos humanos, nomeadamente quanto às RNF, são antecedentes de diversos focos de comprometimento, tais como o organizacional (o mais estudado), a profissão ou o líder (Armstrong, 2020; Becker, 2016; Klein et al., 2012; Meyer & Smith, 2000; Meyer et al., 2002). Assim, formula-se a hipótese: *H1: As recompensas não financeiras (RNF) influenciam positivamente os múltiplos comprometimentos*. Esta hipótese desagrega-se nas seguintes hipóteses específicas:

H1a. As recompensas não financeiras (RNF) influenciam positivamente o comprometimento com o superior hierárquico (CSH);

H1b. As recompensas não financeiras (RNF) influenciam positivamente o comprometimento com a profissão (CP);

H1c. As recompensas não financeiras (RNF) influenciam positivamente o comprometimento com a organização (CO).

2.2. Da Confiança Organizacional

Mayer e colaboradores (1995) consideram a confiança organizacional como a disposição de uma das partes para se submeter às ações da outra, na expectativa de um desempenho benéfico em relação àquela que confiou. Mayer et al. (1995) analisaram a confiança na perspetiva de quem confia (a sua propensão a confiar, ou seja, a boa vontade para confiar nos outros) e daquela que é depositada (confiabilidade). Assim, agruparam as características da pessoa em quem se deposita a confiança em dimensões como capacidade (grupo de competências e características que permitem ter influência em determinado domínio), benevolência (o quanto alguém quer fazer o bem a quem em si confia, sem interesse próprio) e integridade (quem confia considera que a pessoa em quem está a depositar a sua confiança acredita em valores que aquele considera aceitáveis).

Esta visão relacional distancia-se da perspetiva clássica das apostas laterais (*side bets*) de Becker (1960), que fundamenta a confiança e o vínculo em cálculos utilitários de ganhos e perdas materiais. Enquanto o modelo de Becker enfatiza a permanência baseada em investimentos extrínsecos e em custos de oportunidade, a abordagem de Mayer et al. (1995) sublinha a importância dos valores e da ética. No contexto militar, esta distinção assume particular relevância, uma vez que a confiança organizacional configura-se como um processo predominantemente afetivo e cognitivo, através do qual o indivíduo interpreta as suas impressões sensoriais para conferir significado ao meio envolvente (Robbins et al., 2010).

Em linha com esta interpretação, Miles e Mangold (2012) estabeleceram uma relação de influência entre as práticas de gestão de recursos humanos, nomeadamente as recompensas não financeiras e a confiança organizacional (Batta et al., 2023; Beer et al., 2015; Dikshit & Madan, 2018). Assim, formula-se a segunda hipótese:

H2: As recompensas não financeiras (RNF) influenciam positivamente a confiança organizacional (C).

Na medida em que quer as RNF quer a C são unidimensionais, esta hipótese não é desagregada em hipóteses específicas.

Verifica-se, ainda, que, em diversos estudos, a confiança organizacional tem sido considerada um antecedente de diversos comprometimentos (Meyer et al., 2002; Colquitt et al., 2007; Liu & Wang, 2013). Bjørnstad e Ulleberg (2021) analisaram os efeitos da confiança numa organização militar e concluíram que a confiança entre os diferentes escalões hierárquicos promove uma maior consciência partilhada das tarefas e responsabilidades. Além disso, observaram que a confiança facilita o fluxo de informações e melhora a qualidade da tomada de decisões, sendo um fator crucial para a coordenação eficiente e para um desempenho operacional eficaz.

Assim, pode-se estabelecer a terceira hipótese: *H3: A confiança organizacional (C) influencia positivamente múltiplos comprometimentos.*

Já esta hipótese, na medida em que se está a estudar três formas de comprometimento, é também desagregada em três hipóteses específicas:

H3a. A confiança organizacional (C) influencia positivamente o comprometimento com o superior hierárquico (CSH);

H3b. A confiança organizacional (C) influencia positivamente o comprometimento com a profissão (CP);

H3c. A confiança organizacional (C) influencia positivamente o comprometimento com a organização (CO).

2.3. Dos múltiplos comprometimentos

Um dos principais modelos utilizados para estudar o comprometimento no local de trabalho (*workplace commitment*), em particular o comprometimento organizacional, foi desenvolvido por Meyer e Allen (1991, 1997) e denominado “Modelo das Três Componentes do Comprometimento Organizacional”. De acordo com este modelo, o comprometimento organizacional é conceptualizado como uma força de vinculação específica entre o sujeito e a organização em que trabalha, com implicações para a decisão de permanecer nela ou não (Allen, 2016). Esta vinculação pode assumir três formas distintas: afetiva (desejo de permanecer na organização), normativa (sentido de obrigação) e calculativa (avaliação dos custos associados à saída).

Apesar da ampla utilização do modelo tridimensional de Meyer e Allen (1991), autores como Klein têm questionado a utilidade de separar o comprometimento em componentes distintas. Neste sentido, Klein et al. (2012), na linha do estabelecido por Solinger et al. (2008), propuseram uma abordagem alternativa, conceptualizando o comprometimento como um vínculo psicológico unidimensional que reflete a dedicação e a responsabilidade assumidas conscientemente em relação a um determinado objeto. Nesta perspetiva, o comprometimento é entendido como uma força voluntária e singular de ligação, que motiva a permanência e o envolvimento do indivíduo, independentemente do objeto (Klein & Park, 2016; Klein, Brinsfield & Cooper, 2020; Klein, Solinger & Dufлот, 2022).

Paralelamente, Becker et al. (2009) propuseram que os investigadores devem considerar o comprometimento dos trabalhadores com outros objetos, para além da organização. Os conflitos tendem a surgir quando há divergências entre os comprometimentos e os objetivos

organizacionais. Ou seja, analisar um sistema de múltiplos comprometimentos (Klein et al., 2009; Meyer, 2009) poderá permitir compreender como diferentes vínculos psicológicos influenciam os comportamentos dos indivíduos, em consonância com a perspectiva clássica das apostas laterais (*side-bet*) de Becker (1960).

A partir do estudo inicial de Becker (1992), em que se perspetiva a existência de diferentes comprometimentos com diferentes objetos (tais como a organização, o supervisor, o grupo de trabalho, a profissão ou a carreira), desenvolveu-se uma linha de investigação que tem vindo a ser amplamente explorada (Becker et al., 2009; Meyer, 2016). Allen (2003), Gade (2003), Klein et al. (2012) e Klein et al. (2020) realçaram a necessidade de estudar o comprometimento não apenas organizacional, mas também com outros objetos. Meyer et al. (1993) analisaram a relação entre o comprometimento com a organização e com a profissão. Já Cohen (2003) investigou o comprometimento com a organização, a profissão e o grupo de trabalho. Em contexto português, Figueira, Nascimento e Almeida (2014) centraram-se no comprometimento com a profissão e a organização. Meyer, Morin e Vandenberghe (2015) estudaram o comprometimento com a organização e com os supervisores hierárquicos. Além disso, Stinglhamber, Bentein e Vandenberghe (2002) consideraram o comprometimento com diversos objetos, incluindo a organização, a profissão, o grupo de trabalho, o supervisor e os clientes.

Gade (2003) considerou que a pesquisa, em contexto militar, tem um enorme potencial para complementar o conhecimento dos estudos na área do comprometimento, em termos dos seus múltiplos objetos, nomeadamente o comprometimento com o superior hierárquico (líder direto). Diversos estudos (Allen, 2003; Chambel et al., 2015; Driskell et al., 2009; Fragoso et al., 2021a; Fragoso et al., 2021b; Rodrigues-Silveira et al., 2022) revelaram a importância de compreender o comprometimento em contextos militares através de uma perspetiva multifocal, evidenciando que diferentes alvos de comprometimento, nomeadamente com o superior hierárquico, com a profissão e com a organização, influenciam de diferentes formas o bem-estar e o desempenho dos militares.

O estudo de Fachada (2015), no contexto da Força Aérea Portuguesa, destaca a importância de as instituições militares desenvolverem medidas que incentivem a ligação dos militares não só com a instituição no seu todo, mas também como outros objetos ou nichos organizacionais, como sejam os seus pares e a sua linha hierárquica mais direta, o seu serviço, a sua unidade de colocação, etc. Neste contexto, Fachada (2015) identificou fatores que promovem o comprometimento, enquanto processos de ligação, tais como, a participação num projeto, tarefa ou missão de um grupo, o reconhecimento de desempenhos grupais de elevada qualidade por meio de louvores coletivos, ou, em termos mais informais, o desenvolvimento de um patch ou de símbolos específicos para um grupo, a serem usados em peças de fardamento.

Ainda no contexto nacional e na Força Aérea, Casimiro et al. (2017) analisaram em que medida o comprometimento dos militares com o seu superior hierárquico se constitui como um determinante do seu comprometimento institucional, bem como em que medida a categoria em que o militar se encontra inserido (oficial, sargento ou praça), modera a relação entre o comprometimento com o superior hierárquico e o comprometimento

institucional. Relativamente às relações entre o comprometimento com o superior hierárquico e o comprometimento institucional, verificou-se que o comprometimento com o superior hierárquico, enquanto modelo unidimensional, está positivamente relacionado às componentes afetivas e normativas do comprometimento institucional.

Estes resultados vão ao encontro de um conjunto de evidências que sugerem que os militares, quando comprometidos com os seus superiores hierárquicos, tendem a sentir um forte desejo de prosseguir com um determinado curso de ação em prol da instituição militar. Com efeito, também o estudo de Fachada (2015) evidenciou o efeito positivo da integração do indivíduo (neste caso, o militar) em pequenos nichos constituídos por um reduzido número de elementos que lhe são mais próximos (os seus pares, a sua linha hierárquica mais direta, o seu serviço, a sua esquadra e a sua unidade de colocação) sobre os seus níveis de satisfação e de comprometimento com a instituição militar, no seu todo.

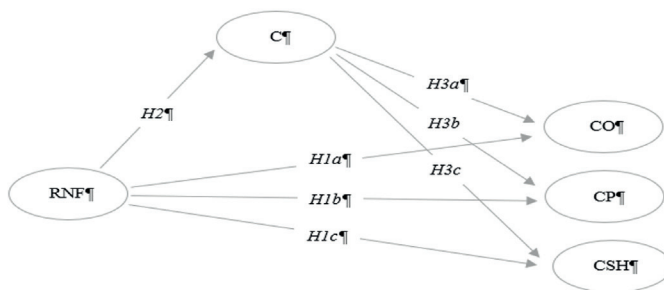
Seguindo a linha de investigação proposta pelos diversos autores acima referenciados, o presente estudo incidiu na análise dos comprometimentos com superior hierárquico (Stinglhamber & Vandenberghe, 2003; Meyer et al., 2015), com a profissão (Figueira et al., 2014; Meyer et al., 1993) e com a organização (Meyer & Allen (1991, 1997), conforme especificadas em H1 e H3.

O modelo de análise proposto (Figura 1), suportado pelas hipóteses anteriormente formuladas, bem como pelo quadro teórico estabelecido, suporta a formulação de uma quarta hipótese referente à mediação através da confiança organizacional (C), desagregada nas seguintes hipóteses específicas:

H4a: A confiança organizacional (C) medeia a relação entre as recompensas não financeiras (RNF) e o comprometimento com o superior hierárquico (CSH);

H4b: A confiança organizacional (C) medeia a relação entre as recompensas não financeiras (RNF) e o comprometimento com a profissão (CP);

H4c: A confiança organizacional (C) medeia a relação entre as recompensas não financeiras (RNF) e o comprometimento com a organização (CO).



Nota. RNF: Recompensas Não Financeiras; C: Confiança Organizacional; CSH: Comprometimento com o Superior Hierárquico; CP: Comprometimento com a Profissão; CO: Comprometimento Organizacional.

Figura 1 – Modelo de Análise Proposto

Na linha do estabelecido por Klein et al. (2012) e por Stinglhamber e Vandenberghe (2003), seguindo o estudo de Casimiro et al. (2017), o CSH foi perspectivado como unidimensional. Já quanto ao CP e ao CO, seguiu-se o Modelo Tridimensional de Meyer e Allen (1991 e 1997), considerando as componentes afetiva, normativa e calculativa do comprometimento.

3. Metodologia

3.1. População e Amostra

A população da investigação corresponde aos militares dos quadros permanentes e do regime de contrato dos três ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea), sendo utilizada uma amostra de conveniência, constituída por militares que responderam voluntariamente ao questionário.

Foi enviado um total de 24.058 questionários eletrónicos, dos quais 545 foram respondidos, o que corresponde a uma taxa de resposta de aproximadamente 2,27%. Realça-se que a amostra é reduzida em relação à população. No entanto, há características do estudo e da própria amostra que levam à aceitação.

Pretende-se, conforme desenvolvido anteriormente, testar e estimar um modelo estrutural segundo o qual a relação de influência das recompensas não financeiras sobre diversos comprometimentos é mediada pela confiança. Em concreto, não se pretende extrapolar diretamente os resultados obtidos para a população em geral do estudo. Foi por esta razão que se optou por utilizar uma amostra de conveniência, e não uma amostra probabilística. Logo, a composição da amostra pode não corresponder à da população. Por outro lado, pretende-se testar a estabilidade do modelo final estimado por meio da determinação da sua invariância fatorial. Caso esta seja estatisticamente reduzida, pode-se concluir pela estabilidade do modelo em diferentes amostras, pois o “LISREL assume, por defeito, que os modelos são idênticos entre grupos” (Jöreskog et al., 2016, p. 427)¹.

Utilizando o calculador de dimensão de uma amostra (*Sample Size Calculator*) do Calculator.Net para um nível de confiança de 95%, uma margem de erro de 5%, uma proporção populacional (*Population Proportion*) de 50% e uma população de 24.058 indivíduos, recomenda-se uma amostra com no mínimo 379 sujeitos. Sendo a amostra de 545, está dentro do parâmetro recomendado. Apresenta também uma margem de erro de 4,07%.

Para modelos mais complexos, que utilizam modelagem por meio de equações estruturais e sete ou mais construtos, Hair et al. (2019) sugerem amostras com mais de 300 ou 500 sujeitos. Sendo a presente amostra constituída por 545 sujeitos, pode-se concluir que está acima do critério máximo estabelecido e, por isso, é adequada ao presente estudo.

Pelo exposto anteriormente, pode-se considerar a amostra adequada para o estudo que se pretende realizar. No entanto, poderá haver enviesamento nas respostas, nomeadamente por

¹ Traduzido de “LISREL assumes by default that the models are identically the same over groups” (Jöreskog, et al., 2016, p. 427).

se ter utilizado o método clássico de autorresposta. Assim, após a validação dos modelos de medida de cada construto, determinar-se-á o enviesamento existente (Podsakoff et al., 2003).

Esta amostra é constituída por 82 (15%) sujeitos do género feminino e 463 (85%) do género masculino. Quanto à escolaridade, verifica-se que 18 (3,3%) têm ensino básico, 219 (40,2%) ensino secundário e 308 (56,5%) ensino superior. Relativamente ao ramo a que pertencem, verifica-se que 270 (49,5%) são da Marinha, 161 (29,5%) do Exército e 114 (21%) da Força Aérea. No que concerne à forma de prestação de serviço, 500 (91,7%) sujeitos são dos quadros permanentes e 45 (8,3%) do regime de contrato. No que diz respeito à categoria, é de registar que 288 (52,8%) pertencem à categoria de Oficial, 191 (35%) à categoria de Sargento e 66 (12,1%) à categoria de praças. Constata-se a existência de uma faixa etária de 20 a 64 anos, com média de idade de 41 anos e desvio padrão de 9,42 anos.

3.2. Modelos de Medida e sua Validação Face à Amostra

Foram utilizados questionários propostos por vários autores, todos já traduzidos e adaptados ao português em estudos anteriores. O conteúdo dos questionários foi adaptado ao contexto militar. A versão resultante dessa adaptação foi posteriormente validada por um grupo de 10 oficiais das Forças Armadas, dos quais três eram professores de academias militares (do Exército e da Força Aérea). Após a introdução das alterações sugeridas, chegou-se à versão final do questionário.

Todos os questionários foram respondidos por meio de uma escala semântica de 7 pontos, do tipo Likert, que varia de “1 – Discordo totalmente” a “7 – Concordo totalmente”.

A validação dos modelos de medida foi realizada por meio de análises fatoriais confirmatórias (AFC), com recurso ao software LISREL (Jöreskog & Sörbom, 1996; Jöreskog et al., 2016), e o modelo inicial foi reespecificado sucessivamente até obter bondade de ajustamento e fiabilidade aceitáveis (Hair et al., 2019; Jöreskog et al., 2016). As reespecificações foram realizadas através da eliminação de itens com valores de factor loading inferiores a 0,5 e/ou índices de modificação elevados (Hair et al., 2019; Jöreskog & Sörbom, 1996; Jöreskog, et al., 2016).

Mediu-se também a validade convergente de cada uma das nove variáveis latentes do modelo proposto. Para ter validade convergente, cada variável latente deverá apresentar uma variância média extraída (AVE)² igual ou superior a 0,50 e uma fiabilidade de construto (CR)³ igual ou superior a 0,70 (Hair et al., 2019).

3.2.1. Modelo de Medida da RNF

Conforme referido anteriormente, para medir a valorização das práticas de RNF utilizadas na organização, utilizou-se a escala de Martins e Nascimento (2024), criada a partir da escala de Chiang e Birtch (2006), adaptada ao contexto português e militar por Martins (2016). No

² Average Variance Extracted (AVE).

³ Construct Reliability (CR)

primeiro estudo, Martins (2016) verificou que a correlação entre as RNF extrínseca e intrínseca era de 0,97, o que, segundo Hair et al. (2019), levava a questionar se, na realidade, se tratava de duas variáveis distintas ou de uma mesma variável com nomes diferentes. Refere-se, ainda, que esta correlação sugere uma validade discriminante reduzida. Por outro lado, o modelo bidimensional das RNF apresentou uma bondade de ajustamento não aceitável (RMSEA=0,168; GFI=0,719; CFI=0,824), enquanto o modelo final unidimensional apresentou uma bondade de ajustamento aceitável (RMSEA=0,072; GFI=0,978; CFI=0,987). No estudo posterior, Martins e Nascimento (2024) confirmaram a bondade de ajustamento do modelo de medida unidimensional ($\chi^2=1,13$; $df=2$; RMSEA=0,025; GFI=0,996; SRMR=0,0121; CFI=1,00; $\chi^2/df=0,57$; AIC=748,427), bem como a sua validade convergente (AVE=0,62 e CR=0,98). Estes resultados apoiaram a decisão de utilizar o modelo unidimensional das RNF no presente estudo.

As RNF são medidas por meio de quatro itens (Tabela 3), tendo apresentado uma bondade de ajustamento aceitável ($\chi^2=4,75$; $df=2$; RMSEA=0,073; GFI=0,993; RMR=0,0149; CFI=0,997; RFI=0,987; $\chi^2/df=2,375$; AIC=1124,184). Refere-se, ainda, que este modelo unidimensional das RNF apresentou uma forte validade convergente (AVE=0,62 e CR=0,87).

Tabela 3 – Modelo Final de Medida das Recompensas Não Financeiras

<i>Item Code</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Factor Loading</i>
RNF_1	Tenho um plano de formação e desenvolvimento profissional na minha instituição militar	0,64
RNF_2	Tenho um trabalho desafiador	0,76
RNF_3	Estou satisfeito(a) com o meu trabalho	0,87
RNF_4	Sinto-me realizado(a) profissionalmente	0,86

3.2.2. Modelo de Medida da Confiança Organizacional

A confiança organizacional (C) foi medida por meio da escala de Robinson (1996), traduzida e adaptada para o português por Fonseca (2017) e adaptada para o contexto militar. O modelo de medida final é constituído por quatro itens (Tabela 4), que apresentou uma bondade de ajustamento aceitável ($\chi^2=2,91$; $df=2$; RMSEA=0,044; GFI=0,996; RMR=0,0156; CFI=0,998; $\chi^2/df=1,455$; AIC=1597,131).

Tabela 4 – Modelo Final de Medida da Confiança Organizacional

<i>Item Code</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Factor Loading</i>
C_1	Eu posso esperar que a instituição militar me trate de forma consistente e previsível	0,61
C_2_I	A instituição militar nem sempre é honesta e verdadeira	0,78
C_3	De uma maneira geral, eu acredito que as motivações e intenções da instituição militar são boas	0,63
C_4_I	Eu penso que a instituição militar não me trata de forma justa	0,74

Verifica-se uma AVE de 0,48 e um CR de 0,79, pelo que se pode considerar que apresenta uma validade convergente aceitável.

3.2.3. Modelo de Medida do Comprometimento com o Superior Hierárquico (CSH)

O comprometimento com o superior hierárquico (CSH) foi medido pela escala do modelo final de Casimiro e colaboradores (2017). Esta escala correspondeu a uma adaptação da escala do "comprometimento com a ocupação" para o "comprometimento com a chefia" (Casimiro et al., 2017), sendo uma escala unidimensional de natureza emocional, isto é, afetiva e normativa. Assim, está na linha da conceptualização do comprometimento estabelecida por Solinger et al. (2008) e por Klein et al. (2012). É constituída por cinco itens, tendo sido eliminados todos os referentes ao comprometimento calculativo, conforme proposto por Casimiro et al. (2017).

Após as reespecificações, o modelo final de medida do comprometimento com o superior hierárquico (CSH) foi composto por três itens (Tabela 5). Tendo o número de graus de liberdade sido 0, os indicadores de bondade de ajustamento não puderam ser calculados.

Tabela 5 – Modelo Final de Medida do Comprometimento com o Superior Hierárquico

<i>Item Code</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Factor Loading</i>
CSHN_2	Mesmo que fosse vantajoso para mim, sinto que não seria correto deixar o meu chefe neste momento	0,83
CSHN_3	O meu chefe merece a minha lealdade	0,56
CSHN_4	Eu não iria deixar o meu chefe neste momento porque sinto que tenho uma obrigação pessoal para com ele	0,91

Este modelo apresenta uma AVE de 0,61 e uma CR de 0,82, pelo que se pode assumir que a sua validade convergente é aceitável.

3.2.4. Modelo de Medida do Comprometimento com a Profissão (CP)

O comprometimento com a profissão (CP) foi medido pela escala do modelo final de Figueira et al. (2014), composta por cinco itens de comprometimento afetivo, seis de comprometimento normativo e quatro de comprometimento calculativo. Esta escala foi construída com base na escala de Meyer et al. (1993), tendo sido substituído o termo "profissão" por "profissão militar".

O modelo de medida final do comprometimento com a profissão (CP) foi composto por quatro itens do comprometimento profissional afetivo (CPA), três itens do comprometimento profissional normativo (CPN) e dois itens do comprometimento profissional calculativo (CPC) (Tabela 6), o qual apresentou uma bondade de ajustamento aceitável ($\chi^2=28,63$; $df=24$; $RMSEA=0,046$; $GFI=0,979$; $RMR=0,0323$; $CFI=0,998$; $RFI=0,984$; $\chi^2/df=1,19$; $AIC=2328,771$).

Tabela 6 – Modelo Final de Medida do Comprometimento com a Profissão

<i>Item Code</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Factor Loading</i>
CPA_1_I	Não gosto de ser militar	0,82
CPA_2	Sou um(a) entusiasta relativamente à profissão militar	0,75
CPA_3_I	Não me identifico com a profissão militar	0,91
CPA_5	Tenho orgulho de estar na profissão militar	0,89

[Cont.]

CPN_8_I	Não sinto nenhuma obrigação de permanecer na profissão militar	0,74
CPN_10	Sinto uma responsabilidade para com a profissão militar que me leva a permanecer na mesma	0,79
CPN_11	Permaneço na profissão militar devido ao dever de lealdade para com a instituição militar	0,65
CPC_12	Seria dispendioso para mim deixar de ser militar agora, mesmo se o pudesse fazer	0,83
CPC_14	Mudar de profissão (militar) agora iria exigir um considerável sacrifício pessoal	0,88

As três dimensões do CP apresentam uma validade convergente aceitável. Quanto ao CPA, a AVE é de 0,71 e a CR de 0,91. Já a CPN exhibe uma AVE de 0,53 e um CR de 0,77. Por fim, o CPC apresenta uma AVE de 0,77 e um CR de 0,85.

3.2.5. Modelo de Medida do Comprometimento Organizacional (CO)

O comprometimento organizacional foi medido pela escala do modelo final de Casimiro et al. (2017), já adaptada e validada no contexto militar. É constituída por três itens do comprometimento organizacional afetivo (COA), três do comprometimento organizacional normativo (CON) e quatro do comprometimento organizacional calculativo (COC). Esta escala teve como base inicial a de Meyer e Allen (1997), adaptada para Portugal por Nascimento et al. (2008) (Tabela 7). No presente estudo, apresenta uma bondade de ajustamento aceitável ($\chi^2=56,54$; $df=25$; $RMSEA=0,075$; $GFI=0,962$; $RMR=0,0636$; $CFI=0,987$; $RFI=0,967$; $\chi^2/df=2,26$; $AIC=2574,132$), com cargas fatoriais superiores a 0,60 (Tabela 7).

Tabela 7 – Modelo Final de Medida do Comprometimento organizacional

<i>Item Code</i>	<i>Descritivo</i>	<i>Factor Loading</i>
COA_1_I	Não me sinto "emocionalmente ligado(a)" à instituição militar	0,86
COA_2_I	Não me sinto como "fazendo parte da família" na instituição militar	0,88
COA_3_I	Não me sinto como fazendo parte da instituição militar	0,89
CON_4	Eu não iria deixar a instituição militar neste momento porque sinto que tenho uma obrigação pessoal para com as pessoas que nela trabalham	0,78
CON_5	Mesmo que fosse vantajoso para mim, sinto que não seria correto deixar a instituição militar neste momento	0,89
CON_6	Sentir-me-ia culpado(a) se deixasse a instituição militar agora	0,71
COC_7	Seria materialmente muito penalizador para mim, neste momento, sair da instituição militar, mesmo se o pudesse fazer	0,69
COC_8	Uma das principais razões para eu continuar a trabalhar na instituição militar é que a saída iria requerer um considerável sacrifício pessoal, porque uma outra instituição poderá não cobrir a totalidade de benefícios que tenho aqui	0,72
COC_9	Uma das consequências negativas para mim se saísse da instituição militar resulta da escassez de alternativas de emprego que teria disponíveis	0,70

As três dimensões do CO apresentaram elevada validade convergente. Quanto ao COA, a AVE foi de 0,77 e o CR de 0,91. Já o CON apresenta uma AVE de 0,63 e um CR de 0,84. Já o COC tem uma AVE de 0,49 e um CR de 0,75.

3.3. Erro da Variância do Método Comum (VMC)

Na medida em que foram utilizadas medidas autorrelatadas, é aconselhável verificar a variância associada ao enviesamento decorrente do uso do método comum (Podsakoff et al., 2003). Foi realizado o Teste do Fator Comum, utilizando a análise fatorial confirmatória (AFC), conforme proposto por Podsakoff et al. (2003). Neste caso, foram comparados dois modelos: o primeiro consiste em nove variáveis latentes presentes no modelo proposto, cada uma medida pelos respectivos itens ($\chi^2=758,68$; $df=341$). No segundo modelo, incluiu-se uma variável latente correspondente a um fator comum a todos os itens. Assim, cada item mede quer a variável latente que é suposta medir, quer o fator comum ($\chi^2=546,50$; $df=312$). A variância média extraída (*Average Variance Extracted* – AVE) por esse fator comum corresponde ao enviesamento da variância (Podsakoff et al., 2003).

Verificou-se que a percentagem de variância média extraída pelo fator comum corresponde a 15%, estando, assim, em linha com o critério de 15% e muito abaixo dos 40,7% estabelecidos para a medida de atitudes (Podsakoff et al., 2003, p. 880). Estes resultados sugerem que o enviesamento da variância, decorrente da utilização do método comum, não é significativo, pelo que se pode assumir que não influenciará de forma relevante os resultados obtidos na estimação do modelo proposto.

4. Resultados

4.1. Estatísticas descritivas

No presente estudo, verifica-se que todas as variáveis, com exceção do comprometimento nas dimensões normativas e calculativa, apresentam médias superiores ao ponto médio da escala de resposta (Tabela 8). Quanto aos comprometimentos, verifica-se que estão correlacionados ($r_{(CSH/CP)}=0,494$; $r_{(CSH/CO)}=0,561$; $r_{(CP/CO)}=0,832$). Verifica-se ainda que há uma correlação elevada entre as mesmas dimensões dos comprometimentos com a profissão e a organização ($r_{(COA/CPA)}=0,756$; $r_{(CON/CPN)}=0,721$; $r_{(COC/CPC)}=0,736$), em linha com outros estudos já realizados (Becker et al., 2009; Casimiro et al., 2017; Figueira et al., 2014; Fonseca, 2017; Meyer et al., 1993; Meyer et al., 2015; Stinglhamber et al., 2002).

Tabela 8 – Estatística descritiva das variáveis em estudo

	Média	Desvio Padrão	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	CR	AVE
1. RNF	4,41	1,507	(.851)									0,87	0,62
2. C	3,75	1,385	.649**	(.747)								0,79	0,48
3. CSH	4,00	1,489	.474**	.421**	(.750)							0,82	0,61
4. CPA	5,67	1,325	.639**	.556**	.454**	(.861)						0,91	0,71
5. CPN	4,31	1,572	.553**	.453**	.499**	.545*	(.734)					0,77	0,53
6. CPC	3,61	1,849	.139**	.144**	.169**	.095*	.244**	(.803)				0,85	0,77
7. COA	5,42	1,636	.680**	.627**	.458**	.756**	.537**	.116**	(.870)			0,91	0,77
8. CON	3,15	1,614	.494**	.474**	.604**	.443**	.721**	.325**	.469**	(.799)		0,84	0,63
9. COC	3,30	1,557	.084*	.106**	.129**	.050	.188**	.736**	.077*	.237**	(.688)	0,75	0,49

Nota. ** p<0.01; * p<0.05; Entre parêntesis o coeficiente do Alfa de Cronbach; AVE: Average Variance Extracted; CR: Construct Reliability; RNF: Recompensas Não Financeiras; C: Confiança; CSH: Comprometimento com o Superior Hierárquico; CPA: Comprometimento Afetivo com a Profissão (de Militar); CPN: Comprometimento Normativo com a Profissão (de Militar); CPC: Comprometimento Calculativo com a Profissão (de Militar); COA: Comprometimento Organizacional Afetivo; CON: Comprometimento Organizacional Normativo; COC: Comprometimento Organizacional Calculativo.

Quanto à confiança organizacional, constata-se uma correlação positiva com os comprometimentos, confirmando, assim, resultados obtidos em estudos anteriores (e.g., Colquitt et al., 2007; Liu e Wang, 2013). Verifica-se, no entanto, que a correlação da confiança com as dimensões calculativas do comprometimento é mais baixa ($r_{(C/CPC)}=0,144$; $r_{(C/COC)}=0,106$) do que com as dimensões afetivas e normativas.

Analisando o coeficiente Alfa de Cronbach, superior a 0,7, pode-se considerar que todas as variáveis latentes apresentam boa consistência interna, ou seja, fiabilidade interna aceitável. Quanto ao CR, verifica-se que todos os valores são aceitáveis (superiores a 0,70) (Garver & Mentzer, 1999; Hair et al., 2019). No que respeita à AVE, verifica-se também que os valores são bons considerando que são iguais ou superiores a 0,5 (Garver & Mentzer, 1999; Hair et al., 2019). Pode-se, pois, concluir que todas as variáveis latentes do estudo apresentam validade convergente aceitável, conforme já abordado.

Utilizando o Critério de Fornell-Larcker (Hair et al., 2019), verifica-se que todas as variáveis latentes do modelo proposto apresentam validade discriminante aceitável (Tabela 9). No entanto, refere-se que a variável CPN apresenta uma validade discriminante no limite da aceitabilidade, em relação à variável CON (AVE de 0,53 e o quadrado da correlação de 0,52).

Tabela 9 – Validade Discriminante Fornell-Larcker

	RNF	C	CSH	CPA	CPN	CPC	COA	CON	COC
RNF	(0,62)								
C	0,42	(0,48)							
CSH	0,22	0,18	(0,61)						
CPA	0,41	0,31	0,21	(0,71)					
CPN	0,31	0,21	0,25	0,30	(0,53)				
CPC	0,02	0,02	0,03	0,01	0,06	(0,77)			
COA	0,46	0,39	0,21	0,57	0,29	0,01	(0,77)		
CON	0,24	0,22	0,36	0,20	0,52	0,11	0,22	(0,63)	
COC	0,01	0,01	0,02	0,00	0,04	0,54	0,01	0,06	(0,49)

Nota. Entre parênteses e em negrito: AVE; RNF: Recompensas Não Financeiras; C: Confiança; CSH: Comprometimento com o Superior Hierárquico; CPA: Comprometimento Afetivo com a Profissão (de Militar); CPN: Comprometimento Normativo com a Profissão (de Militar); CPC: Comprometimento Calculativo com a Profissão (de Militar); COA: Comprometimento Organizacional Afetivo; CON: Comprometimento Organizacional Normativo; COC: Comprometimento Organizacional Calculativo.

Uma das condições da modelagem por equações estruturais é a normalidade das variáveis manifestas, isto é, dos itens. No entanto, é de realçar que o LISREL, tendo por base a utilização de “correlações policóricas e a sua matriz de covariância assintótica [...] [fornece] soluções estandardizadas” (Jöreskog et al., 2016, p. 323). Assim, na medida em que a normalidade é garantida pela estandardização das variáveis manifestas, não há necessidade de realizar testes de normalidade.

4.2. Estimativa do modelo proposto

Passou-se, em seguida, à estimação do modelo proposto, tendo-se decidido manter todas as relações estruturais, mesmo as não estatisticamente significativas. Esta decisão deve-se ao facto de essas relações não significativas serem eliminadas na reespecificação do modelo proposto. O modelo obtido apresenta uma bondade de ajuste aceitável ($\chi^2=757,29$; $df=341$; $RMSEA=0,074$; $GFI=0,862$; $RMR=0,0682$; $CFI=0,962$; $RFI=0,921$; $\chi^2/df=2,22$; $AIC=5212,335$). Este modelo inicial foi reespecificado sucessivamente por meio da eliminação das relações com t-value inferiores a 1,96 (Hair et al., 2019; Jöreskog et al., 2016) (Tabela 10).

Tabela 10 – Relações de influência estatisticamente não significativas

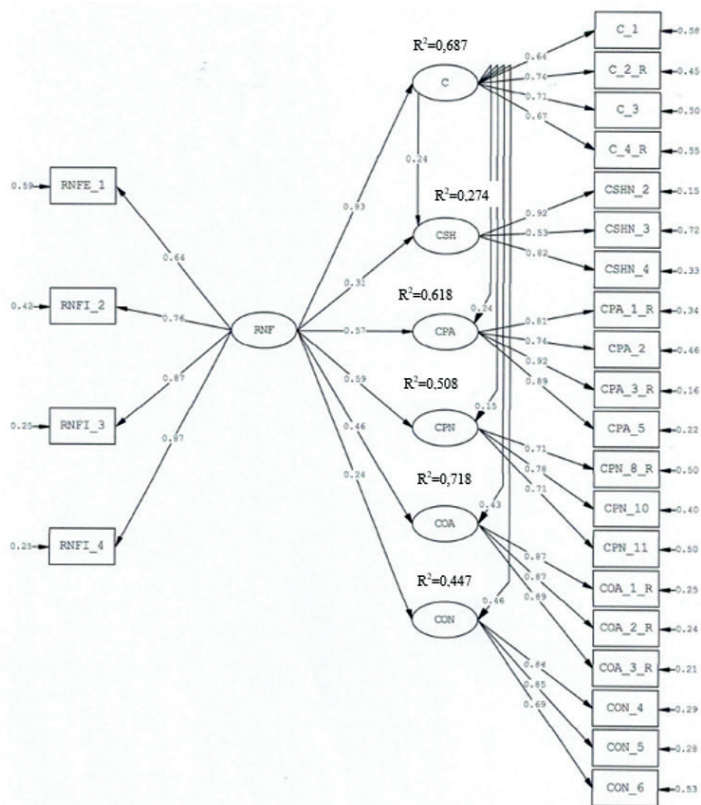
Relação	Estimativa	T-Value	Conclusão
RNF → CPC	0,01	0,09	Relação Rejeitada
RNF → COC	-0,08	-0,61	Relação Rejeitada

Nota. Tabela elaborada pelos autores. RNF → CPC: Influência das Recompensas Não Financeiras (RNF) sobre o Comprometimento Profissional Calculativo (CPC); RNF → COC: Influência das Recompensas Não Financeiras (RNF) sobre o Comprometimento Organizacional Calculativo (COC).

Estes resultados estão em linha com as correlações obtidas na medida em que estes dois pares de variáveis foram os que apresentaram as correlações mais baixas. Por outro lado, estão teoricamente suportados, nomeadamente, por Solinger et al. (2008), que perspetivam um comprometimento de natureza unidimensional, sendo o comprometimento calculativo uma expressão de um resultado (*outcome*) utilitário (veja-se, por exemplo, Klein et al., 2020 e Solinger, 2008). Assim, considerou-se justificada a eliminação, isto é, a remoção do modelo proposto, das variáveis Comprometimento Profissional Calculativo (CPC) e Comprometimento Organizacional Calculativo (COC), eliminando, assim, as relações não significativas.

Desta forma, chegou-se ao modelo proposto final (Figura 2), que também apresenta uma bondade de ajustamento aceitável ($\chi^2=559,59$; $df=231$; $RMSEA=0,051$; $GFI=0,874$; $RMR=0,0706$; $CFI=0,965$; $RFI=0,931$; $\chi^2/df=2,42$; $AIC=3981,565$). É de salientar também que este modelo final apresenta uma melhor bondade de ajustamento do que o modelo inicial, no qual constam as variáveis CPC e COC. Refere-se, especialmente aos indicadores RMSEA que passa de 0,074 para 0,051 e o AIC que passa de 5212,335 para 3981,565).

O coeficiente de determinação (R^2) das variáveis dependentes da RNF é elevado. A confiança (C) e o comprometimento organizacional afetivo são as duas variáveis mais bem explicadas pelo modelo final proposto, com R^2 de 0,687 (68,7%) e de 0,660 (66,0%), respetivamente. Em seguida, destacam-se o comprometimento profissional afetivo (CPA) e o comprometimento profissional normativo (CPN), com R^2 de 0,599 (59,9%) e 0,501 (50,1%), respetivamente. Quanto ao comprometimento organizacional normativo (CON), apresenta $R^2=0,381$ (38,1%), sendo o comprometimento com o superior hierárquico (CSH) a variável menos explicada por este modelo ($R^2=0,257$; 25,7%).



Chi-Square=559.58, df=231, P-value=0.00000, RMSEA=0.051

Figura 2 – Modelo Final Proposto

O Modelo Proposto Final tipifica a possibilidade de que a influência das recompensas não financeiras sobre as três formas de comprometimento (em concreto, o CSH, CPA, CPN, COA e CON) seja mediada parcialmente pela confiança. Assim, foram testadas as cinco possíveis relações de mediação por meio do Z' de MacKinnon, que estabelece a existência de mediação a partir de um valor de 0,96 para significância de 0,05 (MacKinnon et al., 2002, p. 85 e 90) (Tabela 11).

Tabela 11 – Relações de mediação da Confiança (C)

Relação	Z'	Conclusão (Z'>0,96)
RNF → C → CSH	1,88	Mediação não rejeitada
RNF → C → CPA	2,52	Mediação não rejeitada
RNF → C → CPN	1,25	Mediação não rejeitada
RNF → C → COA	4,46	Mediação não rejeitada
RNF → C → CON	3,86	Mediação não rejeitada

Nota. RNF: Recompensas Não Financeiras; C: Confiança; CSH: Comprometimento com o Superior Hierárquico; CPA: Comprometimento Profissional Afetivo; CPN: Comprometimento Profissional Normativo; COA: Comprometimento Organizacional Afetivo; CON: Comprometimento Organizacional Normativo.

Os resultados obtidos suportam a hipótese de que a relação de influência das recompensas não financeiras (RNF) sobre o comprometimento com o superior hierárquico (CSH), o comprometimento com a profissão de militar (respetivamente com o CPA e o CPN) e o comprometimento organizacional (respetivamente com o COA e o CON) é mediada pela confiança (C). Este facto realça a importância da confiança no reforço das relações de pertença dos militares com diversos elementos do contexto em que estão inseridos e prestam serviço.

4.3. Análise da invariância do modelo final

Apesar de o modelo proposto final apresentar uma bondade de ajuste aceitável, pode-se questionar a sua estabilidade em função da amostra que se está a utilizar, isto é, se há alterações nas relações estruturais em comparação com outra amostra. Esta abordagem é particularmente relevante pois a amostra corresponde unicamente a 2,27% da população não podendo os resultados serem extrapolados para as Forças Armadas. Assim, a análise da invariância do modelo final pode sugerir a sua estabilidade, independentemente da amostra utilizada.

Para tal, efetuou-se uma análise fatorial da invariância deste modelo. Esta análise tem como base a hipótese de que o valor estimado de cada relação estrutural é o mesmo em duas amostras diferentes e, por isso, pode-se considerar que o modelo obtido em cada uma das amostras é semelhante, não havendo diferenças significativas, sugerindo a estabilidade do mesmo (Hair et al., 2019; Jöreskog et al., 2016). Para determinar a existência ou não de diferenças no modelo, entre as duas amostras, utilizou-se uma análise multigrupos (Hair et al., 2019; Jöreskog et al., 2016).

A amostra foi dividida aleatoriamente em duas subamostras: a primeira (GR1), com 273 respondentes, e a segunda (GR2), com 272 respondentes. Ambas as subamostras apresentam idade média de 41 anos e uma estrutura demográfica muito semelhante (Tabela 12).

Tabela 12 – Caracterização das duas subamostras

Variável Demográfica	Categorias	GR1	GR2
Sexo	Feminino	45	37
	Masculino	228	235
Escolaridade	Ensino Básico	10	8
	Ensino Secundário	116	103
	Ensino Superior	147	161
Ramo	Marinha	140	130
	Exército	81	80
	Força Aérea	52	62
Vínculo Contratual	Quadro Permanente	255	18
	Regime de Contrato	18	27
Categoria	Oficial	140	148
	Sargento	97	94
	Praça	36	30
Força Especial	Sim	34	33
	Não	239	239

Inicialmente, estimou-se o modelo multigrupos com restrição de igualdade nos valores das relações estruturais⁴, o que implica que as da segunda amostra sejam iguais às da primeira. Este modelo apresentou um χ^2 de 890,46 com df de 473. Em seguida, estimou-se o modelo multigrupos, sem restrições de igualdade nas relações estruturais, isto é, as relações estruturais das duas amostras foram estimadas de forma independente para cada uma delas. Neste caso, obteve-se um χ^2 de 878,63 com um df de 462.

Por fim, realizou-se o teste do χ^2 para verificar se os dois modelos são semelhantes (relações estruturais sem diferenças significativas) ou não (relações estruturais com diferenças significativas). Tendo-se obtido $\Delta\chi^2(\Delta df=11; \chi=0.05)=11,83 < 19,675$, a hipótese nula de igualdade entre os dois modelos não é rejeitada. Pode-se, por isso, concluir que o modelo final proposto é invariante e apresenta estabilidade estrutural e explicativa relevante.

5. Conclusões

Conforme já referido, os resultados e estas conclusões referem-se à amostra utilizada. Terá de haver mais estudos, nomeadamente de replicação, que, utilizando amostras distintas, confirmem e testem os resultados obtidos, bem como as suas conclusões. Apesar de esta limitação, face à consistência do modelo obtido optou-se por fazer uma generalização para as Forças Armadas, conscientes que as mesmas terão de ser posteriormente confirmadas, nomeadamente através de estudos de meta-análise

Os resultados confirmam que as RNF são um elemento importante, determinante, quer da C, quer dos diversos tipos e formas de comprometimento, nomeadamente o CSH, CPA, CPN, COA e CON. Realça-se que o modelo em estudo indica que as variáveis dependentes, bem como a mediadora, apresentam explicações de variância bastante elevadas. As hipóteses que sustentam estas relações não foram rejeitadas (H1 e H3).

Realça-se, em particular, a irrelevância do CPC e do COC neste modelo. O comprometimento calculativo consiste nos custos associados a uma mudança, seja ela profissional ou organizacional, e não é influenciado pelas RNF nem pela C, conforme já discutido anteriormente, na apresentação dos resultados. Assim, os resultados realçam a importância das RNF, bem como da C, na formação de uma vinculação, especialmente afetiva, que se estende à profissão e à organização militares. Na realidade, verifica-se uma explicação fraca do CPC e do COC no modelo estudado, bem como baixos valores de correlação com outras variáveis, além de sua incongruência teórica com o contexto militar, caracterizado por vínculos afetivos, identitários e normativos mais do que utilitários. Esta evidência empírica contraria a perspectiva clássica das apostas laterais (*side bets*) de Becker (1960), demonstrando que, no seio das Forças Armadas, a permanência e a fidelidade institucional possivelmente não são motivadas por um cálculo utilitário de investimentos materiais, mas por vínculos identitários e normativos.

⁴ Em concreto, estabeleceu-se a igualdade das matrizes gama e beta do grupo 2 às do grupo 1..

A baixa relevância da componente calculativa encontra suporte em investigações contemporâneas internacionais. Na Noruega, um estudo de Saetersdal e Boe (2022) revela que, em unidades militares de elite, a motivação extrínseca (recompensas materiais) tem impacto reduzido na retenção a longo prazo, sendo o comprometimento sustentado pela coesão e pelo desafio da missão. No Reino Unido, investigações recentes de Squire et al. (2024) sugerem que os militares priorizam o valor social e o propósito em detrimento de recompensas materiais, defendendo que o comprometimento afetivo é o principal mediador da resiliência, o que valida a desvalorização do comprometimento calculativo observada neste estudo.

Verifica-se também que a relação de influência entre as RNF e os diversos comprometimentos é mediada pela confiança organizacional. Neste estudo, a confiança registou uma média de 3,75 (numa escala de 1 a 7), um valor moderado que corrobora a transição de um modelo de confiança baseado no cálculo para um modelo baseado na relação e na integridade. Esta média não deve ser interpretada como um sinal de fragilidade, mas sim como uma confiança resiliente: na ausência das “apostas laterais” (*side bets*) de Becker e perante a rigidez das recompensas financeiras da administração pública, o vínculo sustenta-se na benevolência e na integridade das chefias.

Torna-se, assim, fulcral o reforço do relacionamento entre líderes e liderados para potenciar as RNF, diante da impossibilidade de gerir as recompensas materiais. A centralidade da confiança como mediadora é corroborada por Boe (2023) e Wood (2022), que indicam que a confiança na integridade dos líderes é um preditor de comprometimento mais forte do que as recompensas financeiras.

Os resultados permitiram ainda a sinalização das RNF que os indivíduos mais valorizam e que, conseqüentemente, mais influenciam o comprometimento, em concreto, a existência de um trabalho desafiador, a satisfação no trabalho, a possibilidade de se sentirem realizados e a existência de um plano de formação e desenvolvimento profissional. Tal facto realça a relevância do modelo de Hackman e Oldham (1980), que destaca as características da função como determinantes da motivação e da satisfação. Ora, este modelo também poderá ser utilizado em contexto militar.

O modelo proposto e estimado apresentou boa estabilidade preditiva, o que permite concluir que é estruturalmente estável e generalizável no contexto estudado. Os resultados do presente estudo oferecem contribuições significativas tanto para a teoria dos comprometimentos quanto para a prática da gestão de recursos humanos no contexto militar. Do ponto de vista teórico, o estudo apresenta um modelo integrado de análise do comprometimento, destacando o papel mediador da confiança e evidenciando a baixa relevância do comprometimento calculativo neste contexto específico.

As implicações práticas deste estudo residem na reflexão sobre a necessidade de uma transição para um modelo de gestão de recursos humanos que privilegie o comprometimento afetivo. Operacionalmente, propõe-se a implementação de “Mapas de Competências”, nos quais as chefias diretas identificam as aspirações de formação do militar, sem custos adicionais. Complementarmente, sugere-se a aposta na transparência dos critérios e processos de

decisão internos nas carreiras, como a seleção para cursos e missões, por meio da criação de um “Portal da Transparência da Carreira”, o que reforçaria a justiça organizacional. Por fim, considera-se que a adoção de um “Barômetro Digital de Confiança” anual permitiria monitorizar preventivamente a coesão e viabilizar intervenções de liderança atempadas, evitando a rutura do vínculo ou a desmotivação operacional.

Para além de estudos futuros de replicação do modelo e mesmo de meta-análise, referidos no início das conclusões, sugere-se replicar este modelo em outros contextos institucionais, como forças de segurança, organizações de proteção civil, sistemas de saúde militar ou unidades militares específicas (por exemplo, tropas especiais).

Adicionalmente, sugere-se o desenvolvimento de estudos longitudinais que permitam acompanhar a evolução do comprometimento e da confiança ao longo do tempo, especialmente em momentos críticos do ciclo de carreira militar.

Outra linha de investigação futura refere-se a efeitos de moderação de variáveis, nomeadamente variáveis descritivas, como as sociodemográficas e socioprofissionais. Outro estudo sugerido é a comparação entre diferentes níveis hierárquicos, por exemplo, entre oficiais subalternos e superiores. Ainda na linha desta sugestão de estudos futuros, refere-se à possibilidade de realizar investigações centradas na pessoa (*person-centered investigation*) nomeadamente de perfis, por exemplo, de perfis de comprometimento.

Mais do que apresentar “certezas” baseadas em resultados, pretendeu-se, com este estudo, levantar “dúvidas” que sustentem a sugestão de outros estudos e de futuras análises.

Referências bibliográficas

- Alcoba, R. C., & Phinaitrup, B. A. (2023). What makes government workers tick? Reinforcing motivation through workplace trust to attenuate effects of perceived politics on outcomes. *International Journal of Public Administration*, 46(4), 291–301.
- Allen, N. J. (2003). Organizational commitment in the military: A discussion of theory and practice. *Military Psychology*, 15(3), 237–253.
- Armstrong, M. (2020). *Armstrong's handbook of reward management practice: Improving performance through reward* (5th ed.). Kogan Page.
- Batta, A., Bandameeda, G., & Parayitam, S. (2023). Human resource management practices, job satisfaction and performance: Evidence from transportation sector in India. *Journal of Management Research*, 23(2), 1–22.
- Becker, H. S. (1960). Notes on the concept of commitment. *American Journal of Sociology*, 66(1), 32–40.
- Becker, T. E. (1992). Foci and bases of commitment: Are they distinctions worth making? *Academy of Management Journal*, 35(1), 232–244.
- Becker, T. E. (2009). Interpersonal commitments. In H. J. Klein, T. E. Becker, & J. P. Meyer (Eds.), *Commitment in organizations: Accumulated wisdom and new directions* (pp. 137–178). Routledge.
- Becker, T. E. (2016). Multiple foci of workplace commitments. In J. P. Meyer (Ed.), *Handbook of employee commitment* (pp. 43–55). Edward Elgar Publishing.

- Becker, T. E., Kernan, M. C., Clark, K. D., & Klein, H. J. (2018). Dual commitments to organizations and professions: Different motivational pathways to productivity. *Journal of Management*, 44(3), 1089–1113.
- Becker, T. E., Klein, H. J., & Meyer, J. P. (2009). Commitment in organizations: Accumulated wisdom and new directions. In H. J. Klein, T. E. Becker, & J. P. Meyer (Eds.), *Commitment in organizations: Accumulated wisdom and new directions* (pp. 419–452). Routledge.
- Beer, M., Boselie, P., & Brewster, C. (2015). Back to the future: Implications for the field of HRM of the multistakeholder perspective proposed 30 years ago. *Human Resource Management*, 54(3), 427–438.
- Bjørnstad, A. L., & Ulleberg, P. (2021). Effects of trust, structure and processes on effectiveness in a military organization: Exploring a moderated mediation model. *Leadership & Organization Development Journal*, 42(5), 738–757.
- Boe, O. (2023). Professionalism and trust in military leadership. *Journal of Military Studies*, 12(1), 45–62.
- Bouckaert, G. (2012). Trust and public administration. *Administration*, 60(1), 91–115.
- Casimiro, M., Nascimento, J., & Fachada, C. (2017). O comprometimento com o superior hierárquico enquanto determinante do comprometimento organizacional: Um estudo de moderação da categoria profissional militar na Força Aérea Portuguesa. *Revista de Ciências Militares*, 5(2), 283–309.
- Chambel, M. J., Castanheira, F., Oliveira-Cruz, F., & Lopes, S. (2015). Work context support and Portuguese soldiers' well-being: The mediating role of autonomous motivation. *Military Psychology*, 27(5), 297–310.
- Chiang, F., & Birtch, T. (2006). An empirical examination of reward preferences within and across national settings. *Management International Review*, 46(5), 573–596.
- Cohen, A. (2003). *Multiple commitments in the workplace: An integrative approach*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Colquitt, J. A., Scott, B. A., & LePine, J. A. (2007). Trust, trustworthiness, and trust propensity: A meta-analytic test of their unique relationships with risk taking and job performance. *Journal of Applied Psychology*, 92(4), 909–927.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2000). The "what" and "why" of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behavior. *Psychological Inquiry*, 11(4), 227–268.
- Decreto-Lei n.º 64/2024, de 30 de setembro. (2024). *Diário da República: 1.ª série, n.º 189*. Presidência do Conselho de Ministros.
- Dikshit, S., & Madan, V. (2018). HR rewards system and employees motivation: An analysis. *NOLEGEIN-Journal of Human Resource Management & Development*, 1(2), 43–49. <https://www.mbajournals.in/index.php/JoHRMD/article/view/165>
- Fachada, C. (2015). *O piloto aviador militar: Traços disposicionais, características adaptativas e história de vida* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa.
- Figueira, D., Nascimento, J., & Almeida, M. (2015). Relation between organizational commitment and professional commitments: An exploratory study conducted with teachers. *Universitas Psychologica*, 14(1), 15–27.

- Fonseca, J. (2017). *Da confiança organizacional ao comprometimento com o supervisor e com a organização: Um modelo integrativo para a administração pública* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório ISCSP.
- Fragoso, P. J., Chambel, M. J., & Castanheira, F. (2021a). Commitment profiles: An analysis of the Portuguese Navy officers. *Military Behavioral Health, 10*(2), 118–130.
- Fragoso, P. J., Chambel, M. J., & Castanheira, F. (2021b). High-performance work systems (HPWS) and individual performance: The mediating role of commitment. *Military Psychology, 34*(4), 456–468.
- Gade, P. A. (2003). Organizational commitment in the military: An overview. *Military Psychology, 15*(3), 163–166.
- Garver, M. S., & Mentzer, J. T. (1999). Logistics research methods: Employing structural equation modeling to test for construct validity. *Journal of Business Logistics, 20*(1), 33–57.
- Hackman, J. R., & Oldham, G. R. (1980). *Work redesign*. Addison-Wesley.
- Hair, J., Black, B., Babin, B., & Anderson, R. (2019). *Multivariate data analysis* (8th ed.). Cengage.
- Heffner, T. S., & Gade, P. A. (2003). Commitment to nested collectives in special operations forces. *Military Psychology, 15*(3), 209–224.
- Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (1996). *LISREL 8: User's reference guide*. Scientific Software International.
- Jöreskog, K. G., Olsson, U. H., & Wallentin, F. Y. (2016). *Multivariate analysis with LISREL*. Springer.
- Klein, H. J., Brinsfield, C. T., & Cooper, J. T. (2020). The experience of commitment in the contemporary workplace: An exploratory reexamination of commitment model antecedents. *Human Resource Management, 59*(6), 487–504.
- Klein, H. J., Molloy, J. C., & Brinsfield, C. T. (2012). Reconceptualizing workplace commitment to redress a stretched construct: Revisiting assumptions and removing confounds. *Academy of Management Review, 37*(1), 130–151.
- Klein, H. J., Molloy, J. C., & Cooper, J. T. (2009). Conceptual foundations: Construct definitions and theoretical representations of workplace commitments. In H. J. Klein, T. E. Becker, & J. P. Meyer (Eds.), *Commitment in organizations: Accumulated wisdom and new directions* (pp. 3–36). Routledge.
- Klein, H. J., & Park, H. M. (2016). Commitment as a unidimensional construct. In J. P. Meyer (Ed.), *Handbook of employee commitment* (pp. 15–27). Edward Elgar Publishing.
- Klein, H. J., Solinger, O. N., & Duflot, V. (2022). Commitment system theory: The evolving structure of commitments to multiple targets. *Academy of Management Review, 47*(1), 116–138.
- Kuvaas, B. (2006). Performance appraisal satisfaction and employee outcomes: Mediating and moderating roles of work motivation. *The International Journal of Human Resource Management, 17*(3), 504–522.
- Leitão, M., Correia, R., Teixeira, M., & Campos, S. (2022). Effects of leadership and reward systems on employees' motivation and job satisfaction: An application to the Portuguese textile industry. *Journal of Strategy and Management, 15*(4), 590–610.

- Lima, A. (2015). *Comprometimento organizacional e satisfação: Um estudo de perfis de comprometimento de militares* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas]. Repositório da Universidade de Lisboa.
- Liu, X., & Wang, Z. (2013). Perceived risk and organizational commitment: The moderating role of organizational trust. *Social Behavior and Personality*, 41(2), 229–240.
- Machado da Silva, M. (2016). *O comportamento organizacional nas Forças Armadas* [Trabalho de Investigação Individual, Instituto Universitário Militar]. Comum - Repositório Aberto do IUM. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17392/1/TIL_O%20Comportamento%20Organizacional%20nas%20For%3%A7as%20Armadas%20Final.pdf
- MacKinnon, D. P., Lockwood, C. L., Hoffman, J. M., West, S. G., & Sheets, V. (2002). A comparison of methods to test mediation and other intervening variable effects. *Psychological Methods*, 7(1), 83–104.
- Martins, M. (2016). Recompensas como fator de motivação no contexto dos trabalhadores civis da Força Aérea. *Revista de Ciências Militares*, 4(2), 157–183.
- Martins, M. S. J. P., & Nascimento, J. L. (2024). The impact of non-financial rewards on behavioral strategies in the context of the Portuguese Air Force. *Revista de Ciências Militares*, 6(1), 175-198. <https://www.ium.pt/art/761/14/0>
- Mayer, R. C., Davis, J. H., & Schoorman, F. D. (1995). An integrative model of organizational trust. *Academy of Management Review*, 20(3), 709–734.
- Meyer, J. P. (2016). Employee commitment: Looking back and moving forward. In J. P. Meyer (Ed.), *Handbook of employee commitment* (pp. 511–527). Edward Elgar Publishing.
- Meyer, J. P., & Allen, N. J. (1991). A three-component conceptualization of organizational commitment. *Human Resource Management Review*, 1(1), 61–89.
- Meyer, J. P., & Allen, N. J. (1997). *Commitment in the workplace: Theory, research, and application*. Sage Publications.
- Meyer, J. P., & Herscovitch, L. (2001). Commitment in the workplace: Toward a general model. *Human Resource Management Review*, 11(3), 299–326.
- Meyer, J. P., & Smith, C. A. (2000). HRM practices and organizational commitment: Test of a mediation model. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 17(4), 319–331.
- Meyer, J. P., Allen, N. J., & Smith, C. A. (1993). Commitment to organizations and occupations: Extension and test of a three-component conceptualization. *Journal of Applied Psychology*, 78(4), 538–551.
- Meyer, J. P., Kam, C., Goldenberg, I., & Bremner, N. L. (2013). Organizational commitment in the military: Application of a profile approach. *Military Psychology*, 25(4), 381–401.
- Meyer, J. P., Morin, A. J., & Vandenberghe, C. (2015). Dual commitment to organization and supervisor: A person-centered approach. *Journal of Vocational Behavior*, 88, 56–72.
- Meyer, J. P., Morin, A. J. S., Stanley, L. J., & Maltin, E. R. (2019). Teachers' dual commitment to the organization and occupation: A person-centered investigation. *Teaching and Teacher Education*, 77, 100–111.

- Meyer, J. P., Stanley, D. J., Herscovitch, L., & Topolnytsky, L. (2002). Affective, continuance, and normative commitment to the organization: A meta-analysis of antecedents, correlates, and consequences. *Journal of Vocational Behavior*, *61*(1), 20–52.
- Meyer, J. P., Stanley, L. J., & Parfyonova, N. M. (2012). Employee commitment in context: The nature and implication of commitment profiles. *Journal of Vocational Behavior*, *80*(1), 1–16.
- Gade, P. A. (2003). Organizational commitment in the military: An overview. *Military Psychology*, *15*(3), 163–166.
- Milkovich, G. T., Newman, J. M., & Gerhart, B. (2013). *Compensation* (11th ed.). McGraw-Hill Education.
- Miles, S. J., & Mangold, G. (2004). A conceptualization of the employee branding process. *Journal of Relationship Marketing*, *3*(2–3), 65–87.
- O’Shea, P. G., Goodwin, G. F., Driskell, J. E., Salas, E., & Ardison, S. A. (2009). The many faces of commitment: Facet-level links to performance in military contexts. *Military Psychology*, *21*(1), 5–23.
- Pires, J. M. (2024). *Efetivos das Forças Armadas: Contributos para o seu cálculo* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário Militar]. Comum - Repositório Aberto do IUM. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/42631>
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Lee, J.-Y., & Podsakoff, N. P. (2003). Common method biases in behavioral research: A critical review of the literature and recommended remedies. *Journal of Applied Psychology*, *88*(5), 879–903.
- Qing, L. Y., & Teo, P.-C. (2024). An implementation of reward system to improve on employee’s motivation. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, *14*(2), 388–401.
- Rijo, F. J. F., Marreiros, J. P. R., Mairros, J. C. S., & Paquete, O. A. (2018). *A retenção dos militares nas Forças Armadas* [Trabalho de Investigação Aplicada, Instituto Universitário Militar]. Comum - Repositório Aberto do IUM. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/36285>
- Robbins, S. P., Judge, T. A., & Campbell, T. T. (2010). *Organizational behavior*. Pearson Education.
- Robinson, S. L. (1996). Trust and breach of the psychological contract. *Administrative Science Quarterly*, *41*(4), 574–599.
- Rodrigues-Silveira, C., Chambel, M. J., & Bartone, P. T. (2022). Organizational affective commitment effects on militaries’ well-being during a deployment: A study of a peacekeeping mission. *Military Psychology*, *35*(2), 164–174.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2020). Intrinsic and extrinsic motivation from a self-determination theory perspective: Definitions, theory, practices, and future directions. *Contemporary Educational Psychology*, *61*, Artigo 101860.
- Saetersdal, H., & Boe, O. (2022). What motivates military special forces operators to stay? A qualitative study. *Scandinavian Journal of Military Studies*, *5*(1), 214–228.

- Salgueiro, M. F. (2012, outubro). *Modelos com equações estruturais* [Comunicação em conferência]. XX Congresso da Sociedade Portuguesa de Estatística, Porto, Portugal.
- Silva, M. M. (2016). *O comportamento organizacional nas Forças Armadas* [Trabalho de Investigação Individual, Instituto Universitário Militar]. Comum - Repositório Aberto do IUM. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17392/1/TII_O%20Comportamento%20Organizacional%20nas%20For%C3%A7as%20Armadas%20Final.pdf
- Solinger, O. N., van Olffen, W., & Roe, R. A. (2008). Beyond the three-component model of organizational commitment. *Journal of Applied Psychology, 93*(1), 70–83.
- Squire, S., Wood, J., & Smith, R. (2024). The changing nature of the military psychological contract: From financial rewards to social value. *Defence Studies, 24*(1), 89–112.
- Stinglhamber, F., & Vandenberghe, C. (2003). Organizations and supervisors as sources of support and targets of commitment: A longitudinal study. *Journal of Organizational Behavior, 24*(3), 251–270.
- Stinglhamber, F., Ohana, M., Caesens, G., & Meyer, M. (2020). Perceived organizational support: The interactive role of coworkers' perceptions and employees' voice. *Employee Relations: The International Journal, 42*(1), 1–29.
- Stinglhamber, F., Bentein, K., & Vandenberghe, C. (2002). Extension of the three-component model of commitment to five foci: Development of measures and substantive test. *European Journal of Psychological Assessment, 18*(2), 123–138.
- Williams, L. J., Hartman, N., & Cavazotte, F. (2010). Method variance and marker variables: A review and comprehensive CFA marker technique. *Organizational Research Methods, 13*(3), 477–514.
- Wood, J. (2022). Trust, leadership and morale in the UK Armed Forces: A longitudinal analysis. *Contemporary Security Policy, 43*(3), 456–478.

INFLUENCE OF NON-FINANCIAL REWARDS ON MULTIPLE COMMITMENTS IN THE PORTUGUESE ARMED FORCES

O IMPACTO DAS RECOMPENSAS NÃO FINANCEIRAS NOS MÚLTIPLOS COMPROMETIMENTOS, NO CONTEXTO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Mónica Solange de Jesus Pereira Martins

Portuguese Air Force Academy
2715-021 Pêro Pinheiro
msmartins@emfa.pt

José Luís Nascimento

University of Lisbon, Higher Institute of Business and Labour Sciences (ISCTE)
Centre for Administration and Public Policies
Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisbon, Portuga
jnascimento@iscsp.ulisboa.pt

Abstract

Faced with recruitment difficulties and the continuous outflow of personnel from their ranks, military institutions are challenged to develop human resources policies that enhance motivation and personnel retention.

This study analysed the influence of Non-Financial Rewards (NFR) on the multiple commitments of Portuguese Armed Forces personnel – specifically commitment to the supervisor, the military profession, and the organization – while considering the mediating role of organizational trust. The objective is to provide evidence that allows the Armed Forces to adjust their human resources policies in alignment with their strategic goals.

To this end, an electronic questionnaire was administered to 24,058 personnel from the three branches of the Armed Forces, resulting in a final sample of 545 valid responses (a response rate of approximately 2.27%).

The results confirm that NFR positively influence the different types of commitment, especially in their affective dimension, and that this influence is partially mediated by organizational trust. The tested structural model showed good fit indices and statistical stability; the calculative dimension of commitment was eliminated due to its weak statistical explanation and theoretical inadequacy within the military context.

Keywords: Commitment, Non-Financial Rewards, Organizational Trust, Portuguese Air Force, Portuguese Armed Forces.

How to cite this article: Martins, M. S. J. P. & Nascimento, J. L., (2026). *Influence of Non-financial Rewards on Multiple Commitments in the Portuguese Armed Forces*. *Revista de Ciências Militares*, May, XIV(1), 97-121. [https:// www.ium.pt/publist/](https://www.ium.pt/publist/)

Resumo

Face às dificuldades de recrutamento e à saída contínua de militares das suas fileiras, as instituições militares enfrentam o desafio de desenvolver políticas de recursos humanos que potenciem a motivação e a retenção do efetivo.

Neste contexto, o presente estudo procurou analisar a influência das Recompensas Não Financeiras (RNF) nos múltiplos comprometimentos dos militares das Forças Armadas Portuguesas - nomeadamente o comprometimento com o superior hierárquico (CSH), com a profissão militar (CP) e com a organização (CO) -, considerando a mediação da confiança organizacional. O objetivo é fornecer evidência que permita às Forças Armadas ajustar as suas políticas de recursos humanos de acordo com os seus objetivos estratégicos.

Para tal, foi aplicado um questionário eletrónico a 24.058 militares dos três ramos das Forças Armadas, com uma amostra final de 545 respostas válidas (taxa de resposta de aproximadamente 2,27%).

Os resultados confirmam que as RNF influenciam positivamente os diferentes tipos de comprometimento, especialmente na sua dimensão afetiva, e que essa influência é parcialmente mediada pela confiança organizacional. O modelo estrutural testado apresentou bons índices de ajustamento e estabilidade estatística, tendo sido eliminada a dimensão calculativa do comprometimento, dada a sua fraca explicação estatística e inadequação teórica ao contexto militar.

Palavras-chave: *Comprometimento, Confiança Organizacional, Força Aérea Portuguesa, Forças Armadas Portuguesas, Recompensas Não Financeiras.*

1. Introduction

Recently, the Armed Forces have faced recruitment difficulties along with a continuous outflow of service members from their ranks, leading to a shortage of personnel (Decree-Law No. 64/2024, 2024). Military institutions are challenged to develop and implement human resources policies that enhance personnel motivation and retention (Rijo, Marreiros, Mairós, & Paquete, 2018; Pires, 2024).

Reward systems, both financial and non-financial, are a widely used human resource management practice (Beer, Boselie, & Brewster, 2015; Chiang & Birtch, 2006). Such systems are usually grounded in well-established theories of motivation, most notably those proposed by Maslow (1954), Herzberg (1966) and Ryan and Deci (2020), who highlight the role of intrinsic and extrinsic factors in employee motivation. The literature has also consistently supported the assumption that employee commitment can have multiple dimensions and that it is significantly influenced by people management practices (Becker, 1992; Meyer & Allen, 1997; Meyer & Smith, 2000; Meyer & Herscovitch, 2001; Klein, Molloy, & Cooper, 2009). It is also widely accepted that non-financial rewards play a key role in building organizational trust (Alcoba & Phinaitrup, 2023; Bouckaert, 2012; Miles & Mangold, 2012; Robbins, Judge, & Campbell, 2010).

In the public sector, financial rewards are subject to legal restrictions and are not awarded at the discretion of management. Therefore, this study will focus on the importance of extrinsic and intrinsic non-financial rewards (NFR) for members of the Armed Forces. In Meyer and Allen's (1997) model, NFR are considered antecedents for commitment. Studies such as Meyer et al. (2002), Colquitt et al. (2007) and Liu and Wang (2013) show that organizational trust is also an antecedent for commitment, and that it is influenced by whether employees perceive the organization's human resource management practices as fair and effective (Beer et al., 2015; Colquitt, LePine, & Wesson, 2007; Miles & Mangold, 2012; Robbins et al., 2010; Liu & Wang, 2013).

Employee commitment is especially important to military organizations because, as observed by Allen (2003), higher levels of commitment are associated with lower turnover. On the other hand, Becker et al. (2009) argue that employees may display commitment to other entities beyond the organization. When these multiple commitments are at odds with the organization's goals, this can lead to conflicts that compromise the organization's cohesion and performance.

However, not many studies examine non-financial rewards, trust and multiple commitments in the Armed Forces. This study aims to bridge this gap by analysing these dynamics in a workplace where hierarchy and employee retention are critical.

The study's objective is to assess the mediating effect of trust on the relationship between service members' satisfaction with their non-financial rewards and their level of commitment to their supervisor, their profession and their organization (in other words, to the Armed Forces).

2. Theoretical Framework

2.1. Non-Financial Rewards

Several studies (Kuvaas, 2006; Dikshit & Madan, 2018; Leitão et al., 2022; Batta, Bandameeda, & Parayitam, 2023; Qing & Teo, 2024) have shown that rewards are a human resource management practice that influences employee motivation. Other constructs, such as human resource management practices (which include reward systems), along with different types of work experiences and experiences outside work, have likewise been shown to be antecedents of commitment (Meyer & Allen, 1997; Meyer et al., 2002).

Reward systems include both financial and non-financial rewards (Deci & Ryan, 2000; Chiang & Birtch, 2006; Milkovich, Newman, & Gerhart, 2013; Armstrong, 2020). However, in the public sector (which includes the Armed Forces), financial rewards are subject to legal restrictions. Therefore, this study focuses on non-financial rewards (NFR), using the classification proposed by Chiang and Birtch (2006), which divides NFR into extrinsic or intrinsic. Extrinsic rewards come from external factors such as systems of social interaction (Chiang & Birtch, 2006; Deci & Ryan, 2000), whereas intrinsic rewards reflect an employee's own subjective evaluation of their work performance (Table 1). Extrinsic NFR are defined as tangible, task-specific, and are controlled and managed by the

organization. On the other hand, intrinsic NFR are intangible and reflect an employee's self-assessment of their performance (Chiang & Birtch, 2006).

Table 1 – Non-Financial Rewards

Extrinsic	Intrinsic
• Good working relationships with co-workers	• Challenging tasks
• Good working relationship with supervisor	• Opportunity to use skills
• Job security and stability	• Job variety
• Promotion opportunities (career advancement)	• Autonomy and responsibility
• Strong team spirit	• A sense of accomplishment
• Training and career development plans	• Job satisfaction
• Good work-life balance	
• Suitable tools to do the job	
• Performance and recognition (public praise, commendations, awards)	
• Work compatible with the time to do it	
• Healthy working environment	

Source: adapted from Chiang & Birtch, 2006.

A study by Martins (2016) assessed the value placed on NFR by Air Force personnel and found an unusually strong correlation ($r=0.82$) between extrinsic and intrinsic NFR, suggesting that these two constructs may be unidimensional. This study used a unidimensional construct to assess NFR, comprising 4 items: 3 for intrinsic NFR and 1 for extrinsic NFR (Table 2).

Table 2 – Non-Financial Rewards

Extrinsic
• Training and career development plans
• Challenging tasks
• Job satisfaction
• A sense of accomplishment

Source: Martins (2016).

Human resource practices that include NFR have been shown to be antecedents for different types of commitment, such as organizational commitment (which has been studied most extensively), commitment to the profession and commitment to supervisors (Armstrong, 2020; Becker, 2016; Klein et al., 2012; Meyer & Smith, 2000; Meyer et al., 2002). The following hypothesis was formulated: H1: Non-financial rewards (NFR) positively influence different types of commitment. The hypothesis can be subdivided into three specific hypotheses:

- H1a. Non-financial rewards (NFR) positively influence commitment to supervisors (CS);*
H1b. Non-financial rewards (NFR) positively influence commitment to the profession (CP);
H1c. Non-financial rewards (NFR) positively influence organizational commitment (OC).

2.2. Organizational trust

Mayer et al. (1995) define organizational trust as the willingness of a party (the trustor) to comply with the actions of another (the trustee), based on the expectation that the latter will act in a manner that will benefit them. Mayer et al. (1995) analysed trust from the perspective of both the trustor (their propensity to trust, i.e. the willingness to trust others) and the trustee (trustworthiness). They organized the characteristics of the trustee into dimensions such as ability (a set of skills and characteristics that give them influence in a specific domain), benevolence (the extent to which a person wants to do good for someone who places trust in them, without the expectation of personal gain) and integrity (the trustor believes that the trustee follows principles that they find acceptable).

This relationship-based approach differs from the traditional model based on the concept of 'side bets' proposed by Becker (1960), in which trust and commitment emerge from utilitarian considerations such as a cost/benefit analysis. While Becker's model bases turnover decisions on extrinsic investments and opportunity costs, Meyer et al. (1995) focus on the importance of values and ethics. This distinction is especially useful in military organizations because organizational trust is primarily an affective cognitive process by which people interpret their sensory impressions to give meaning to their environment (Robbins et al., 2010).

This interpretation is consistent with Miles and Mangold (2012), who identified a causal relationship between human resource management practices (specifically non-financial rewards) and organizational trust (Batta et al., 2023; Beer et al., 2015; Dikshit & Madan, 2018). This is the basis for the second hypothesis:

- H2: Non-financial rewards (NFR) positively influence organizational trust (T).*

As both NFR and T are unidimensional, this hypothesis is not subdivided into specific hypotheses.

Several studies have identified organizational trust as an antecedent for commitment (Meyer et al., 2002; Colquitt et al., 2007; Liu & Wang, 2013). Bjørnstad and Ulleberg (2021) examined how trust influences military organizations and found that trust between different levels of the chain of command leads to higher levels of mutual awareness of each party's duties and responsibilities. They also observed that trust improves communication and decision making, making it essential for organizations to perform efficiently and effectively.

This leads to the third hypothesis: H3: Organizational trust (C) positively influences various types of commitment.

As this hypothesis examines three types of commitment, it is broken down into three specific hypotheses:

- H3a. Organizational trust (T) positively influences commitment to supervisors (CS);*
H3b. Organizational trust (T) positively influences commitment to the profession (CP);
H3c. Organizational trust (T) positively influences organizational commitment (OC).

2.3. Commitment to multiple targets

The “Three-Component Model of Organizational Commitment” developed by Meyer and Allen (1991, 1997) has been used in numerous studies that analyse workplace commitment, particularly organizational commitment. In this model, organizational commitment is conceptualised as a bond between an employee and his/her organization that influences their decision to stay (Allen, 2016). This bond can be expressed by three types of commitment: affective commitment (the desire to stay in the organization), normative commitment (a sense of obligation to the organization) and continuance commitment (based on the perceived costs of leaving).

Although Meyer and Allen’s (1991) three-dimensional model is widely accepted, authors such as Klein question whether it makes sense to subdivide commitment into individual components. Based on Solinger et al. (2008), Klein et al. (2012) proposed a concept of commitment as a unidimensional psychological bond that reflects a person’s conscious dedication and responsibility for a target. Commitment is defined as a volitional bond that makes a person want to stay and accept responsibility, regardless of the target (Klein & Park, 2016; Klein, Brinsfield & Cooper, 2020; Klein, Solinger & Duflot, 2022).

Becker et al. (2009) argue that researchers should examine employee commitment to targets outside the organization. When these commitments are at odds with the organization’s goals, conflicts are likely to occur. In other words, a commitment system with multiple commitments (Klein et al., 2009; Meyer, 2009) may provide insight into how different psychological bonds influence employee behaviour, based on Becker’s ‘side-bet’ approach (Becker, 1960).

Becker’s (1992) earlier research, which proposed that an individual may feel different types of commitment to different targets (organization, supervisor, work group, job, career), laid the groundwork for a new avenue of research that has been explored in several studies (Becker et al., 2009; Meyer, 2016). Allen (2003), Gade (2003), Klein et al. (2012) and Klein et al. (2020) argue that studies on commitment should analyse commitments to other targets than just the organization. Meyer et al. (1993) studied the relationship between commitment to organizations and professions and Cohen (2003) examined employee commitment to the organization, profession and work group. Figueira, Nascimento and Almeida (2014) analysed employee commitment to the profession and the organization in a Portuguese workplace. Meyer, Morin and Vandenberghe (2015) explored organizational commitment and commitment to supervisors. Finally, Stinglhamber, Bentein and Vandenberghe (2002), studied employee commitment to multiple targets (the organization, the profession, the work group, the supervisor and the customers).

Gade (2003) suggests that studying commitment in military organizations could provide valuable insights into multiple commitments, especially commitment to supervisors. Several studies (Allen, 2003; Chambel et al., 2015; Driskell et al., 2009; Fragoso et al., 2021a; Fragoso et al., 2021b; Rodrigues-Silveira et al., 2022) have shown that commitment in military environments can best be understood using a multifocal approach, as different types of commitment (to one’s supervisor, profession and organization) influence service members’ well-being and performance in different ways.

A study by Fachada (2015) conducted in the Portuguese Air Force found that military organizations should implement policies that foster a bond between service members and the organization as a whole, as well as with other targets or groups within the organization, including their fellow service members, commanders, service branch and unit, among others. Fachada (2015) found that commitment can be strengthened through processes that encourage bonding, such as collaborating on a project, task or mission as a group, receiving praise for group achievements, or through a more informal approach such as creating a patch or specific symbols for a group to wear on their uniforms.

Another study set in the Portuguese Air Force, Casimiro et al. (2017), investigates whether service members' commitment to their commander is an antecedent for their commitment to the organization, and whether service category (officer, sergeant or other ranks) moderates the relationship between commitment to commanders and to the organization. The findings reveal that commitment to supervisors, as a unidimensional model, has a positive correlation with the affective and normative components of organizational commitment.

This is in line with the findings of other studies, suggesting that when they are committed to their commanders, service members tend to be strongly motivated to act in the interests of the military organization. Fachada's study (2015) also demonstrated that integrating people (in this case, service members) into small niches or groups with others that they feel close to (their fellow service members, commanders, service branch, squadron and unit) has a positive effect on their satisfaction with, and commitment to, the organization as a whole.

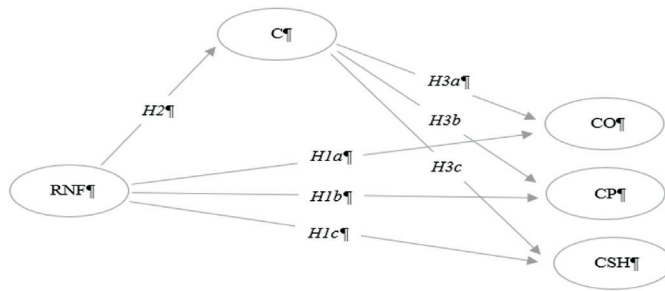
This study builds on the studies cited above and analyses commitment to supervisors (Stinglhamber & Vandenberghe, 2003; Meyer et al., 2015), the profession (Figueira et al., 2014; Meyer et al., 1993) and the organization (Meyer & Allen, 1991, 1997), as specified in H1 and H3.

The analytical model (Figure 1) is derived from the hypotheses and theoretical framework presented above. It can also include a fourth hypothesis that focuses on the role of organizational trust (T) as a mediator. This hypothesis is subdivided into the following specific hypotheses:

H4a: Organizational trust (T) mediates the relationship between non-financial rewards (NFR) and commitment to supervisors (CS);

H4b: Organizational trust (T) mediates the relationship between non-financial rewards (NFR) and commitment to the profession (CP);

H4c: Organizational trust (T) mediates the relationship between non-financial rewards (NFR) and organizational commitment (OC).



Note. NFR: Non-Financial Rewards; T: Organisational trust; CS: Commitment to Supervisors;
 CP: Commitment to the Profession; OC: Organizational Commitment.
 [RNF = NFR; C = T; CO = OC; CP = CP; CSH = CS]
Figure 1 – Analytical model

As in Klein et al. (2012) and Stinglhamber and Vandenberghe (2003), as well as Casimiro et al. (2017), CS was treated as a unidimensional construct. Meyer and Allen’s (1991 and 1997) Three-Dimensional Model was used to measure PC and OC, which were subdivided into affective, normative and continuance components.

3. Methodology

3.1. Population and sample

The study population consists of career and contract personnel from the three branches of the Portuguese Armed Forces (Navy, Army and Air Force). A convenience sample was selected, which consisted of the service members who completed the questionnaire.

A total of 24,058 surveys were delivered, of which 545 were returned, resulting in a response rate of approximately 2.27%. While is a small sample size in relation to the population, it was considered acceptable given the nature of the study and the sample.

As stated above, the study aims to test and estimate a structured model in which the relationship between non-financial rewards and different types of commitment is mediated by trust. As the aim is not to extrapolate the findings to the study universe, a convenience sample was chosen instead of a probability sample. As a result, the sample might not be representative of the universe. Additionally, the stability of the final estimated model will also be assessed by testing factor invariance. If it is statistically small, the model can be considered stable for other samples, as “LISREL assumes by default that the models are identically the same over groups” (Jöreskog et al., 2016, p. 427).

The Sample Size Calculator on Calculator.Net recommends, for a confidence level of 95%, a margin of error of 5%, a population proportion of 50% and a population size of 24,058 respondents, a sample size of at least 379 subjects. Therefore, the sample size of 545 is within the recommended range, with a margin of error of 4.07%.

Hair et al. (2019) recommend samples of 300 to 500+ participants for complex models that use structural equation modelling and deal with seven or more constructs. As the sample

consists of 545 participants (above the maximum threshold), it is considered appropriate for this study.

However, even if the sample size is considered appropriate, response bias may be present, as the data was collected using the self-report method. Once the measurement models are validated for each construct, they will be tested for the presence of response bias (Podsakoff et al., 2003).

The sample consists of 82 (15%) female respondents and 463 (85%) male respondents. Regarding academic level, 18 respondents (3.3%) have completed primary education, 219 (40.2%) have completed secondary education and 308 (56.5%) have a university degree. As for service branch, 270 (49.5%) respondents belong to the Navy, 161 (29.5%) to the Army and 114 (21%) to the Air Force. The sample includes 500 (91.7%) respondents in the career staff and 45 (8.3%) contract personnel. As for category, 288 (52.8%) respondents are officers, 191 (35%) are sergeants and 66 (12.1%) are other ranks personnel, with ages between 20 and 64. The average age of the sample respondents is 41, with a standard deviation of 9.42 years.

3.2. Validating the model for the sample

The questionnaires were developed by different authors and have already been translated and adapted into Portuguese in earlier studies. The contents of the questionnaires were adjusted to the military setting. The adapted version was then validated by a group of 10 Armed Forces officers, including three lecturers from military academies (Army and Air Force). All suggested changes were integrated into the final version of the questionnaire.

The questionnaires used a 7-point Likert scale ranging from “1 – Strongly disagree” to “7 – Strongly agree”.

The measurement models were validated through confirmatory factor analysis (CFA), using LISREL (Jöreskog & Sörbom, 1996; Jöreskog et al., 2016), and the initial model was respecified sequentially until the goodness of fit and reliability indices were acceptable (Hair et al., 2019; Jöreskog et al., 2016). These respecifications consisted of removing items with factor loadings below 0.5 and/or high modification indices (Hair et al., 2019; Jöreskog & Sörbom, 1996; Jöreskog et al., 2016).

The convergent validity of the nine latent variables in the proposed model was also assessed. To demonstrate convergent validity, the average variance extracted (AVE) of each latent variable should not be lower than 0.50 and the construct reliability (CR) should be 0.70 or higher (Hair et al., 2019).

3.2.1. Measurement Model for NFR

As stated above, the scale developed by Martins and Nascimento (2024) based on Chiang and Birtch's (2006) scale, adapted to a Portuguese military setting by Martins (2016), was used to measure the value respondents placed on the NFR practices employed by the organization. The first study by Martins (2016) found a correlation of 0.97 between extrinsic and intrinsic NFR. Based on Hair et al. (2019), this calls into question whether these are, in fact, two distinct variables or the same variable with different names. Furthermore, this correlation

suggests low discriminant validity. On the other hand, the two-dimension model for NFR presented an unacceptable goodness of fit (RMSEA=0.168; GFI=0.719; CFI=0.824), but the final unidimensional model showed an acceptable goodness of fit (RMSEA=0.072; GFI=0.978; CFI=0.987). In a follow-up study, Martins and Nascimento (2024) confirmed the goodness of fit ($\chi^2=1.13$; $df=2$; RMSEA=0.025; GFI=0.996; SRMR=0.0121; CFI=1.00; $\chi^2/df=0.57$; AIC=748.427) and convergent validity (AVE=0.62 and CR=0.98) of the unidimensional measurement model. These findings reinforced the decision to use the unidimensional model to analyse NFR.

NFR were measured using four items (Table 3) and show acceptable model fit ($\chi^2=4.75$; $df=2$; RMSEA=0.073; GFI=0.993; RMR=0.0149; CFI=0.997; RFI=0.987; $\chi^2/df=2.375$; AIC=1124.184). The unidimensional model for NFR also showed strong convergent validity (AVE=0.62 and CR=0.87).

Table 3 – Final Measurement Model for Non-Financial Rewards

<i>Item Code</i>	<i>Description</i>	<i>Factor Loading</i>
NFR_1	My military organization provides training and career development opportunities	0.64
NFR_2	My job is challenging	0.76
NFR_3	I am satisfied with my job	0.87
NFR_4	I get a sense of accomplishment from my job	0.86

3.2.2. Measurement Model for Organizational Trust

Organizational trust (OT) was measured using Robinson’s (1996) scale, which was translated and adapted into Portuguese by Fonseca (2017) and adapted for military settings. The final measurement model has four items (Table 4) and shows acceptable goodness of fit ($\chi^2=2.91$; $df=2$; RMSEA=0.044; GFI=0.996; RMR=0.0156; CFI=0.998; $\chi^2/df=1.455$; AIC=1597.131).

Table 4 – Final Model for Measuring Organizational Trust

<i>Item Code</i>	<i>Description</i>	<i>Factor Loading</i>
C_1	I can expect consistence and predictability from my military organization	0.61
C_2_I	My military organization is not always ethical and transparent	0.78
C_3	Generally speaking, I believe that my military organization has good intentions	0.63
C_4_I	I feel that my military organization does not treat me fairly	0.74

The AVE is 0.48 and the CR is 0.79, which indicates that the model has acceptable convergent validity.

3.2.3. Measurement Model for Commitment to Supervisors (CS)

Commitment to supervisors (CS) was measured using the scale developed by Casimiro et al. (2017) for their final model. The scale is a version of the “commitment to the profession”

scale, adjusted for assessing “commitment to supervisors” (Casimiro et al., 2017). It is a unidimensional scale based on emotional factors (affective and normative). This is in line with the conceptualisation of commitment proposed by Solinger et al. (2008) and Klein et al. (2012). The scale contains five items, after removing all items associated with continuance commitment, as recommended by Casimiro et al. (2017).

After the respecifications, the final model for measuring commitment to supervisors (CS) included three items (Table 5). As the number of degrees of freedom was 0, the goodness-of-fit indicators could not be calculated.

Table 5 – Final Measurement Model for Commitment to Supervisors

<i>Item Code</i>	<i>Description</i>	<i>Factor Loading</i>
CSHN_2	Even if it would benefit me, I feel it would be wrong to leave my supervisor at this time	0.83
CSHN_3	My supervisor deserves my loyalty	0.56
CSHN_4	I would not leave my supervisor at this time because I feel a personal duty to them	0.91

This model has an AVE of 0.61 and a CR of 0.82, evidence that its convergent validity can be considered acceptable.

3.2.4. Measurement Model for Commitment to the Profession (CP)

Commitment to the profession (CP) was measured using the scale from the final model developed by Figueira et al. (2014), which includes five items for affective commitment, six for normative commitment and four for continuance commitment. The scale was based on the scale by Meyer et al. (1993), in which “profession” was replaced by ‘military profession’.

The final measurement model for commitment to the profession (CP) consisted of four items for affective commitment to the profession (ACP), three for normative commitment to the profession (NCP) and two for continuance commitment to the profession (CCP) (Table 6). The model showed an acceptable goodness of fit ($\chi^2 = 28.63$; $df=24$; $RMSEA=0.046$; $GFI=0.979$; $RMR=0.0323$; $CFI=0.998$; $RFI=0.984$; $\chi^2/df=1.19$; $AIC=2328.771$).

Table 6 – Final Measurement Model for Commitment to the Profession

<i>Item Code</i>	<i>Description</i>	<i>Factor Loading</i>
ACP_1_I	I don't enjoy being in the military	0.82
ACP_2	I am enthusiastic about the military	0.75
ACP_3_I	I don't identify with the military	0.91
ACP_5	I am proud of being in the military	0.89
NCP_8_I	I do not feel any obligation to stay in the military	0.74
NCP_10	I have a responsibility to the military that motivates me to stay	0.79
NCP_11	I stay in the military out of a sense of duty and loyalty	0.65

[Cont.]

CCP_12	It would not be financially viable for me to leave the military now, even if I could	0.83
CCP_14	Changing careers (leaving the military) right now would require a great deal of personal sacrifice	0.88

The three dimensions of CP showed acceptable convergent validity. ACP has an AVE of 0.71 and a CR of 0.91. NCP has an AVE of 0.53 and a CR of 0.77. Finally, CCP has an AVE of 0.77 and a CR of 0.85.

3.2.5. Measurement Model for Organizational Commitment (OC)

Organizational commitment was measured using the scale from the final model by Casimiro et al. (2017), which had already been adapted and validated for a military setting. The scale consists of three items measuring affective organizational commitment (AOC), three for normative organizational commitment (NOC) and four for continuance organizational commitment (COC). The scale was based on Meyer and Allen's (1997) model, which was adapted for Portugal by Nascimento et al. (2008) (Table 7). In this study, it shows acceptable goodness of fit ($\chi^2=56.54$; $df=25$; $RMSEA=0.075$; $GFI=0.962$; $RMR=0.0636$; $CFI=0.987$; $RFI=0.967$; $\chi^2/df=2.26$; $AIC=2574.132$), with factor loadings above 0.60 (Table 7).

Table 7 – Final Measurement Model for Organizational Commitment

<i>Item Code</i>	<i>Description</i>	<i>Factor Loading</i>
AOC_1_I	I don't feel an "emotional bond" with the military	0.86
AOC_2_I	I don't feel like I'm "part of the family" in the military	0.88
AOC_3_I	I don't feel like I'm part of the military	0.89
NOC_4	I wouldn't leave the military right now because I feel a personal obligation to the people who work there	0.78
NOC_5	Even if it would benefit me, I feel like it would be wrong to leave the military right now	0.89
NOC_6	I would feel guilty if I left the military right now	0.71
COC_7	It would be financially difficult for me to leave the military right now, even if I could	0.69
COC_8	One of the reasons I continue to work in the military is that leaving would require a great deal of personal sacrifice, as another organization might not provide all the benefits I have here	0.72
COC_9	A negative consequence of leaving the military would be the lack of job opportunities available to me	0.70

The three dimensions of OC show high convergent validity. AOC has an AVE of 0.77 and a CR of 0.91, NOC has an AVE of 0.63 and a CR of 0.84, and COC has an AVE of 0.49 and a CR of 0.75.

3.3. Common Method Variance (CMV) Error

When self-reported measures are used, the variance that can result in bias from using the same method should be assessed (Podsakoff et al., 2003). The Common Factor Test was performed using confirmatory factor analysis (CFA), as recommended by Podsakoff et al. (2003). Two models were compared: the first includes nine latent variables from the proposed model, measured by their respective items ($\chi^2=758.68$; $df=341$). The second model also includes a latent variable representing a common factor applicable to all items. This means that each item measures both the latent variable it was designed to assess and the common factor ($\chi^2=546.50$; $df=312$). The average variance extracted (AVE) for this common factor reflects the bias (Podsakoff et al., 2003).

The average variance explained by the common factor was 15%, which is within the 15% threshold and significantly below the 40.7% threshold used for measuring attitudes (Podsakoff et al., 2003, p. 880). This indicates that bias from using the same method is negligible and is unlikely to significantly influence the results of the model estimation.

4. Results

4.1. Descriptive statistics

In this study, all variables, except for the normative and continuance dimensions of commitment, had mean scores above the midpoint of the scale (Table 8). There is a correlation between the different types of commitment ($r_{(CS/CP)}=0.494$; $r_{(CS/OC)}=0.561$; $r_{(CP/OC)}=0.832$). A strong correlation was also found between the same dimensions of commitment to the profession and commitment to the organization ($r_{(AOC/ACP)}=0.756$; $r_{(NOC/NCP)}=0.721$; $r_{(COC/CCP)}=0.736$), which is consistent with previous research (Becker et al., 2009; Casimiro et al., 2017; Figueira et al., 2014; Fonseca, 2017; Meyer et al., 1993; Meyer et al., 2015; Stinglhamber et al., 2002).

Table 8 – Descriptive statistics for the variables

	Mean	Standard Deviation	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	CR	AVE
1. NFR	4.41	1.507	(.851)									0.87	0.62
2. T	3.75	1.385	.649**	(.747)								0.79	0.48
3. CS	4.00	1.489	.474**	.421**	(.750)							0.82	0.61
4. ACP	5.67	1.325	.639**	.556**	.454**	(.861)						0.91	0.71
5. NCP	4.31	1.572	.553**	.453**	.499**	.545*	(.734)					0.77	0.53
6. CCP	3.61	1.849	.139**	.144**	.169**	.095*	.244**	(.803)				0.85	0.77
7. AOC	5.42	1.636	.680**	.627**	.458**	.756**	.537**	.116**	(.870)			0.91	0.77
8. NOC	3.15	1.614	.494**	.474**	.604**	.443**	.721**	.325**	.469**	(.799)		0.84	0.63
9. COC	3.30	1.557	.084*	.106**	.129**	.050	.188**	.736**	.077*	.237**	(.688)	0.75	0.49

Note. ** $p<0.01$; * $p<0.05$; Cronbach's alpha coefficient is shown in brackets; AVE: Average Variance Extracted; CR: Construct Reliability; NFR: Non-Financial Rewards; T: Organizational Trust; CS: Commitment to Supervisors; ACP: Affective Commitment to the (Military) Profession; NCP: Normative Commitment to the (Military) Profession; CCP: Continuance Commitment to the (Military) Profession; AOC: Affective Organizational Commitment; NOC: Normative Organizational Commitment; COC: Continuance Organizational Commitment.

Organizational trust is positively correlated with all commitment dimensions, which confirms the findings of previous studies (e.g., Colquitt et al., 2007; Liu and Wang, 2013). However, the correlation between trust and the continuance dimensions of commitment is weaker ($r_{(C/CCP)}=0.144$; $r_{(C/COC)}=0.106$) than with the affective and normative components.

Cronbach's alpha coefficient is above 0.7, indicating that all latent variables have good internal consistency, that is, they are internally reliable. The CR values are all acceptable (above 0.70) (Garver & Mentzer, 1999; Hair et al., 2019). The AVE scores are all equal or higher than 0.5, also considered good (Garver & Mentzer, 1999; Hair et al., 2019). This indicates that convergent validity is acceptable for all latent variables, as previously discussed.

According to the Fornell-Larcker criterion (Hair et al., 2019), all latent variables in the proposed model show acceptable discriminant validity (Table 9). On the other hand, the discriminant validity for the NCP variable was just within the acceptable range in relation to the NOC variable (AVE of 0.53 and a correlation coefficient of 0.52).

Table 9 – Fornell-Larcker Discriminant Validity

	NFR	T	CS	ACP	NCP	CCP	AOC	NOC	COC
NFR	(0.62)								
T	0.42	(0.48)							
CS	0.22	0.18	(0.61)						
ACP	0.41	0.31	0.21	(0.71)					
NCP	0.31	0.21	0.25	0.30	(0.53)				
CCP	0.02	0.02	0.03	0.01	0.06	(0.77)			
AOC	0.46	0.39	0.21	0.57	0.29	0.01	(0.77)		
NOC	0.24	0.22	0.36	0.20	0.52	0.11	0.22	(0.63)	
COC	0.01	0.01	0.02	0.00	0.04	0.54	0.01	0.06	(0.49)

Note. Shown in brackets and in bold: AVE; NFR: Non-Financial Rewards; T: Trust; CS: Commitment to Supervisors; ACP: Affective Commitment to the (Military) Profession; NCP: Normative Commitment to the (Military) Profession; CCP: Continuance Commitment to the (Military) Profession; AOC: Affective Organizational Commitment; NOC: Normative Organizational Commitment; COC: Continuance Organizational Commitment.

One of the requirements when using structural equation modelling is that the manifest variables (that is, the items) are normally distributed. However, LISREL uses “polychoric correlations and their asymptotic covariance matrix [...] [to provide] standardised solutions” (Jöreskog et al., 2016, p. 323). Therefore, normality tests are not required because normality is ensured by standardising the manifest variables.

4.2. Estimation of the proposed model

The proposed model was estimated, maintaining all structural relationships, including relationships that were not statistically significant, as non-significant relationships are discarded when the proposed model is respecified. The estimated model shows acceptable goodness of fit ($\chi^2=757.29$; $df=341$; $RMSEA=0.074$; $GFI=0.862$; $RMR=0.0682$; $CFI=0.962$;

RFI=0.921; $\chi^2/df=2.22$; AIC=5212.335). The initial model was respecified iteratively by eliminating relationships with t-values below 1.96 (Hair et al., 2019; Jöreskog et al., 2016) (Table 10).

Table 10 – Statistically non-significant relationships

Relationship	Estimation	T-Value	Results
NFR → CCP	0.01	0.09	Rejected relationship
NFR → COC	-0.08	-0.61	Rejected relationship

Note. Table prepared by authors. NFR → CCP: Influence of Non-Financial Rewards (NFR) on Continuance Commitment to the Profession (CCP); NFR → COC: Influence of Non-Financial Rewards (NFR) on Continuance Organizational Commitment (COC).

These results are consistent with the correlations found, as these two pairs of variables showed the lowest correlations. This is in line with Solinger et al. (2008), who propose that commitment is a unidimensional construct and that continuance commitment reflects the consideration of utilitarian outcomes (see, for example, Klein et al., 2020 and Solinger, 2008). This supported the decision to remove the Continuance Commitment to the Profession (CCP) and Continuance Organizational Commitment (COC) variables from the proposed model, since these variables were not significantly correlated.

This process resulted in the final model (Figure 2), which also has an acceptable goodness of fit ($\chi^2=559.59$; $df=231$; RMSEA=0.051; GFI=0.874; RMR=0.0706; CFI=0.965; RFI=0.931; $\chi^2/df=2.42$; AIC=3981.565). The final model shows a better fit than the initial model, which included the CCP and COC variables. This is particularly noticeable in the RMSEA indices, which changed from 0.074 to 0.051, and the AIC score, which changed from 3981.565 to 3981.565.

The determination coefficient (R^2) of the dependent variables in the NFR is high. The two variables best explained by the proposed final model are Organizational Trust (C) and affective organizational commitment, with R^2 values of 0.687 (68.7%) and 0.660 (66.0%), respectively. Affective commitment to the profession (ACP) and normative commitment to the profession (NCP) have R^2 values of 0.599 (59.9%) and 0.501 (50.1%), respectively. Normative organizational commitment (NOC) has an R^2 of 0.381 (38.1%), whereas commitment to supervisors (CS) is the variable that is most poorly explained by this model ($R^2 = 0.257$; 25.7%).

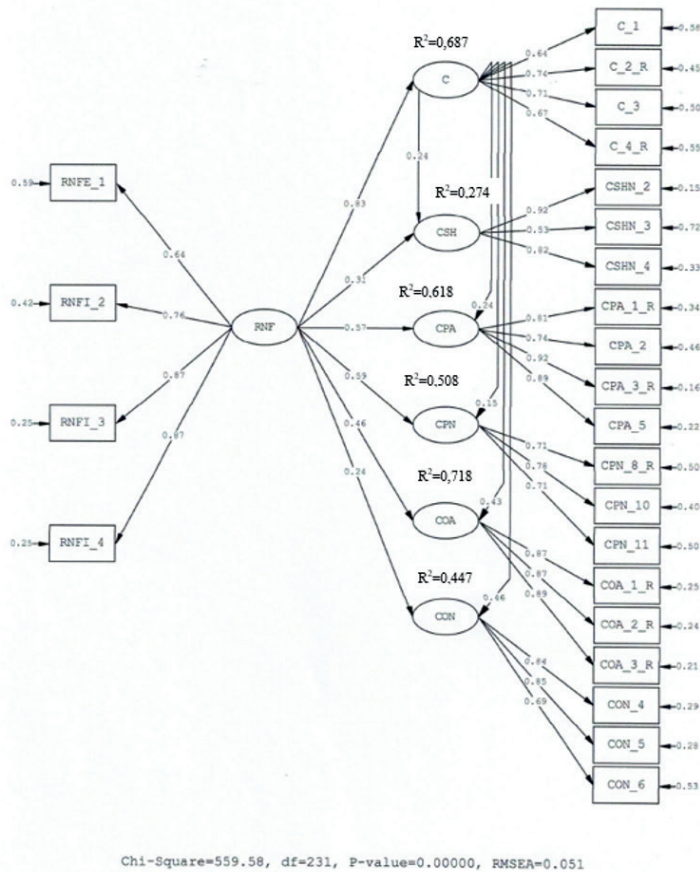


Figure 2 – Final model

[RNF = NFR; C =T; CSH = CS; CHSN = NCS; CPA = ACP; CPN = NCP; COA = AOC; CON = NOC]

The final model describes the possibility that the influence of non-financial rewards on the three types of commitment (specifically, CS, ACP, NCP, AOC and NOC) is partially mediated by trust. Five potential mediating relationships were tested using MacKinnon’s Z' , which sets the threshold for mediation at 0.96 for a significance level of 0.05 (MacKinnon et al., 2002, pp. 85 and 90) (Table 11).

Table 11 – Relationships Mediated by Trust (T)

Relationship	Z'	Result (Z' > 0,96)
NFR → T → CS	1.88	Mediation not rejected
NFR → T → ACP	2.52	Mediation not rejected
NFR → T → NCP	1.25	Mediation not rejected
NFR → T → AOC	4.46	Mediation not rejected
NFR → T → NOC	3.86	Mediation not rejected

Nota. NFR: Non-Financial Rewards; T: Trust; CS: Commitment to Supervisors; ACP: Affective Commitment to the Profession; NCP: Normative Commitment to the Profession; AOC: Affective Organizational Commitment; NOC: Normative Organizational Commitment.

These results support the hypothesis that the relationship between non-financial rewards (NFR) and commitment to supervisors (CS), commitment to the military profession (ACP and NCP), and organizational commitment (AOC and NOC) is mediated by trust (T). These findings confirm that trust is crucial to helping military personnel form strong bonds with various aspects of the organizations in which they work and serve.

4.3. Invariance analysis of the final model

While the final proposed model shows acceptable goodness of fit, it may not be valid for other samples; that is, changes in structural relationships may occur when the model is applied to a different sample. This concern is especially relevant as the sample represents only 2.27% of the population and the results cannot be generalised to the Armed Force as a whole. An invariance analysis of the final model may help to assess its stability over different samples.

This assessment was done by performing a factor analysis to determine the model invariance. This analysis is based on the assumption that the value of each structural relationship is the same in two different samples, and that the model obtained for each sample is similar, with no significant differences, which indicates stability (Hair et al., 2019; Jöreskog et al., 2016). Multigroup analysis was performed to identify differences in the model between the two samples (Hair et al., 2019; Jöreskog et al., 2016).

The sample was randomised into two sub-samples: GR1, with 273 respondents, and GR2, with 272 respondents. Both sub-samples had a mean age of 41 years and a similar demographic profile (Table 12).

Table 12 – Description of the two sub-samples

Demographic Variable	Categories	GR1	GR2
Gender	Female	45	37
	Male	228	235
Education	Primary education	10	8
	Secondary education	116	103
	Higher education	147	161
Service Branch	Navy	140	130
	Army	81	80
	Air Force	52	62
Service Contract	Career personnel	255	18
	Contract personnel	18	27
Category	Officer	140	148
	Sergeant	97	94
	Other ranks	36	30
Special Forces	Yes	34	33
	No	239	239

First, the multigroup model was estimated with equality conditions applied to structural relationship coefficients¹, which implies that the coefficients are the same for the two samples. This model showed a χ^2 of 890.46 with $df=473$. Next, the multigroup model was estimated without equality conditions applied to the structural relationships; that is, the structural relationships of the two samples were estimated individually for each sample. This resulted in a χ^2 of 878.63 and $df=462$.

Finally, a chi-squared test was performed to identify similarities (structural relationships with no significant differences) and differences (structural relationships with significant differences) between the two models. As $\Delta\chi^2_{(\Delta df=11; \chi=0.05)}=11.83 < 19.675$, the null hypothesis that the two models are identical is not rejected. Based on these results, the final proposed model is considered invariant and demonstrates significant structural and explanatory stability.

5. Conclusions

As previously noted, the results and this conclusions section are applicable to the sample used in this study. Additional studies, specifically replication studies, will be needed to confirm and test these results and conclusions using different samples. Despite this limitation, the consistency of the final model made it possible to generalise the findings to the Armed Forces, even though they will have to be validated by further studies such as meta-analyses.

The findings confirm that NFR are a significant factor in predicting both T and different types and dimensions of commitment, specifically CS, ACP, NCP, AOC and NOC. The model

¹ Specifically, it was established that the gamma and beta matrices of group 2 are identical to those of group 1.

used in this study shows that both the dependent variables and the mediator variable have significant variance explained. The hypotheses that support these relationships were not rejected (H1 and H3).

It is also worth noting that CCP and COC are not relevant for this model. Continuance commitment refers to the costs and benefits of a given change, whether professional or within the organization, and, as the results show, is not influenced by NFR or T. These findings highlight the importance of NFR and T in developing an affective bond to the military, both as a profession and an organization. The model has little explanatory power for CCP and COC, which show weak correlations with other variables. These variables are also not applicable to the military profession, where individuals form affective, identity-based and normative bonds rather than utilitarian ones. This empirical evidence contradicts Becker's (1960) 'side bets' theory, suggesting that service members' decisions to stay and their loyalty to the Armed Forces are not driven by utilitarian considerations about costs/benefits, but by identity-based and normative bonds.

Contemporary studies from other countries have also shown that the continuance component is of limited usefulness. A study conducted in Norway by Saetersdal and Boe (2022) reveals that, in elite military units, extrinsic motivation (financial rewards) does not have a significant influence on long-term retention and that commitment is based on cohesion and a sense of mission. In the United Kingdom, a recent study by Squire et al. (2024) suggests that service members place more value on social meaning and purpose than on financial rewards, and that affective commitment is the main mediator of resilience, which supports this study's observation that continuance commitment is not especially relevant.

Furthermore, the relationship between NFR and the different types of commitments is mediated by organizational trust. Trust had an average score of 3.75 (on a scale of 1 to 7) in this study. This moderate value justifies the change from a calculative model of trust to one based on relationships and integrity. This mean score should not be seen as a sign of weakness, but rather as resilient trust: without Becker's "side bets", and given the restrictions on financial rewards in the public sector, the bond is sustained by the benevolence and integrity of supervisors.

Given the restrictions on financial rewards, strengthening the bond between leaders and subordinates is essential to the success of NFR. The importance of trust as a mediator is supported by Boe (2023) and Wood (2022), who assert that trust in leaders' integrity is a stronger antecedent for commitment than financial rewards.

The results also revealed the NFR that respondents value the most, that is, the ones that have the most influence on commitment: challenging work, job satisfaction, a sense of accomplishment, and training and career development plans. These findings confirm the relevance of Hackman and Oldham's (1980) model, which proposes that job characteristics have a significant influence on motivation and satisfaction. This model can also be applied in military settings.

The model proposed and evaluated here showed good predictive stability, demonstrating that it is structurally stable and that it can be generalised to the whole Armed Forces. This study's findings make significant contributions to both the theory of commitment and human resource management practices in military organizations. As a theoretical contribution, this study proposes an integrated model to analyse commitment, which demonstrates the mediating role of trust and suggests that continuance commitment is of limited usefulness when analysing commitment in military contexts.

As for practical contributions, this study highlights the need to adopt a human resources management model that promotes emotional commitment. To achieve this, the study proposes that "skills maps" should be developed, allowing supervisors to record their subordinates' training goals without any additional costs. In conjunction with this, the study recommends the adoption of transparent criteria and internal decision-making processes, such as the selection of personnel for training courses and missions, by creating a "Career Transparency Portal", in order to promote organizational fairness. Finally, developing an annual "Digital Trust Barometer" would make it possible to proactively assess cohesion and facilitate timely action by commanders, reducing the risk of staff turnover or low morale.

In addition to the replication studies and meta-analyses mentioned at the beginning of this Conclusions section, this model should be tested for other organizations, such as law enforcement and civil protection agencies, military health services or specific military units (e.g. Special Forces).

Additional longitudinal studies should be conducted to observe how commitment and trust change over time, particularly at critical milestones in military careers.

Another potential avenue of research would be to investigate the moderating effects of variables, particularly descriptive variables such as sociodemographic and socio-professional characteristics. Future studies could also examine differences between different levels of the chain of command, such as between junior and senior officers. Other studies could adopt a person-centred approach, focusing on profiles (such as commitment profiles).

Rather than providing definitive answers based on findings, this study aimed to raise questions that may lead to further research.

References

- Alcoba, R. C., & Phinaitrup, B. A. (2023). What makes government workers tick? Reinforcing motivation through workplace trust to attenuate effects of perceived politics on outcomes. *International Journal of Public Administration*, 46(4), 291–301.
- Allen, N. J. (2003). Organizational commitment in the military: A discussion of theory and practice. *Military Psychology*, 15(3), 237–253.
- Armstrong, M. (2020). *Armstrong's handbook of reward management practice: Improving performance through reward* (5th ed.). Kogan Page.
- Batta, A., Bandameeda, G., & Parayitam, S. (2023). Human resource management practices, job satisfaction and performance: Evidence from transportation sector in India. *Journal of Management Research*, 23(2), 1–22.

- Becker, H. S. (1960). Notes on the concept of commitment. *American Journal of Sociology*, 66(1), 32–40.
- Becker, T. E. (1992). Foci and bases of commitment: Are they distinctions worth making? *Academy of Management Journal*, 35(1), 232–244.
- Becker, T. E. (2009). Interpersonal commitments. In H. J. Klein, T. E. Becker, & J. P. Meyer (Eds.), *Commitment in organizations: Accumulated wisdom and new directions* (pp. 137–178). Routledge.
- Becker, T. E. (2016). Multiple foci of workplace commitments. In J. P. Meyer (Ed.), *Handbook of employee commitment* (pp. 43–55). Edward Elgar Publishing.
- Becker, T. E., Kernan, M. C., Clark, K. D., & Klein, H. J. (2018). Dual commitments to organizations and professions: Different motivational pathways to productivity. *Journal of Management*, 44(3), 1089–1113.
- Becker, T. E., Klein, H. J., & Meyer, J. P. (2009). Commitment in organizations: Accumulated wisdom and new directions. In H. J. Klein, T. E. Becker, & J. P. Meyer (Eds.), *Commitment in organizations: Accumulated wisdom and new directions* (pp. 419–452). Routledge.
- Beer, M., Boselie, P., & Brewster, C. (2015). Back to the future: Implications for the field of HRM of the multistakeholder perspective proposed 30 years ago. *Human Resource Management*, 54(3), 427–438.
- Bjørnstad, A. L., & Ulleberg, P. (2021). Effects of trust, structure and processes on effectiveness in a military organization: Exploring a moderated mediation model. *Leadership & Organization Development Journal*, 42(5), 738–757.
- Boe, O. (2023). Professionalism and trust in military leadership. *Journal of Military Studies*, 12(1), 45–62.
- Bouckaert, G. (2012). Trust and public administration. *Administration*, 60(1), 91–115.
- Casimiro, M., Nascimento, J., & Fachada, C. (2017). Commitment to supervisors as a determinant of organizational commitment: a moderation analysis of military category in the Portuguese Air Force. *Portuguese Journal of Military Sciences*, 5(2), 283–309.
- Chambel, M. J., Castanheira, F., Oliveira-Cruz, F., & Lopes, S. (2015). Work context support and Portuguese soldiers' well-being: The mediating role of autonomous motivation. *Military Psychology*, 27(5), 297–310.
- Chiang, F., & Birtch, T. (2006). An empirical examination of reward preferences within and across national settings. *Management International Review*, 46(5), 573–596.
- Cohen, A. (2003). *Multiple commitments in the workplace: An integrative approach*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Colquitt, J. A., Scott, B. A., & LePine, J. A. (2007). Trust, trustworthiness, and trust propensity: A meta-analytic test of their unique relationships with risk taking and job performance. *Journal of Applied Psychology*, 92(4), 909–927.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2000). The "what" and "why" of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behavior. *Psychological Inquiry*, 11(4), 227–268.
- Decreto-Lei n.º 64/2024, de 30 de setembro. (2024). *Diário da República: 1.ª série, n.º 189*. Presidência do Conselho de Ministros.

- Dikshit, S., & Madan, V. (2018). HR rewards system and employees motivation: An analysis. *NOLEGEIN-Journal of Human Resource Management & Development*, 1(2), 43–49. <https://www.mabajournals.in/index.php/JoHRMD/article/view/165>
- Fachada, C. (2015). *The Military Pilot: Dispositional Signature, Adaptive Characteristics and Life Story* [PhD Thesis, University of Lisbon]. Repository of the University of Lisbon.
- Figueira, D., Nascimento, J., & Almeida, M. (2015). Relation between organizational commitment and professional commitments: An exploratory study conducted with teachers. *Universitas Psychologica*, 14(1), 15–27.
- Fonseca, J. (2017). *Da confiança organizacional ao comprometimento com o supervisor e com a organização: Um modelo integrativo para a administração pública* [From organizational trust to commitment to supervisors and the organization: an integrated model for public administration] [Masters' Dissertation, University of Lisbon]. ISCSP Repository.
- Fragoso, P. J., Chambel, M. J., & Castanheira, F. (2021a). Commitment profiles: An analysis of the Portuguese Navy officers. *Military Behavioral Health*, 10(2), 118–130.
- Fragoso, P. J., Chambel, M. J., & Castanheira, F. (2021b). High-performance work systems (HPWS) and individual performance: The mediating role of commitment. *Military Psychology*, 34(4), 456–468.
- Gade, P. A. (2003). Organizational commitment in the military: An overview. *Military Psychology*, 15(3), 163–166.
- Garver, M. S., & Mentzer, J. T. (1999). Logistics research methods: Employing structural equation modeling to test for construct validity. *Journal of Business Logistics*, 20(1), 33–57.
- Hackman, J. R., & Oldham, G. R. (1980). *Work redesign*. Addison-Wesley.
- Hair, J., Black, B., Babin, B., & Anderson, R. (2019). *Multivariate data analysis* (8th ed.). Cengage.
- Heffner, T. S., & Gade, P. A. (2003). Commitment to nested collectives in special operations forces. *Military Psychology*, 15(3), 209–224.
- Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (1996). *LISREL 8: User's reference guide*. Scientific Software International.
- Jöreskog, K. G., Olsson, U. H., & Wallentin, F. Y. (2016). *Multivariate analysis with LISREL*. Springer.
- Klein, H. J., Brinsfield, C. T., & Cooper, J. T. (2020). The experience of commitment in the contemporary workplace: An exploratory reexamination of commitment model antecedents. *Human Resource Management*, 59(6), 487–504.
- Klein, H. J., Molloy, J. C., & Brinsfield, C. T. (2012). Reconceptualizing workplace commitment to redress a stretched construct: Revisiting assumptions and removing confounds. *Academy of Management Review*, 37(1), 130–151.
- Klein, H. J., Molloy, J. C., & Cooper, J. T. (2009). Conceptual foundations: Construct definitions and theoretical representations of workplace commitments. In H. J. Klein, T. E. Becker, & J. P. Meyer (Eds.), *Commitment in organizations: Accumulated wisdom and new directions* (pp. 3–36). Routledge.
- Klein, H. J., & Park, H. M. (2016). Commitment as a unidimensional construct. In J. P. Meyer (Ed.), *Handbook of employee commitment* (pp. 15–27). Edward Elgar Publishing.

- Klein, H. J., Solinger, O. N., & Duflot, V. (2022). Commitment system theory: The evolving structure of commitments to multiple targets. *Academy of Management Review*, 47(1), 116–138.
- Kuvaas, B. (2006). Performance appraisal satisfaction and employee outcomes: Mediating and moderating roles of work motivation. *The International Journal of Human Resource Management*, 17(3), 504–522.
- Leitão, M., Correia, R., Teixeira, M., & Campos, S. (2022). Effects of leadership and reward systems on employees' motivation and job satisfaction: An application to the Portuguese textile industry. *Journal of Strategy and Management*, 15(4), 590–610.
- Lima, A. (2015). *Comprometimento organizacional e satisfação: Um estudo de perfis de comprometimento de militares* [Organizational commitment and satisfaction: An analysis of the commitment profiles of military personnel] [Masters' Dissertation, ISCSP]. Repository of the University of Lisbon.
- Liu, X., & Wang, Z. (2013). Perceived risk and organizational commitment: The moderating role of organizational trust. *Social Behavior and Personality*, 41(2), 229–240.
- Machado da Silva, M. (2016). *O comportamento organizacional nas Forças Armadas* [Trabalho de Investigação Individual, Instituto Universitário Militar]. Comum - Repositório Aberto do IUM. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17392/1/TIL_O%20Comportamento%20Organizacional%20nas%20For%C3%A7as%20Armadas%20Final.pdf
- MacKinnon, D. P., Lockwood, C. L., Hoffman, J. M., West, S. G., & Sheets, V. (2002). A comparison of methods to test mediation and other intervening variable effects. *Psychological Methods*, 7(1), 83–104.
- Martins, M. (2016). Rewards as a factor of motivation in the context of Air Force civilian employees. *Journal of Military Sciences*, 4(2), 157–183.
- Martins, M. S. J. P., & Nascimento, J. L. (2024). The impact of non-financial rewards on behavioral strategies in the context of the Portuguese Air Force. *Journal of Military Sciences*, 6(1), 175-198. <https://www.ium.pt/art/761/14/0>
- Mayer, R. C., Davis, J. H., & Schoorman, F. D. (1995). An integrative model of organizational trust. *Academy of Management Review*, 20(3), 709–734.
- Meyer, J. P. (2016). Employee commitment: Looking back and moving forward. In J. P. Meyer (Ed.), *Handbook of employee commitment* (pp. 511–527). Edward Elgar Publishing.
- Meyer, J. P., & Allen, N. J. (1991). A three-component conceptualization of organizational commitment. *Human Resource Management Review*, 1(1), 61–89.
- Meyer, J. P., & Allen, N. J. (1997). *Commitment in the workplace: Theory, research, and application*. Sage Publications.
- Meyer, J. P., & Herscovitch, L. (2001). Commitment in the workplace: Toward a general model. *Human Resource Management Review*, 11(3), 299–326.
- Meyer, J. P., & Smith, C. A. (2000). HRM practices and organizational commitment: Test of a mediation model. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 17(4), 319–331.

- Meyer, J. P., Allen, N. J., & Smith, C. A. (1993). Commitment to organizations and occupations: Extension and test of a three-component conceptualization. *Journal of Applied Psychology, 78*(4), 538–551.
- Meyer, J. P., Kam, C., Goldenberg, I., & Bremner, N. L. (2013). Organizational commitment in the military: Application of a profile approach. *Military Psychology, 25*(4), 381–401.
- Meyer, J. P., Morin, A. J., & Vandenberghe, C. (2015). Dual commitment to organization and supervisor: A person-centered approach. *Journal of Vocational Behavior, 88*, 56–72.
- Meyer, J. P., Morin, A. J. S., Stanley, L. J., & Maltin, E. R. (2019). Teachers' dual commitment to the organization and occupation: A person-centered investigation. *Teaching and Teacher Education, 77*, 100–111.
- Meyer, J. P., Stanley, D. J., Herscovitch, L., & Topolnytsky, L. (2002). Affective, continuance, and normative commitment to the organization: A meta-analysis of antecedents, correlates, and consequences. *Journal of Vocational Behavior, 61*(1), 20–52.
- Meyer, J. P., Stanley, L. J., & Parfyonova, N. M. (2012). Employee commitment in context: The nature and implication of commitment profiles. *Journal of Vocational Behavior, 80*(1), 1–16.
- Gade, P. A. (2003). Organizational commitment in the military: An overview. *Military Psychology, 15*(3), 163–166.
- Milkovich, G. T., Newman, J. M., & Gerhart, B. (2013). *Compensation* (11th ed.). McGraw-Hill Education.
- Miles, S. J., & Mangold, G. (2004). A conceptualization of the employee branding process. *Journal of Relationship Marketing, 3*(2–3), 65–87.
- O'Shea, P. G., Goodwin, G. F., Driskell, J. E., Salas, E., & Ardison, S. A. (2009). The many faces of commitment: Facet-level links to performance in military contexts. *Military Psychology, 21*(1), 5–23.
- Pires, J. M. (2024). *Efetivos das Forças Armadas: Contributos para o seu cálculo* [Factors involved in determining the number of Armed Forces personnel] [Master's dissertation, Military University Institute]. Open Access - IUM Open Repository. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/42631>
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Lee, J.-Y., & Podsakoff, N. P. (2003). Common method biases in behavioral research: A critical review of the literature and recommended remedies. *Journal of Applied Psychology, 88*(5), 879–903.
- Qing, L. Y., & Teo, P.-C. (2024). An implementation of reward system to improve on employee's motivation. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences, 14*(2), 388–401.
- Rijo, F. J. F., Marreiros, J. P. R., Mairos, J. C. S., & Paquete, O. A. (2018). *A retenção dos militares nas Forças Armadas*. Employee retention in the Military [Applied Research Paper, Military University Institute]. Open Access - IUM Open Repository. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/36285>
- Robbins, S. P., Judge, T. A., & Campbell, T. T. (2010). *Organizational behavior*. Pearson Education.

- Robinson, S. L. (1996). Trust and breach of the psychological contract. *Administrative Science Quarterly*, 41(4), 574–599.
- Rodrigues-Silveira, C., Chambel, M. J., & Bartone, P. T. (2022). Organizational affective commitment effects on militaries' well-being during a deployment: A study of a peacekeeping mission. *Military Psychology*, 35(2), 164–174.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2020). Intrinsic and extrinsic motivation from a self-determination theory perspective: Definitions, theory, practices, and future directions. *Contemporary Educational Psychology*, 61, Artigo 101860.
- Saetersdal, H., & Boe, O. (2022). What motivates military special forces operators to stay? A qualitative study. *Scandinavian Journal of Military Studies*, 5(1), 214–228.
- Salgueiro, M. F. (2012, outubro). *Modelos com equações estruturais* [Structural Equation Models] [Conference presentation]. 20th Congress of the Portuguese Statistics Society, Porto, Portugal.
- Silva, M. M. (2016). Organizational Behavior in the Armed Forces [Individual Research Paper, Military University Institute]. Open Access - IUM Open Repository. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17392/1/TII_O%20Comportamento%20Organizacional%20nas%20For%3%A7as%20Armadas%20Final.pdf
- Solinger, O. N., van Olffen, W., & Roe, R. A. (2008). Beyond the three-component model of organizational commitment. *Journal of Applied Psychology*, 93(1), 70–83.
- Squire, S., Wood, J., & Smith, R. (2024). The changing nature of the military psychological contract: From financial rewards to social value. *Defence Studies*, 24(1), 89-112.
- Stinglhamber, F., & Vandenberghe, C. (2003). Organizations and supervisors as sources of support and targets of commitment: A longitudinal study. *Journal of Organizational Behavior*, 24(3), 251–270.
- Stinglhamber, F., Ohana, M., Caesens, G., & Meyer, M. (2020). Perceived organizational support: The interactive role of coworkers' perceptions and employees' voice. *Employee Relations: The International Journal*, 42(1), 1–29.
- Stinglhamber, F., Bentein, K., & Vandenberghe, C. (2002). Extension of the three-component model of commitment to five foci: Development of measures and substantive test. *European Journal of Psychological Assessment*, 18(2), 123–138.
- Williams, L. J., Hartman, N., & Cavazotte, F. (2010). Method variance and marker variables: A review and comprehensive CFA marker technique. *Organizational Research Methods*, 13(3), 477–514.
- Wood, J. (2022). Trust, leadership and morale in the UK Armed Forces: A longitudinal analysis. *Contemporary Security Policy*, 43(3), 456-478.

A LIDERANÇA DE XI JINPING NA MODELAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL ATRAVÉS DA *BELT AND ROAD INITIATIVE*

XI JINPING'S LEADERSHIP AND THE RECONFIGURATION OF THE INTERNATIONAL ORDER THROUGH THE BELT AND ROAD INITIATIVE

Adriana Martins

Major da Guarda Nacional Republicana
Doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa
Discente do doutoramento em Ciências Militares
Investigadora Integrada do Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos
Investigadora Associada do Centro de Investigação do Instituto Universitário Militar
Investigadora Associada do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar
Portugal
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5494-0992>
martins.afg1@gnr.pt

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar em que medida a liderança de Xi Jinping na modelação da ordem internacional, através da *Belt and Road Initiative* (BRI), se alinha com os conceitos teóricos da liderança estratégica.

Neste estudo qualitativo optou-se por uma abordagem indutiva. A análise categorial e de conteúdo foram realizadas com o auxílio do *software* NVIVO, que igualmente possibilitou a extração de dois diagramas de palavras. Estes diagramas relacionam-se, respetivamente, com o conjunto formado por 20 definições conceptuais de liderança estratégica e pelos três discursos proferidos por Xi Jinping na cerimónia de abertura de cada um dos três Fóruns Internacionais de Cooperação da *Belt and Road Initiative* realizados em 2017, 2019 e 2023. Estes diagramas de palavras auxiliaram na criação de onze códigos em que oito deles foram diretamente aplicados àqueles três discursos.

O principal argumento deste estudo destaca que a liderança de Xi Jinping na modelação da ordem internacional se enquadra na definição conceptual de estratégica. Tal é possível se se considerar a perspetiva que se funde numa teia complexa que relaciona a ação estratégica de Xi Jinping com a visão, a tomada de decisão, a gestão da mudança, a viabilidade futura, a influência e resultados, a estabilidade financeira e os valores que caracterizam a *Belt and Road Initiative*. Não obstante, deverão ser analisados em profundidade elementos como cooperação, compromisso e consciência cultural que poderão ser enquadrados numa nova definição conceptual de liderança estratégica ou numa nova abordagem de liderança que supere a estratégica.

Como citar este artigo: Martins, A., (2026). *A Liderança de Xi Jinping na Modelação da Ordem Internacional Através da Belt and Road Initiative*. *Revista de Ciências Militares*, maio, XIV(1), 123-143. [https:// www.ium.pt/publist/](https://www.ium.pt/publist/)

Palavras-chave: Liderança Estratégica; Xi Jinping; *Belt and Road Initiative*.

Abstract

This article examines whether Xi Jinping’s leadership in shaping the international order through the Belt and Road Initiative (BRI) aligns with established theoretical concepts of strategic leadership.

Employing a qualitative, inductive approach, categorical and content analyses were conducted using NVivo software, which generated two word cloud diagrams. These diagrams linked 20 conceptual definitions of strategic leadership with Xi Jinping’s speeches at the opening ceremonies of the BRI International Cooperation Forums (2017, 2019, and 2023), yielding 11 codes, eight of which were directly applied to the speeches.

The central argument posits that Xi Jinping’s leadership aligns with established conceptualisations of strategic leadership, integrating a complex framework of vision, decision making, change management, future viability, influence, results, financial stability, and BRI values. Nevertheless, elements such as cooperation, commitment, and cultural awareness warrant further exploration, potentially informing an expanded definition of strategic leadership or an emergent leadership paradigm beyond the purely strategic.

Keywords: *strategic leadership, Xi Jinping, Belt and Road Initiative*

1. Introdução

O presente artigo, com o tema “A Liderança de Xi Jinping na modelação da Ordem Internacional através da *Belt and Road Initiative*” é desenvolvido no âmbito do Doutoramento em Ciências Militares.

Em 2021¹, argumentei que a *Belt and Road Initiative* (BRI) integrava o sonho chinês e que promovia a Liderança Atrativa Inteligente da República Popular da China (RPC), pois adequava as suas aspirações de longo prazo – isto é a sua visão – às necessidades do século XXI. Igualmente referi que a BRI se enquadrava numa estratégia de ganhos mútuos no sentido que o investimento da RPC permitiria desenvolver e modernizar as infraestruturas ferroviárias, rodoviárias, de oleodutos e de gasodutos dos países que aderissem voluntariamente à BRI^{2,3}. Não obstante as conhecidas contrapartidas de dívida, os Estados tomavam a decisão de livremente pertencer à BRI.

Agora, o presente estudo tem por objetivo analisar em que medida a liderança de Xi Jinping na modelação da ordem internacional, através da *Belt and Road Initiative* (BRI), se

¹ Cfr. Martins, A. (janeiro de 2021). A Resposta Resiliente Europeia à Liderança Atrativa Inteligente Chinesa. IUM Atualidade, 21.

² No estudo em apreço os países eram os vários Estados-membros da União Europeia que bilateralmente tinham aderido à BRI.

³ Cfr. Martins, A. (janeiro de 2021). A Resposta Resiliente Europeia à Liderança Atrativa Inteligente Chinesa. IUM Atualidade, 21.

alinha com os conceitos teóricos da liderança estratégica, traduzindo-se na seguinte questão de partida: Em que medida a liderança de Xi Jinping na modelação da ordem através da *Belt and Road Initiative* se alinha com os conceitos de liderança estratégica?

Inevitavelmente, este estudo será limitado à aplicação da conceptualização da liderança estratégica e à política externa chinesa promovida pela BRI. Outro elemento distinto é a sua amostra que está limitada aos discursos da cerimónia de abertura de Xi Jinping nos três (únicos) Fóruns Internacionais de Cooperação sobre a BRI até agora organizados. Embora nestes Fóruns Internacionais de Cooperação, Xi Jinping tenha discursado em vários momentos, nem todos os discursos estão disponíveis em inglês e em todos os anos, pelo que se optou por analisar somente os três discursos da cerimónia de abertura disponíveis em 2017⁴, 2019⁵ e em 2023⁶. Em 2021 e em 2025, este fórum não foi realizado, motivo pelo qual os discursos não foram incluídos.

Outro argumento relevante é o facto de os discursos terem como audiência a maioria dos Altos Representantes dos Estados e das Organizações Internacionais (OI) que voluntariamente aderiram à BRI.

Aqueles três discursos permitem ainda obter um padrão da ação discursiva de Xi Jinping, em todos os três Fóruns Internacionais de Cooperação e numa situação específica que é a cerimónia de abertura. Não obstante, estes discursos são disponibilizados em inglês no site oficial, o que poderá ser uma condicionante a este estudo uma vez que não monitorizamos o processo de transcrição de mandarim para inglês.

O espaço temporal deste estudo inicia a 14 de maio de 2017 e termina a 18 de outubro de 2023, que corresponde respetivamente ao primeiro discurso e ao último discurso de Xi Jinping. Todavia, o primeiro discurso faz referência a 2013, ano em que Xi Jinping anunciou a criação do projeto *One Belt One Road* que corresponde à atual designação abreviada de BRI. Este período temporal é igualmente justificado por um estudo bibliométrico⁷, sobre a liderança no contexto da RPC que, tendo por base 145 artigos científicos concluiu que, entre 2013 a 2018, houve um incremento acentuado na publicação de artigos.

Realizada uma pesquisa em plataformas do conhecimento como a SCOPUS, verificou-se que a maioria dos estudos sobre Xi Jinping são sobre: a grande estratégia e o sonho chinês; o excecionalismo chinês; a política externa e a transição da liderança ou a BRI relacionada com a estratégia conectiva. Igualmente verificou-se a parca existência de artigos científicos que interliguem a ação de Xi Jinping, no contexto da BRI, com a conceptualização de liderança estratégica. Deste modo, o estudo em apreço revela-se pertinente e atual.

⁴ Cfr. Discurso de Xi Jinping na cerimónia de abertura do segundo Fórum para Cooperação Internacional da BRI, a 26 de abril de 2019, disponível em <https://china.usc.edu/xi-jinping-keynote-speech-opening-second-belt-and-road-forum-april-26-2019>.

⁵ Cfr. Discurso de Xi Jinping na cerimónia de abertura do segundo Fórum para Cooperação Internacional da BRI, a 26 de abril de 2019, disponível em <https://china.usc.edu/xi-jinping-keynote-speech-opening-second-belt-and-road-forum-april-26-2019>.

⁶ Cfr. Discursos de Xi Jinping na cerimónia de abertura do terceiro Fórum para a Cooperação Internacional da BRI, a 18 de outubro de 2023, disponível <http://www.beltandroadforum.org/english/n101/2023/1018/c124-1175.html>.

⁷ Cfr. Yang, M., Chen, W., Zhou, Q., Yang, B., & Xu, C. (2022). The status and future trends of Chinese leadership research: a bibliometric approach. *Nankai Business Review International*, 13 (1), 01-33.

Em relação à conceptualização de liderança estratégica foram compiladas vinte definições conceptuais com influência na perspectiva doutrinária e citadas em vários artigos científicos. Contudo, os conceitos dos Autores Rowe (2001), Ireland e Hitt (2005), Guillot (2003) e Crossland, Campbell, & Hill (2024) foram abordados de forma mais pormenorizada por se considerar que apresentavam outros elementos para além da ideia de que a liderança estratégica se centra na equipa de líderes estratégicos de uma organização.

Este estudo estrutura-se em dois principais capítulos: o primeiro capítulo que aborda a revisão da literatura sobre a conceptualização teórica de liderança estratégica e o segundo capítulo referente à metodologia aplicada. Este segundo capítulo é subdividido em dois subcapítulos: o primeiro é sobre a apresentação e análise de resultados e o segundo é direcionado à discussão dos mesmos. No final são apresentadas as considerações finais e as propostas futuras.

Esta revisão apresenta limitações. Quanto às fontes primárias, não foram analisados os discursos originais de Xi Jinping em mandarim, recorrendo-se apenas a traduções institucionais para inglês. Já os conceitos teóricos adotados na revisão da literatura são maioritariamente de Autores, em contextos culturais ocidentais, o que poderá condicionar a sua aplicabilidade a uma liderança cuja cultura não é predominantemente ocidental ou limitar a generalização dos resultados.

2. Revisão da literatura

Da revisão da literatura⁸ infere-se que o conceito de liderança estratégica tem sido abordado em referência à liderança no mais elevado nível de uma organização, nomeadamente à equipa de líderes estratégicos, às suas características, à sua visão, à monopolização do ónus da tomada de decisão e à influência descendente que deles resulta em toda a estrutura

⁸ Entre a literatura revista destaca-se a seguinte: Hambrick, D. C. (2007). Upper echelons theory: An update. *Academy of Management Review*, 32(2), 334–343; DeChurch, L. A., Hiller, N. J., Murase, T., Doty, D., & Salas, E. (2010). Leadership across levels: Levels of leaders and their levels of impact. *The Leadership Quarterly*, 21(6), 1069–1085; Hitt, M. A., Haynes, K. T., & Serpa, R. (2010). Strategic leadership for the 21st century. *Business Horizons*, 53(6), 437–444; Hernandez, M., Eberly, M. B., Avolio, B. J., & Johnson, M. D. (2011). The loci and mechanisms of leadership: Exploring a more comprehensive view of leadership theory. *The Leadership Quarterly*, 22(6), 1165–1185; Serfontein, J., & Hough, J. (2011). Proposed model of the impact of strategic leadership on operational strategy and organisational performance of business organisations in South Africa. *Corporate Ownership & Control*, 8(3), 443–451; Strand, R. (2014). Strategic leadership of corporate sustainability. *Journal of Business Ethics*, 123(4), 687–706; Pitelis, C. N., & Wagner, J. D. (2019). Strategic shared leadership and organizational dynamic capabilities. *The Leadership Quarterly*, 30(2), 233–242; Samimi, M., Cortes, A. F., Anderson, M. H., & Herrmann, P. (2022). What is strategic leadership? Developing a framework for future research. *The Leadership Quarterly*, 33(4), Article 101539; Kebede, D. A., Werke, S. Z., & Kebede, T. A. (2024, October 30). Strategic leadership practices in emerging economies: A systematic review and empirical investigation. *Cogent Business & Management*, 11(1), Article 2416870; Singh, A., & Jha, S. (2024). Strategic leadership and team innovation: A qualitative study from the lens of leader-member exchange. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 73(7), 2254–2283; Worku Lemlemu Ferede, Yalaw Endawoke, & Gedif Tessema. (2024, October 23). Effects of strategic leadership on change management: Examining the mediating roles of accountability, knowledge management, and organizational culture in public organizations: A study in Central Gondar, Ethiopia. *Cogent Business & Management*, 11(1), Article 2409154; Zhou, S., Hiller, N. J., Zaccaro, S. J., Campbell, L. N., McCauley, R., Parris, T., & Klimoski, R. J. (2024). The corporate chief of staff: Strategic leadership influence from outside the spotlight. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 31(3), 289–303.

organizacional. Não obstante, esta abordagem é distinta de liderança de supervisão⁹ que consiste sobremaneira em orientar, dar feedback e apoiar (House & Aditya; 1997).

Igualmente, destacam-se quatro perspectivas que acrescentam ainda outros elementos para além da principal ideia centrada na equipa de líderes estratégicos e as suas características. Destacam-se: a de Rowe (2001) que conjuga a liderança visionária com a liderança gestonária; a de Ireland e Hitt (2005) cujo valor acrescentado é o elemento da gestão da mudança; a de Guillot (2003) que acrescenta o elemento ambiente estratégico, e a de Crossland et al. (2024), que, mais atual, reforça as ideias dos anteriores Autores.

Ireland e Hitt (2005)¹⁰ abordam a liderança estratégica como a capacidade de alguém antecipar, visualizar, manter flexibilidade, pensar estrategicamente e trabalhar com outros para iniciar mudanças que criarão um futuro viável para a organização¹¹. Mais recentemente, Hitt, Ireland, & Hoskisson (2019) referem que a liderança estratégica é a capacidade de antecipar, visualizar, manter a flexibilidade e capacitar os outros para criarem mudanças estratégicas tanto quando necessário. Significa que a liderança estratégica se relaciona com a gestão da mudança (Hitt et al., 2019). Importa aqui destacar que, num estudo recente, concluiu-se que a liderança estratégica conjuntamente com as variáveis: cultura organizacional, gestão do conhecimento e responsabilidade têm um efeito direto na gestão da mudança (Worku et al., 2024). Tal facto envolve alinhar a visão, os objetivos e as ações, motivar os colaboradores, promover uma cultura de apoio, alavancar o conhecimento e garantir a responsabilização (Worku et al., 2024).

Não obstante, para os Autores, Hitt et al. (2019) a liderança estratégica contribui para o sucesso organizacional e é formada por seis elementos: a) determinar a visão estratégica da organização; b) explorar e manter as competências nucleares da organização; c) desenvolver o capital humano e social; d) manter uma cultura organizacional efetiva; e) reforçar práticas éticas; e f) estabelecer controlos organizacionais equilibrados. Consequentemente, aos líderes é lhes recomendado que tenham consciência dos seguintes princípios: a) crescimento orientado; b) gestão do conhecimento; c) mobilização do capital humano; d) desenvolvimento de uma cultura organizacional efetiva; e e) concentração no futuro (Ireland & Hitt; 2005).

Para Rowe (2001), a forma como conceptualiza a liderança estratégica diferencia-se de Ireland e Hitt (2005), porque se centra sobremaneira no processo de decisão voluntária

⁹ Entre os vários Autores que abordam o conceito de liderança de supervisão, destacam-se: House, R. J., & Aditya, R. N. (1997). The social scientific study of leadership: Quo vadis? *Journal of Management*, 23(3), 409–473; Boal, K. B., & Schultz, P. L. (2007). Storytelling, time, and evolution: The role of strategic leadership in complex adaptive systems. *The Leadership Quarterly*, 18(5), 411–428; Narayanan, V. K., & Zane, L. J. (2009). Inventing a future for strategic leadership: Phenomenal variety and epistemic opportunities. *Journal of Strategy and Management*, 2(4), 380–404; Vera, D., Bonardi, J.-P., Hitt, M. A., & Withers, M. C. (2022, March 31). Extending the boundaries of strategic leadership research. *The Leadership Quarterly*, 33(2); Crossland, C., Campbell, J. T., & Hill, A. D. (2024). What is strategic leadership? In Z. Simsek, C. Heavey, & B. C. Fox (Eds.), *Handbook of research on strategic leadership in the Fourth Industrial Revolution* (pp. 2–28). Edward Elgar Publishing.

¹⁰ Este estudo resulta de uma análise comparativa entre a transição do ambiente estratégico do século XX para o século XXI e moldado pela economia global.

¹¹ Transcrição realizada pela Autora atendendo à definição: “Strategic leadership is defined as a person’s ability to anticipate, envision, maintain flexibility, think strategically, and work with others to initiate changes that will create a viable future for the organization” (Ireland & Hitt, 2005, p. 63).

que considera tanto o presente como o futuro. Isto é, a liderança estratégica é definida por Rowe (2001) como a capacidade de influenciar os outros a tomarem decisões diárias de forma voluntária e que reforcem a viabilidade da organização a longo prazo, mantendo simultaneamente a estabilidade financeira a curto prazo¹². Contudo, Rowe (2001) partilha com Ireland e Hitt (2005) que a liderança estratégica inclui o comportamento ético.

Outra característica da liderança estratégica apresentada por Rowe (2001) é a capacidade de influenciar colaboradores, nomeadamente, subordinados, pares e superiores a tomarem decisões voluntariamente que melhoram a organização, sendo a característica mais importante da liderança estratégica, o que pressupõe uma visão partilhada entre todos e sobre a identidade da organização. Por outro lado, o mesmo Autor argumenta que a liderança estratégica combina de forma sinérgica a liderança visionária com a liderança gestonária¹³, isto é, conjuga a visão orientada para o futuro, nomeadamente com a viabilidade a longo prazo e assunção de riscos, com a racionalidade do presente e que inclui a estabilidade financeira a curto prazo. Simplificadamente, visa tomar decisões no curto prazo, mas com consequências a longo prazo. Defende igualmente que as decisões estratégicas adotadas têm impacto em toda a organização e nos seus ambientes interno e externo.

Para Rowe (2001), os líderes visionários lidam com a criatividade, a inovação, o caos¹⁴ e com a mudança da ordem existente ao passo que os líderes gestonários lidam com a estabilidade e com a preservação da ordem existente. Esta ideia interseja a de Boal & Schultz (2007) em que a liderança estratégica proporciona o equilíbrio entre a estabilidade completa e a desordem incontrolável.

Rowe (2001) compara ainda os conceitos de líder visionário e de líder gestonário, respetivamente, com os conceitos de Kotter (1990) sobre liderança e gestão. Isto é, o líder visionário lida com a mudança¹⁵ ao passo que o líder gestonário lida com a complexidade. Acrescenta também que no contexto desta definição de liderança estratégica é suposto o líder conhecer o processo estratégico e que seja capaz de lidar com a mudança no duplo sentido: a mudança organizacional e a mudança do ambiente externo e interno.

Outro Autor que aborda o conceito de liderança estratégica é Guillot (2003) que a define como a capacidade de um líder sénior e experiente, com sabedoria e visão, em criar e executar planos e de tomar decisões num ambiente estratégico que é volátil, incerto, complexo e ambíguo¹⁶. Ho, Lam e Law (2023) partilham com aquele Autor que a liderança estratégica pode ajudar as organizações a melhorar o seu desempenho enquanto competem em

¹² Transcrição realizada pela Autora atendendo à definição: “Strategic leadership is the ability to influence others to voluntarily make day-to-day decisions that enhance the long-term viability of the organization, while at the same time maintaining its short-term financial stability” (Rowe, 2001, pp. 81-82).

¹³ De acordo com Rowe (2001), a liderança gestonária é semelhante à conceptualização de liderança transaccional.

¹⁴ A ideia de caos é também partilhada por Boal & Schultz (2007) que consideram fundamental para a existência do elemento mudança.

¹⁵ Para Rowe (2001) a mudança é revolucionária e não evolutiva.

¹⁶ Transcrição realizada pela Autora atendendo à definição: “Strategic Leadership as the ability of an experienced, senior leader who has the wisdom and vision to create and execute plans and make consequential decisions in the volatile, uncertain, complex and ambiguous strategic environment” (Guillot, 2003, p. 68).

ambientes voláteis e turbulentos. Por outro lado, para Guillot (2003) a finalidade da liderança estratégica é determinar os fins, escolher as melhores opções e aplicar os meios mais eficazes para desenvolver e concretizar o plano, o que envolve: tomar decisões em diferentes ambientes e contextos estratégicos e tomar decisões sólidas e fundamentadas, consciente dos riscos inerentes. Neste enquadramento, a tomada de decisão estratégica é influenciada pelo ambiente estratégico que, segundo Guillot (2003), é formado por quatro elementos que se interligam: *a)* o ambiente da segurança nacional; *b)* o ambiente interno; *c)* o ambiente internacional e *d)* ambiente militar. Guillot (2003), conclui que a liderança estratégica exige a transição entre o que é conhecido para o que é possível.

Já para Crossland et al. (2024), a liderança estratégica relaciona-se com estudo dos líderes de topo de uma organização e que têm a responsabilidade geral em tomar de decisões, estando envolvidos em atividades como a construção de uma visão partilhada para a organização, a gestão das partes interessadas, a criação e a implementação de estratégias de mercado, de produtos e otimização¹⁷.

3. Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo em que se adotou uma abordagem indutiva. Recorreu-se ao software NVIVO que permitiu analisar e desestruturar em categorias as vinte definições conceptuais de liderança estratégica. Não obstante, aquelas definições conceptuais foram também desestruturadas num diagrama de palavras que auxiliou na criação dos onze códigos, dos quais sete foram aplicados diretamente e adaptados à análise de conteúdo dos três discursos. Embora tenha sido criado um diagrama de palavras sobre os três discursos, o discurso de 2017 constituiu-se como a principal ponte de ligação entre os códigos obtidos do conjunto das definições de liderança estratégica e o conteúdo de todos os atos discursivo.

3.1. Apresentação e análise dos resultados

Tendo por base a revisão da literatura em torno do conceito de liderança estratégica e as vinte definições de liderança estratégica, considerou-se que a sua aplicação à liderança de Xi Jinping na modelação da ordem internacional, através da BRI, não se poderia limitar a uma única definição ou a uma única perspetiva conceptual no sentido que minorizaria o estudo em apreço. Esta decisão é também enquadrada pela pluralidade de definições sobre liderança estratégica, desde as mais clássicas às mais atuais, em que não existe um consenso, mas uma convergência de perspetivas conceptuais. É disso ilustrativo o conjunto das vinte definições compiladas sobre liderança estratégica, desde 1996 a 2024, e citadas na tabela 1.

¹⁷ Tradução realizada pela Autora de: "(...) is the study of the most senior leaders of an organization who have overall decision-making responsibility for the enterprise, and who are involved in activities such as building a shared vision for the organization, managing stakeholders, creating and implementing product-market strategies, and optimizing organizational structures"(Crossland, Campbell, & Hill, 2024, p. 3).

Tabela 1 – Definições Conceptuais de Liderança Estratégica

Estudos	Detalhes sobre Liderança Estratégica
Finkelstein, Hambrick, and Cannella (1996) citado por Samimi, Cortes, Anderson, & Herrmann (2022)	“The study of executive leadership from a strategic choice perspective, or more concisely, strategic leadership, focuses on the executives who have overall responsibility for an organization — their characteristics, what they do, how they do it, and particularly, how they affect organizational outcomes. The executives who are the subjects of strategic leadership research can be individuals (e.g., CEOs or division general managers), groups (top management teams), or other governance bodies (e.g., boards of directors)”
House & Aditya (1997, pp. 444 - 445)	“Strategic leadership is directed toward giving purpose, meaning, and guidance to organizations. This is accomplished by the provision of a vision of the organization which has inspirational appeal to members of the organization and to external constituencies on which it is dependent”
Rowe (2001, pp. 81-82)	“Strategic leadership is the ability to influence others to voluntarily make day-to-day decisions that enhance the long-term viability of the organization, while at the same time maintaining its short-term financial stability”
Denis, Lamothe, & Langley (2001, p. 810)	“First, we view strategic leadership as a <i>collective</i> phenomenon to which different individuals can contribute in different ways. Secondly, we view strategic leadership from a <i>processual</i> viewpoint in which the focus is more on the <i>actions</i> of people in leadership positions than on demographics, personality, or cognition. Thirdly, strategic leadership is viewed as a <i>dynamic</i> phenomenon in which participants, roles, and influences evolve over time. Finally, strategic leadership is seen as a <i>supraorganizational</i> phenomenon in which leadership roles and influences on them can extend beyond focal organizational boundaries”
Boal & Hooijberg (2001, p. 515; 540)	“(…) the essence of strategic leadership involves the capacity to learn, the capacity to change, and managerial wisdom” “(…) the cognitive complexity, social intelligence, and behavioral complexity of strategic leaders positively affect the essence of strategic leadership”
Guillot (2003, p. 68)	“Strategic leadership as the ability of an experienced, senior leader who has the wisdom and vision to create and execute plans and make consequential decisions in the volatile, uncertain, complex and ambiguous strategic environment”
Vera & Crossan (2004, p. 223)	“Strategic leadership theory refers to the study of people at the top of the organization”
Boal (2004) citado por Narayanan & Zane (2009) e por Samimi, Cortes, Anderson, & Herrmann (2022)	“Strategic leadership is a series of decisions and activities, both process-oriented and substantive in nature, through which, over time, the past, the present, and the future of the organization coalesce. Strategic leadership forges a bridge between the past, the present, and the future, by reaffirming core values and identity to ensure continuity and integrity as the organization struggles with known and unknown realities and possibilities. Strategic leadership develops, focuses, and enables an organization's structural, human, and social capital and capabilities to meet real-time opportunities and threats. Finally, strategic leadership makes sense of and gives meaning to environmental turbulence and ambiguity, and provides a vision and road map that allows an organization to evolve and innovate”
Elenkov, Judge, & Wright (2005, p. 666)	“We define strategic leadership as the process of forming a vision for the future, communicating it to subordinates, stimulating and motivating followers, and engaging in strategy-supportive exchanges with peers and subordinates”
Ireland & Hitt (2005, p. 63)	Strategic leadership is “a person's ability to anticipate, envision, maintain flexibility, think strategically, and work with others to initiate changes that will create a viable future for the organization”

[Cont.]

Boal & Schultz (2007, p. 412)	“(…) strategic leadership pushes organizations to the “edge of chaos” and out of stasis; without it no significant change can emerge. Strategic leadership promotes “strange attraction” in organizations, providing balance between the inertia of Weberian-style bureaucracy and anarchy, resulting in the ordered and fluid responsiveness of innovative and creative organization”
Burgelman & Grove (2007, p. 967)	“(…) we propose that strategic leadership — how top management designs the strategy-making process — is the means with which leadership style exerts its influence on corporate longevity”
Finkelstein et al. (2009) citado por Kebede, Werke, & Kebede (2024)	Strategic leadership as the ability of executives to influence the organization’s strategic direction and performance through their decisions and actions
Tutar, Altınöz, & Çakıroğlu (2011, p. 1381)	“Strategic leadership is to establish a strategy by properly analyzing the interior and exterior environment in which the organization exists, implementing the right strategy at the right time, evaluating and acting the appropriate behavior suitable for the current environment” “(…) the strategic leadership could be defined as the ability to make a strategic choice” “(…) strategic leadership designates to provide a competitive advantage in the long term and to maintain this advantage as a target. The basic objective of the strategic leadership is to continue its existence in the long term in compliance with the basic objectives of the business”
Serfontein & Hough (2011, p. 443)	“Strategic leadership is therefore the ability of the leaders to create and re-create reasons for the organization’s continued existence”
Carter & Greer (2013, p. 2)	“(…) we will view strategic leadership as being concerned with the leadership “of” organizations as opposed to “in” organizations”
Samimi, Cortes, Anderson, & Herrmann (2022, p. 3)	“(…) we define strategic leadership as the functions performed by individuals at the top levels of an organization (CEOs, TMTmembers, Directors, General Managers) that are intended to have strategic consequences for the firm”
Singh, Lim, Jha, Kumar, & Ciasullo (2023, pp. 1-2)	“Strategic leadership can be comprehensively described as leadership that is focused on strategic consequences (e.g., economic, environmental, social) for organizations (e.g., multinationals, small and medium enterprises), which can be driven by tasks that include but transcend beyond strategic visioning, encapsulating a wide range of high-level administrative (governance), engagement, innovation (improvement), operational, and supervisory tasks for an organization without being confined to any leadership style (e.g., authentic, autocratic, bureaucratic, democratic, transactional, transformational, servant) or value (e.g., self-regarding, other-regarding)”
Kebede, Werke, & Kebede (2024, p. 15)	“The concept of strategic leadership is typically defined as the function of top-level leaders responsible for guiding the long-term direction and performance of an organization”
Crossland, Campbell, & Hill (2024, p. 3)	Strategic leadership “(…) is the study of the most senior leaders of an organization who have overall decision-making responsibility for the enterprise, and who are involved in activities such as building a shared vision for the organization, managing stakeholders, creating and implementing product-market strategies, and optimizing organizational structures”

Fonte: Adaptado a partir de Narayanan & Zane (2009); de Samimi et al. (2022) e de Kebede, Werke & Kebede (2024).

Unicamente das vinte definições conceituais de liderança estratégica citadas na tabela 1, resulta o diagrama de palavras da figura 1, com recurso à plataforma NVIVO.



Figura 1 – Diagrama de palavras resultante das definições de liderança estratégica da tabela 1

Fonte: NVIVO

Deste diagrama de palavras resulta uma amplitude de expressões que reforçaram as ideias de liderança de topo, de visão, de capacidade e de organização, marcadas a cor de laranja. O mesmo diagrama, conjugado tanto com a revisão da literatura como com o conjunto das vinte definições de liderança estratégica, foram a base para realizar a análise categorial. Daqui emergiram onze códigos, hierarquizados de forma descendente: equipa coletiva de líderes (15); *visão* (12); *gestão da mudança* (11); *influência* (7); *viabilidade futura* (5); *tomada de decisão* (5); *ambiente estratégico* (4); *resultados* (1); *estabilidade financeira* (1); *processo* (1); *valores* (1). Os valores apresentados correspondem ao número de vezes que a palavra ou a ideia foi exposta na definição conceptual.

Embora tenham sido criados os códigos *tomada de decisão* e *processo*, os mesmos não foram alvo de análise direta uma vez que nos três discursos não existe conteúdo explícito. Contudo, o código *resultados* foi aglutinado ao código *influência*, dando origem a um único código *influência e resultados* dado que durante a análise considerou-se que não existia um elemento que os diferenciasse, mas vários elementos que os uniam.

Importa igualmente referir que a palavra *organização*, que sobressaiu no diagrama de palavras da figura 2, foi associada ao projeto BRI, não tendo sido alvo de codificação. Já o elemento ambiente estratégico foi genericamente caracterizado de volátil nos discursos de Xi Jinping pelo que não foi alvo de aprofundada análise.

Assim, somente sete códigos constituíram-se como base à análise direta de conteúdo entre a conceptualização teórica de liderança estratégica e os três atos discursivos de Xi Jinping.

Todavia, os três discursos em análise também foram alvo de um diagrama de palavras conforme figura 2.

prosperity. Igualmente é referido que a prática destes elementos concorria para a amizade, para o desenvolvimento partilhado, para a paz, para a harmonia e para um futuro melhor.

Em 2023, Xi Jinping acrescentou que os quatro elementos do espírito da BRI constituíam-se como importante instrumento para reforçar a *Belt and Road Cooperation*.

3.1.2. Estabilidade financeira

Este código relaciona-se com uma rede multilateral e nacional de Instituições Financeiras, como o Banco Chinês de Desenvolvimento, o Banco Chinês de Exportação e Importação e o Banco de Investimento de Infraestruturas Asiático, e de mecanismos de financiamento, como o *Silk Road Fund*, o *Belt and Road Special Lending Scheme*, o *Multilateral Development Financial Cooperation Center*, *IMF-China Capacity Building Center* e o *Silk Road Theme Bonds*, que se expandiram ao longo do tempo. A RPC formulou ainda o *Guiding Principles on Financing the Development of the Belt and Road* e publicou o *Debt Sustainability Framework for Participating Countries of the Belt and Road Initiative*.

O principal objetivo destes instrumentos tem sido financiar a amplitude de projetos, programas, iniciativas, fóruns, conferências e eventos das mais diversas áreas da BRI.

3.1.3. Influência dos resultados

Atendendo à escrita no discurso de 2017, que centraliza a ação na RPC, o código *influência e resultados* foi subdividido em três subcódigos.

O primeiro subcódigo, em que RPC tem alcançado acordos de cooperação, inclui projetos de conectividade de *hardware* em áreas como o transporte, as infraestruturas e a energia, e de *software* na área das telecomunicações, bem como projetos e planos de cooperação em áreas como a economia, o comércio, a indústria, do comércio *on-line*, a economia verde, o transporte ferroviário de carga, entre outros.

O segundo subcódigo, que enquadra o esforço da RPC na construção de parcerias empresariais de ganho mútuos com os Estados envolvidos na BRI, promove o crescimento mútuo através de trocas comerciais e de investimento, bem como entende expandir o acesso aos mercados para atrair investimento estrangeiro e criar prosperidade, concorrendo para a construção da *Belt and Road Free Trade Network*. Em 2017, foram assinados compromissos de cooperação com mais de 30 países e anunciada a realização da *China International Import Expo* para 2018. Em 2019, a RPC planeava uma nova zona de comércio livre com a inclusão de portos comerciais. Ao mesmo tempo, autocaracterizava-se como fábrica global e mercado global que tinha a intenção de promover trocas comerciais equilibradas. Em 2023, Xi Jinping abordou pela primeira vez a intenção de estabelecer zonas piloto de e-comércio e mencionou que as anteriores intenções tinham resultado na construção de novos aeroportos, portos, vias rodoviárias e parques industriais. Tais construções têm resultado na criação de novos corredores económicos e de indicadores de crescimento que se têm transformado em novas rotas comerciais – este facto será alvo de maior profundidade no código seguinte. Igualmente foi anunciada a organização anual da *Global Digital Trade Expo*.

O terceiro subcódigo, que caracteriza a cooperação da RPC na área de inovação com outros Estados, converge para o lançamento, em 2017, e consequente reforço tanto em 2019 como em 2023, do *Belt and Road Science, Technology and Innovation Cooperation Action Plan* (BRSTICAP) que integra, nos dois primeiros discursos, quatro iniciativas: a *Science and Technology People-to-People Exchange Initiative*; a *Joint Laboratory Initiative*; a *Science Park Cooperation Initiative* e a *Technology Transfer Initiative*. A quinta iniciativa é acrescentada em 2023 e refere-se à *Global Initiative for Artificial Intelligence Governance*.

Junta-se ainda a intenção da RPC, em todos os discursos, de incentivar a adesão a programas de intercâmbio internacional. Particularmente, em 2017, é referida a intenção de estabelecer a *big data service platform* sobre proteção ecológica e ambiental e uma coligação internacional sobre o desenvolvimento verde, bem como apoiar outros países em relação às alterações climáticas. Em 2019, é sublinhado que tais intenções têm sido implementadas através do *Belt and Road Initiative Talents Exchange Program*, pretendendo-se alargar os programas de intercâmbio à área cyber. No mesmo ano, são acrescentadas duas áreas: a proteção da propriedade intelectual e a promoção do desenvolvimento verde, que em 2023, é aprofundado às dimensões das infraestruturas, da energia e do transporte. Igualmente, em 2019, é apoiado o desenvolvimento da *BRI International Green Development Coalition*; a organização da *BRI Green Innovation Conference*; a implementação do *BRI Green Investment Principles*. Já em 2023, é mencionado pela primeira vez a organização da *BRI Conference on Science and Technology Exchange*.

3.1.4. Viabilidade futura

Este código associa-se sobremaneira à edificação de uma rede global de conectividade, agregada nas dimensões política, comercial, financeira, infraestrutural e de pessoas para pessoas, que se reveste como elemento fundamental à prossecução do princípio da cooperação de ganhos-mútuos. No discurso de 2023, Xi Jinping referiu que esta rede global de conectividade assentava na criação de corredores económicos terrestres e marítimos como: o corredor económico China-Paquistão; o corredor económico China-Mongólia-Rússia; a nova ponte continental da Eurásia; o corredor internacional de transporte trans-Cáspio; o novo corredor logístico que atravessa o supercontinente Eurásia e o novo corredor internacional de comércio terrestre-marítimo. Junta-se ainda rotas de transporte internacional por via ferroviária como: Linha ferroviária China-Europa; Linha ferroviária de alta velocidade de Jakarta-Bandung; Linha ferroviária China-Laos; Linha ferroviária Addis Ababa (Etiópia)-Djibouti e a linha ferroviária Hungria-Sérvia e a reconstrução de aeroportos, portos como o de *Gwadar* e de Pireu, de oleodutos e de rede elétrica. Em 2023 foi contemplada a integração de portos, navios e de serviços comerciais na *Silk Road Maritime* e a criação da *Air Silk Road*.

Não obstante esta conectividade física, a BRI tem evoluído para uma conectividade institucional assente na gestão do conhecimento e na partilha cultural que converge, respetivamente, para cimentação da *Educational Silk Road* e da *Health Silk Road*. A Educational

Silk Road tem sido composta por bolsas de estudo para promover o intercâmbio educacional¹⁹, sobretudo em áreas como o turismo²⁰, a arte²¹, o teatro²², a cinematografia, entre outros. Em 2019, foi anunciada a organização do *International Youth Forum on Creativity and Heritage* e os "Chinese Bridge" summer camps ao passo que em 2023, foi ainda identificada a *Silk Road Community Building Initiative* e o *Brightness Action Program*.

Quanto à *Health Silk Road*, Xi Jinping detalhou os esforços mútuos prestados durante a pandemia COVID-19.

3.1.5. Gestão da mudança

Este código aborda a crescente adesão voluntária de Estados, a assinatura de acordos com as OI e o estabelecimento de plataformas especializadas de cooperação multilateral: em 2017, foi feita a referência à adesão de mais de 100 Estados; em 2019, mencionou-se a adesão de mais de 150 Estados e de OI, e em 2023, referiu-se o igual número de Estados, mas singularizou-se a adesão de mais de 30 OI e o estabelecimento de mais de 20 plataformas especializadas de cooperação multilateral.

Este código também se relaciona com as várias ramificações da BRI que integra as redes de conectividade física e de conectividade institucional. A rede de conectividade física é formada pelos corredores económicos terrestres e marítimos e pelas rotas de transporte internacional. A rede de conectividade institucional é constituída pela amplitude de projetos, de iniciativas, de programas, de fóruns, de conferências e de eventos que têm sido projetados e edificados. Em 2017, falou-se sobre a criação da *Belt and Road Free Trade Network*, da *Educational Silk Road*, da *Health Silk Road* e da *Digital Silk Road*. Em 2019, abordou-se a iniciativa da *Clean Silk Road*; a criação da *Silk Road of Innovation*; a continuação da *Digital Silk Road*, da BRSTICAP e do *Silk Road Program*; e a implementação da *Belt and Road Initiative Talents Exchange Program* e do *Green Silk Road Envoys Program*. Em 2023, abordou-se a continuação do BRSTICAP e do *Silk Road Program*. Não obstante, considera-se igualmente que este subcódigo poderá ter atraído outros Estados a aderirem voluntariamente à BRI.

3.1.6. Visão

O código *visão* foi subdividido em dois subcódigos.

No primeiro subcódigo, que define a *humanidade enquanto comunidade com um futuro partilhado*, em 2017, Xi Jinping classificou a BRI como o projeto do século, assente no princípio da cooperação de ganhos-mútuos, que beneficiaria a vida de todos os envolvidos e que era guiado pelo desenvolvimento inovador, coordenado, verde, aberto e inclusivo. Em 2019, reforçou a ligação da BRI com o passado, o presente e o futuro, contextualizando com a tendência histórica da globalização económica, da necessidade de melhorar o sistema de

¹⁹ Em 2023, Xi Jinping reforçou a existência do Scholarship Silk Road Program.

²⁰ Em 2023, Xi Jinping enquadrou esta área com o estabelecimento da *Silk Road International Alliance of Art Museums*, da *Silk Road International Library Alliance* e da *International Tourism Alliance of Silk Road Cities*.

²¹ Em 2023, Xi Jinping enquadrou esta área com o estabelecimento da *Silk Road International Arts Festival*.

²² Em 2023, Xi Jinping enquadrou esta área com o estabelecimento da *Silk Road International League of Theaters*.

governança global e de satisfazer os anseios das pessoas para uma vida melhor. Tal facto, permitiu introduzir, naquele ano, e desenvolver, em 2023, uma perspetiva centrada nas pessoas, assente no princípio de que a humanidade é uma comunidade com um futuro partilhado²³ e na abordagem orientada para o desenvolvimento global enraizado na cooperação. Não obstante, no último discurso, Xi Jinping correlacionou estes dois elementos, percepcionando-se que aquela humanidade (em específico) teria de ser alimentada através do desenvolvimento.

O segundo subcódigo, com o tema *desenvolvimento*, foi abordado em 2017 com as expressões desenvolvimento global e desenvolvimento partilhado ao passo que, em 2019, foram introduzidas as expressões desenvolvimento comum, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento pacífico. Em 2023, a conjugação destas expressões possibilitou, pela primeira vez, o uso da expressão desenvolvimento de alta-qualidade. Da amplitude destas expressões percebe-se que existe não só o envolvimento como o reforço desse envolvimento para alcançarem resultados de alta qualidade. Igualmente converge para a ideia de esforços integrados e orientados.

Todavia, ao longo dos três discursos houve um incremento massivo da expressão *Belt and Road Cooperation* que, a nosso ver, interliga os dois subcódigos e que se constitui como a ideia-base de toda a liderança de Xi Jinping. Isto é, para que Humanidade seja uma comunidade com um futuro partilhado é relevante que exista cooperação entre todos que dela fazem parte, potenciando o desenvolvimento.

A *Belt and Road Cooperation* também permite estabelecer uma ligação entre o código visão e o código valores

Outro facto que fundamenta esta perspetiva, é a designação do próprio evento enquanto Fórum Internacional de Cooperação da BRI.

3.1.7. Equipa de Líderes

Neste código, verificou-se a evolução discursiva centralizada em Xi Jinping ao envolvimento conjunto de todos os Altos Representantes dos Estados e das OI que aderiram voluntariamente à BRI.

Em 2017, Xi Jinping referiu que, em 2013, propôs a criação da *Silk Road Economic Belt* e da *21st Century Maritime Silk Road*, que denominou inicialmente de *One Belt One Road* e posteriormente de BRI. Contudo, nos dois discursos seguintes utilizou predominantemente o pronome pessoal da primeira pessoa do plural “we” e a palavra *together*, destacando, pela primeira vez e em 2023, o *slogan planning together, building together, and benefiting together*. Ora, tais expressões tendem a envolver os Altos Representantes dos Estados participantes da BRI na assunção do compromisso e de esforços conjuntos²⁴ com vista à edificação e à melhoria contínua daquele projeto. Estas expressões são ainda complementadas com os títulos dos três discursos, conforme é representado na tabela 2.

²³ Em 2019, Xi Jinping referiu a ideia de que “we remain committed to peaceful development and will endeavor to build a community with a shared future for mankind” ao passo que em 2023 mencionou que “We have learned that humankind is a community with a shared future”.

²⁴ Aqui é utilizada a expressão *joint efforts*.

Tabela 2 – Títulos dos três discursos de Xi Jinping na Cerimônia de Abertura dos três Fóruns de Cooperação Internacional da Belt and Road Initiative

1.ª Conferência em 2017	Work Together to Build the Silk Road Economic Belt and The 21st Century Maritime Silk Road
2.ª Conferência em 2019	Working Together to Deliver a Brighter Future For Belt and Road Cooperation
3.ª Conferência em 2023	Building an Open, Inclusive and Interconnected World for Common Development

Não obstante, Xi Jinping não descentralizou o ônus de ser o principal representante da “equipa de líderes mundial”, ao referir, em 2023, que a *“China can only do well when the world is doing well. When China does well, the world will get even better”*. Esta expressão igualmente aparenta transmitir a mensagem de interligação do mundo com a RPC, sendo que esta é a ursa polar do desenvolvimento global.

3.2. Discussão dos resultados

Ao contrário da revisão da literatura, dos três discursos de Xi Jinping extrai-se que não existe uma equipa coletiva de líderes com autoridade reconhecida para orientar a BRI. O que existe é a centralização da liderança na figura de Xi Jinping, enquanto Alto Representante da RPC, que tem a clarividência necessária para perceber que o desenvolvimento da BRI depende do envolvimento de todos os Altos Representantes dos Estados e das OI que a apoiam. Isto é, Xi Jinping promove a participação e o compromisso entre todos aqueles que aderirem à BRI, passando a mensagem de que sem o seu envolvimento ativo não é possível o desenvolvimento da BRI. No limite, esta ação poderá ser interpretada como elemento motivacional que é essencial do ponto de vista da liderança estratégica.

Xi Jinping também concentra no ato discursivo uma perspetiva orientada de longo prazo da BRI através da disseminação dos valores, da divulgação da visão, da promoção da estabilidade financeira e da continuidade da BRI. Ao mesmo tempo apresenta os resultados que têm influenciado a edificação da nova rede global de conectividade e a consolidação da BRI. Simultaneamente, faz a ligação entre passado, presente e futuro no sentido que em todos os discursos reforça o que foi feito antes, o que está a ser feito e o que poderá ser alcançado.

Complementarmente, infere-se que apesar de os códigos serem distintos, os mesmos interligam-se numa relação de reforço e de complementaridade que permite ser expressa conforme figura 3.

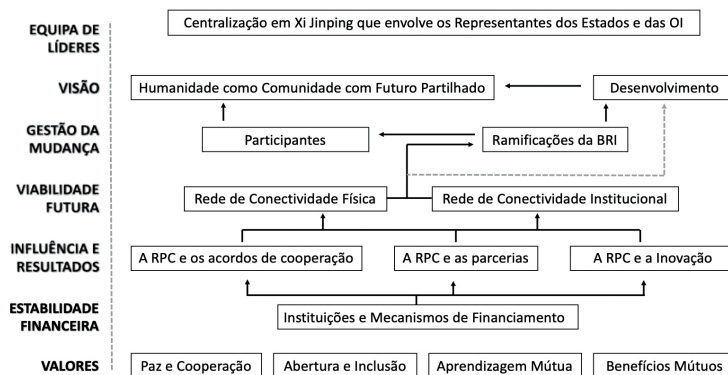


Figura 3 – Representação gráfica dos códigos e subcódigos aplicados aos três discursos de Xi Jinping

Na figura 3 é possível verificar que a base da BRI são os valores que fomentam a cultura, mas sobretudo a sua identidade “organizacional”. Particularmente, o valor paz e cooperação expressa o respeito pela individualidade de cada um dos Estados participantes, sem interferência nos assuntos soberanos de cada um; o valor abertura e inclusão, reforça as diferenças culturais de cada Estado ao mesmo tempo que os aproxima, potenciando tanto a criação da nova rede global de conectividade como a continuidade da BRI; o valor aprendizagem mútua, associado à gestão do conhecimento e à partilha cultural consagra-se na capacitação de todos e na promoção do desenvolvimento da BRI, e o valor benefícios mútuos, que estimula a perspectiva de ganhos mútuos ancorada nos elementos inovação e prosperidade, permite a BRI adaptar-se às exigências. Assim, os valores fortalecem a ideia de que a liderança estratégica envolve as capacidades de aprender, de mudar e de gerir conhecimento.

A estabilidade financeira da BRI está concentrada (sobremaneira) nas Instituições e nos mecanismos de financiamento da RPC que têm permitido a edificação de projetos, de parcerias e de programas de intercâmbio educacionais e culturais e que se refletem na construção de novas rotas, no alargamento da BRI a outras áreas, que não a económica ou trocas comerciais, e na adesão voluntária de outros Estados e de OI. Isto é, a estabilidade financeira alimenta a *influência* e os *resultados* bem como a *gestão da mudança* que é esgrimida por Ireland e Hitt (2005) e por Hitt et al. (2019). Consequentemente, aqueles elementos em conjunto alimentam a viabilidade da BRI, acentuando a conectividade enquanto produto de esforços conjuntos e coletivos, mas também integrados e orientados pela visão de uma humanidade, enquanto comunidade com um futuro partilhado.

Outra perspectiva relevante apontada na revisão da literatura é *influência* e os *resultados* alcançados que, neste estudo, se revelam como alicerce da *viabilidade futura* da BRI. Da análise aos discursos constata-se a relevância deste elemento na edificação de uma nova rede de conectividade formada por novos corredores económicos, por novas rotas de transporte internacional e por novas infraestruturas como portos e aeroportos.

A gestão do conhecimento e da cultura proporcionada pela rede de conectividade institucional é igualmente relevante. Soma-se a organização de várias conferências, eventos e fóruns; a assinatura de acordos de compromissos; a divulgação de planos de ação, de projetos e de iniciativas, bem como o alargamento a áreas como a inteligência artificial ou o desenvolvimento verde. Destes resultados, que têm sido crescentes desde 2017, subentende-se que a RPC tem de ter capacidade de se adaptar permanentemente a esta evolução, o que exige profundo conhecimento do planeamento estratégico e da ação estratégica.

Embora não tenha sido alvo de análise, destas afirmações subtrai-se também a relevância de serem tomadas decisões, ancoradas num planeamento a longo prazo e alinhadas com a visão organizacional. Isto exige igualmente lidar com a complexidade pois a construção de uma comunidade com um futuro partilhado só será possível com a participação, mas sobretudo com a cooperação e o compromisso de todos os envolvidos da BRI.

Destaca-se ainda que decisões tomadas em 2017, têm se refletido em 2023 e aparentam ter mais resultados nos anos vindouros devido à constante capacidade financeira da RPC. Ora, tais afirmações não só concorrem para a conceptualização de Rowe (2001), como reforçam a ideia que unifica a liderança gestonária e a liderança visionária, em liderança estratégica.

Contrariamente à revisão da literatura, a cooperação e o compromisso emergem gradualmente nos atos discursivos de Xi Jinping e sobretudo enquanto elemento de afirmação da existência da BRI. Isto é, a cooperação aparenta ser o cerne da liderança da BRI, sem a qual não seria possível edificá-la e sobretudo num contexto que é volátil. Este contexto alinha-se com a perspetiva de Guillot (2003) em relação à volatilidade do ambiente estratégico. Porém, não é possível desestruturá-lo nos quatro elementos apresentados por Guillot (2023). Igualmente, através deste estudo, não é possível aplicar a anatomia da liderança estratégica do mesmo Autor, tendo por base unicamente os documentos em análise. Existe a necessidade de aprofundar a análise com outros documentos relevantes.

Já o compromisso é promovido por Xi Jinping quando envolve os Altos Representantes dos Estados e das OI que aderiram à BRI, revelando ser vital na sua liderança. Ora a conjugação da cooperação e do compromisso reflete-se nos vários acordos de cooperação que têm sido referidos e na referência a *Belt and Road Cooperation*.

Outro elemento relevante é o aumento do número de Estados participantes e de OI que aderem à BRI que se perspetiva que exigirá a integração do elemento consciência cultural pois não tem sido abordado nas definições de liderança estratégica.

4. Considerações finais e propostas futuras

Conclui-se que a edificação de novas redes de conectividade física e institucional, assentes na construção de corredores económicos, de rotas de transporte internacional, na edificação de projetos, de iniciativas, de programas bem como na realização de fóruns e eventos que ramificam a BRI a outras áreas e potenciam o seu desenvolvimento, sob a perspetiva orientada para a edificação da Humanidade como comunidade de futuro partilhado. A estes factos juntam-se os valores transversais da BRI, e o aumento gradual do número de Estados e de OI que voluntariamente a ela aderem. Contudo, o financiamento, (maioritariamente)

concentrado em instituições e mecanismos monopolizados pela RPC, concorre para a sua viabilidade. Tal enquadramento permite fundamentar que a liderança de Xi Jinping através da BRI tem modelado a ordem internacional.

Todavia, a perspectiva de que a liderança estratégica se limita a uma equipa de líderes não se aplica ao estudo em questão que carecia da análise de outras fontes que não só os três discursos em causa.

Já a perspectiva de que a liderança estratégica se funde numa teia complexa que relaciona vários elementos, com particular destaque para ação dos líderes e da visão, da tomada de decisão, da gestão da mudança, da viabilidade futura, da influência e resultados, da estabilidade financeira e dos valores da BRI, é aplicável a este estudo. Assim, a liderança de Xi Jinping na modelação da ordem internacional através da BRI enquadra-se na caracterização de estratégica. Não obstante, considera-se que os elementos cooperação, compromisso e consciência cultural devem ser refletidos para posterior consideração ou inclusão numa definição conceptual de liderança estratégica ou da criação de uma abordagem conceptual de liderança que supere a de estratégica.

Este estudo poderá ser complementado com a inclusão da análise ao discurso da cerimónia de abertura no quarto Fórum de Cooperação Internacional sobre a BRI. Outra perspectiva que poderá ser relevante no aprofundamento do mesmo estudo, é a inclusão de todos os discursos proferidos por Xi Jinping sobre a BRI que não foi possível abordar dada a sua magnitude.

Referências bibliográficas

- Boal, K. B., & Hooijberg, R. (2001). Strategic leadership research: Moving on. *The Leadership Quarterly*, 11(4), 515–549.
- Boal, K. B., & Schultz, P. L. (2007). Storytelling, time, and evolution: The role of strategic leadership in complex adaptive systems. *The Leadership Quarterly*, 18, 411–428.
- BRF. (2023, October 18). *Building an open, inclusive and interconnected world for common development*. <http://www.beltandroadforum.org/english/n101/2023/1018/c124-1175.html>
- Burgelman, R. A., & Grove, A. S. (2007). Let chaos reign, then rein in chaos—Repeatedly: Managing strategy dynamics for corporate longevity. *Strategic Management Journal*, 28, 965–979.
- Carter, S. M., & Greer, C. R. (2013). Strategic leadership: Values, styles, and organizational performance. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 20(4), 375–393.
- Crossland, C., Campbell, J. T., & Hill, A. D. (2024). What is strategic leadership? In Z. Simsek, C. Heavey, & B. C. Fox (Eds.), *Handbook of research on strategic leadership in the Fourth Industrial Revolution* (pp. 2–28). Edward Elgar Publishing.
- DeChurch, L. A., Hiller, N. J., Murase, T., Doty, D., & Salas, E. (2010). Leadership across levels: Levels of leaders and their levels of impact. *The Leadership Quarterly*, 21, 1069–1085.
- Denis, J.-L., Lamothe, L., & Langley, A. (2001). The dynamics of collective leadership and strategic change in pluralistic organizations. *Academy of Management Journal*, 44(4), 809–837.

- Elenkov, D. S., Judge, W., & Wright, P. (2005). Strategic leadership and executive innovation influence: An international multi-cluster comparative study. *Strategic Management Journal*, 26, 665–682.
- Guillot, W. M. (2003). Strategic leadership: Defining the challenge. *Air & Space Power Journal*, 17(4), 67–75.
- Hambrick, D. C. (2007). Upper echelons theory: An update. *Academy of Management Review*, 32(2), 334–343.
- Hernandez, M., Eberly, M. B., Avolio, B. J., & Johnson, M. D. (2011). The loci and mechanisms of leadership: Exploring a more comprehensive view of leadership theory. *The Leadership Quarterly*, 22, 1165–1185.
- Hitt, M. A., Haynes, K. T., & Serpa, R. (2010). Strategic leadership for the 21st century. *Business Horizons*, 53, 437–444.
- Hitt, M. A., Ireland, R. D., & Hoskisson, R. E. (2019). *Strategic management: Competitiveness & globalization: Concepts and cases* (13.^a ed.). Cengage Learning.
- Ho, G. K., Lam, C., & Law, R. (2023). Conceptual framework of strategic leadership and organizational resilience for the hospitality and tourism industry for coping with environmental uncertainty. *Journal of Hospitality and Tourism Insights*, 6(2), 835–852.
- House, R. J., & Aditya, R. N. (1997). The social scientific study of leadership: Quo vadis? *Journal of Management*, 23(3), 409–473.
- Ireland, R. D., & Hitt, M. A. (2005). Achieving and maintaining strategic competitiveness in the 21st century: The role of strategic leadership. *Academy of Management Executive*, 19(4), 63–78.
- Kebede, D. A., Werke, S. Z., & Kebede, T. A. (2024, October 30). Strategic leadership practices in emerging economies: A systematic review and empirical investigation. *Cogent Business & Management*, 11(1).
- Kotter, J. P. (1990, May–June). What leaders really do. *Harvard Business Review*.
- Martins, A. (2021, Janeiro). A resposta resiliente europeia à liderança atrativa inteligente chinesa. *IUM Atualidade*, 21.
- Narayanan, V., & Zane, L. J. (2009). Inventing a future for strategic leadership: Phenomenal variety and epistemic opportunities. *Journal of Strategy and Management*, 2(4), 380–404.
- Özer, F., & Tinaztepe, C. (2014). Effect of strategic leadership styles on firm performance: A study in a Turkish SME. In *10th International Strategic Management Conference* (Vol. 150, pp. 778–784). *Procedia – Social and Behavioral Sciences*.
- Pitelis, C. N., & Wagner, J. D. (2019). Strategic shared leadership and organizational dynamic capabilities. *The Leadership Quarterly*, 30, 233–242.
- Rowe, W. G. (2001, february). Creating wealth in organizations: The role of strategic leadership. *Academy of Management Perspectives*, 15(1).
- Samimi, M., Cortes, A. F., Anderson, M. H., & Herrmann, P. (2022). What is strategic leadership? Developing a framework for future research. *The Leadership Quarterly*, 33.

- Serfontein, J., & Hough, J. (2011). Proposed model of the impact of strategic leadership on operational strategy and organisational performance of business organisations in South Africa. *Corporate Ownership & Control*, 8(3), 443–451.
- Singh, A., & Jha, S. (2024). Strategic leadership and team innovation: A qualitative study from the lens of leader–member exchange. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 73(7), 2254–2283.
- Singh, A., Lim, W. M., Jha, S., Kumar, S., & Ciasullo, M. V. (2023). The state of the art of strategic leadership. *Journal of Business Research*, 158, 2–20.
- Strand, R. (2014). Strategic leadership of corporate sustainability. *Journal of Business Ethics*, 123, 687–706.
- Tutar, H., Altınöz, M., & Çakıroglu, D. (2011). Is ethical leadership and strategic leadership a dilemma? A descriptive survey. In P. S. Sciences (Ed.), *7th International Strategic Management Conference* (Vol. 24, pp. 1378–1388). Elsevier.
- USC US-China Institute. (2019, 26 de abril). *Xi Jinping, keynote speech opening the Second Belt and Road Forum, April 26, 2019*. <https://china.usc.edu/xi-jinping-keynote-speech-opening-second-belt-and-road-forum-april-26-2019>
- Vera, D., & Crossan, M. (2004). Strategic leadership and organizational learning. *Academy of Management Review*, 29(2), 222–240.
- Vera, D., Bonardi, J.-P., Hitt, M. A., & Withers, M. C. (2022, March 31). Extending the boundaries of strategic leadership research. *The Leadership Quarterly*, 33.
- Worku Lemlemu Ferede, W., Endawoke, Y., & Tessema, G. (2024, October 23). Effects of strategic leadership on change management: Examining the mediating roles of accountability, knowledge management, and organizational culture in public organizations: A study in Central Gondar, Ethiopia. *Cogent Business & Management*, 11(1), 1–31.
- Xinhua. (2017, 14 de maio). Full text of President Xi’s speech at opening of Belt and Road Forum. http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/14/c_136282982.htm
- Yang, M., Chen, W., Zhou, Q., Yang, B., & Xu, C. (2022). The status and future trends of Chinese leadership research: A bibliometric approach. *Nankai Business Review International*, 13(1), 1–33.
- Zhou, S., Hiller, N. J., Zaccaro, S. J., Campbell, L. N., McCauley, R., Parris, T., & Klimoski, R. J. (2024). The corporate chief of staff: Strategic leadership influence from outside the spotlight. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 31(3), 289–303.

XI JINPING'S LEADERSHIP AND THE RECONFIGURATION OF THE INTERNATIONAL ORDER THROUGH THE BELT AND ROAD INITIATIVE

A LIDERANÇA DE XI JINPING NA MODELAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL ATRAVÉS DA BELT AND ROAD INITIATIVE

Adriana Martins

Major in the *Guarda Nacional Republicana*

PhD in Political Science and International Relations: Security and Defence

PhD student in Military Sciences

Integrated Researcher at the Research Centre of the Institute for Political Studies

Research Associate at the Research Centre of the Military University Institute

Research Associate at the Centre for Research, Development and Innovation of the Military Academy

Portugal

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5494-0992>

martins.afg1@gnr.pt

Abstract

This article examines whether Xi Jinping's leadership in shaping the international order through the Belt and Road Initiative (BRI) aligns with established theoretical concepts of strategic leadership.

Employing a qualitative, inductive approach, categorical and content analyses were conducted using NVivo software, which generated two word cloud diagrams. These diagrams linked 20 conceptual definitions of strategic leadership with Xi Jinping's speeches at the opening ceremonies of the BRI International Cooperation Forums (2017, 2019, and 2023), yielding 11 codes, eight of which were directly applied to the speeches.

The central argument posits that Xi Jinping's leadership aligns with established conceptualisations of strategic leadership, integrating a complex framework of vision, decision making, change management, future viability, influence, results, financial stability, and BRI values. Nevertheless, elements such as cooperation, commitment, and cultural awareness warrant further exploration, potentially informing an expanded definition of strategic leadership or an emergent leadership paradigm beyond the purely strategic.

Keywords: strategic leadership, Xi Jinping, Belt and Road Initiative

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar em que medida a liderança de Xi Jinping na modelação da ordem internacional, através da Belt and Road Initiative (BRI), se alinha com os conceitos teóricos da liderança estratégica.

How to cite this article: Martins, A., (2026). *Xi Jinping's Leadership and the Reconfiguration of the International Order Through the Belt and Road Initiative*. *Revista de Ciências Militares*, May, XIV(1), 145-164. [https:// www.ium.pt/publist/](https://www.ium.pt/publist/)

Neste estudo qualitativo optou-se por uma abordagem indutiva. A análise categorial e de conteúdo foram realizadas com o auxílio do software NVIVO, que igualmente possibilitou a extração de dois diagramas de palavras. Estes diagramas relacionam-se, respetivamente, com o conjunto formado por 20 definições conceptuais de liderança estratégica e pelos três discursos proferidos por Xi Jinping na cerimónia de abertura de cada um dos três Fóruns Internacionais de Cooperação da Belt and Road Initiative realizados em 2017, 2019 e 2023. Estes diagramas de palavras auxiliaram na criação de onze códigos em que oito deles foram diretamente aplicados àqueles três discursos.

O principal argumento deste estudo destaca que a liderança de Xi Jinping na modelação da ordem internacional se enquadra na definição conceptual de estratégica. Tal é possível se se considerar a perspetiva que se funde numa teia complexa que relaciona a ação estratégica de Xi Jinping com a visão, a tomada de decisão, a gestão da mudança, a viabilidade futura, a influência e resultados, a estabilidade financeira e os valores que caracterizam a Belt and Road Initiative. Não obstante, deverão ser analisados em profundidade elementos como cooperação, compromisso e consciência cultural que poderão ser enquadrados numa nova definição conceptual de liderança estratégica ou numa nova abordagem de liderança que supere a estratégica.

Palavras-chave: Liderança Estratégica; Xi Jinping; Belt and Road Initiative.

1. Introduction

This article, titled “Xi Jinping’s role in shaping the international order through the belt and road initiative”, explores a topic covered in the author’s PhD in Military Sciences.

In 2021¹, we argued that the Belt and Road Initiative (BRI) embodied the Chinese Dream, helping to promote the People’s Republic of China’s (PRC) ‘Smart Attractive Leadership’ by aligning the country’s long-term ambitions with 21st-century challenges. I also stated that the BRI could be considered a win-win strategy, as the PRC’s investment would facilitate the development and modernisation of the rail, road, oil pipeline and gas pipeline infrastructure of all countries that voluntarily joined the BRI^{2,3}. While the debt-for-equity trade-offs were well understood, these countries chose to join the BRI of their own free will.

The objective of this study is to analyse whether Xi Jinping’s leadership in shaping the international order through the Belt and Road Initiative (BRI) aligns with strategic leadership theories, and to answer the following research question: Does Xi Jinping’s leadership in shaping the international order through the Belt and Road Initiative align with strategic leadership theories?

¹ See Martins, A. (January 2021). The European resilient response to Chinese intelligent attractive leadership. IUM Actuality, 21.

² The countries analysed in the study are the EU Member States that signed bilateral agreements to join the BRI.

³ See Martins, A. (January 2021). The European resilient response to Chinese intelligent attractive leadership. IUM Actuality, 21.

This study's scope is necessarily narrow, focusing on how the concept of strategic leadership informs China's foreign policy, as reflected in the BRI. Additionally, this study only considers Xi Jinping's opening addresses at the three International Cooperation Forums on the BRI that have been held to date. While Xi Jinping delivered several speeches at these Forums, not all of them are available in English and not all years are represented. Therefore, only the three opening ceremony speeches from 2017⁴, 2019⁵ and 2023⁶ were analysed. There were no speeches in 2021 or 2025 as the forum was not held in those years.

Another relevant consideration is that these speeches were addressed to most of the senior representatives from states and international organisations (IO) who volunteered to join the BRI.

These three speeches reveal certain patterns in Xi Jinping's discourse at each of the three International Cooperation Forums, in a specific context, namely the opening ceremonies. The speeches have been translated into English on the official website. This may constitute a limitation of this study, as the transcription process from Mandarin to English has not been reviewed.

The time frame of this study begins on 14 May 2017 and ends on 18 October 2023, corresponding to the dates of Xi Jinping's first and last speeches, respectively. The first speech, however, mentions 2013, the year that Xi Jinping unveiled the One Belt One Road initiative, which is now commonly known as the BRI. These dates also reflect the findings of a bibliometric study of leadership in the PRC which analysed 145 academic papers. This study revealed a significant increase in the number of articles published between 2013 and 2018.

A review of SCOPUS and other academic databases revealed that the majority of studies on Xi Jinping focus on one or more of the following topics: China's grand strategy and the Chinese Dream; Chinese exceptionalism; foreign policy and the transfer of power; the Belt and Road Initiative (BRI) and its role in China's connectivity strategy. However, few articles discuss Xi Jinping's BRI policy in relation to strategic leadership, making this study both relevant and timely.

We collected twenty definitions of strategic leadership which have informed theoretical thinking and been referenced in numerous academic papers. We discussed the definitions proposed by Rowe (2001), Ireland and Hitt (2005), Guillot (2003), and Crossland, Campbell and Hill (2024) in more detail, as they offered additional insights beyond the idea that strategic leadership involves a team of strategic leaders within an organization.

The study is divided into two main chapters. The first reviews the literature on the concept of strategic leadership and the second describes the research methodology. The second chapter is subdivided into two sub-chapters: the first presents and analyses the findings,

⁴ See Xi Jinping's opening address at the first Belt and Road Forum for International Cooperation on 14 May 2017, available from http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/14/c_136282982.htm.

⁵ See Xi Jinping's opening address at the second Belt and Road Forum for International Cooperation on 26 April 2019, available from <https://china.usc.edu/xi-jinping-keynote-speech-opening-second-belt-and-road-forum-april-26-2019>.

⁶ See Xi Jinping's opening speeches at the third Belt and Road International Cooperation Forum on 18 October 2023, available from <http://www.beltandroadforum.org/english/n101/2023/1018/c124-1175.html>.

while the second considers their implications. The conclusions and recommendations for future studies are presented at the end.

The review itself has limitations, one of which relates to the primary sources. The original speeches by Xi Jinping in Mandarin were not analysed, as only official English translations were consulted. Furthermore, the theoretical concepts included in the literature review were mostly developed by authors in a Western cultural environment. This may limit the applicability of the findings to leaders from non-Western cultures, or prevent the findings from being generalised.

2. Literature review

A review of the literature⁷ indicates that the term ‘strategic leadership’ is frequently used to describe individuals in the highest positions within an organisation. These strategic leaders are characterised by their vision, the authority with which they make decisions, and their influence over the organisation as a whole. However, this concept should not be confused with supervisory leadership⁸, which primarily involves providing guidance, feedback and support (House & Aditya, 1997).

Four other approaches are worthy of mention, as they introduce additional elements to the central concept of a group of strategic leaders and their characteristics. These works include: Rowe (2001), which links visionary leadership to management leadership; Ireland and Hitt (2005), which focuses on change management; Guillot (2003), which also considers

⁷ Some of the most relevant works in this field include: Hambrick, D. C. (2007). Upper echelons theory: An update. *Academy of Management Review*, 32(2), 334–343; DeChurch, L. A., Hiller, N. J., Murase, T., Doty, D., & Salas, E. (2010). Leadership across levels: Levels of leaders and their levels of impact. *The Leadership Quarterly*, 21(6), 1069–1085; Hitt, M. A., Haynes, K. T., & Serpa, R. (2010). Strategic leadership for the 21st century. *Business Horizons*, 53(6), 437–444; Hernandez, M., Eberly, M. B., Avolio, B. J., & Johnson, M. D. (2011). The loci and mechanisms of leadership: Exploring a more comprehensive view of leadership theory. *The Leadership Quarterly*, 22(6), 1165–1185; Serfontein, J., & Hough, J. (2011). Proposed model of the impact of strategic leadership on operational strategy and organisational performance of business organisations in South Africa. *Corporate Ownership & Control*, 8(3), 443–451; Strand, R. (2014). Strategic leadership of corporate sustainability. *Journal of Business Ethics*, 123(4), 687–706; Pitelis, C. N., & Wagner, J. D. (2019). Strategic shared leadership and organizational dynamic capabilities. *The Leadership Quarterly*, 30(2), 233–242; Samimi, M., Cortes, A. F., Anderson, M. H., & Herrmann, P. (2022). What is strategic leadership? Developing a framework for future research. *The Leadership Quarterly*, 33(4), Article 101539; Kebede, D. A., Werke, S. Z., & Kebede, T. A. (2024, October 30). Strategic leadership practices in emerging economies: A systematic review and empirical investigation. *Cogent Business & Management*, 11(1), Article 2416870; Singh, A., & Jha, S. (2024). Strategic leadership and team innovation: A qualitative study from the lens of leader–member exchange. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 73(7), 2254–2283; Worku Lemlemu Ferede, Yalew Endawoke, & Gedif Tessema. (2024, October 23). Effects of strategic leadership on change management: Examining the mediating roles of accountability, knowledge management, and organizational culture in public organizations: A study in Central Gondar, Ethiopia. *Cogent Business & Management*, 11(1), Article 2409154; Zhou, S., Hiller, N. J., Zaccaro, S. J., Campbell, L. N., McCauley, R., Parris, T., & Klimoski, R. J. (2024). The corporate chief of staff: Strategic leadership influence from outside the spotlight. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 31(3), 289–303.

⁸ The following are some of the authors who have addressed the concept of supervisory leadership: House, R. J., & Aditya, R. N. (1997). The social scientific study of leadership: Quo vadis? *Journal of Management*, 23(3), 409–473; Boal, K. B., & Schultz, P. L. (2007). Storytelling, time, and evolution: The role of strategic leadership in complex adaptive systems. *The Leadership Quarterly*, 18(5), 411–428; Narayanan, V. K., & Zane, L. J. (2009). Inventing a future for strategic leadership: Phenomenal variety and epistemic opportunities. *Journal of Strategy and Management*, 2(4), 380–404; Vera, D., Bonardi, J.-P., Hitt, M. A., & Withers, M. C. (2022, March 31). Extending the boundaries of strategic leadership research. *The Leadership Quarterly*, 33(2); Crossland, C., Campbell, J. T., & Hill, A. D. (2024). What is strategic leadership? In Z. Simsek, C. Heavey, & B. C. Fox (Eds.), *Handbook of research on strategic leadership in the Fourth Industrial Revolution* (pp. 2–28). Edward Elgar Publishing.

the strategic environment; as well as Crossland et al. (2024), a relatively recent study that builds on the work of the previous authors.

Ireland and Hitt (2005)⁹ define strategic leadership as a person's ability to anticipate, envision, maintain flexibility, think strategically, and work with others to initiate changes that will create a viable future for the organization (Ireland & Hitt, 2005, p. 63). More recently, Hitt, Ireland, & Hoskisson (2019) refer to strategic leadership as the ability to anticipate, visualise, maintain flexibility and empower others to create strategic change when necessary. In other words, strategic leadership involves change management (Hitt et al., 2019). It is worth noting that a recent study found that strategic leadership, combined with the variables organizational culture, knowledge management and accountability, has a direct effect on change management (Worku et al., 2024). It involves aligning vision, objectives and actions, motivating employees, cultivating a supportive culture, harnessing knowledge and promoting accountability (Worku et al., 2024).

According to Hitt et al. (2019), strategic leadership is a key factor in organizational success. It consists of six components: *a)* defining the organization's strategic vision; *b)* developing and maintaining the organization's core competencies; *c)* developing human and social capital; *d)* cultivating an effective organisational culture; *e)* promoting ethical practices; and *f)* implementing balanced oversight mechanisms. Leaders should therefore be aware of the following principles: *a)* goal-oriented growth; *b)* knowledge management; *c)* leveraging human capital; *d)* cultivating an effective organisational culture; and *e)* future orientation (Ireland & Hitt, 2005).

Rowe (2001) offers a different perspective on strategic leadership to Ireland and Hitt (2005), emphasising the importance of conscious decisions that consider both the present and the future. Rowe (2001) defines strategic leadership as "the ability to influence others to voluntarily make day-to-day decisions that enhance the long-term viability of the organization, while at the same time maintaining its short-term financial stability" (Rowe, 2001, pp. 81-82). Like Ireland and Hitt (2005), Rowe (2001) acknowledges that strategic leadership encompasses ethical behaviour.

Rowe (2001) identified the ability to influence employees (whether subordinates, peers or superiors) to make voluntary decisions that improve the organization as another characteristic of strategic leadership. This is the most important characteristic of strategic leadership and requires a shared vision of the organization's identity among all its members. Rowe (2001) argues that strategic leadership combines visionary and managerial leadership¹⁰ in a synergistic way, combining a future-oriented vision (long-term viability and risk-taking) with a rational approach to the present (short-term financial stability). This can be summarised as making short-term decisions while considering long-term consequences. Rowe also

⁹ This study is a comparative analysis of the global strategic environment in the transition from the 20th to a 21st century economy driven by globalisation.

¹⁰ According to Rowe (2001), managerial leadership is similar to the concept of transactional leadership.

states that strategic decisions impact the entire organization and its internal and external environments.

Rowe (2001) states that visionary leaders are associated with creativity, innovation, chaos¹¹ and challenging the status quo, whereas managerial leaders are associated with stability and maintaining the status quo. This idea is consistent with that of Boal and Schultz (2007), who argue that strategic leadership strikes a balance between stability and disorder.

Rowe (2001) also compares Kotter's (1990) concepts of leadership and management with those of visionary and managerial leadership. In other words, visionary leaders deal with change¹², whereas managerial leaders deal with complexity. Furthermore, this definition of strategic leadership assumes that leaders understand the strategic process and can manage two types of change: organizational change and changes in the internal and external environments.

Guillot (2003) offers an alternative view of strategic leadership, defining it as "the ability of an experienced, senior leader who has the wisdom and vision to create and execute plans and make consequential decisions in the volatile, uncertain, complex and ambiguous strategic environment" (Guillot, 2003, p. 68). Ho, Lam and Law (2023) agree that strategic leadership can improve organizational performance and enable organizations to compete in volatile and turbulent environments. According to Guillot (2003), however, strategic leadership involves setting goals, selecting optimal courses of action and utilising the most effective methods to develop and implement plans. This requires making informed decisions in different strategic environments and contexts that account for the risks involved. According to Guillot (2003), strategic decisions are influenced by the strategic environment, which consists of four interacting components: *a)* the national security environment, *b)* the internal environment, *c)* the international environment, and *d)* the military environment. Guillot (2003) concludes that strategic leadership requires a transition from what is known to what is possible.

For Crossland et al. (2024), strategic leadership "(...) is the study of the most senior leaders of an organization who have overall decision-making responsibility for the enterprise, and who are involved in activities such as building a shared vision for the organization, managing stakeholders, creating and implementing product-market strategies, and optimizing organizational structures" (Crossland, Campbell, & Hill, 2024, p. 3).

3. Methodology

This study employs a qualitative, inductive approach. NVIVO data analysis software was used to analyse and categorise each of the twenty conceptual definitions of strategic leadership. These definitions were then used to create a word cloud diagram, which generated eleven codes. Seven codes were applied directly and adapted for a content analysis of the three speeches. Although a word cloud was created for all three speeches, the 2017 speech

¹¹ Boal & Schultz (2007) support the idea that chaos is essential for creating change.

¹² Rowe (2001) argues that change is revolutionary rather than evolutionary.

served as a connection between the codes derived from the strategic leadership definitions and the speeches' content.

3.1. Presentation and discussion of findings

A review of literature on strategic leadership and the twenty definitions of strategic leadership identified reveals that the role of Xi Jinping's leadership in shaping the international order through the BRI cannot be adequately captured by a single definition or conceptual framework, as this would oversimplify the analysis. This conclusion is drawn from the diversity of traditional and modern definitions of strategic leadership, which reflect common ground rather than consensus. The twenty definitions of strategic leadership identified between 1996 and 2024 (see Table 1) demonstrate this diversity.

Table 1 – Conceptual definitions of Strategic Leadership

Works	Conceptualisations of Strategic Leadership
Finkelstein, Hambrick, and Cannella (1996) citado por Samimi, Cortes, Anderson, & Herrmann (2022)	“The study of executive leadership from a strategic choice perspective, or more concisely, strategic leadership, focuses on the executives who have overall responsibility for an organization — their characteristics, what they do, how they do it, and particularly, how they affect organizational outcomes. The executives who are the subjects of strategic leadership research can be individuals (e.g., CEOs or division general managers), groups (top management teams), or other governance bodies (e.g., boards of directors)”
House & Aditya (1997, pp. 444 - 445)	“Strategic leadership is directed toward giving purpose, meaning, and guidance to organizations. This is accomplished by the provision of a vision of the organization which has inspirational appeal to members of the organization and to external constituencies on which it is dependent”
Rowe (2001, pp. 81-82)	“Strategic leadership is the ability to influence others to voluntarily make day-to-day decisions that enhance the long-term viability of the organization, while at the same time maintaining its short-term financial stability”
Denis, Lamothe, & Langley (2001, p. 810)	“First, we view strategic leadership as a <i>collective</i> phenomenon to which different individuals can contribute in different ways. Secondly, we view strategic leadership from a <i>processual</i> viewpoint in which the focus is more on the <i>actions</i> of people in leadership positions than on demographics, personality, or cognition. Thirdly, strategic leadership is viewed as a <i>dynamic</i> phenomenon in which participants, roles, and influences evolve over time. Finally, strategic leadership is seen as a <i>supraorganizational</i> phenomenon in which leadership roles and influences on them can extend beyond focal organizational boundaries”
Boal & Hooijberg (2001, p. 515; 540)	“(…) the essence of strategic leadership involves the capacity to learn, the capacity to change, and managerial wisdom” “(…) the cognitive complexity, social intelligence, and behavioral complexity of strategic leaders positively affect the essence of strategic leadership”
Guillot (2003, p. 68)	“Strategic leadership as the ability of an experienced, senior leader who has the wisdom and vision to create and execute plans and make consequential decisions in the volatile, uncertain, complex and ambiguous strategic environment”
Vera & Crossan (2004, p. 223)	“Strategic leadership theory refers to the study of people at the top of the organization”

[Cont.]

Boal (2004) citado por Narayanan & Zane (2009) e por Samimi, Cortes, Anderson, & Herrmann (2022)	“Strategic leadership is a series of decisions and activities, both process-oriented and substantive in nature, through which, over time, the past, the present, and the future of the organization coalesce. Strategic leadership forges a bridge between the past, the present, and the future, by reaffirming core values and identity to ensure continuity and integrity as the organization struggles with known and unknown realities and possibilities. Strategic leadership develops, focuses, and enables an organization's structural, human, and social capital and capabilities to meet real-time opportunities and threats. Finally, strategic leadership makes sense of and gives meaning to environmental turbulence and ambiguity, and provides a vision and road map that allows an organization to evolve and innovate”
Elenkov, Judge, & Wright (2005, p. 666)	“We define strategic leadership as the process of forming a vision for the future, communicating it to subordinates, stimulating and motivating followers, and engaging in strategy-supportive exchanges with peers and subordinates”
Ireland & Hitt (2005, p. 63)	Strategic leadership is “a person's ability to anticipate, envision, maintain flexibility, think strategically, and work with others to initiate changes that will create a viable future for the organization”
Boal & Schultz (2007, p. 412)	“(…) strategic leadership pushes organizations to the “edge of chaos” and out of stasis; without it no significant change can emerge. Strategic leadership promotes “strange attraction” in organizations, providing balance between the inertia of Weberian-style bureaucracy and anarchy, resulting in the ordered and fluid responsiveness of innovative and creative organization”
Burgelman & Grove (2007, p. 967)	“(…) we propose that strategic leadership — how top management designs the strategy-making process — is the means with which leadership style exerts its influence on corporate longevity”
Finkelstein et al. (2009) citado por Kebede, Werke, & Kebede (2024)	Strategic leadership as the ability of executives to influence the organization's strategic direction and performance through their decisions and actions
Tutar, Altınöz, & Çakıroğlu (2011, p. 1381)	“Strategic leadership is to establish a strategy by properly analyzing the interior and exterior environment in which the organization exists, implementing the right strategy at the right time, evaluating and acting the appropriate behavior suitable for the current environment” “(…) the strategic leadership could be defined as the ability to make a strategic choice” “(…) strategic leadership designates to provide a competitive advantage in the long term and to maintain this advantage as a target. The basic objective of the strategic leadership is to continue its existence in the long term in compliance with the basic objectives of the business”
Serfontein & Hough (2011, p. 443)	“Strategic leadership is therefore the ability of the leaders to create and re-create reasons for the organization's continued existence”
Carter & Greer (2013, p. 2)	“(…) we will view strategic leadership as being concerned with the leadership “of” organizations as opposed to “in” organizations”
Samimi, Cortes, Anderson, & Herrmann (2022, p. 3)	“(…) we define strategic leadership as the functions performed by individuals at the top levels of an organization (CEOs, TMTmembers, Directors, General Managers) that are intended to have strategic consequences for the firm”

[Cont.]

Singh, Lim, Jha, Kumar, & Ciasullo (2023, pp. 1-2)	“Strategic leadership can be comprehensively described as leadership that is focused on strategic consequences (e.g., economic, environmental, social) for organizations (e.g., multinationals, small and medium enterprises), which can be driven by tasks that include but transcend beyond strategic visioning, encapsulating a wide range of high-level administrative (governance), engagement, innovation (improvement), operational, and supervisory tasks for an organization without being confined to any leadership style (e.g., authentic, autocratic, bureaucratic, democratic, transactional, transformational, servant) or value (e.g., self-regarding, other-regarding)”
Kebede, Werke, & Kebede (2024, p. 15)	“The concept of strategic leadership is typically defined as the function of top-level leaders responsible for guiding the long-term direction and performance of an organization”
Crossland, Campbell, & Hill (2024, p. 3)	Strategic leadership “(...) is the study of the most senior leaders of an organization who have overall decision-making responsibility for the enterprise, and who are involved in activities such as building a shared vision for the organization, managing stakeholders, creating and implementing product-market strategies, and optimizing organizational structures”

Source: Adapted from Narayanan & Zane (2009); Samimi et al. (2022); and Kebede, Werke & Kebede (2024).

The word cloud in Figure 1 was generated using the NVIVO platform from the twenty definitions of strategic leadership that are cited in Table 1.



Figure 1 – Word cloud generated from the definitions of strategic leadership in Table 1

Source: NVIVO

This word cloud contains a set of expressions in which the concepts of top leadership, vision, ability and organization are highlighted in orange. The word cloud, the literature review and the set of 20 strategic leadership definitions formed the basis for the category analysis. Eleven codes were identified in order of importance: team of high-level executives (15); *vision* (12); *change management* (11); *influence* (7); *future viability* (5); *decision making* (5); *strategic environment* (4); *results* (1); *financial stability* (1); *process* (1); *values* (1). The numbers represent how many times the word or concept was mentioned in the definition.

The codes *decision making* and *process* were generated, but were not examined directly as they did not appear explicitly in the three speeches. Additionally, the code *results* and *influence*

which will help make the BRI a *road of innovation* and a road of prosperity. These practices were mentioned as contributing to friendship, mutual development, peace, harmony and a better future.

In 2023, Xi Jinping said that the four pillars of the BRI spirit were an important tool for strengthening *Belt and Road cooperation*.

3.1.2. Financial stability

This code refers to a network of multilateral and national financial institutions, including the China Development Bank, the Export-Import Bank of China and the Asian Infrastructure Investment Bank. It also covers funding mechanisms such as the Silk Road Fund, the Belt and Road Special Lending Scheme, the Multilateral Development Financial Cooperation Centre, the IMF-China Capacity Building Centre and the Silk Road Theme Bonds. All of these institutions and mechanisms have been enhanced over time. Additionally, the PRC has issued the Guiding Principles on Financing the Development of the Belt and Road and published the Debt Sustainability Framework for Participating Countries of the Belt and Road Initiative.

These instruments have funded various projects, programmes, initiatives, forums, conferences and events covering different areas of the BRI.

3.1.3. Influence and results

In light of the focus on action in the PRC in the 2017 speech, the *influence and results code* has been subdivided into three sub-codes.

The first sub-code covers areas in which the PRC has signed cooperation agreements. This includes projects involving hardware connectivity in sectors such as transport, infrastructure and energy, as well as software connectivity in the telecommunications sector. It also covers cooperation plans and projects in areas such as economic development, trade, industry, e-commerce, the green economy and railway freight transport, to name a few.

The second sub-code outlines the PRC's efforts to establish mutually beneficial business partnerships with BRI countries, promoting mutual growth through trade and investment. It also aims to expand market access in order to attract foreign investment and generate prosperity, thereby contributing to the development of the Belt and Road Free Trade Network. In 2017, cooperation agreements were signed with over 30 countries and the China International Import Expo was announced for 2018. In 2019, the PRC announced plans for a new free trade zone including shipping ports. The PRC also described itself as a global factory and global market committed to balanced trade. In 2023, Xi Jinping first mentioned plans to establish e-commerce pilot zones, stating that these plans had already led to the construction of new airports, ports, roads and industrial parks. These investments have helped to develop new economic corridors and new growth indicators that are evolving into new trade routes. This will be discussed in more detail in the next section. It was also announced that the Global Digital Trade Expo would be held annually.

The third sub-code relates to the PRC's cooperation with third countries in the field of innovation. These efforts culminated in the launch of the Belt and Road Science, Technology

and Innovation Cooperation Action Plan (BRSTICAP) in 2017. This plan was subsequently expanded in 2019 and again in 2023. In the first two speeches, the plan included four initiatives: the Science and Technology People-to-People Exchange Initiative; the Joint Laboratory Initiative; the Science Park Cooperation Initiative; and the Technology Transfer Initiative. A fifth initiative, the Global Initiative for Artificial Intelligence Governance, was added in 2023.

Additionally, the PRC has stated its intention to encourage participation in international exchange programmes in all of its speeches. Specifically, in 2017, the PRC announced plans to launch a big data service platform focusing on ecological and environmental protection, and to establish an international coalition on green development. The PRC also pledged to support other countries in addressing climate change. In 2019, it was announced that these plans had been implemented through the Belt and Road Initiative Talents Exchange Programme, and that the exchange programmes would be extended to the cyber sector. Two new areas were added that year: the protection of intellectual property and green development. These were expanded to include infrastructure, energy and transport in 2023. Similarly, in 2019, support was expressed for the development of the BRI International Green Development Coalition; the organization of the BRI Green Innovation Conference; and the implementation of the BRI Green Investment Principles. The organization of the BRI Conference on Science and Technology Exchange was mentioned for the first time in 2023.

3.1.4. Future viability

This code primarily concerns the establishment of a global connectivity network that combines political, commercial, financial, infrastructural and interpersonal dimensions as fundamental to the principle of win-win cooperation. In his 2023 speech, Xi Jinping stated that this global connectivity network was formed by establishing land and sea economic corridors, such as: the China-Pakistan Economic Corridor; the China-Mongolia-Russia Economic Corridor; the New Eurasian Land Bridge; the Trans-Caspian International Transport Corridor; the new logistics corridor spanning the Eurasian supercontinent and the new international land-sea trade corridor. These include international railway transportation routes such as: the China-Europe railway; the Jakarta-Bandung high-speed railway; the China-Laos railway; the Addis Ababa (Ethiopia)-Djibouti railway and the Hungary-Serbia railway. They also include the rebuilding of airports and ports, such as Gwadar and Piraeus, as well as oil pipelines and the power grid. In 2023, plans were made to incorporate ports, ships and commercial services into the Maritime Silk Road and to establish the Air Silk Road.

Despite this physical connectivity, the BRI has evolved towards institutional connectivity based on knowledge management and intercultural exchange. The aim is to strengthen the Educational Silk Road and the Health Silk Road respectively. The Educational Silk Road has

provided scholarships to promote educational exchange¹⁴, particularly in tourism¹⁵, the arts¹⁶, theatre¹⁷ and film, among other areas. In 2019, the organization of the International Youth Forum on Creativity and Heritage and the “Chinese Bridge” summer camps was announced. In 2023, the Silk Road Community Building Initiative and the Brightness Action Program were also mentioned.

With regard to the Health Silk Road, Xi Jinping outlined the cooperation that took place during the COVID-19 pandemic.

3.1.5. Change management

This code refers to the increase in the number of States voluntarily joining the initiative, agreements signed with international organizations and the creation of specific platforms for multilateral cooperation. In 2017, Xi Jinping stated that more than 100 countries had joined. By 2019, this figure had risen to over 150 States and IO, and by 2023, it remained the same for States, but the number of IO had increased to over 30, and more than 20 dedicated platforms for multilateral cooperation had been created.

This code refers to the various expansions of the BRI, including physical and institutional connectivity. The physical network consists of land and sea economic corridors, as well as international shipping routes. The institutional network comprises various projects, initiatives, programmes, forums, conferences and events that have been planned and developed. In 2017, discussions were held regarding the establishment of the Belt and Road Free Trade Network, the Educational Silk Road, the Health Silk Road and the Digital Silk Road. In 2019, the topics discussed included the Clean Silk Road initiative, the creation of the Silk Road of Innovation, the ongoing development of the Digital Silk Road, BRSTICAP and the Silk Road Programme, and the implementation of the Belt and Road Initiative Talents Exchange Programme, as well as the Green Silk Road Envoys Programme. In 2023, discussions focused on extending BRSTICAP and the Silk Road Programme. This may have encouraged other States to voluntarily join the BRI.

3.1.6. Vision

The *vision* code was subdivided into two sub-codes.

Regarding the first sub-code, which describes humanity as a community with a shared future, in 2017 Xi Jinping called the BRI the project of the century. Founded on the principle of win-win cooperation, it would benefit everyone involved and be driven by innovative, coordinated, green, open and inclusive development. In 2019, he reiterated the BRI's connection to the past, present and future, relating it to the ongoing process of economic

¹⁴ In 2023, Xi Jinping confirmed the existence of the Scholarship Silk Road Program.

¹⁵ In 2023, Xi Jinping highlighted this area with the establishment of the Silk Road International Alliance of Art Museums, the Silk Road International Library Alliance and the International Tourism Alliance of Silk Road Cities.

¹⁶ In 2023, Xi Jinping highlighted this area with the establishment of the Silk Road International Arts Festival.

¹⁷ In 2023, Xi Jinping highlighted this area with the establishment of the Silk Road International League of Theaters.

globalisation, the need to improve the global governance system and people's desire for a better life. A people-centred approach was adopted that year, and this was further developed in 2023. It is grounded in the principle that humanity is a community with a shared future¹⁸, and takes a development-oriented approach centred on cooperation. In his most recent speech, Xi Jinping correlated these two aspects, stating that this (vision of) humanity requires development in order to thrive.

The second sub-code refers to *development*. In 2017, the topic was addressed with the terms global development and shared development, and in 2019 the terms common development, sustainable development and peaceful development were also mentioned. In 2023, these terms were combined for the first time to create the term high-quality development. These terms not only convey commitment, but also emphasise the importance of strengthening that commitment to achieve high-quality results. They also reflect the importance of integrated and targeted efforts.

However, there was a significant increase in the use of the term Belt and Road Cooperation from the first to the second and third speeches. In the author's opinion, this term encompasses the two sub-codes and constitutes the core concept underlying Xi Jinping's leadership approach. In other words, if humanity is to become a community with a shared future, it is essential that all members cooperate with one another in order to promote development.

The Belt and Road Cooperation also encompasses the codes vision and values.

This interpretation is supported by the fact that the event itself is called the International Forum on Belt and Road Cooperation.

3.1.7. Team of high-level executives

This code reflects the shift in focus from Xi Jinping to the joint participation of all High-Level Representatives from the States and IO that voluntarily joined the BRI.

In 2017, Xi Jinping mentioned that he had proposed the creation of the Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road in 2013, initially calling them One Belt One Road, before later renaming them the BRI. In his subsequent speeches, he predominantly used the first-person plural pronoun "we" and the word "together", introducing the slogan "planning together, building together, and benefiting together" in 2023. These terms are intended to encourage the High Representatives of the BRI participating States to commit making "joint efforts" to develop and enhance the project. These terms are also reflected in the titles of the three speeches, as shown in Table 2.

¹⁸ In 2019, Xi Jinping stated that "we remain committed to peaceful development and will endeavor to build a community with a shared future for mankind", and, in 2023, that "We have learned that humankind is a community with a shared future".

Table 2 – Titles of the three speeches delivered by Xi Jinping at the opening ceremonies of the three Belt and Road Initiative International Cooperation Forums

1st Conference - 2017	Work Together to Build the Silk Road Economic Belt and The 21st Century Maritime Silk Road
2nd Conference - 2019	Working Together to Deliver a Brighter Future For Belt and Road Cooperation
3rd Conference - 2023	Building an Open, Inclusive and Interconnected World for Common Development

However, Xi Jinping has not relinquished the responsibility of being the chief representative of the group of world leaders. In 2023, he stated that “China can only do well when the world is doing well. When China does well, the world will get even better”. This statement also appears to emphasise how the world is interconnected with the PRC, which is seen as the North Star of global development.

3.2. Discussion of findings

Contrary to what the literature review suggests, imply that the BRI is not being led by a team of high-level executives with formal authority. Leadership is instead centralised in Xi Jinping as the High Representative of the PRC, who has the foresight to recognise that developing the BRI requires the involvement of all High Representatives of the States and IO that support it. In other words, Xi Jinping encourages all participants to contribute actively, making it clear that the BRI cannot move forward without them. This could be interpreted a motivational strategy, an essential element of strategic leadership.

In his speeches, Xi Jinping conveys a long-term, future-oriented vision of the BRI by communicating its values and sharing its vision, while also ensuring its financial stability and continuity. He presents the results that have contributed to developing the new global connectivity network and the BRI's success. At the same time, he establishes a connection between the past, present and future by emphasising what has been achieved, what is currently being done and what can be accomplished in all his speeches. Additionally, it can be inferred that, although the codes are distinct, they are also mutually reinforcing and complementary, as illustrated in Figure 3.

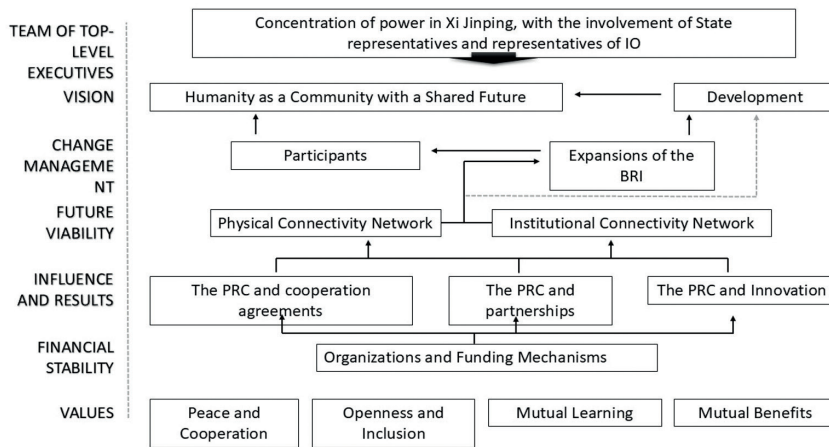


Figure 3 – Diagram showing the codes and sub-codes applied to Xi Jinping’s three speeches

Figure 3 shows that the BRI is founded on values that nurture culture, particularly its “organizational” identity. The value of peace and cooperation expresses respect for the individuality of each participating State and commitment to non-interference in their sovereign affairs. The value of openness and inclusion acknowledges the cultural differences between States but also encourages them to work together to create a new global connectivity network and ensure the sustainability of the BRI. The value of mutual learning, associated with knowledge management and cross-cultural exchange, empowers participants and supports BRI development. The value of mutual benefits focuses on the idea of win-win solutions driven by innovation and prosperity, enabling the BRI to adapt to new demands. These values emphasise that strategic leadership involves the ability to learn, adapt and manage knowledge.

The financial stability of the BRI primarily rests on the institutions and funding mechanisms of the PRC, which have made it possible to develop projects, partnerships and educational and cultural exchange programmes. This is evident in the establishment of new routes and the expansion of the BRI into sectors beyond economics and trade, as well as the voluntary participation of other States and IO. In other words, financial stability drives *influence and results*, as well as *change management*, as argued by Ireland and Hitt (2005) and by Hitt et al. (2019). Together, these components contribute to the viability of the BRI, highlighting that interconnectedness is the result of joint and collective efforts, but also of an integrated vision of humanity as a community with a shared future.

Another relevant aspect highlighted in the literature review is the *influence and results* achieved. This study shows that these are key to the *future viability* of the BRI. Analysis of the speeches confirms the importance of this factor in establishing a new network of connectivity comprising new economic corridors, international shipping routes and infrastructure, including ports and airports.

Equally important is the management of knowledge and culture through the institutional connectivity network. Other activities include organizing conferences, events and forums; signing commitment agreements; communicating action plans, projects and initiatives; and expanding into areas such as artificial intelligence and green development. The increase in these achievements since 2017 implies that the PRC must be able to constantly adapt to new developments, which requires a deep understanding of strategic planning and strategic action.

Although these statements were not included in the analysis, they also emphasise the importance of making decisions that are based on long-term planning that are aligned with the organisational vision. This requires the ability to deal with complexity, since building a community with a shared future will only be possible through the participation, and, more importantly, the cooperation and commitment of all members of the BRI.

Furthermore, the impact of decisions made in 2017 is evident in 2023 and they are likely to produce even better results in the future, given the PRC's ongoing financial capacity. These statements align with Rowe's (2001) definition and support the idea that managerial leadership and visionary leadership can be combined under strategic leadership.

Contrary to what the literature review suggests, cooperation and commitment have been mentioned increasingly often in Xi Jinping's speeches, particularly in relation to the BRI. In other words, cooperation considered fundamental to leadership in the BRI and essential to its development, particularly in a volatile environment. This aligns with Guillot's (2003) perspective on the volatility of the strategic environment. However, it is not possible to break this down into the four elements proposed by Guillot (2023). Furthermore, based solely on the analysed documents, it is not possible to apply the author's framework for strategic leadership to this study. Further studies examining other relevant documents are needed.

Meanwhile, Xi Jinping's speeches emphasise commitment by highlighting the involvement of senior representatives from the States and IO that have joined the BRI, indicating that commitment is vital to his leadership. This combination of cooperation and commitment is reflected in the numerous cooperation agreements mentioned in the speeches and in the references to the Belt and Road Cooperation.

Another relevant aspect is the growing number of States and IO participating in the BRI, which will require cultural awareness to be included, a factor not addressed in the definitions of strategic leadership.

4. Final remarks and recommendations for future studies

Creating new physical and institutional connectivity networks by establishing economic corridors and international shipping routes, developing projects, initiatives and programmes, and organizing forums and events that expand the BRI into other areas and support its development are all steps that contribute to the goal of making humanity a community with a shared future. The BRI's cross-cutting values and the steady increase in the number of States and IO that voluntarily adhere to the initiative are also contributing factors. However, funding, which is (mainly) channelled through institutions and mechanisms controlled by

the PRC, is crucial to the initiative's success. This demonstrates the significant role that Xi Jinping's leadership through the BRI has played in shaping the international order.

However, the assumption that strategic leadership applies only to a team of high-level executives is not applicable to this study, as this would require a broader analysis that would include sources other than just the three speeches examined here.

On the other hand, the concept of strategic leadership as a complex web of interconnected elements, specifically, leaders' actions and vision, decision making, change management, future viability, influence and results, financial stability, and values of the BRI, is relevant to this study. Consequently, Xi Jinping's leadership in shaping the international order through the BRI can be considered an example of strategic leadership. However, further exploration of elements such as cooperation, commitment, and cultural awareness is needed to determine whether they should be included in a conceptual definition of strategic leadership or used to develop a conceptual approach to leadership that goes beyond strategic leadership.

This analysis could be expanded to include the speeches delivered at the opening ceremony of the Fourth International Cooperation Forum on the Belt and Road Initiative. A more comprehensive analysis of all Xi Jinping's speeches on the Belt and Road Initiative could also be included, as these could not be analysed here due to space limitations.

References

- Boal, K. B., & Hooijberg, R. (2001). Strategic leadership research: Moving on. *The Leadership Quarterly*, *11*(4), 515–549.
- Boal, K. B., & Schultz, P. L. (2007). Storytelling, time, and evolution: The role of strategic leadership in complex adaptive systems. *The Leadership Quarterly*, *18*, 411–428.
- BRF. (2023, October 18). *Building an open, inclusive and interconnected world for common development*. <http://www.beltandroadforum.org/english/n101/2023/1018/c124-1175.html>
- Burgelman, R. A., & Grove, A. S. (2007). Let chaos reign, then rein in chaos—Repeatedly: Managing strategy dynamics for corporate longevity. *Strategic Management Journal*, *28*, 965–979.
- Carter, S. M., & Greer, C. R. (2013). Strategic leadership: Values, styles, and organizational performance. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, *20*(4), 375–393.
- Crossland, C., Campbell, J. T., & Hill, A. D. (2024). What is strategic leadership? In Z. Simsek, C. Heavey, & B. C. Fox (Eds.), *Handbook of research on strategic leadership in the Fourth Industrial Revolution* (pp. 2–28). Edward Elgar Publishing.
- DeChurch, L. A., Hiller, N. J., Murase, T., Doty, D., & Salas, E. (2010). Leadership across levels: Levels of leaders and their levels of impact. *The Leadership Quarterly*, *21*, 1069–1085.
- Denis, J.-L., Lamothe, L., & Langley, A. (2001). The dynamics of collective leadership and strategic change in pluralistic organizations. *Academy of Management Journal*, *44*(4), 809–837.

- Elenkov, D. S., Judge, W., & Wright, P. (2005). Strategic leadership and executive innovation influence: An international multi-cluster comparative study. *Strategic Management Journal*, 26, 665–682.
- Guillot, W. M. (2003). Strategic leadership: Defining the challenge. *Air & Space Power Journal*, 17(4), 67–75.
- Hambrick, D. C. (2007). Upper echelons theory: An update. *Academy of Management Review*, 32(2), 334–343.
- Hernandez, M., Eberly, M. B., Avolio, B. J., & Johnson, M. D. (2011). The loci and mechanisms of leadership: Exploring a more comprehensive view of leadership theory. *The Leadership Quarterly*, 22, 1165–1185.
- Hitt, M. A., Haynes, K. T., & Serpa, R. (2010). Strategic leadership for the 21st century. *Business Horizons*, 53, 437–444.
- Hitt, M. A., Ireland, R. D., & Hoskisson, R. E. (2019). *Strategic management: Competitiveness & globalization: Concepts and cases* (13th Ed.). Cengage Learning.
- Ho, G. K., Lam, C., & Law, R. (2023). Conceptual framework of strategic leadership and organizational resilience for the hospitality and tourism industry for coping with environmental uncertainty. *Journal of Hospitality and Tourism Insights*, 6(2), 835–852.
- House, R. J., & Aditya, R. N. (1997). The social scientific study of leadership: Quo vadis? *Journal of Management*, 23(3), 409–473.
- Ireland, R. D., & Hitt, M. A. (2005). Achieving and maintaining strategic competitiveness in the 21st century: The role of strategic leadership. *Academy of Management Executive*, 19(4), 63–78.
- Kebede, D. A., Werke, S. Z., & Kebede, T. A. (2024, October 30). Strategic leadership practices in emerging economies: A systematic review and empirical investigation. *Cogent Business & Management*, 11(1).
- Kotter, J. P. (1990, May–June). What leaders really do. *Harvard Business Review*.
- Martins, A. (2021, Janeiro). The European resilient response to Chinese intelligent attractive leadership. *IUM Atualidade*, 21.
- Narayanan, V., & Zane, L. J. (2009). Inventing a future for strategic leadership: Phenomenal variety and epistemic opportunities. *Journal of Strategy and Management*, 2(4), 380–404.
- Özer, F., & Tinaztepe, C. (2014). Effect of strategic leadership styles on firm performance: A study in a Turkish SME. In *10th International Strategic Management Conference* (Vol. 150, pp. 778–784). *Procedia – Social and Behavioral Sciences*.
- Pitelis, C. N., & Wagner, J. D. (2019). Strategic shared leadership and organizational dynamic capabilities. *The Leadership Quarterly*, 30, 233–242.
- Rowe, W. G. (2001, february). Creating wealth in organizations: The role of strategic leadership. *Academy of Management Perspectives*, 15(1).
- Samimi, M., Cortes, A. F., Anderson, M. H., & Herrmann, P. (2022). What is strategic leadership? Developing a framework for future research. *The Leadership Quarterly*, 33.

- Serfontein, J., & Hough, J. (2011). Proposed model of the impact of strategic leadership on operational strategy and organisational performance of business organisations in South Africa. *Corporate Ownership & Control*, 8(3), 443–451.
- Singh, A., & Jha, S. (2024). Strategic leadership and team innovation: A qualitative study from the lens of leader–member exchange. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 73(7), 2254–2283.
- Singh, A., Lim, W. M., Jha, S., Kumar, S., & Ciasullo, M. V. (2023). The state of the art of strategic leadership. *Journal of Business Research*, 158, 2–20.
- Strand, R. (2014). Strategic leadership of corporate sustainability. *Journal of Business Ethics*, 123, 687–706.
- Tutar, H., Altınöz, M., & Çakıroglu, D. (2011). Is ethical leadership and strategic leadership a dilemma? A descriptive survey. In P. S. Sciences (Ed.), *7th International Strategic Management Conference* (Vol. 24, pp. 1378–1388). Elsevier.
- USC US-China Institute. (2019, 26 de abril). *Xi Jinping, keynote speech opening the Second Belt and Road Forum, April 26, 2019*. <https://china.usc.edu/xi-jinping-keynote-speech-opening-second-belt-and-road-forum-april-26-2019>
- Vera, D., & Crossan, M. (2004). Strategic leadership and organizational learning. *Academy of Management Review*, 29(2), 222–240.
- Vera, D., Bonardi, J.-P., Hitt, M. A., & Withers, M. C. (2022, March 31). Extending the boundaries of strategic leadership research. *The Leadership Quarterly*, 33.
- Worku Lemlemu Ferede, W., Endawoke, Y., & Tessema, G. (2024, October 23). Effects of strategic leadership on change management: Examining the mediating roles of accountability, knowledge management, and organizational culture in public organizations: A study in Central Gondar, Ethiopia. *Cogent Business & Management*, 11(1), 1–31.
- Xinhua. (2017, 14 de maio). Full text of President Xi's speech at opening of Belt and Road Forum. http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/14/c_136282982.htm
- Yang, M., Chen, W., Zhou, Q., Yang, B., & Xu, C. (2022). The status and future trends of Chinese leadership research: A bibliometric approach. *Nankai Business Review International*, 13(1), 1–33.
- Zhou, S., Hiller, N. J., Zaccaro, S. J., Campbell, L. N., McCauley, R., Parris, T., & Klimoski, R. J. (2024). The corporate chief of staff: Strategic leadership influence from outside the spotlight. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 31(3), 289–303.

OS DESAFIOS DA SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA

CHALLENGES TO ENERGY SECURITY IN THE EUROPEAN UNION

António Gonçalves Alexandre

Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa

Professor auxiliar na Universidade Lusíada

Investigador integrado no Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais da Universidade Lusíada

Investigador associado no Instituto Português de Relações Internacionais

Investigador Associado no Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar
amgalexandre527@hotmail.com

Resumo

Ainda que a Comissão Europeia deseje manter uma trajetória que permita uma transição sustentada para as chamadas energias limpas, o facto é que o cabaz energético da União Europeia continua a incluir combustíveis fósseis. Porém, para se libertar da dependência da Rússia, torna-se necessário diversificar as importações de energia. É nestas circunstâncias que as regiões produtoras do Golfo da Guiné e da Bacia do Mediterrâneo assumem preponderância acrescida.

Utilizando uma abordagem ontológica construtivista e um quadro epistemológico interpretativista, este artigo procura, através de uma estratégia de investigação qualitativa, um raciocínio indutivo e um desenho pesquisa do tipo de estudo de caso, responder à seguinte pergunta de partida: Como pode a União Europeia superar os desafios atuais à sua segurança energética? O método de recolha e tratamento de dados centrou-se essencialmente na observação de fontes documentais e na sua posterior análise. As conclusões mostram que o acesso a recursos energéticos do Golfo da Guiné e da Bacia do Mediterrâneo é essencial para a União Europeia se tornar independente da importação de combustíveis fósseis da Rússia e, desse modo, lograr alcançar a sua segurança energética.

Palavras-chave: União Europeia; segurança energética; Rússia; combustíveis fósseis; Golfo da Guiné; Bacia do Mediterrâneo

Abstract

Even though the European Commission wishes to maintain a trajectory that allows a sustained energy transition to so-called clean energies, the fact is that the European Union's energy mix still includes fossil fuels. However, to break free from dependence on Russia, it becomes necessary to diversify energy imports. It is under these circumstances that the producing regions of the Gulf of Guinea and the Mediterranean Basin gain increased prominence.

Como citar este artigo: Alexandre, A. G., (2026). *Os Desafios da Segurança Energética da União Europeia*. *Revista de Ciências Militares*, maio, XIV(1), 165-189. <https://www.ium.pt/publist/>

Using a constructivist ontological approach and an interpretivist epistemological framework, this article seeks, through a qualitative research strategy, inductive reasoning, and a case study research design, to answer the following starting question: How can the European Union overcome the current challenges to its energy security? The data collection and processing method focused primarily on the observation of documentary sources and their subsequent analysis. The conclusions show that access to energy resources from the Gulf of Guinea and the Mediterranean basin is essential for the European Union to become independent from fossil fuel imports from Russia and, thereby, achieve its energy security.

Keywords: *European Union; energy security; Russia; fossil fuels; Gulf of Guinea; Mediterranean Basin*

1. Introdução

As fontes primárias de energia são combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão), energia nuclear e energias renováveis (solar, eólica, hidroelétrica, biomassa, geotérmica). A União Europeia (UE) tem vindo a confrontar-se, nos anos mais recentes, com a necessidade de transitar para um sistema energético¹ com baixo teor de emissão de gases com efeito de estufa. Para isso necessita de reduzir a acentuada dependência que ainda tem da energia fóssil. A este propósito, referiu Yergin (2020) que diferentes tipos de poder coabitam na atualidade. Um deles é o poder das nações, moldado pelas capacidades militares e económicas e pela geografia, mas também pela grande estratégia e ambições calculadas, pela suspeita e receio (relativos a outras potências) e, finalmente, pelo que é contingencial e imprevisível. Um segundo poder é, em seu entender, o que deriva do petróleo, do gás natural e do carvão, mas também o que é oriundo do vento, do sol e o que resulta da divisão de átomos. O terceiro poder, tem origem, ainda segundo o autor, nas políticas que pretendem reordenar o sistema energético mundial, movendo-se em direção a um modelo de zero emissões de carbono, para benefício do clima (Yergin, 2020). E o facto é que a UE está claramente apostada em assumir uma posição de liderança relativamente ao terceiro poder elencado por Yergin. Para isso muito contribui o facto de a Comissão Europeia ter apresentado, em dezembro de 2019, o Pacto Ecológico Europeu, um ambicioso pacote de políticas destinado a tornar a economia da UE ambientalmente sustentável, tendo como objetivo atingir a neutralidade climática até 2050. Este pacto é, na sua essência, um esforço para transformar a economia europeia e os padrões de consumo europeus. Mas porque implica uma revisão fundamental do sistema energético europeu e porque ocupa um lugar tão elevado na agenda política da UE, irá, necessariamente, alterar as relações entre a UE e os seus vizinhos e redefinir as prioridades políticas globais da Europa (Leonard, et al., 2021). Em todo o caso, a UE continua a estar muito dependente

¹ Que pode ser definido, de forma resumida, como uma cadeia de processos que engloba um conjunto alargado de ações, desde a obtenção de energia primária até à utilização de energia final para fornecimento de serviços e bens aos Estados e comunidades (Pfenninger, et al., 2014).

de energia fóssil (e assim deverá continuar nos anos mais próximos). E uma fatia muito significativa dessa energia consumida na Europa teve origem na Rússia. A este propósito, importa recordar que o comércio de energia tem sido um pilar de longa data nas relações entre a UE e a Rússia². De facto, a Rússia foi durante muitos anos o principal fornecedor de petróleo, gás natural e combustíveis sólidos à UE. Para alguns Estados-Membros da UE (como a França ou a Alemanha, por exemplo), a Rússia foi também um exportador de urânio e um parceiro importante no sector da energia nuclear (Siddi, 2020).

Todavia, e em resultado do conflito na Ucrânia, a UE não se envolveu apenas numa verdadeira corrida contra o tempo para cumprir as suas metas climáticas a médio e longo prazo (e, desse modo, poder alcançar a transição energética que tanto almeja). De facto, por razões de natureza geopolítica e de segurança energética, a UE está igualmente empenhada em acabar com a dependência das importações de petróleo bruto, de produtos refinados, de gás natural e de urânio provenientes da Rússia o mais rapidamente possível³. E o facto é que isso tem vindo a verificar-se de forma sustentada desde 2022, conforme mostra a figura 1.

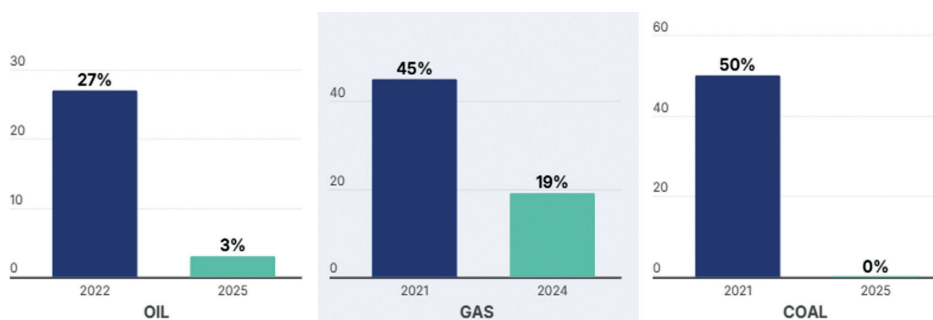


Figura 1 – Importações de energia fóssil da Rússia pela UE em diferentes anos

Fonte: (European Commission, 2025b)

A existência de fontes alternativas aos combustíveis fósseis, particularmente ao gás natural, é, porém, insuficiente. Por outro lado, a disponibilidade da UE para incentivar o investimento em energia fóssil e comprometer-se com acordos de fornecimento destes combustíveis a longo prazo é muito limitado, dadas as metas climáticas que definiu em 2019. E este é, talvez, o primeiro (e mais premente) desafio com que a UE se confronta: como superar uma crise de oferta de hidrocarbonetos de curto prazo? Um segundo desafio (mais espaçado no tempo) consiste em desenvolver alternativas estáveis que estejam mais alinhadas com as prioridades de longo prazo da UE (Akinci & Iyer, 2022). O presente artigo aborda o primeiro dos desafios elencados.

² De facto, a exportação de combustíveis fósseis para os países europeus em grande escala teve início ainda durante a Guerra Fria, no tempo da então União Soviética (Siddi, 2020, p. 2).

³ Em resposta às dificuldades e à perturbação do mercado global de energia provocadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia implementou o Plano *REPowerEU*, com o intuito de eliminar gradualmente as importações de combustíveis fósseis russos (European Commission, 2025b).

Está, assim, bem patente a relevância do tema proposto neste artigo, uma vez que se destina a analisar os desafios que se colocam à segurança energética⁴ da UE na atualidade (no que aos combustíveis fósseis diz respeito) e as oportunidades existentes para a sua obtenção, tendo em conta a necessidade (assumida) de diminuir (no imediato) drasticamente (e eliminar, a curto prazo) a sua dependência do fornecimento proveniente da Rússia. Em 2021, as exportações de gás russo para a UE ascenderam a 155 mil milhões de metros cúbicos (bcm⁵). No roteiro da UE previsto no Plano *REPowerEU*, é intenção cumprir os seguintes objetivos: relativamente ao gás, interromper todas as importações de gás russo até ao final de 2027; no que ao petróleo diz respeito, tomar medidas para lidar com a “frota sombra” da Rússia⁶, cujos meios se dedicam ao transporte (através dos diferentes espaços marítimos que envolvem o continente europeu) de petróleo; e em relação ao nuclear, restringir a importação de urânio, urânio enriquecido e outros materiais nucleares provenientes da Rússia (European Commission, 2025b). É a inversão da interdependência forçada que criou um enorme fosso no fornecimento de energia à UE e deu origem a um invulgar conjunto de iniciativas de diversificação e de construção de mercados para compensar as quantidades de gás russo em tempos recorde (Proedrou, 2023). As oportunidades que serão analisadas estão relacionadas com a diversificação da obtenção de energia fóssil (petróleo bruto e gás natural) oriunda de diferentes regiões exportadoras.

O objeto de estudo da investigação focou-se na segurança energética europeia. Procurou-se analisar a situação energética atual da UE e de que modo pode ser garantida a sua segurança neste domínio no futuro próximo, em função das mudanças na geopolítica da energia a que se tem vindo a assistir. Nestas circunstâncias, optou-se por definir a seguinte pergunta de partida, que serviu de orientação a toda a investigação realizada: De que forma pode a União Europeia ultrapassar os desafios atuais à sua segurança energética?

Delimitou-se a investigação nos usuais domínios do tempo, espaço e conteúdo sugeridos por Santos & Lima (2019). Assim, temporalmente, cinge-se ao século XXI (sobretudo a partir da segunda década até ao presente). Espacialmente, foca-se no Golfo da Guiné e na Bacia do Mediterrâneo. Em termos de conteúdo, a investigação centra-se no modo como pode a segurança energética da UE ser positivamente influenciada pelos países produtores do Golfo da Guiné e da Bacia do Mediterrâneo.

Em termos de organização, este artigo é composto por cinco capítulos. A introdução constitui o primeiro capítulo. O segundo capítulo centra-se no enquadramento teórico e conceptual. O terceiro capítulo aborda a metodologia e método utilizados na investigação. O quarto capítulo foca-se nos resultados obtidos. O quinto capítulo apresenta as conclusões do estudo, sublinhando a necessidade de a UE diversificar as fontes de energia fóssil e abordando a importância de regiões como o Golfo da Guiné e a Bacia do Mediterrâneo na sua

⁴ Conceito estruturante desta investigação que será abordado no capítulo 2.

⁵ Acrónimo que significa *billion cubic metres*.

⁶ Navios de transporte de petróleo utilizados pela Rússia para escapar às sanções impostas pelo Ocidente.

segurança energética. As conclusões evidenciam que as duas regiões mencionadas podem ser determinantes na garantia da segurança energética da UE, atento o facto de permitirem alcançar a desejável diversificação das importações.

2. Enquadramento teórico e conceptual

Este capítulo divide-se em três subcapítulos: o primeiro aborda a configuração atual da geopolítica da energia; o segundo analisa o conceito-chave da presente investigação – a segurança energética; o terceiro centra-se na revisão bibliográfica relativamente à segurança energética da UE.

2.1. A nova configuração geopolítica da energia

No seguimento da invasão da Ucrânia pela Rússia – a 24 de fevereiro de 2022 – ocorreu, em 10 e 11 de março do mesmo ano, uma reunião informal dos Chefes de Estado ou de Governo da UE, no final da qual foi emitida uma declaração⁷, tendo sido expressamente referido que uma das três dimensões analisadas no encontro tinha sido a redução das dependências energéticas da Rússia, por parte da UE (European Council, 2022). E o facto é que, depois disso, diversas ações têm vindo a ser implementadas pela UE. Desde maio de 2022 – data da implementação do Plano *REPowerEU* referido no capítulo 1 –, a utilização adicional de energias renováveis e a poupança de energia permitiram uma redução de mais de 60 bcm por ano nas importações de gás (entre 2022 e 2024), o que contribuiu para o gradual afastamento das importações europeias de gás russo. Apesar destes esforços, em 2024, a UE ainda importou 52 bcm de gás russo – 32 bcm por gasoduto e 20 bcm de gás natural liquefeito (GNL) –, o que correspondeu a cerca de 19% do total das importações de gás da UE, bem como 13 mil milhões de toneladas (Mt⁸) de petróleo bruto e mais de 2800 toneladas de urânio (em forma enriquecida ou como combustível). Naquele ano (2024), dez Estados-Membros importaram gás, três Estados-Membros importaram petróleo bruto e sete Estados-Membros importaram urânio enriquecido (ou materiais relacionados com urânio) da Rússia (European Commission, 2025c). Porém, atento o facto de a dependência das importações de energia russa acarretar sérios riscos (de segurança e económicos) para os Estados-Membros da UE – uma vez que Moscovo tem amiúde utilizado o fornecimento de energia como uma medida concreta para ameaçar a estabilidade e a prosperidade da UE –, a UE definiu uma estratégia⁹ para eliminar gradualmente as importações que ainda persistem¹⁰.

⁷ Que ficou conhecida como a Declaração de Versalhes (European Council, 2022).

⁸ Acrónimo que significa *million tones*.

⁹ Cujo propósito consiste em garantir que as importações dos Estados-Membros da UE de gás canalizado proveniente da Rússia serão reduzidas gradualmente até à proibição total, no início de 2027. As importações de GNL, por sua vez, ficarão interditas no outono desse ano (Pplware, 2026).

¹⁰ Em todo o caso, a UE já reduziu significativamente a dependência e as importações de energia da Rússia, muito se devendo aos inúmeros pacotes de sanções impostas que proibiram as importações de carvão e petróleo russos para a UE e impediram o transbordo de carga nos portos da UE de navios que transportam GNL da Rússia. Importa, no entanto, ser dada adequada atenção à questão da fuga às sanções petrolíferas impostas pela UE através da utilização, por parte da Rússia, de inúmeros meios da sua "frota sombra" envolvidos no transporte aleatório de petróleo por mar (European Commission, 2025c).

A figura 2 mostra a evolução das importações de produtos energéticos da UE, no período 2021 – 2024. Em termos de valor monetário, a UE importou, em 2024, 375,9 mil milhões de euros em petróleo (em estado bruto e em produtos derivados) e em gás natural (em estado líquido e gasoso). Comparativamente a 2023, as importações diminuíram tanto em valor (-16,2%) como em volume (-7,1%). No caso do petróleo, registou-se uma diminuição quer do valor dos produtos petrolíferos derivados importados (-4,7%) quer do volume global das importações (-2,4%). O GNL importado registou, de igual modo, uma descida acentuada em valor (-39,1%) e em volume (-15,1%) face a 2023. Uma tendência semelhante foi observada para o gás natural em estado gasoso, que registou um decréscimo de 30,2% em valor, enquanto o volume diminuiu 4,4% (Eurostat, 2025a).

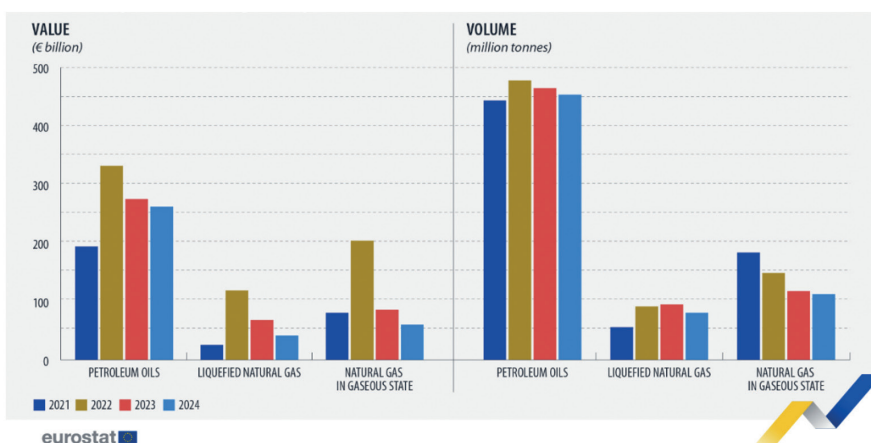


Figura 2 – Importações de petróleo e gás natural da UE (2021-2024)

Fonte: (Eurostat, 2025a)

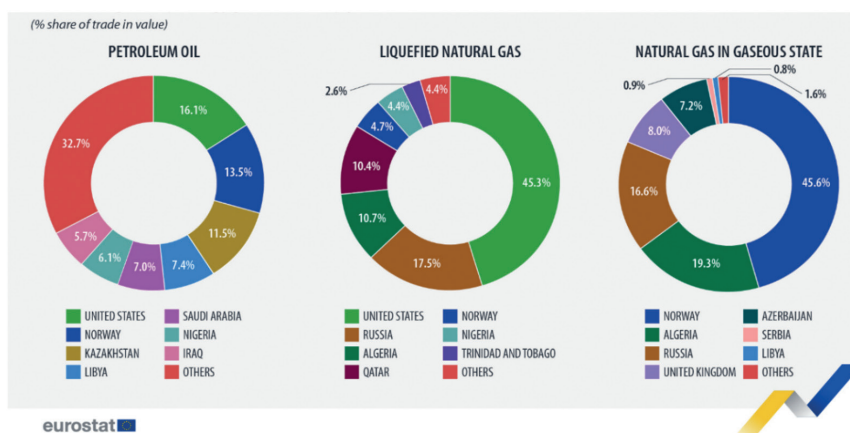


Figura 3 – Importações de petróleo e gás natural da UE (2021-2024)

Fonte: (Eurostat, 2025a)

Ainda em 2024, os maiores parceiros da UE para as importações de petróleo foram os EUA (16,1%), a Noruega (13,5%) e o Cazaquistão (11,5%). Os EUA forneceram, também, quase metade do GNL (45,3%), tendo sido seguidos pela Rússia (17,5%) e pela Argélia (10,7%). Relativamente às importações de gás natural em estado gasoso, uma fatia muito significativa foi proveniente da Noruega (45,6%). A Argélia posicionou-se logo a seguir, com 19,3%, à frente da Rússia, com 16,6% (Eurostat, 2025a).

Nos primeiros nove meses de 2025, a média mensal das importações de petróleo na UE diminuiu 18,3% em valor e 6,6% em volume, em comparação com a média mensal de 2024. Em contraste, o valor das importações de GNL aumentou 36,1% em valor e 25,9% em volume. O valor das importações de gás natural no estado gasoso aumentou 3,1%, enquanto o volume diminuiu 4,9% (Eurostat, 2025b). A figura 4 mostra essa evolução.

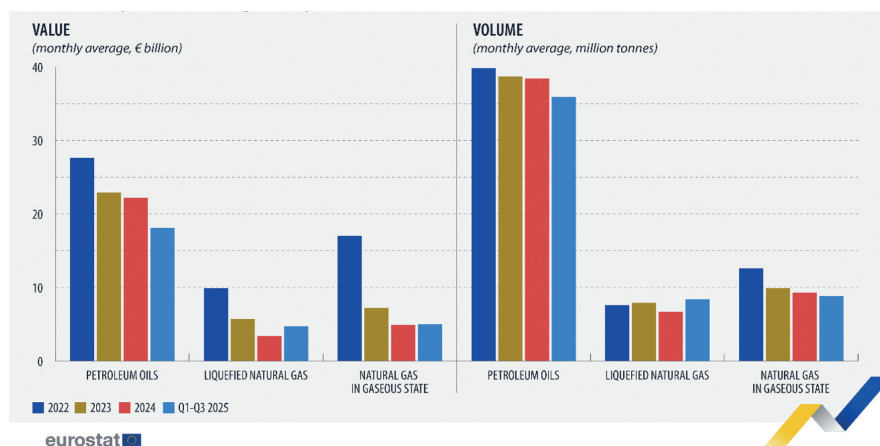


Figura 4 – Importações de petróleo e gás natural da UE (2022 - T1 a T3 2025)

Fonte: (Eurostat, 2025b)

Focando a análise apenas no 3º trimestre de 2025, os principais fornecedores de petróleo à UE foram a Noruega (14,6%), os Estados Unidos (14,5%) e o Cazaquistão (12,2%). Já no que diz respeito ao GNL, a grande maioria (59,9%) foi importado dos EUA, sendo que 12,7% foram provenientes da Rússia e 7,7% da Argélia. A Noruega continuou a ser, a grande distância, o principal fornecedor de gás natural em estado gasoso (51,8%). A Argélia foi o segundo maior fornecedor (14,6%), seguida pelo Reino Unido (13,4%). A figura 5 apresenta a origem das importações de energia fóssil no terceiro trimestre de 2025 para a UE.

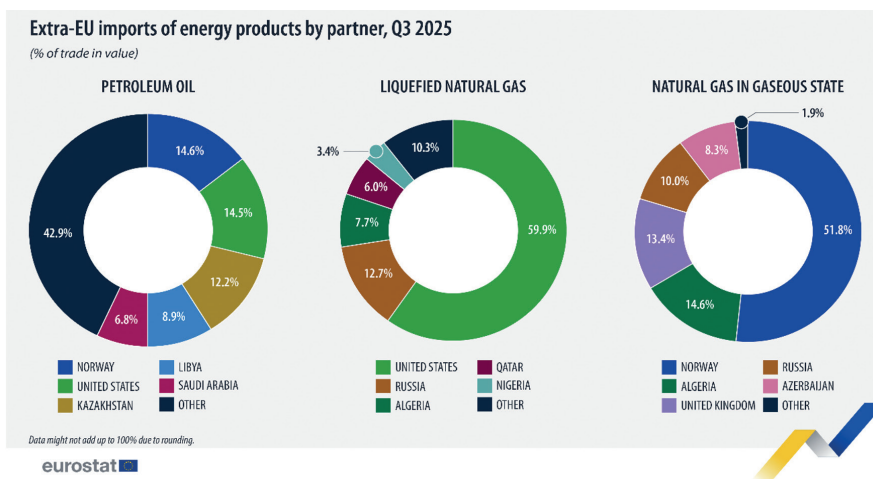


Figura 5 – Origem das importações de combustíveis fósseis da UE (3ºT - 2025)

Fonte: (Eurostat, 2025b)

A nova configuração geopolítica da energia que resultou do conflito na Ucrânia reflete-se de forma clara na UE. Apostada, desde fevereiro de 2022, em reduzir as importações de combustíveis fósseis da Rússia (e em proceder à sua eliminação total até 2027), a UE tem privilegiado outros mercados energéticos. Os EUA têm vindo, nestas circunstâncias, a ganhar preponderância cada vez mais significativa neste domínio, em particular no que ao GNL diz respeito (sendo relevante sublinhar que até ao final do 3º trimestre de 2025 foi responsável pelo fornecimento de quase 60% do total das importações da UE). Por outro lado, a emergência de novos polos de produção de hidrocarbonetos, em particular o Golfo da Guiné e a Bacia do Mediterrâneo, têm tido como consequência a sua inclusão no lote dos principais fornecedores à UE. De facto, tanto a Argélia quanto a Nigéria figuraram, nos dois últimos anos, nas primeiras seis posições.

2.2. Segurança energética

De acordo com Yergin (2006), a segurança energética remete para os antecedentes próximos da Primeira Guerra Mundial, quando o então Primeiro Lorde do Almirantado, Winston Churchill, tomou a decisão histórica de mudar a fonte de energia dos navios da Marinha Real Britânica do tradicional carvão para o petróleo. O propósito era claro: tornar os meios navais da sua esquadra mais rápidos do que os meios do seu oponente, a Alemanha, com isso logrando estar mais bem posicionado num provável conflito futuro. Mas essa decisão trouxe apenas um risco acrescido: a Marinha Real Britânica passaria a depender não do carvão oriundo, sobretudo, do País de Gales, mas antes de um fornecimento (que se pretendia constante, mas que poderia vir a ser instável) de petróleo proveniente, em particular, da região da Pérsia. A segurança energética tornou-se, assim, uma questão de estratégia nacional, ainda que Churchill, perante as interrogações que se levantaram, tenha simplesmente retorquido que "A segurança e a certeza no sector petrolífero [...] residem

na variedade e apenas na variedade.”¹¹. E o facto é que desde então a segurança energética tem surgido repetidamente como uma questão de grande importância. Yergin considerou, ademais, que o paradigma da segurança energética das últimas décadas do século XX era muito limitado e devia ser alargado para incluir novos fatores, reconhecendo, além disso, que a segurança energética não podia existir isoladamente, antes estava inserida nas relações mais amplas entre os Estados e na forma como estes interagem entre si (Yergin, 2020).

Também Cherp & Jewell (2014) abordaram o tema, sublinhando que as reflexões académicas sobre a segurança energética remontavam à década de 1960 e ganharam força com as crises petrolíferas da década de 1970. A partir do final da década de 1980, o interesse académico pela segurança energética conheceu uma acentuada diminuição (muito se devendo à estabilização então verificada nos preços do petróleo). Ressurgiu, todavia, revigorado, na década de 2000, impulsionado por vários fatores, desde o aumento da procura no continente asiático, até às interrupções no fornecimento de gás na Europa e à crescente pressão para descarbonizar os sistemas energéticos. Em todo o caso, aqueles autores consideraram existirem diferenças entre os estudos clássicos e contemporâneos sobre a segurança energética. No primeiro caso (décadas de 1970 e 1980), a segurança energética significava um fornecimento estável de petróleo barato sob ameaças de embargos e manipulação de preços por parte dos países exportadores. Já os desafios contemporâneos à segurança energética vão além do fornecimento de petróleo e abrangem um leque mais vasto de questões¹² (Cherp & Jewell, 2014).

A segurança energética constitui-se, também, como uma preocupação significativa na região da Ásia- Pacífico. *O Asia Pacific Energy Research Centre* (APERC), sublinhou, em 2007, que o aumento da procura de energia era inevitável devido ao crescimento económico e populacional que se verificava naquela região. Uma vez que os recursos energéticos eram escassos e podiam esgotar, as medidas para lidar com as tendências futuras da procura e da oferta precisavam de ser desenvolvidas (APERC, 2007). E foi neste sentido que a APERC, no seu relatório de 2007 (pp. 1-2), cunhou os “*four As of energy security: availability, accessibility, acceptability e affordability*”. Estas quatro características são, no entender da APERC, essenciais para a obtenção de uma situação plena de segurança energética, atento o facto de, segundo o mesmo relatório, a definição de segurança energética ter vindo a mudar ao longo do tempo. No período que se seguiu aos choques petrolíferos dos anos 1970, a definição de segurança energética estava relacionada com a prevenção do risco de abastecimento de petróleo resultante de potenciais perturbações no fornecimento de petróleo bruto do Médio Oriente. No presente século, existem, porém, outros fatores que afetam a estabilidade do fornecimento da energia fóssil e aumentam o seu preço. Estes fatores foram adicionados à definição anterior de segurança energética e incluíam, entre outros, disputas geopolíticas, desastres naturais, terrorismo e desafios ambientais relacionados com a energia (APERC, 2007, p. 5).

¹¹ Tradução livre do autor do original “*Safety and certainty in oil [...] lie in variety and variety alone.*” (Yergin, 2020, p. 69).

¹² A segurança energética passou a estar intimamente ligada a outros problemas de política energética, entre os quais o acesso equitativo à energia moderna e a mitigação das alterações climáticas (Cherp & Jewell, 2014, p. 415).

A Agência Internacional de Energia (IEA)¹³ (2014, p. 13) veio, de igual modo, definir o conceito de segurança energética, sublinhando estar associado “a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível”¹⁴. Baseou a sua definição no facto de a humanidade depender, cada vez mais, de energia para todos os aspetos relacionados com a vida das pessoas. Por isso, é muito importante existir um fornecimento de energia fiável e constante para que as populações possam viver com normalidade (para tal é necessário garantir que há, por exemplo, luz artificial e energia suficiente para que as pessoas se possam aquecer e cozinhar) (University of Plymouth, 2026).

Também Bluszcz (2016, p. 1532) se referiu à segurança energética, afirmando ser um conceito interdisciplinar que combina três perspetivas em simultâneo: a energética, a económica e a ambiental. A perspetiva energética incluía o equilíbrio entre a procura e a oferta, o conceito técnico relativo à infraestrutura técnica e à sua gestão, e a diversificação do fornecimento de recursos energéticos. A perspetiva económica centrava-se em garantir um preço aceitável para os recursos energéticos. Já a perspetiva ambiental estava relacionada com a garantia do estado adequado do ambiente para as gerações futuras.

Pode afirmar-se, em síntese, que a segurança energética tem vindo a registar uma evolução desde a segunda metade do século XX até à atualidade. Nas décadas de 1970 e seguintes, o foco do conceito esteve no petróleo e no choque relativo à sua oferta. Nos primeiros anos do século XXI ocorreu uma grande diversificação de mercados. Após 2015, porém, passaram a ser incluídas preocupações relacionadas com mudanças climáticas e transição energética. Por fim, 2022 trouxe, de novo, o conflito à Europa, a par de novas dependências energéticas, o que afetou de forma significativa o modo como o conceito de segurança energética passou a ser visto.

2.3. A segurança energética da União Europeia

Vários autores, particularmente europeus, têm vindo a produzir trabalhos académicos relacionados com a segurança energética da UE, incluindo desafios, possíveis respostas e até artigos relativos à transição para energias limpas. Neste subcapítulo serão elencados, de forma necessariamente sucinta, alguns desses artigos.

Assim, já em 2012 o *think tank Chatam House* abordou a questão da reforma da governação energética global ao referir, expressamente, que a política energética se encontrava entre os desafios mais relevantes que o mundo enfrentava. Ao tomar decisões de política energética, os governos deviam ter em consideração as prioridades relativas à segurança e ao custo do fornecimento de energia, mas deviam olhar, em simultâneo, para o ambiente nacional e internacional, para o crescimento e desenvolvimento económico, assim como para o emprego, a erradicação da pobreza, as importações, os recursos próprios, a liderança tecnológica e a vertente diplomática, o que releva, de modo muito evidente, a complexidade deste tema (Hirst & Froggatt, 2012).

¹³ Acrónimo que significa International Energy Agency.

¹⁴ Tradução livre do autor do original “*the uninterrupted availability of energy sources at an affordable price*” (IEA, 2014, p. 13).

Alguns anos depois, Pascual (2015) analisou a relação energia versus geopolítica, afirmando que sempre estiveram intimamente ligadas e que, durante praticamente todo o século XX, o acesso aos recursos energéticos se tinha tornado um fator determinante para os vencedores das guerras que tinham ocorrido naquele século. Nesse artigo, Pascual (2015, p. 3) apresentou um quadro para melhor se compreender as relações entre a geopolítica da energia e os mercados energéticos, sendo que, em sua opinião, nem os mercados energéticos nem a política externa dos Estados são estáticos. Assim, para compreender a intersecção entre os mercados da energia e os assuntos externos, é preciso compreender a dinâmica entre ambos, o que acentua, mais ainda, a complexidade do tema.

A 25 de fevereiro de 2015, a Comissão Europeia (2015, p. 2) apresentou uma proposta para uma União da energia. Tratou-se de um documento ambicioso, que apelava aos Estados-Membros para que conseguissem uma transformação fundamental do sistema energético europeu, de forma a atingir o objetivo plasmado em uma “[...] visão de uma União da Energia como uma economia sustentável, de baixo carbono e amiga do clima, concebida para durar¹⁵”.

Logo depois, Graaf & Colgan (2016) analisaram o regime da governança energética global. Abordando as suas origens e raízes, referiram que aquele tópico tinha emergido como um novo domínio de investigação nos estudos internacionais e que vários académicos (que tinham vindo a dedicar-se a esse campo de análise) procuravam compreender de que forma o setor da energia era governado a nível global, por quem e com que consequências (Graaf & Colgan, 2016). Os autores concluíram que podiam ser retiradas três grandes lições acerca da governança global da energia. A primeira lição consistia no facto de existirem lacunas significativas entre o potencial e o alcance real de tal regime de governança, ainda que, paradoxalmente, não houvesse escassez de instituições, fóruns e redes internacionais que abordavam os vários aspetos da governança. A segunda lição estava relacionada com o facto de que o “núcleo” do regime a ser implementado dependia dos objetivos que tivessem sido definidos. A terceira lição punha em evidência o facto de que embora algumas das lacunas existissem devido à inação (ou à ausência de vontade política), muitas delas deviam-se a diferenças nos interesses nacionais dos Estados (2016, p. 8).

Siddi (2020), abordou a relação UE-Rússia relativamente ao comércio energético (focando, em particular, a dependência europeia do fornecimento russo). Referiu que até meados da década de 2000 esta interdependência era mesmo amplamente considerada um exemplo positivo de cooperação pós-Guerra Fria entre a Rússia e a UE. Todavia, nos anos mais recentes a UE e a Rússia tinham vindo a gerir a sua dependência da importação (para a UE) ou da exportação (para a Rússia) de combustíveis fósseis. O comércio entre ambos tornou-se mais sensível, do ponto de vista político, com o início da crise na Ucrânia e a subsequente tendência de afastamento nas relações UE-Rússia, sendo que essa interdependência passou a ser vista (por políticos e académicos) como uma fonte de vulnerabilidade para ambos os lados (p. 21).

¹⁵ Tradução livre do autor do original “[...] vision is of the Energy Union as a sustainable, low-carbon and climate-friendly economy that is designed to last” (European Commission, 2015, p. 2).

No mesmo sentido apontaram Akinci & Iyer (2022), ao sublinharem que a Europa não estava apenas numa corrida para cumprir as suas metas climáticas (a médio e longo prazo) e para permitir a transição energética. Estava, outrossim, por razões geopolíticas e de segurança energética, envolvida num processo acelerado para acabar o mais rapidamente possível com a sua dependência das importações de petróleo bruto, produtos refinados e gás natural oriundos da Rússia (Akinci & Iyer, 2022). Como resultado do conflito na Ucrânia, a UE trabalhava agora (em passo acelerado) na procura de fontes alternativas de combustíveis fósseis, particularmente de gás natural, já que a disponibilidade naquele momento era claramente insuficiente. Mas a Europa via-se confrontada com um dilema difícil de ultrapassar, uma vez que encorajar o investimento em combustíveis fósseis (comprometendo-se com acordos de fornecimento a longo prazo) não era compatível com as (arrojadas) metas climáticas que definiu¹⁶.

A este propósito, a *International Renewable Energy Agency* (IRENA), no seu relatório de 2024, considerou que a quota de energias renováveis no cabaz energético global aumentaria de 16% em 2020 para 77% em 2050 no cenário (mais favorável) de aumento de 1,5°C¹⁷ (IRENA, 2024, p. 10). De acordo com aquele relatório, ainda no cenário mais favorável, a eletricidade deverá tornar-se a principal fonte de energia no futuro, com a sua quota a mais do que duplicar dos atuais 22% para 51% em 2050. Até esse ano, a IRENA prevê que tanto a biomassa como o hidrogénio cresçam de forma substantiva, constituindo, no conjunto, um volume do consumo total de energia bem acima dos combustíveis fósseis (figura 6).

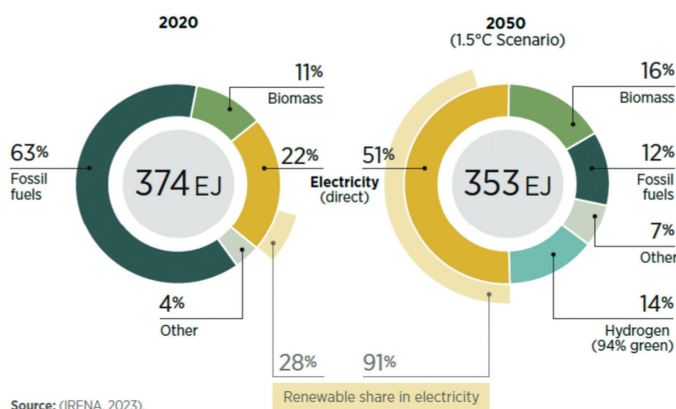


Figura 6 – Previsão do consumo de total de energia no cenário de aumento de 1,5°C

Fonte: (IRENA, 2024)

¹⁶ Em linha com o Pacto Ecológico Europeu, um programa que contempla um ambicioso pacote de políticas destinado a tornar a economia da UE ambientalmente sustentável. Além de procurar alcançar a neutralidade climática até 2050, pretende, em simultâneo, transformar a transição energética numa oportunidade económica e industrial para a Europa (Leonard, et al., 2021).

¹⁷ Em linha com o Acordo de Paris – no qual os países concordaram em reduzir substancialmente as emissões globais de gases com efeito de estufa para permitir que o aumento da temperatura média global à superfície a longo prazo seja mantido em níveis inferiores aos 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir os esforços para o limitar a 1,5°C (United Nations, 2015, p. 3).

Para ajudar a UE a atingir as suas metas climáticas e energéticas para 2030, o *Regulation on the Governance of the Energy Union* estabelece regras comuns para o planeamento, relatórios e monitorização. Em linha com a *Governance Regulation*¹⁸, os Estados-Membros da UE devem desenvolver planos nacionais integrados de energia e clima com base em um modelo comum. Os planos abrangem as cinco dimensões da *Energy Union*: descarbonização; segurança energética; eficiência energética; mercado interno de energia; e investigação, inovação e competitividade (European Commission, 2025a).

Nas últimas três décadas, a estabilidade económica e o crescimento industrial da Europa estiveram profundamente interligados com a importação de energia externa. Com especial evidência a partir do início da década de 1990 – com a desintegração da União Soviética –, os Estados-Membros da UE começaram gradualmente a reconhecer os benefícios de serem incluídos antigos países socialistas e soviéticos no quadro do abastecimento energético europeu. Grandes projetos, como os gasodutos *Nord Stream I e II*, por exemplo, emergiram como resultado desta política, ainda que tenham sido sentidos, quase em simultâneo, os primeiros sinais dos riscos associados a essa dependência energética, em particular da Rússia. Como resultado desta tendência, em 2021, a Rússia foi responsável pelo fornecimento de mais de 40% de gás natural, de 46% de carvão e de 27% do petróleo consumidos pelos Estados-Membros da UE. Além disso, a dependência da UE em relação à importação de energia – definida pelo Eurostat como a proporção de energia que um país tem de importar para satisfazer as suas necessidades energéticas globais – ascendeu a cerca de 60% (Aydin, et al., 2025).

3. Metodologia e método

No que à metodologia diz respeito, e em linha com o veiculado por Santos & Lima (2019), optou-se por seguir neste estudo uma ontologia assente numa abordagem subjetiva, em que a realidade é uma construção social, na qual os fenómenos sociais são produzidos com base nas interações entre atores sociais, e entre estes e a envolvente.

Relativamente à epistemologia, foi seguida uma posição interpretativista, que se afasta do estudo do mundo social a partir dos princípios e técnicas das ciências naturais, procurando, ao invés, compreender como a realidade social é criada.

Foi utilizada, na investigação, uma estratégia de investigação qualitativa, através da qual se procurou compreender a realidade dos fenómenos sociais em análise, através de padrões encontrados nos dados. O raciocínio usado foi do tipo indutivo, por se ter partido da observação de factos particulares para tentativamente se obter uma generalização, tendo sido utilizado um desenho de pesquisa do tipo de estudo de caso, já que se procurou recolher uma informação detalhada sobre uma única unidade de estudo (a segurança energética da UE).

¹⁸ *Regulation 2018/1999 of the European Parliament and of the Council of the European Union* que estabelece a base legislativa necessária para uma governação fiável, inclusiva, eficiente em termos de custos, transparente e previsível da *Energy Union and Climate Action (governance mechanism)*, que garanta a concretização dos objetivos e metas de 2030 e de longo prazo da *Energy Union*, em conformidade com o Acordo de Paris de 2015 sobre as alterações climáticas (European Union, 2018).

Por fim, foi seguido como método de recolha a observação não-estruturada e não-participante (uma vez que não houve interferência do investigador na situação em análise), tendo sido consultadas diversas fontes documentais (primárias e secundárias).

4. Apresentação dos resultados

Este capítulo responde à pergunta de partida inicialmente definida: Como pode a União Europeia superar os desafios atuais à sua segurança energética? Foi possível constatar a necessidade de a UE diversificar a origem das importações de petróleo e gás natural indispensáveis ao seu desenvolvimento económico e bem-estar dos cidadãos dos seus Estados-Membros, evitando a concentração de mercados (sobretudo em relação ao norte-americano) e promovendo a abertura a novas regiões produtoras de combustíveis fósseis (em concreto, o Golfo da Guiné e a Bacia do Mediterrâneo). Estes dois aspetos serão explicados mais aprofundadamente nos próximos subcapítulos.

4.1. Os riscos da dependência excessiva de importações de energia dos EUA

A UE tem vindo a procurar, em simultâneo, reduzir as importações de energia fóssil (ainda que de forma gradual), tornar-se cada vez menos dependente das importações da energia oriunda da Rússia (propósito que se acentuou com a invasão da Ucrânia, em 2022) e apostar, de forma crescente, em energias limpas. Todavia, é comummente aceite que necessitará de importar gás natural e petróleo, pelo menos até 2050, ano em que deverá ser capaz de alcançar a neutralidade climática, em consonância com o Pacto Ecológico Europeu (European Council, 2026).

A UE é, porém, um importador líquido de energia, pois as suas necessidades são francamente superiores à sua produção interna. De facto, em 2020 cerca de 58% da energia disponível na União foi produzida fora das fronteiras dos seus Estados-Membros¹⁹. Considerando apenas o gás natural, esses valores são ainda mais significativos: a título de exemplo, cerca de 90% do abastecimento de gás natural, em 2024, proveio de fora da UE. Nesse ano, as importações de gás por gasoduto ocorreram principalmente da Noruega, Argélia, Líbia, Azerbaijão, Rússia e Reino Unido, representando 62% do total das importações de gás, sendo que os restantes 38% corresponderam a importações de GNL (Strategic Perspectives, 2026).

Assume, assim, particular relevância a obtenção de petróleo e gás natural de que os Estados-Membros da UE necessitam, já que importar menos combustíveis fósseis não significa eliminar totalmente (pelos menos nos anos mais próximos) as importações desses combustíveis. Nesta perspetiva, o foco principal consiste em reduzir, no imediato, as importações da Rússia. Todavia, as importações de energia da Rússia (petróleo e, sobretudo, gás natural) terão de ser necessariamente compensadas com importações de outras regiões produtoras.

¹⁹ A situação foi, nesse ano, muito pouco linear entre os diferentes Estados-Membros. Por exemplo, a Estónia registou uma taxa de dependência de 10,5 %, enquanto a Alemanha atingiu os 63,7 %, a Grécia alcançou 81,4 % e Malta mais de 97 % (European Council, 2024).

Foi neste sentido que a UE intensificou, especialmente depois de 2022, a compra de GNL aos EUA como alternativa à redução das importações da Rússia. A figura 7 mostra as importações de gás natural da UE em 2021 (antes da invasão da Ucrânia pela Rússia) e em 2024.

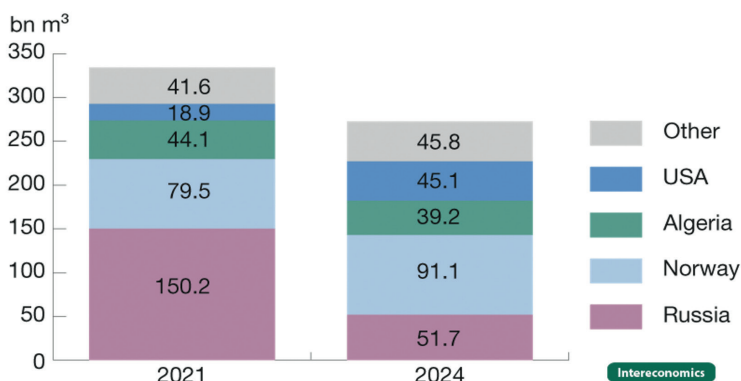


Figura 7 – Origem das importações de gás natural da UE em 2021 e em 2024

Fonte: (Heuck, et al., 2025)

É visível o significativo aumento das exportações de gás natural dos EUA para a UE de 2021 (em que foi apenas o quarto fornecedor individual, com apenas 18,9 bcm, a grande distância da Rússia e da Noruega, sobretudo, mas também da Argélia) para 2024 (com 45,1 bcm, tendo mesmo ultrapassado a Argélia e aproximando-se muito da Rússia, mantendo a Noruega a posição de primeiro fornecedor). É visível, de igual modo, o decréscimo significativo da importação de gás com origem na Rússia (de 150,2 bcm em 2021 para 51,7 bcm em 2024). É, pois, bastante evidente a substituição ocorrida nas importações de gás da UE da Rússia para os EUA, no período em causa.

Importa ter presente, outrossim, que em meados de 2025 a Comissão Europeia e os EUA chegaram a um acordo sobre tarifas e comércio²⁰, no qual a UE se comprometeu a comprar GNL, petróleo e produtos de energia nuclear aos EUA, com uma procura estimada em 750 mil milhões de dólares nos próximos três anos (250 mil milhões de dólares por ano). Em 2024, a UE importou 77 mil milhões de euros (83 mil milhões de dólares) em produtos energéticos dos EUA, segundo dados do Eurostat, e 86 mil milhões de euros (93 mil milhões de dólares) em 2023. Isto significa que o acordo exige que a UE praticamente triplique as suas importações de energia dos EUA no período de 2026 a 2028 (Enerdata, 2025), o que pode colocar em causa a diversificação do abastecimento de gás natural que a segurança energética recomenda. Significa isso, ademais, que três anos após os choques de oferta de 2022 – embora a UE tenha conseguido ultrapassar a situação delicada em que então se encontrava –, a diversificação do fornecimento de gás natural na Europa continua longe de ser alcançada e, em muitos casos,

²⁰ Trata-se de um acordo comercial abrangente que impõe tarifas de 15% sobre a maioria dos produtos europeus (Euronews, 2025).

constitui-se mesmo como um exercício de equilíbrio entre as dependências que existiam e as mais recentes. Em todo o caso, a UE está ainda longe do objetivo que definiu de alcançar uma soberania energética suficientemente resiliente às crises (Heuck, et al., 2025).

Mas a perspectiva de vir a existir, a curto prazo, uma forte dependência da UE do fornecimento de gás natural proveniente dos EUA²¹ levanta outro tipo de questões, de índole eminentemente geopolítica. Por um lado, a Administração Trump pode representar uma ameaça real à segurança energética da UE, uma vez que as importações de GNL se transformam numa espécie de moeda de troca para pressionar a UE a fazer concessões comerciais (Strategic Perspectives, 2026). Por outro lado, uma dependência excessiva de importações de gás natural de um único fornecedor (os EUA) não contribui para a almejada garantia da segurança energética da UE, visto que não é alcançada a diversidade na obtenção de energia que as boas práticas (e até o bom senso) recomendam – o exemplo mais recente é precisamente a dependência da UE do gás natural proveniente da Rússia nos anos mais recentes e o impacto que isso provocou quando foi necessário procurar alternativas no pós-invasão da Ucrânia. Acresce, ainda, o facto de não ser totalmente perceptível o modo como poderão evoluir as relações (políticas, diplomáticas, militares e económicas) entre os dois blocos (EUA e UE)²² no futuro próximo.

4.2. A importância do Golfo da Guiné na segurança energética da União Europeia

Face ao cenário descrito no subcapítulo anterior, para evitar uma dependência excessiva dos EUA assume preponderância acrescida para a UE a importação de energia fóssil de outras proveniências. A região do Golfo da Guiné²³ emerge, com naturalidade, como um mercado energético alternativo a ser considerado no futuro próximo. Trata-se de uma vasta região onde a UE tem vindo a implementar, ao longo de vários anos, inúmeros programas²⁴ tendentes a contribuir para o incremento da segurança marítima naqueles espaços.

²¹ Os EUA ocupam já, de forma muito clara, o lugar de primeiro fornecedor de GNL à UE, tendo alcançado cerca de 55 % do total das importações da União até julho de 2025 (TV Europa, 2025).

²² Não sendo objetivo deste estudo analisar a *National Security Strategy* (NSS) dos EUA, promulgada pelo Presidente Donald Trump no final de novembro de 2025 (President of the United States, 2025), importa ter em conta, na análise em curso do fornecimento de energia dos EUA à UE, as críticas feitas à Europa e aos seus líderes (muito centradas na decadência europeia e na sua incapacidade para lidar com as ameaças com que a UE se tem confrontado, sobretudo as relacionadas com as políticas migratórias que têm sido implementadas). Não obstante, o documento refere que a Europa continua a ser vital para os EUA, designadamente, nos setores da indústria, tecnologia e energia. Aparentemente, o fornecimento de energia (em particular de gás natural) à UE não deverá ser colocado em causa. Mas estará a UE disposta a permanecer francamente dependente, em termos energéticos, do aliado tradicional da margem ocidental do Atlântico Norte, sobretudo quando os mais recentes desenvolvimentos (ocorridos já após a promulgação da NSS) incluem pretensões territoriais sobre espaços de aliados europeus na Aliança Atlântica (em concreto, a Gronelândia)? Existem, inequivocamente, riscos para a UE associados a esta substancial dependência energética dos EUA, que devem ser tidos em conta quando o acordo estabelecido em meados de 2025 sobre tarifas e comércio vier a ser renegociado.

²³ Constituído por 19 Estados – 17 costeiros e dois arquipélagos (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) – que se estendem desde o Senegal a Angola (Council of the European Union, 2014).

²⁴ Os programas em causa – centrados, sobretudo, no quadro jurídico, regras operacionais, partilha de informação, treino e desenvolvimento de capacidades – destinam-se, globalmente, a melhorar a segurança marítima no Golfo da Guiné, através do incremento da preparação e prontidão dos Estados costeiros da região para os desafios com que se confrontam. Entre os mais relevantes, destacam-se o *Gulf of Guinea Inter-Regional Network*, o *Support to West Africa Integrated Maritime Security*, *Support Programme to the Maritime Security Strategy in Central Africa* e o *Improved Regional Fisheries Governance in Western Africa* (European External Action Service, 2021).

De acordo com o relatório anual do *Energy Institute* (2025), em 2024 a Costa Ocidental de África (onde se situa o Golfo da Guiné e os maiores países exportadores de hidrocarbonetos da região²⁵) foi apenas o quarto maior exportador de petróleo bruto. Dos 463,4 Mt importados pela Europa, a Costa Ocidental de África surge com 55,7 Mt, atrás dos EUA (com 95,8 Mt), dos Estados pertencentes à Comunidade de Estados Independentes (com exceção da Rússia), com 80,9 Mt e do Norte de África (com 57,8 Mt) (Energy Institute, 2025, p. 34). No que ao GNL diz respeito, em 2024 a Europa importou 111,7 bcm, dos quais apenas 5,6 bcm da Nigéria e 1,1 bcm de Angola. No conjunto, os países exportadores do Golfo da Guiné ocuparam a quarta posição com 6,7 bcm, muito abaixo dos EUA (com 49,1 bcm), da Rússia (com 20,9 bcm) e do Catar (com 13,6 bcm), situando-se apenas ligeiramente acima da Noruega (com 5,6 bcm) (p. 44).

Como tanto o petróleo bruto quanto o GNL proveniente do Golfo da Guiné com destino ao continente europeu terá de ser transportado por via marítima²⁶, importa analisar a evolução das principais ameaças à segurança dos navios em transito daquela região – nomeadamente a pirataria e o assalto armado no mar contra navios. Assim, a figura 8 – com base em relatórios do *International Maritime Bureau*²⁷ (IMB) – mostra a evolução daquele tipo de incidentes na região do Golfo da Guiné, entre 2018 e 2025. Importa sublinhar o facto de esta região ter sido o principal *hotspot* da pirataria / assalto armado no mar contra navios, a nível global, no período de 2018 a 2020 (Alexandre, 2024, p. 39).

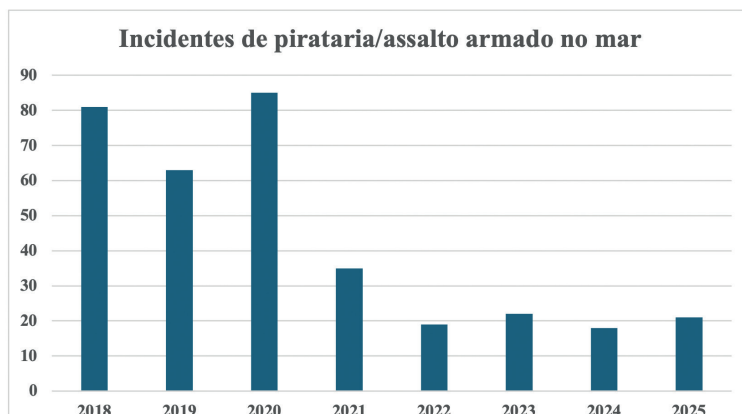


Figura 8 – Incidentes de pirataria/assalto armado no mar, Golfo da Guiné (2018-2025)

Fonte: (IMB, 2023), (IMB, 2026)

²⁵ Como é o caso da Nigéria e de Angola. A título de exemplo, em 2024 a Nigéria foi o maior produtor de petróleo de todo o continente africano (com 79 Mt) e Angola ocupou a terceira posição com 57 Mt (Energy Institute, 2025, p. 21).

²⁶ Pelo menos até que o gasoduto *Trans-Sharan* – que pretende ligar a Nigéria à Argélia (através do Níger) seja construído e possa ser utilizado para o comércio de gás natural (Alexandre, et al., 2025).

²⁷ Divisão especializada da Câmara de Comércio Internacional estabelecida em 1981 para atuar como ponto focal na luta contra todos os crimes no domínio marítimo (International Chamber of Commerce, 2026).

A figura 8 mostra, ainda, que após 2020 houve uma queda acentuada do número de incidentes, sendo que desde 2020 o volume total tem-se mantido praticamente inalterado (próximo das 20 ocorrências anuais). Outro elemento de informação relevante diz respeito ao número de eventos referentes a petroleiros. A figura 9 mostra o número total de incidentes (bem como a sua localização geográfica dentro do Golfo da Guiné).

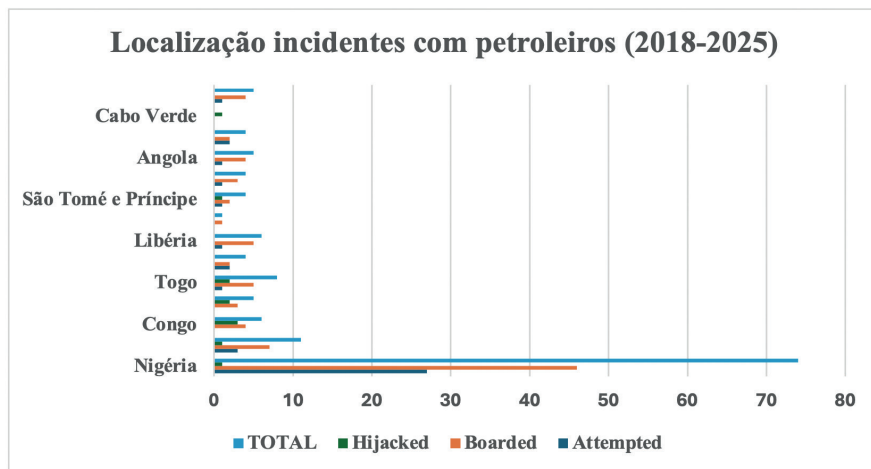


Figura 9 – Incidentes envolvendo petroleiros, Golfo da Guiné (2018-2025)

Fonte: (IMB, 2023), (IMB, 2026)

É visível que a esmagadora maioria dos eventos de pirataria/assalto armado no mar contra navios ocorridos no Golfo da Guiné, no período de 2018 a 2025, tiveram lugar nos espaços marítimos da Nigéria. Todavia, das 74 ocorrências aí registadas pelo IMB, apenas um petroleiro acabou por ser sequestrado por piratas (nas restantes verificaram-se 46 abordagens de grupos de piratas que resultaram no furto de bens dos navios atacados e de pertences dos elementos das tripulações e 27 tentativas de abordagem, sem sucesso). No período considerado, existiram 11 sequestros de navios naquela região, tendo o Congo registado o maior número (3), seguido pela Costa do Marfim e pelo Togo (cada um com 2 sequestros registados nos respetivos espaços marítimos).

Do que antecede pode concluir-se que a situação de segurança nos espaços marítimos do GdG tem-se mantido estável (e em valores reduzidos) nos anos mais recentes, sendo expectável que os níveis atuais possam ser mantidos no futuro próximo. Nestas circunstâncias, e atento o lugar pouco relevante que a região ocupa em termos de exportação de energia fóssil (tanto de petróleo bruto quanto de GNL) para a Europa, é perfeitamente exequível que as importações de hidrocarbonetos da UE oriundas do Golfo da Guiné possam vir a crescer nos anos vindouros, permitindo, com isso, tornar-se menos dependente das importações dos EUA e, dessa forma, lograr alcançar mais autonomia (e segurança) energética.

4.3. A Bacia do Mediterrâneo na segurança energética da União Europeia

A Bacia Mediterrânica constitui-se como (mais uma) alternativa à importação de energia fóssil por parte da UE. Dos 463,4 Mt importados em 2024, 57,8 Mt tiveram origem em Estados produtores do Norte de África – uma quantidade ligeiramente acima das importações do Golfo da Guiné (55,7 Mt) –, o que correspondeu apenas a 3,1% do total das exportações (Energy Institute, 2025, pp. 33-34). Acresce referir que dos 345Mt de petróleo produzido em África, 147 Mt são de quatro Estados da região do Mediterrâneo: 59 Mt da Argélia, 56 Mt da Líbia, 31 Mt do Egito e um Mt da Tunísia, totalizando, no conjunto, cerca de 43% da produção de todo o continente africano (p. 22).

Relativamente ao gás natural, os Estados africanos produziram, em 2024, 239,6 bcm. Desses, a Argélia (maior produtor de África) foi responsável pela produção de 94,7 bcm, o Egito (segundo maior produtor de África) produziu 47,5 bcm e a Líbia produziu 14,3 bcm. Porém, o continente africano, no seu conjunto, foi responsável apenas pela produção de 5,8% do gás natural em todo o mundo, muito abaixo de outras regiões como a América do Norte com 30,6% (tendo os EUA sido o maior produtor individual desta região com 25%), a Comunidade de Estados Independentes com 19,7% (com a Rússia a ter sido o segundo maior produtor individual com 15,3%), os países produtores do Médio Oriente (com 17,9%) e a região da Ásia-Pacífico com 17,2% (Energy Institute, 2025, p. 37). Importa referir, adicionalmente, que ainda em 2024 os Estados-Membros da UE importaram 157 bcm através de gasodutos e 111,7 bcm de GNL. Relativamente ao gás natural fornecido por gasodutos, em 2024 a UE importou da Noruega 87,3 bcm, da Argélia 29,3 bcm, da Rússia 27,2 bcm, do Azerbaijão 11,9 bcm e da Líbia 1,3 (p. 45). Quanto ao GNL, a quase totalidade das importações da UE, em 2024, foram oriundas dos seguintes países: EUA (49,1 bcm); Rússia (20,9 bcm); Catar (13,6 bcm); Argélia (9,7 bcm); Nigéria e Noruega (com 5,6 bcm cada um) (p. 43).

Os elementos supramencionados permitem afirmar que a região da Bacia do Mediterrâneo se assume como mais uma alternativa válida à diversificação das importações de energia fóssil por parte da UE. Face ao relativo pouco peso no atual cabaz energético da UE, as importações de energia fóssil daquela região podem vir, outrossim, a ser amplamente incrementadas no futuro. Acresce que em relação ao gás natural, o elevado número de gasodutos existentes permite que os movimentos entre Estados se façam, sobretudo, sem utilização do transporte marítimo, ainda que a situação de insegurança no Mar Mediterrâneo tenha sido, em 2024 (de acordo com o relatório anual do *Maritime Information Cooperation & Awareness Center* (MICA), da Armada Francesa) (2025), relativamente à navegação mercante, pouco expressiva²⁸. De facto, sobre a segurança marítima no Mediterrâneo, o relatório refere os seguintes aspetos como os mais relevantes: ser uma das principais áreas marítimas utilizadas por traficantes de droga, que operam sobretudo em zonas próximas do Estreito de Gibraltar; ser atravessado por diversas rotas migratórias, o que poderá ter impacto para o tráfego marítimo comercial

²⁸ Refere o relatório que o conflito entre Israel e as organizações terroristas Hamas e Hezbollah não teve impacto no tráfego marítimo comercial no Mediterrâneo Oriental (MICA, 2025).

(particularmente no Estreito de Gibraltar e perto das costas da Tunísia e da Líbia); e o nível de ameaça terrorista continuar elevado, particularmente nas aproximações da navegação aos grandes portos e através de *chokepoints*²⁹ (como o Canal do Suez e o Estreito de Bósforo) (MICA, 2025, p. 95).

Importa, por fim, ter em consideração as descobertas de gás natural no Mediterrâneo Oriental no início do presente século, designadamente o campo *offshore Gaza Marine* (Palestina), os campos *Leviathan*, *Tamar* e *Karish* (Israel), o campo *Aphrodite* (Chipre) e o campo *Zohr* (Egito) (figura 10).

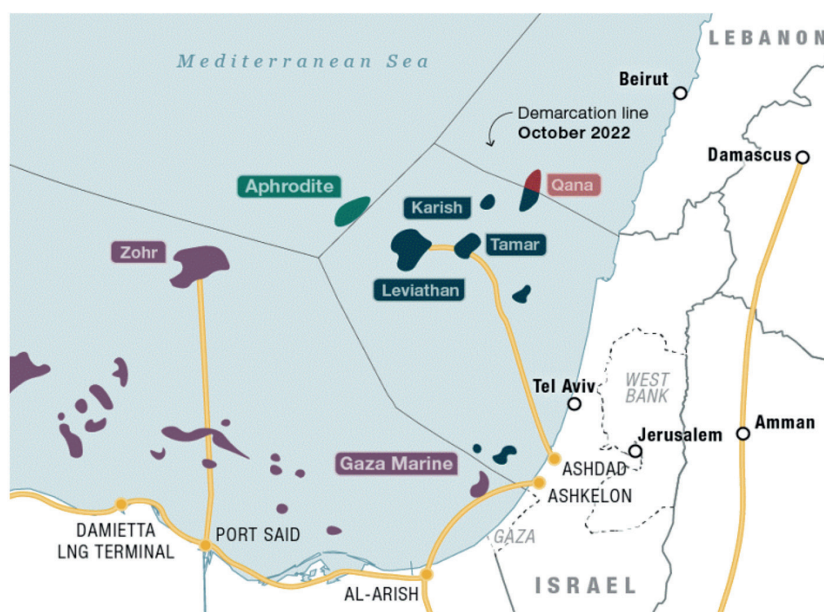


Figura 10 – Campos de gás natural no Mediterrâneo Oriental

Fonte: (Farook, 2023)

De acordo com o plano definido, estava previsto que a extração de gás do campo Karish tivesse início em setembro de 2022. Nessa ocasião, Israel passaria a ter um excedente de gás que lhe permitiria exportar cerca de 10 bcm para os países da UE todos os anos. O interesse da UE pelo gás israelita ficou a dever-se à necessidade de diversificar rapidamente as suas fontes de gás em resultado da agressão da Rússia à Ucrânia e da subsequente redução do volume de importações da Rússia (Zielińska, 2022). Para atingir tal objetivo, Israel pretendia utilizar a infraestrutura que ligava os seus campos de gás aos terminais de GNL no Egito, em

²⁹ São pontos de estrangulamento que ligam importantes vias marítimas, causando natural congestionamento à navegação mercante que os utiliza, e que são, em função disso mais suscetíveis a determinadas ameaças que se desenvolvem no domínio marítimo (como a pirataria/assalto armado no mar e ataques vindos de terra) (Popescu, 2016).

conformidade com as disposições de um Memorando de Entendimento que o Egito, Israel e a UE assinaram em junho de 2022³⁰. Todavia, em 2024 os Estados-Membros da UE importaram apenas 0,3 bcm de GNL do Egito e não foram registadas quaisquer importações de Israel (Energy Institute, 2025, p. 44). Prevê-se, por outro lado, que o campo *Leviathan* aumente a sua produção para aproximadamente 14 bcm em 2026 (Offshore Technology, 2025), o que pode permitir incrementar as importações de gás natural de Israel (via Egito) se (e quando) isso vier a ser considerado pela UE. Mais recentemente, em janeiro de 2023, a *Ente Nazionale Idrocarburi* (Eni) anunciou uma nova (e importante) descoberta de gás no poço de exploração localizado na concessão da área *offshore* de *Nargis*, ao largo da costa do Egito (Eni, 2023). Significa isto que, a prazo, a UE poderá (se assim entender) vir a incrementar as importações de gás natural do Egito.

Em síntese, a UE praticamente não importou gás natural de dois parceiros comerciais da região do Mediterrâneo Oriental (Egito e Israel), com quem tem, aliás, um memorando de entendimento assinado. Tem isso em consideração e atentas as recentes descobertas de novas reservas de gás natural no Egito e o incremento da produção em campos *offshore* de Israel, parece evidente que isso pode ser levado em conta quando terminar (ou for renegociado) o memorando de entendimento estabelecido entre a UE e os EUA para o fornecimento de gás natural atualmente em vigor.

5. Conclusões

Este artigo foca-se nos desafios que se colocam à segurança energética da UE. Entre os mais relevantes, consta um, mais premente e atual, relacionado com o modo como pode a UE superar uma crise de oferta de hidrocarbonetos de curto prazo. A UE tem vindo a procurar reduzir significativamente a importação de energia fóssil da Rússia. E tem-no feito recorrendo à importação maciça de energia, sobretudo de GNL, dos EUA. Todavia, essa opção comporta riscos significativos para a UE, pois não permite diversificar as importações energéticas, podendo, até, colocar em causa a sua segurança energética. Há, porém, um segundo desafio, mais espaçado no tempo, relacionado com a existência de alternativas estáveis que estejam mais alinhadas com as prioridades de longo prazo da UE (em que a energia fóssil deverá ser gradualmente substituída pela energia dita limpa, até ser alcançada a neutralidade carbónica em 2050). A investigação centrou-se no primeiro daqueles desafios. Foi, assim, definida a seguinte pergunta de partida que guiou a investigação levada a cabo: Como pode a União Europeia superar os desafios atuais à sua segurança energética?

A UE estabeleceu como objetivo terminar definitivamente as importações de hidrocarbonetos da Rússia até ao final de 2027. Atento o volume de energia, sobretudo de gás natural, que vários Estados-Membros da UE ainda importam da Rússia, houve uma mudança significativa nas importações europeias de GNL, tendo aumentado significativamente o

³⁰ O memorando foi assinado no Cairo, a 15 de junho de 2022, pelo Ministro do Petróleo e Recursos Minerais do Egito, pelo Ministro da Energia de Israel e pelo Comissário Europeu para a Energia (European Commission, 2022).

comércio com os EUA, que levou mesmo à assinatura de um acordo EUA-UE que fixa em 15% as tarifas aduaneiras norte-americanas sobre os produtos europeus. O acordo prevê, também, o compromisso da UE com a compra de energia norte-americana no valor de 750 mil milhões de dólares nos próximos três anos. No final do 3º trimestre de 2025 os EUA já eram responsáveis pelo fornecimento de quase 60% das importações de todo o gás natural da UE, o que demonstra uma inequívoca (e preocupante) dependência europeia do mercado energético norte-americano. A segurança energética implica, porém, disponibilidade de recursos, é certo, mas também diversificação de mercados. Para o primeiro daqueles elementos (disponibilidade), muito conta o GNL oriundo dos EUA (que permite à UE, num prazo muito curto, ultrapassar o considerável impacto relacionado com a necessidade de reduzir drasticamente as importações da Rússia). Porém, para o segundo elemento (diversificação), as importações maciças de GNL dos EUA são contraproducentes, pois significam uma dependência exagerada de um único exportador, podendo, no limite, colocar em causa a própria segurança energética da UE, uma vez que, tal como evidenciou Winston Churchill no limiar da Primeira Guerra Mundial, a segurança no setor petrolífero reside na variedade e apenas na variedade. Neste sentido, parece evidente que a UE terá forçosamente de repensar o seu cabaz energético no futuro próximo, privilegiando novos países exportadores (ainda que mantendo importações dos EUA, porém em quantidades francamente menores). É nestas circunstâncias que podem emergir mercados energéticos alternativos, designadamente nas regiões do Golfo da Guiné e da Bacia do Mediterrâneo, que serão capazes de contribuir para assegurar a diversificação que a UE almeja (e ainda não conseguiu alcançar, pois, em rigor, apenas substituiu a Rússia pelos EUA como fornecedor de gás quase monopolista).

Considera-se, deste modo, ter sido dada resposta à pergunta de partida, uma vez que ficou claro que a UE poderá, nos anos mais próximos (sobretudo quando terminar o prazo em que vigora o presente acordo comercial relativo a tarifas estabelecido com os EUA), diversificar convenientemente os seus fornecedores de energia fóssil (mesmo mantendo nesse lote os EUA, ainda que diminuindo a sua atual grande preponderância, passando a incluir mais países exportadores de regiões como o Golfo da Guiné e a Bacia do Mediterrâneo).

Tem-se o entendimento de que o presente artigo contribui para aumentar o conhecimento que existe sobre o tema em questão, uma vez que foram carreados para a sua análise diversos elementos de informação muito recentes (por conseguinte, ainda pouco divulgados na comunidade científica) e que permitem não apenas elencar lacunas atuais na segurança energética da UE como perspetivar de que forma podem ser colmatadas no curto prazo.

As limitações da investigação estão sobretudo relacionadas com a impossibilidade de analisar, no mesmo artigo, os dois grandes desafios que se colocam à segurança energética da UE: como superar uma crise de oferta de hidrocarbonetos de curto prazo; e que alternativas mais alinhadas com as prioridades de longo prazo podem vir a ser desenvolvidas. Assim, a opção recaiu, no presente artigo, na investigação apenas do primeiro desafio e no modo como pode o mesmo ser ultrapassado, por ser o mais premente para a segurança energética atual da UE.

Nestas circunstâncias, relativamente a novas pesquisas sobre o objeto de estudo definido (segurança energética europeia), importará analisar o segundo grande desafio que a UE enfrenta no domínio energético – a existência de alternativas estáveis mais alinhadas com as suas prioridades de longo prazo.

Referências bibliográficas

- Akinci, E. & Iyer, S., 2022. European Union Offshore Wind Strategy. *Oxford Institute for Energy Studies - Energy Insight: 116*, pp. 1-15.
- Alexandre, A. G., 2024. Os desafios securitários nos espaços marítimos do Corno de África e do Golfo da Guiné no século XXI. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, 27-28, pp. 33-70.
- Alexandre, A., Simões, J. & Costa, A., 2025. Segurança Energética Europeia: O Papel da Bacia Mediterrânica. *Revista Nação e Defesa n.º 170*, pp. 31-61.
- APEREC, 2007. *A Quest for Energy Security in the 21st Century*, Tokyo - Japan: Asia Pacific Energy Research Centre.
- Aydin, T. et al., 2025. *The Geopolitics of the European Green Deal: From Fragile to Strategic Dependencies?*, Paris: European Chair for Sustainable Development and Climate Transition at Sciences Po.
- Bluszcz, A., 2016. European economies in terms of energy dependence. *Qual Quant* 51, pp. 1531–1548.
- Cherp, A. & Jewell, J., 2014. The concept of energy security: Beyond the four As. *Energy Policy* 75, pp. 415-421.
- Council of the European Union, 2014. *EU Strategy on the Gulf of Guinea*. https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eu_strategy_on_the_gulf_of_guinea_7.pdf.
- Enerdata, 2025. *The EU commits to tripling energy imports from the US*. <https://www.enerdata.net/publications/daily-energy-news/us-eu-transatlantic-historical-energy-trade.html?>
- Energy Institute, 2025. *Energy Institute Statistical Review of World Energy 2025*, London: s.n..
- Eni, 2023. *Eni Announces a New Gas Discovery in the Eastern Mediterranean Sea, offshore Egypt*. <https://www.eni.com/en-IT/media/press-release/2023/01/eni-announces-a-new-gas-discovery-in-the-eastern-mediterranean-sea-offshore-egypt.html>.
- Euronews, 2025. *Acordo comercial entre EUA e UE evita escalada tarifária, mas ameaça o crescimento*. <https://pt.euronews.com/business/2025/07/29/acordo-comercial-entre-eua-e-ue-evita-escalada-tarifaria-mas-ameaca-o-crescimento>.
- European Commission, 2015. *A Framework Strategy for a Resilient Energy Union with a Forward-Looking Climate*. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:1bd46c90-bdd4-11e4-bbe1-01aa75ed71a1.0001.03/DOC_1&format=PDF.
- European Commission, 2022. *EU Egypt Israel Memorandum of Understanding*. <https://webgate.ec.europa.eu/circabc-ewpp/d/d/workspace/SpacesStore/5e740003-b81b-43ee-aec7-87399d537090/download>.

- European Commission, 2025a. *Governance of the Energy Union and Climate Action*. https://climate.ec.europa.eu/eu-action/climate-strategies-targets/governance-energy-union-and-climate-action_en.
- European Commission, 2025b. *REPowerEU at a glance*. https://commission.europa.eu/topics/energy/repowereu_en.
- European Commission, 2025c. *Roadmap towards ending Russian energy imports*. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52025DC0440R\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52025DC0440R(01)).
- European Council, 2022. *Declaração de Versalhes*. <https://www.consilium.europa.eu/media/54773/20220311-versailles-declaration-en.pdf>.
- European Council, 2024. *How dependent are EU member states on energy imports?* <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/how-dependent-are-eu-member-states-on-energy-imports/>.
- European Council, 2026. *REPowerEU plan: energy policy in EU countries' recovery and resilience plans*. <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/repowereu-plan/>.
- European External Action Service, 2021. *EU Maritime Security Factsheet: The Gulf of Guinea*. https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-maritime-security-factsheet-gulf-guinea_en.
- European Union, 2018. *Regulation (EU) 2018/1999 of the European Parliament and of the Council*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018R1999>.
- Eurostat, 2025a. *Imports of energy products to the EU down in 2024*. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20250321-1?>
- Eurostat, 2025b. *Drop in petroleum imports in 2025*. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20251219-2?>
- Farook, O., 2023. *Is Israel at war in Gaza to exploit Palestinian oil and gas reserves?*. <https://blackdotresearch.sg/israel-war-gaza-exploit-palestine-oil-gas/>.
- Graaf, T. V. d. & Colgan, J., 2016. *Global energy governance: a review and research agenda*. PALGRAVE COMMUNICATIONS, pp. 1-12.
- Heuck, L., Kreysel, M.-A. & Schiffer, H.-W., 2025. *Geopolitics and Europe's Natural Gas Supply: Aspects and Consequences from a Gas and Electricity Markets Perspective*. *Intereconomics*, Volume 60, Number 6, pp. 346-354.
- Hirst, N. & Froggatt, A., 2012. *The Reform of Global Energy Governance*, London: Grantham Institute for Climate Change In partnership with Chatham House.
- IEA, 2014. *Energy Supply Security - Emergency Response of IEA Countries*, Paris: International Energy Agency.
- IMB, 2023. *Piracy and Armed Robbery Against Ships - Annual Report 2022*, London: International Chamber of Commerce.
- IMB, 2026. *Piracy and Armed Robbery Against Ships - Annual Report 2025*, London: International Chamber of Commerce.
- International Chamber of Commerce, 2026. *ICC International Maritime Bureau*. <https://iccccs.org/imb/>.

- IRENA, 2024. *Geopolitics of the energy transition: Energy security*, Abu Dhabi: International Renewable Energy Agency.
- Leonard, M. et al., 2021. *The geopolitics of the European Green Deal*, London: European Council on Foreign Relations.
- MICA, 2025. *Maritime Security. Annual Report 2024*, Brest: French Navy.
- Offshore Technology, 2025. *Israel resumes natural gas exports from Karish and Leviathan gas fields*. <https://www.offshore-technology.com/news/israel-gas-field/?cf-view>.
- Pascual, C., 2015. *The new geopolitics of energy*, New York: Columbia University.
- Pfenninger, S., Hawkes, A. & Keirstead, J., 2014. Energy systems modeling for twenty-first century energy challenges. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, volume 33, pp. 74–86.
- Popescu, A. I. C. (2016) Control of Key Maritime Straits - China's Global Strategic Objective. Supplement *Geostrategic Pulse*, issue n° 225 , pp. 3-22.
- Pplware, 2026. *UE proíbe formalmente as importações de gás da Rússia*. <https://pplware.sapo.pt/motores/ue-proibe-formalmente-as-importacoes-de-gas-da-russia/>.
- President of the United States, 2025. *National Security Strategy of the United States of America*. <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>.
- Proedrou, F., 2023. EU Decarbonization under Geopolitical Pressure: Changing Paradigms and Implications for Energy and Climate Policy. *Sustainability* 2023, 15, 5083, pp. 1-14.
- Santos, L. B. & Lima, J. V., 2019. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. 2.ª ed., revista e atualizada ed. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Siddi, M., 2020. EU-Russia Energy Relations. *ResearchGate*, pp. 1-25.
- Strategic Perspectives, 2026. *EU Gas Insight*. <https://strategicperspectives.eu/eu-gas-insight/>.
- TV Europa, 2025. *Acordo comercial UE-EUA sobre importações de energia pela UE aos EUA*. <https://www.tveuropa.pt/noticias/acordo-comercial-ue-eua-sobre-importacoes-de-energia-pela-ue-aos-eua/>.
- United Nations, 2015. *Paris Agreement*. https://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf.
- University of Plymouth, 2026. *What is energy security?*. <https://www.plymouth.ac.uk/discover/what-is-energy-security>.
- Yergin, D., 2006. Ensuring Energy Security. *Foreign Affairs*. Volume 85, No.2, pp. 69-82.
- Yergin, D., 2020. *The New Map: Energy, Climate, and the Clash of Nations*. London: Penguin Books Limited UK.
- Zielińska, K., 2022. Israel's Mediterranean gas: the potential for gas export to Europe and the dynamic of regional cooperation. *OSW Commentary, Number 466*, pp. 1-10.

CHALLENGES TO ENERGY SECURITY IN THE EUROPEAN UNION

OS DESAFIOS DA SEGURANÇA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPEIA

António Gonçalves Alexandre

PhD in International Relations from NOVA University Lisbon

Assistant Professor at Lusíada University

Integrated Researcher at the Centre for Legal, Economic, International and Environmental Studies of the Lusíada University

Research Associate at the Portuguese Institute of International Relations

Research Associate at the Research and Development Centre of the Military University Institute

amgalexandre527@hotmail.com

Abstract

Even though the European Commission wishes to maintain a trajectory that allows a sustained energy transition to so-called clean energies, the fact is that the European Union's energy mix still includes fossil fuels. However, to break free from dependence on Russia, it becomes necessary to diversify energy imports. It is under these circumstances that the producing regions of the Gulf of Guinea and the Mediterranean Basin gain increased prominence.

Using a constructivist ontological approach and an interpretivist epistemological framework, this article seeks, through a qualitative research strategy, inductive reasoning, and a case study research design, to answer the following starting question: How can the European Union overcome the current challenges to its energy security? The data collection and processing method focused primarily on the observation of documentary sources and their subsequent analysis. The conclusions show that access to energy resources from the Gulf of Guinea and the Mediterranean basin is essential for the European Union to become independent from fossil fuel imports from Russia and, thereby, achieve its energy security.

Keywords: European Union; energy security; Russia; fossil fuels; Gulf of Guinea; Mediterranean Basin.

Resumo

Ainda que a Comissão Europeia deseje manter uma trajetória que permita uma transição sustentada para as chamadas energias limpas, o facto é que o cabaz energético da União Europeia continua a incluir combustíveis fósseis. Porém, para se libertar da dependência da Rússia, torna-se necessário diversificar as importações de energia. É nestas circunstâncias que as regiões produtoras do Golfo da Guiné e da Bacia do Mediterrâneo assumem preponderância acrescida.

How to cite this article: Alexandre, A. G., (2026). *Challenges to Energy Security in the European Union*. *Revista de Ciências Militares*, May, XIV(1), 191-213. [https:// www.ium.pt/publist/](https://www.ium.pt/publist/)

Utilizando uma abordagem ontológica construtivista e um quadro epistemológico interpretativista, este artigo procura, através de uma estratégia de investigação qualitativa, um raciocínio indutivo e um desenho pesquisa do tipo de estudo de caso, responder à seguinte pergunta de partida: Como pode a União Europeia superar os desafios atuais à sua segurança energética? O método de recolha e tratamento de dados centrou-se essencialmente na observação de fontes documentais e na sua posterior análise. As conclusões mostram que o acesso a recursos energéticos do Golfo da Guiné e da Bacia do Mediterrâneo é essencial para a União Europeia se tornar independente da importação de combustíveis fósseis da Rússia e, desse modo, lograr alcançar a sua segurança energética.

Palavras-chave: *União Europeia; segurança energética; Rússia; combustíveis fósseis; Golfo da Guiné; Bacia do Mediterrâneo.*

1. Introduction

The main energy sources are fossil fuels (oil, natural gas and coal), nuclear energy and renewable energy (solar, wind, hydroelectric, biomass and geothermal energy). In the last few years, the European Union (EU) has become aware of the need to transition to an energy system¹ with low greenhouse gas emissions. To do so, it will have to reduce its dependence on fossil fuels. According to Yergin (2020), several types of power are currently in play. The first is the power of nations, which is influenced by military capabilities, economics and geography, but also by grand strategy and calculated ambition, by suspicion and fear (of other powers) and by the contingent and unexpected. The second type of power comes from oil, natural gas and coal, as well as from wind, solar and the power that comes from dividing atoms. The third type of power comes from policies that aim to protect the climate by reordering the world's energy system and transitioning to a net-zero carbon model (Yergin, 2020). The EU is firmly committed to take on a leading role in this transition. In December 2019, the European Commission announced the European Green Deal, a comprehensive package of policies designed to make the EU's economy environmentally sustainable and ensure that it becomes climate-neutral by 2050. At its core, the Green Deal is a commitment to change Europe's economy and consumption patterns. However, as this will require a major overhaul of Europe's energy system, and because it is high on the EU's policy agenda, it will also change the relationships between the EU and its neighbours and redefine Europe's global policy priorities (Leonard et al., 2021). Despite these efforts, the EU is still greatly dependent on fossil fuels (and this is unlikely to change in the near future). Moreover, a substantial part of the energy consumed in Europe is imported from Russia. This is especially relevant in light of the fact that the energy trade has long been a pillar of EU-Russia relations². For many years,

¹ An energy system can be defined as a chain of processes involving a series of actions, from the extraction of primary energy to the use of final energy to supply services and goods to States and communities (Pfenninger et al., 2014).

² In fact, the large-scale export of fossil fuels to European countries began during the Cold War, under the former Soviet Union (Siddi, 2020, p. 2).

Russia was the EU's main supplier of oil, natural gas and solid fuels. Russia has also been a uranium exporter to EU Member States such as France and Germany, as well as an important partner in the nuclear energy sector (Siddi, 2020).

As a result of the conflict in Ukraine, the EU is not only in a race against time to meet its medium and long-term climate goals (and, in doing so, make the transition to net zero). For geopolitical and energy security reasons, it has also committed to ending its dependence on imports of crude oil, refined products, natural gas and uranium from Russia as soon as possible³. As Figure 1 shows, this process has been underway since 2022.

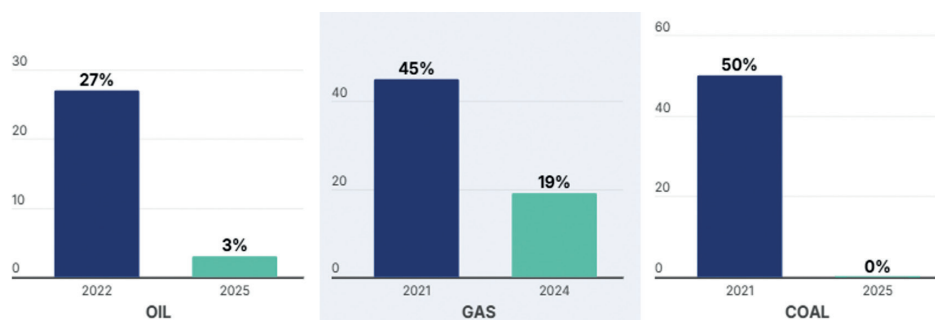


Figure 1 – Russian energy imports into the EU compared by year

Source: (European Commission, 2025b)

On the other hand, alternative sources to fossil fuels, particularly natural gas, are insufficient to meet global demand and the EU's interest in investing in fossil fuel energy and enter into long-term trade agreements is very limited, given the climate targets it set in 2019. Perhaps the first (and most pressing) challenge facing the EU is how to deal with a short-term hydrocarbon shortage? The second is a long-term challenge: to develop stable alternatives that are more in line with the EU's long-term priorities (Akinçi & Iyer, 2022). This article focuses on the first challenge.

The fact that the EU has acknowledged that it needs to reduce (and, in the short term, end) its dependence on Russian imports demonstrates the relevance of the topic addressed in this article, which examines the current challenges to the EU's energy security⁴ (regarding fossil fuels) and identifies alternative sources to obtain them. In 2021, Russian gas exports to the EU totalled 155 billion cubic metres (bcm⁵). The EU roadmap outlined in REPowerEU includes the following objectives: to phase out all imports of Russian gas by the end of 2027; with regard to oil, to take action to hinder the activities of Russia's shadow fleet⁶, whose vessels transport oil through various sea lanes that cross European waters; regarding nuclear energy, to restrict

³ The European Commission implemented its REPowerEU Plan to phase out all Russian fossil fuel imports in response to the threats and disruptions in the international energy market caused by Russia's invasion of Ukraine (European Commission, 2025b).

⁴ The key concept in this study, which is discussed in chapter 2.

⁵ Acronym for billion cubic metres.

⁶ Oil tankers used by Russia to evade Western sanctions.

the import of uranium, enriched uranium and other nuclear materials from Russia (European Commission, 2025b). Reverting this forced interdependence led to a sharp drop in the EU's energy supply and to a set of initiatives aimed at diversifying energy sources and developing new markets to replace Russian gas in record time (Proedrou, 2023). This article will look at alternatives for diversifying the EU's sources of fossil fuels (crude oil and natural gas) by importing from different countries.

The topic of this study is Europe's energy security. The article analyses the EU's energy situation and explores how it can strengthen its energy security in the near future, given the recent changes in energy geopolitics. The following question was chosen as a starting point which guided the study: How can the European Union respond to the current challenges to its energy security?

The study was delimited according to the usual boundaries of time, space and content, as suggested by Santos & Lima (2019). The period analysed in the study is the 21st century (from 2010 to the present day). Geographically, it focuses on the Gulf of Guinea and the Mediterranean Basin and on how the producer countries of the Gulf of Guinea and the Mediterranean Basin could help the EU strengthen its energy security.

This article is organised into five chapters. Chapter 1 is the introduction. Chapter 2 provides the theoretical and conceptual framework. Chapter 3 describes the methodology and methods used in the study. Chapter 4 discusses the findings. Chapter 5 outlines the study's conclusions, which confirm the need to diversify the EU's sources of fossil fuels and the importance of regions such as the Gulf of Guinea and the Mediterranean Basin to the EU's energy security. These two regions could prove instrumental to improve the EU's energy security by allowing it to diversify its energy imports.

2. Theoretical and conceptual framework

This chapter is divided into three sections: the first addresses energy geopolitics in the present day; the second analyses the key concept of the study – energy security; the third reviews the literature on EU energy security.

2.1. The new geopolitical energy landscape

On 10 and 11 March 2022, shortly after Russia's invasion of Ukraine on 24 February, the EU's Heads of State or Government held an informal meeting. The closing declaration⁷ explicitly stated that one of the three items on the meeting's agenda was how to reduce the EU's energy dependence on Russia (European Council, 2022). Since then, the EU has already implemented several measures. Since the REPowerEU Plan mentioned in Chapter 1 was launched in May 2022, the use of renewables and the adoption of energy-saving measures have led to a reduction in gas imports of more than 60 bcm per year (between 2022 and 2024), which has helped the EU phase out its imports of Russian gas. Despite these measures, the EU imported

⁷ Which became known as the Versailles Declaration (European Council, 2022).

52 bcm of Russian gas in 2024 (32 bcm via pipeline and 20 bcm via liquefied natural gas, or LNG), representing about 19% of the EU's total gas imports, 13 billion tonnes (Mt⁸) of crude oil and more than 2,800 tonnes of uranium (enriched or as fuel). That year (2024), ten Member States imported gas, three Member States imported oil and seven Member States imported enriched uranium (or uranium services) from Russia (European Commission, 2025c). This dependence on Russian energy imports poses serious risks to the security and economic stability of EU Member States, as Moscow has used its leverage as an energy producer to undermine EU stability and prosperity on multiple occasions. In light of this, the EU has defined a strategy⁹ to phase out its remaining energy imports¹⁰.

Figure 2 shows the evolution in EU energy imports from 2021 to 2024. In 2024, the EU imported €375.9 billion in petroleum (crude and refined) and natural gas (liquefied and piped). Compared to 2023, these imports decreased both in value (-16.2%) and volume (-7.1%). In the case of oil, there was a decrease in both the value of imported petroleum products (-4.7%) and the total volume of imports (-2.4%). Similarly, the value of LNG imports dropped significantly (-39.1%) and the volume also decreased (-15.1%) compared to 2023. Similarly, imports of natural gas in gaseous state fell by 30.2% in value, while the volume decreased by 4.4% (Eurostat, 2025a).

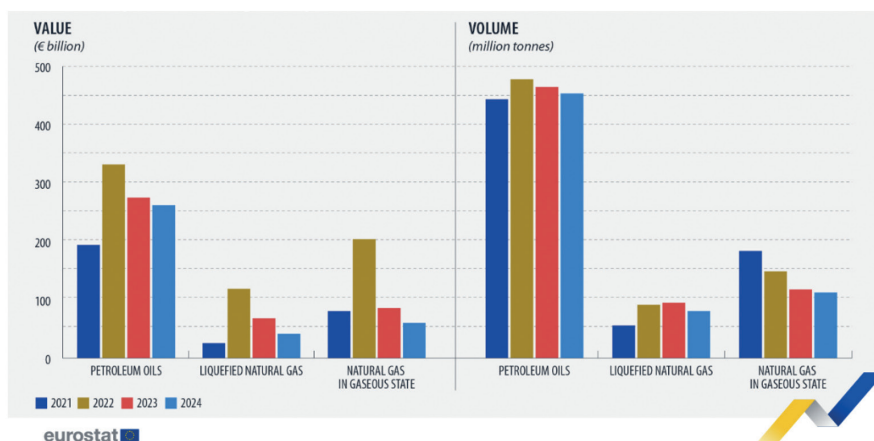


Figure 2 – EU imports of petroleum oils and natural gas (2021-2024)

Source: (Eurostat, 2025a)

⁸ Acronym for ‘million tones’.

⁹ Which consists of phasing out imports of piped gas from Russia to EU Member States until a total ban is in place by early 2027. A full ban on Russian LNG will take effect from autumn 2027 (Pplware, 2026).

¹⁰ The EU has already significantly reduced its dependence on Russian energy and its imports from Russia, mainly through a series of sanctions packages banning imports of Russian coal and oil into the EU and prohibiting transshipments of LNG from Russian vessels through EU ports. Additionally, the issue of how Russia is able to circumvent EU sanctions by using its ‘shadow fleet’ to transport oil covertly also needs to be addressed (European Commission, 2025c).

Figure 3 shows the EU's energy imports in 2024.

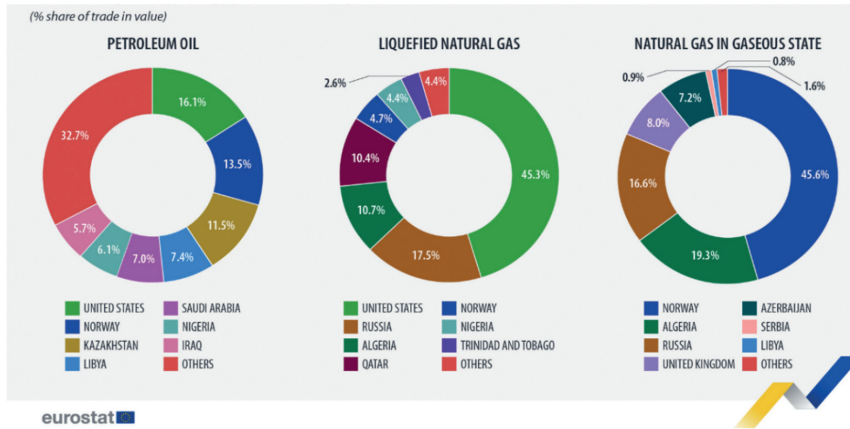


Figure 3 – Fossil fuel imports into the EU in 2024 by partner

Source: (Eurostat, 2025a)

In 2024, the EU's main trade suppliers of petroleum oil were the US (16.1%), Norway (13.5%) and Kazakhstan (11.5%). The US also supplied almost half of all LNG imports (45.3%), followed by Russia (17.5%) and Algeria (10.7%). Norway supplied a large share of natural gas imports in gaseous state (45.6%). Algeria ranked second, accounting for 19.3%, followed by Russia with 16.6% (Eurostat, 2025a).

In the first nine months of 2025, the average monthly imports of petroleum oil into the EU dropped by 18.3% in value and 6.6% in volume compared to 2024. Conversely, the value of LNG imports increased by 36.1% in value and 25.9% in volume. Imports of natural gas in gaseous state went up by 3.1% in value, while the volume decreased by 4.9% (Eurostat, 2025b). This trend is shown in Figure 4.

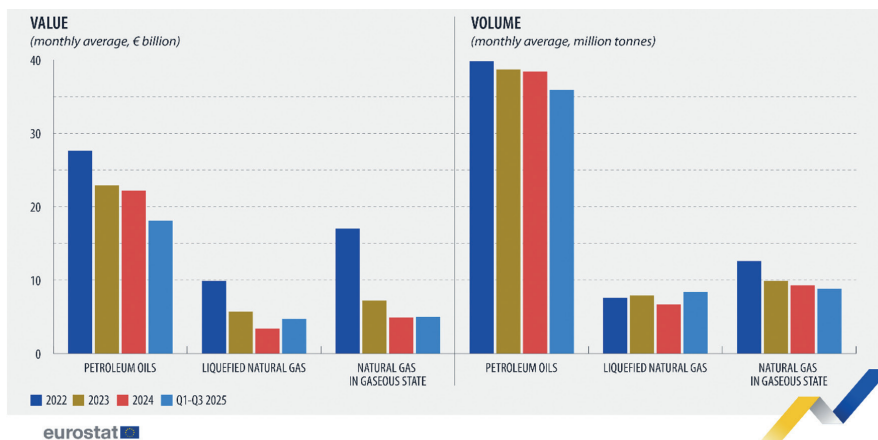


Figure 4 – Petroleum oils and natural gas imported into the EU (2022 - T1 to T3 2025)

Source: (Eurostat, 2025b)

Looking only at the third quarter of 2025, Europe's main petroleum oil suppliers were Norway (14.6%), the United States (14.5%) and Kazakhstan (12.2%). The US was the main supplier of LNG (59.9%), followed by Russia (12.7%) and Algeria (7.7%). Norway was, again, the main supplier of piped natural gas (51.8%). The second largest supplier was Algeria (14.6%), followed by the United Kingdom (13.4%). Figure 5 shows fossil fuel imports to the EU by partner in the third quarter of 2025.

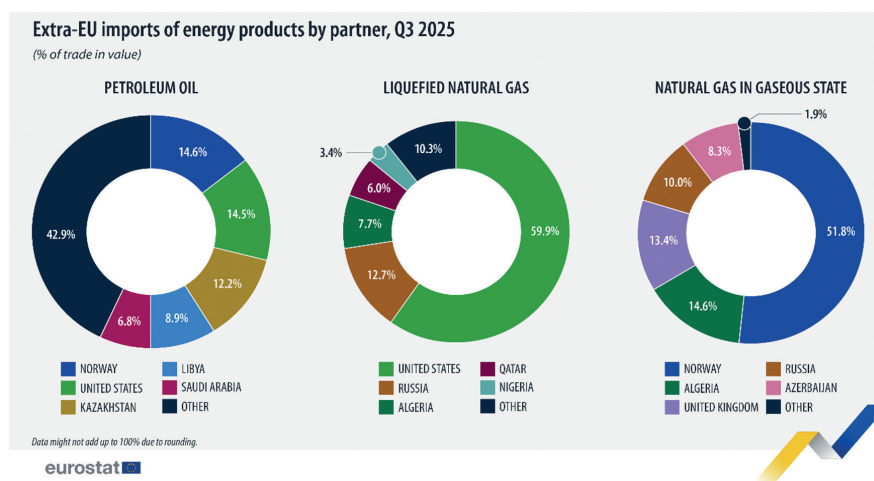


Figure 5 – Fossil fuels imported into the EU by partner (3rd quarter 2025)

Source: (Eurostat, 2025b)

The reconfiguration of the geopolitical energy landscape in the wake of the conflict in Ukraine has had a clear impact on the EU. Since February 2022, the EU has taken steps to reduce fossil fuel imports from Russia (which will be phased out completely by 2027) by seeking alternative energy markets. The US is an increasingly important partner, particularly with regard to LNG (it supplied nearly 60% of the EU's total imports by the end of the third quarter of 2025). On the other hand, new producers of hydrocarbons, such as the Gulf of Guinea and the Mediterranean Basin, are now included among the EU's main suppliers. Over the past two years, both Algeria and Nigeria have ranked among the top six suppliers.

2.2. Energy security

According to Yergin (2006), the concept of energy security can be traced back to the events leading up to World War I, when Winston Churchill, then First Lord of the Admiralty, made a historic decision that would change the Royal Navy's ships' traditional coal-based power to oil. The reasoning was simple: if the ships in his fleet were faster than the enemy's (Germany), they would have a strategic advantage in a conflict that seemed increasingly likely. However, this decision did not come without risk: the Royal Navy would no longer rely on coal, which came mainly from Wales, depending instead on oil from the Persian Gulf (which could prove unreliable, despite the plans to secure a constant supply). Energy security became an issue

of national strategy, but Churchill, when questioned, answered that “Safety and certainty in oil [...] lie in variety and variety alone” (Yergin, 2020, p. 69). Since then, energy security has remained a critical issue. Yergin argues that, during the last decades of the 20th century, energy security was viewed too narrowly and that the concept should be expanded to include new concerns. Yergin also observes that energy security should not be viewed as an isolated issue, but rather as part of a larger framework of international relations and interactions between States (Yergin, 2020).

Similarly, Cherp & Jewell (2014) highlight that the academic debate on energy security dates back to the 1960s, having intensified during the oil crises of the 1970s. By the end of the 1980s, scholarly interest in energy security began to steadily decline (mainly due to oil prices having stabilised by energy security). It was reignited during the 2000s due to developments such as a rise in demand across Asia, disruptions to Europe’s gas supply and growing pressure to decarbonise energy systems. The authors point out some differences between classical and modern studies on energy security. Earlier studies (1970s and 1980s) defined energy security as the uninterrupted supply of low-priced oil, given the threat of embargoes and price manipulation by oil-exporting countries. In contrast, contemporary challenges to energy security involve issues that go beyond securing a steady supply of oil (Cherp & Jewell, 2014)¹¹.

The issue of energy security is also a priority for the Asia-Pacific region. In 2007, the Asia Pacific Energy Research Centre (APERC) warned that an increase in energy demand was inevitable, given the region’s growing economy and population. As energy resources were limited and there was a risk of shortages, the region would need to implement strategies to deal with fluctuations in supply and demand (APERC, 2007). The APERC 2007 report (pp. 1–2) introduced the “four As of energy security: availability, accessibility, acceptability and affordability”, four factors which it claims are essential to achieve true energy security. According to the same report, the meaning of energy security as a concept has changed since it was first coined. After the 1970s oil shocks, energy security meant reducing the risk of oil supply shortages due to interruptions in the flow of petroleum from the Middle East. Since the turn of the century, factors such as geopolitical disputes, natural disasters, terrorism and energy-related environmental challenges have been included in the definition of energy security, as they drive their prices and contribute to instability in the supply of fossil fuels (APERC, 2007, p. 5).

The International Energy Agency (IEA) (2014, p. 13) has defined energy security as “the uninterrupted availability of energy sources at an affordable price” (IEA, 2014, p. 13). This definition reflects humanity’s growing dependence on energy in all aspects of daily life, as a reliable and consistent supply of energy is essential for society to function normally. This includes ensuring sufficient energy to power artificial lighting, as well as for heating and food preparation (University of Plymouth, 2026).

¹¹ Energy security is now tied to other energy policy issues, which include ensuring equal access to modern sources of energy and combating climate change (Cherp & Jewell, 2014, p. 415).

Bluszcz described energy security as an interdisciplinary concept that combines three perspectives: the energy, economics and environmental perspective. The energy perspective includes balancing supply and demand, the technical aspects of infrastructure and infrastructure management and the diversification of energy sources. The economic perspective consists of ensuring acceptable prices for energy resources. The environmental perspective focuses on ensuring the “proper state” of the environment for future generations (Bluszcz, 2016, p. 1532).

The concept of energy security has evolved since the second half of the 20th century. During the 1970s and the decades that followed, it referred specifically to petroleum and reflected concerns about possible oil shocks. In the early years of the 21st century, there was a significant diversification of the energy market. Since 2015, the climate change and the need to transition to clean energy became a growing concern. Most recently, the resurgence of war to Europe in 2022, along with the rise of new energy dependencies, has once again driven an evolution in the concept of energy security.

2.3. Energy security in the European Union

Several authors (most of whom are European) have published studies on the EU’s energy security. These articles explore challenges and possible responses, and some also address the transition to clean energy. This subchapter contains a brief overview of some relevant works.

In 2012, the Chatham House think tank raised the issue of reforming global energy governance, stressing that energy policy is one of the most important challenges of the present. The report states that governments’ energy policies should not only balance security and cost of supply, but should also focus on the national and global environment, as well as on economic growth and development, job creation, eradicating poverty, imports, national resources, technological leadership and diplomatic relations (Hirst & Froggatt, 2012), making this a highly complex issue.

A few years later, Pascual (2015) looked at the relationship between energy and geopolitics. Pascual states that energy and geopolitics have always been interconnected and that, for most of the 20th century, access to energy resources was decisive in determining the outcome of the wars waged during that period. The article provides a framework to understand the relationship between energy geopolitics and energy markets (2015, p. 3). Pascual argues that neither energy markets nor States’ foreign policies are static. To understand how energy markets and foreign affairs intersect, one must understand the dynamics between the two, which further highlights the complexity of the issue.

On 25 February 2015, the European Commission (2015, p. 2) submitted a proposal to create an Energy Union. The document set out an ambitious goal: it urged Member States to make fundamental changes to the European energy system in order to pursue “[...] a vision of the Energy Union as a sustainable, low-carbon and climate-friendly economy that is designed to last” (European Commission, 2015, p. 2).

In an article published the following year, Graaf & Colgan (2016) analysed energy governance at the global level. The authors describe how the topic emerged as a new field of enquiry in international studies, look at its origins and roots and observe that scholars studying this field have sought to understand how the energy sector is governed at the global level, by whom, and with what consequences (Graaf & Colgan, 2016). The conclusions include three important lessons about global energy governance. The first is that there are significant gaps between its potential and its actual scope, even though, paradoxically, there is no shortage of international institutions, forums and networks dedicated to different aspects of governance. The second is that the “core” of this energy complex would depend on the objectives that are defined. The third is that, while some gaps resulted from inaction (or a lack of political will), others were a consequence of differences in the national interests of States (2016, p. 8).

Siddi (2020) discusses EU-Russia energy trade relations (focusing on Europe’s dependence on imports from Russia). Siddi points out that, until the mid-2000s, this interdependence was seen as a successful example of cooperation between Russia and the EU in the post-Cold War era. However, more recently, both the EU and Russia have attempted to reduce their dependence on fossil fuel imports (for the EU) and exports (for Russia). The trade relations between the two countries had become more fragile since the beginning of the Ukraine crisis and the ensuing rift in EU-Russia relations, with politicians and scholars now viewing this interdependence as a vulnerability for both sides (p. 21).

Similarly, Akinci & Iyer (2022) argue that Europe is not only in a race to meet its climate targets (in the medium and long term) and support the energy transition. For geopolitical and energy security reasons, it is also fast-tracking the process to end its dependence on imports of petroleum, refined products and natural gas from Russia as quickly as possible (Akinci & Iyer, 2022). The conflict in Ukraine prompted the EU to step up its search for alternative sources of fossil fuels, especially natural gas, as the current sources were clearly insufficient. This posed a complex problem for Europe, as promoting investment in fossil fuels (by committing to long-term supply agreements) was incompatible with its ambitious climate targets¹².

The 2024 report of the International Renewable Energy Agency (IRENA) estimates that renewables will account for 77% of the global energy mix by 2050, up from 16% in 2020, based on its most optimistic scenario of limiting global warming to 1.5°C¹³ (IRENA, 2024, p. 10). The report forecasts that, in this best-case scenario, electricity will become the main source of energy, and that, in the future, consumption will increase to more than double (from

¹² Those targets are set out in the European Green Deal, an ambitious policy package designed to make the European Union’s economy environmentally sustainable. In addition to the goal of becoming climate-neutral by 2050, the programme also aims to ensure that the energy transition provides economic and industrial benefits for Europe (Leonard et al., 2021).

¹³ This target is set out in the Paris Agreement, in which participating countries have committed to drastically reduce greenhouse gas emissions on a global scale in the long term in order to prevent the average Earth surface temperatures from rising more than 2°C compared to pre-industrial levels, and to make a continued effort to further reduce this increase to 1.5°C (United Nations, 2015, p. 3).

22% to 51% by 2050). The IRENA states that, by then, the use of biomass and hydrogen will have grown substantially, and that, combined, their share of the total energy mix will exceed that of fossil fuels by a large margin (Figure 6).

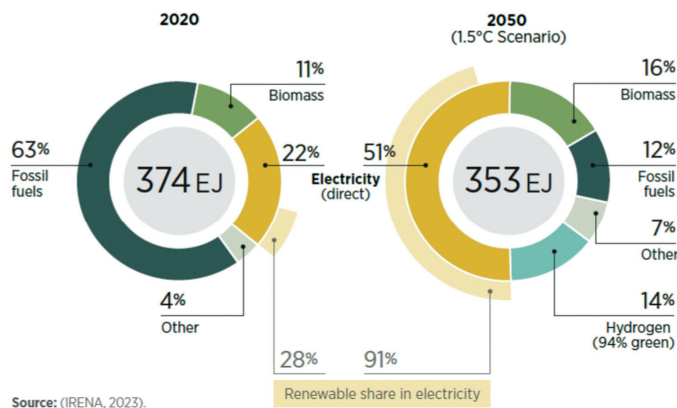


Figure 6 – Total energy consumption under a 1.5°C rise scenario

Source: (IRENA, 2024)

The Regulation on the Governance of the Energy Union supports the EU in achieving its 2030 climate and energy targets by setting common rules for planning, reporting and monitoring. To comply with the Governance Regulation¹⁴, EU Member States are required to develop their national integrated energy and climate based on a common framework. These plans should address each of the five pillars of the Energy Union: decarbonisation; energy security; energy efficiency; the internal energy market; and research, innovation and competitiveness (European Commission, 2025a).

For the past three decades, Europe's economic stability and industrial growth have depended on foreign energy imports. Since the early 1990s – with the collapse of the Soviet Union – EU Member States began to recognise the benefits of integrating the former socialist and Soviet countries into the European energy market. Massive projects, such as the Nord Stream I and II gas pipelines, are examples of this policy, but the risks associated with this energy dependency – particularly on Russia – were apparent from the outset. In 2021, Russia supplied more than 40% of the natural gas, 46% of the coal and 27% of the petroleum consumed by EU Member States. Additionally, the EU's import dependency rate (which Eurostat defines as the share of energy a country must import to meet its total energy needs) was approximately 60% (Aydin, et al., 2025).

¹⁴ Regulation 2018/1999 of the European Parliament and of the Council of the European Union, which sets out the legal framework for reliable, inclusive, cost-efficient, transparent and predictable governance of the Energy Union and Climate Action (governance mechanism), to ensure that the Energy Union achieves its 2030 and the long-term objectives and targets, as set out in the 2015 Paris Agreement on climate change (European Union, 2018).

3. Methodology and method

The methodology used in this study, as recommended by Santos & Lima (2019), involves a subjectivist approach in which reality is seen as a social construct and social phenomena are produced through interactions between social actors, and between them and their environment.

The study uses an interpretivist epistemological framework, which sets it apart from works that seek to understand the social world using the principles and techniques of the natural sciences, and instead seeks to understand how social reality is constructed.

A qualitative research strategy was chosen, as the aim of the study is to understand real-life social phenomena through patterns found in the data, using inductive reasoning to draw generalisations from the examination of specific facts. A case study research design was used to collect in-depth data on a single research topic (the EU's energy security).

The data collection method consisted of non-structured, non-participant observation (that is, the researcher did not intervene in the situation analysed in the study) as well as a review of documentary sources (both primary and secondary).

4. Discussion of findings

This chapter answers the question defined at the beginning of the study: How can the European Union overcome the current challenges to its energy security? Clearly, the EU must diversify its suppliers of petroleum and natural gas (which are essential to ensure its economic growth and the well-being of the citizens of its Member States). This will require reducing its dependence on a single market (and especially on the US) and opening up to new fossil fuel-producing regions (such as the Gulf of Guinea and the Mediterranean Basin). Both these aspects will be discussed in the next subchapters.

4.1. The risks of energy dependence on the US

The EU has been trying to reduce its imports of fossil fuels (albeit gradually) to become progressively less dependent on Russian energy imports (especially since the invasion of Ukraine in 2022) and, simultaneously, invest more in clean energy. The general consensus is that Europe will need to import natural gas and petroleum at least until 2050, at which point it should have become climate-neutral, as set out in the European Green Deal (European Council, 2026).

However, the EU remains a net importer of energy, as its needs greatly exceed its domestic production. In 2020, approximately 58% of the energy available in the EU was sourced from non-EU countries¹⁵. In the case of natural gas alone, these figures are even higher: in 2024, about 90% of the natural gas consumed in the EU came from outside the EU. That year, imported gas via pipelines came mainly from Norway, Algeria, Libya, Azerbaijan, Russia and

¹⁵ That year, the figures varied greatly between Member States: Estonia's dependency rate was 10.5%, while Germany's was 63.7%, Greece's was 81.4% and Malta's was over 97% (European Council, 2024).

the United Kingdom, representing 62% of all imported gas, while LNG imports accounted for the remaining 38% (Strategic Perspectives, 2026).

Securing a sufficient supply of petroleum and natural gas to meet the needs of EU Member States remains critical, as reducing fossil fuel imports does not mean eliminating them entirely (at least in the near future). Therefore, in the short term, the main priority is reducing imports from Russia. At the same time, this supply (of petroleum and, most importantly, natural gas) will have to be replaced by imports from other energy-producing regions.

To offset the reduction in imports from Russia, the EU has begun to purchase more LNG from the US, especially since 2022. Figure 7 shows the volume of natural gas imports into the EU in 2021 (before the Russian invasion of Ukraine) and in 2024.

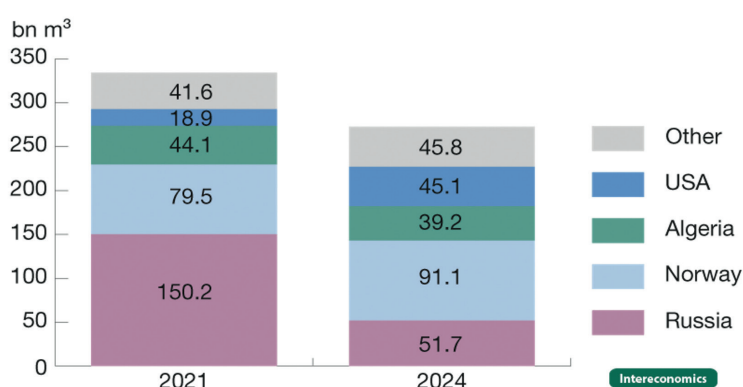


Figure 7 – Natural gas imports into the EU in 2021 and 2024

Source: (Heuck, et al., 2025)

Imports of natural gas from the US into the EU have increased considerably since 2021. That year, the US was the fourth largest individual exporter, supplying only 18.9 bcm, well behind Russia, Norway and Algeria. In 2024, the US delivered 45.1 bcm to the EU, overtaking Algeria and nearly matching to the volumes imported from Russia, while Norway continued to be the largest supplier. Similarly, gas imports from Russia fell significantly (from 150.2 bcm in 2021 to 51.7 bcm in 2024). In other words, during this period, Europe has turned to the US to replace its gas imports from Russia.

In mid-2025, the European Commission and the US signed a trade and tariffs agreement¹⁶ in which the EU has committed to purchasing LNG, petroleum and nuclear energy products from the US to meet an estimated demand of \$750 billion over the next three years (\$250 billion per year). According to Eurostat, EU imports of energy products from the US amounted to €77 billion (\$83 billion) in 2024 and €86 billion (\$93 billion) in 2023. This means that, under the agreement, the EU will have to almost triple the volume of energy it imports from the US

¹⁶ A comprehensive trade deal that imposes a 15% tariff on most European products (Euronews, 2025).

between 2026 and 2028 (Enerdata, 2025), which could hinder the efforts to diversify its natural gas sources and ensure its energy security. Furthermore, three years after the supply disruptions of 2022, and even though the EU was able to navigate the challenges it posed at the time, it has not succeeded in diversifying its sources of natural gas, as many countries simply replaced one dependency for another. That is, the EU still has a long way to go to meet its objective of achieving energy independence and building resilience to crises (Heuck, et al., 2025).

The possibility that the EU may become dependent on the US for natural gas in the short term¹⁷ raises a different set of issues, mainly related to geopolitics. On the one hand, the Trump administration may pose a genuine threat to the EU's energy security, as LNG shipments can be used leverage to pressure the EU into accepting certain compromises on trade (Strategic Perspectives, 2026). On the other hand, over-reliance on natural gas imports from a single source (the US) will hinder the EU's efforts to ensure its energy security, as it prevents from diversifying its energy sources, which is what best practices (and common sense) recommend – as demonstrated recently when the Russian invasion of Ukraine forced the EU to look for alternatives to replace the natural gas it imported from Russia. Furthermore, it is not yet clear how relations (political, diplomatic, military and economic) between the two blocs (the US and the EU)¹⁸ will evolve in the near future.

4.2. The role of the Gulf of Guinea in the European Union's energy security

The scenario described in the previous subchapter means that, to avoid becoming dependant on the US for energy, the EU needs to increase its fossil fuel imports from other sources. It is not surprising that the Gulf of Guinea¹⁹ region is increasingly seen as an alternative energy market for the near future: it is a vast region and the EU has been present in the area for many years, having implemented numerous programmes²⁰ to enhance maritime security in these waters.

¹⁷ The US is the EU's largest supplier of LNG by a clear margin (by July 2025, it supplied approximately 55% of the EU's total imports) (TV Europa, 2025).

¹⁸ While it is not the purpose of this study to analyse the US National Security Strategy (NSS) enacted by President Donald Trump in late November 2025 (President of the United States, 2025), when looking at the US's role as an energy supplier to the EU, it would be wise to remember the criticism directed at Europe and its leaders (centred mainly on the decline of Europe and the EU's inability to address existing threats, in particular those related to migration policies). Despite this, the document states that Europe remains a strategic partner for the US, particularly in the industrial, technological and energy sectors. US energy exports to the EU (in particular natural gas) do not appear to be at risk, but is the EU prepared to remain openly dependent on its historic transatlantic ally for its energy needs, especially when the US has made a claim on the territory of a European ally in the North Atlantic Alliance (specifically, Greenland) after the NSS was published? Clearly, this level of dependence on the US for energy carries risks for the EU, a fact that cannot be ignored when the tariff and trade agreement of mid-2025 is up for renegotiation.

¹⁹ The region includes 19 States – 17 coastal countries and two archipelagos (Cape Verde and São Tomé and Príncipe) – located between Senegal and Angola (Council of the European Union, 2014).

²⁰ These programmes – which are mainly aimed at improving the region's regulatory framework, operational rules, information sharing, training and capacity building – seek to enhance maritime security in the Gulf of Guinea by helping the region's coastal nations improve their preparedness and readiness to tackle the challenges facing them. Notable examples include the Gulf of Guinea Inter-Regional Network, the Support to West Africa Integrated Maritime Security Programme, the Support Programme to the Maritime Security Strategy in Central Africa, and the Improved Regional Fisheries Governance in Western Africa programme (European External Action Service, 2021).

According to the Energy Institute's annual report (2025), in 2024, the West Coast of Africa (which includes the Gulf of Guinea and the region's main hydrocarbon-exporting countries²¹) only ranked fourth among crude oil exporters. Of the 463.4 Mt of crude oil imported by Europe, only 55.7 Mt came from the West Coast of Africa, compared to 95.8 Mt from the US, 80.9 Mt from the Commonwealth of Independent States (excluding Russia), and 57.8 Mt from North Africa (Energy Institute, 2025, p. 34). In 2024, Europe also imported 111.7 bcm of LNG, although Nigeria supplied only 5.6 bcm and Angola only 1.1 bcm. The EU imported 6.7 bcm from the countries of the Gulf of Guinea. Together, these countries were the EU's fourth largest supplier, but were still well behind the US (49.1 bcm), Russia (20.9 bcm) and Qatar (13.6 bcm), and only slightly ahead of Norway (5.6 bcm) (p. 44).

Given that both crude oil and LNG from the Gulf of Guinea will have to be transported to Europe by sea²², it makes sense to analyse the main threats to ships travelling through those waters: piracy and armed robbery at sea. Based on reports by the International Maritime Bureau (IMB)²³, Figure 8 shows how incidents of this nature in the Gulf of Guinea region have decreased between 2018 and 2025. It is worth noting that the region was the main global hotspot for piracy and armed robbery at sea against ships between 2018 and 2020 (Alexandre, 2024, p. 39).

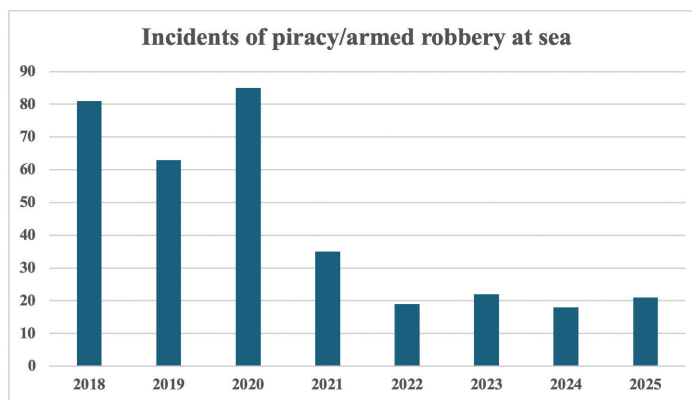


Figure 8 – Incidents of piracy/armed robbery at sea in the Gulf of Guinea (2018-2025)Fonte: (IMB, 2023), (IMB, 2026)

Figure 8 shows a significant drop in incidents after 2020, after which the total number of incidents has remained relatively stable (at approximately 20 per year). Also relevant is the number of incidents involving oil tankers. Figure 9 shows the total number of incidents (and their geographic location on the Gulf of Guinea).

²¹ Such as Nigeria and Angola. In 2024, Nigeria was Africa's largest producer of petroleum (with 79 Mt), while Angola ranked third at 57 Mt (Energy Institute, 2025, p. 21).

²² At least until the Trans-Saharan gas pipeline – which will run from Nigeria to Algeria (via Niger) – is built and can be used to transport natural gas (Alexandre et al., 2025).

²³ A specialised division of the International Chamber of Commerce created in 1981 to act as a focal point in the fight against all types of maritime crime (International Chamber of Commerce, 2026).

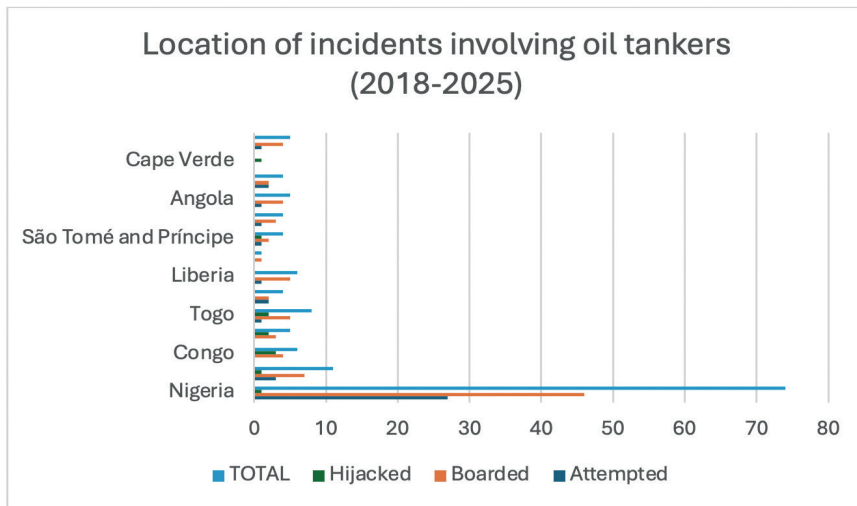


Figure 9 – Incidents involving oil tankers, Gulf of Guinea (2018-2025)

Source: (IMB, 2023), (IMB, 2026)

The data above shows that, between 2018 and 2025, most incidents of piracy/armed robbery at sea against ships in the Gulf of Guinea happened in Nigerian waters. However, only one tanker was successfully hijacked by pirates out of 74 incidents recorded by the IMB (the other incidents included 46 boardings by pirate groups, who stole property from the ships and crew members' belongings, as well as 27 failed boarding attempts). During that period, 11 ships were hijacked in the region. The Congo recorded the highest number (3), followed by the Ivory Coast and Togo (both countries reported two hijackings in their respective territorial waters).

Based on the data shown above, the security situation in the region's waters has remained stable (with relatively few incidents) for the past few years and is not expected to change significantly in the near future. Given that the region accounts for only a small share of fossil fuel exports (both petroleum and LNG) to Europe, it is reasonable to predict an increase in hydrocarbon shipments from the Gulf of Guinea to the EU in the coming years. This would reduce the EU's dependence on US imports and improve its energy autonomy (and security).

4.3. The role of the Mediterranean Basin in the European Union's energy security

The Mediterranean Basin is (another) potential supplier of energy to the EU. Of the 463.4 Mt imported in 2024, 57.8 Mt came from North African producer countries –slightly exceeding the volume of imports from the Gulf of Guinea (55.7 Mt) –, which accounted for only 3.1% of all exports (Energy Institute, 2025, pp. 33–34). Of the 345 Mt of oil extracted in Africa, 147 Mt came from four Mediterranean countries: Algeria (59 Mt), Libya (56 Mt), Egypt (31 Mt) and Tunisia (1 Mt) (about 43% of the total production of the African countries) (p. 22).

African nations produced 239.6 bcm of natural gas in 2024. Algeria is Africa's main producer (94.7 bcm), followed by Egypt (47.5 bcm) and Libya (14.3 bcm). Overall, the African countries were responsible for only 5.8% of the global production of natural gas, that is, considerably less than regions such as North America, which accounted for 30.6% (the US alone produced 25% of the region's output), the Commonwealth of Independent States (19.7%, Russia being the second largest individual producer, accounting for 15.3% of the total output), the oil-producing countries of the Middle East (17.9%) and the Asia-Pacific region (17.2%) (Energy Institute, 2025, p. 37). Another relevant fact is that, in 2024, EU Member States imported 157 bcm via pipeline and 111.7 bcm of LNG. The natural gas supplied to the EU via pipeline in 2024 came from Norway (87.3 bcm), Algeria (29.3 bcm), Russia (27.2 bcm), Azerbaijan (11.9 bcm) and Libya (1.3 bcm) (p. 45). Nearly all of the LNG imported by the EU in 2024 came from the following countries: the US (49.1 bcm); Russia (20.9 bcm); Qatar (13.6 bcm); Algeria (9.7 bcm); Nigeria and Norway (5.6 bcm each) (p. 43).

The data above suggest that the Mediterranean Basin region could be a viable option for the EU to diversify its fossil fuel imports. The region's fossil fuel exports, which currently account for a relatively small share of the EU's energy mix, have significant potential for growth. Thanks to the large number of pipelines already in place, natural gas can be transported between countries almost entirely by land, even though the level of insecurity in the Mediterranean Sea in 2024 (according to the annual report of the Maritime Information Cooperation & Awareness Centre [MICA] of the French Navy) (2025) for merchant ships is relatively low²⁴. The report lists the issues that could compromise maritime security in the Mediterranean: the region is a transit route for drug traffickers, who operate mainly around the Strait of Gibraltar; several migration routes cross the Mediterranean, which could impact maritime trade (especially in the Strait of Gibraltar and off the coasts of Tunisia and Libya); the threat of maritime terrorism remains high, notably in areas close to major ports and chokepoints²⁵ (such as the Suez Canal and the Bosphorus Strait) (MICA, 2025, p. 95).

Finally, the natural gas reserves discovered in the Eastern Mediterranean in the turn of the 21st century should not be overlooked: the offshore Gaza Marine field (Palestine), the Leviathan, Tamar and Karish fields (Israel), the Aphrodite field (Cyprus) and the Zohr field (Egypt) (Figure 10).

²⁴ According to the report, the conflict between Israel and terrorist organisations Hamas and Hezbollah had no impact on commercial shipping in the Eastern Mediterranean (MICA, 2025).

²⁵ Chokepoints are channels that connect major sea lanes, creating natural bottlenecks for ships crossing those areas. This makes them vulnerable to maritime crimes such as piracy and armed robbery at sea, as well as to attacks launched from land (Popescu, 2016).

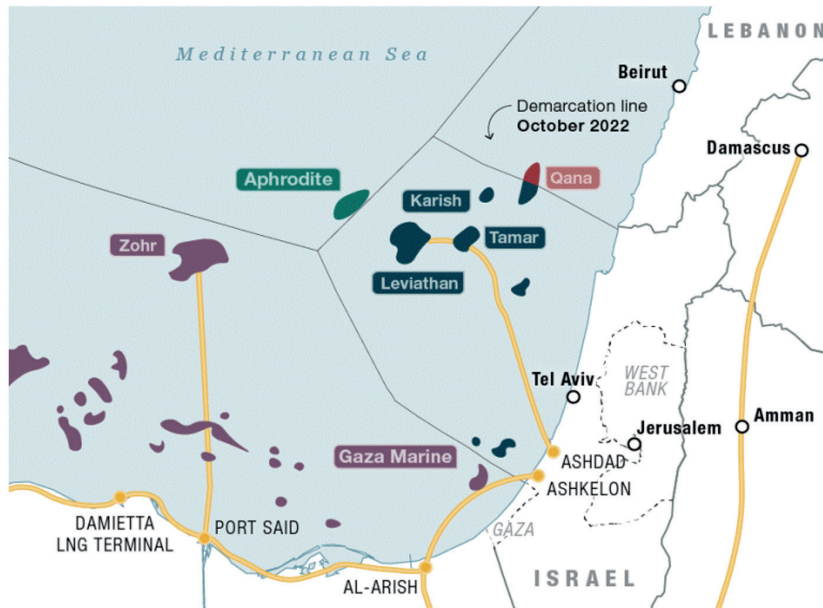


Figure 10 – Natural gas reserves in the Eastern Mediterranean

Source: (Farook, 2023)

The plan was to start extracting gas from the Karish field in September 2022. Israel would then have a gas surplus that would allow it to export around 10 bcm to EU countries annually. The EU's interest in Israeli gas came from the need to quickly diversify its gas suppliers following Russia's invasion of Ukraine, which led to a drop in the volume of imports from that country (Zielińska, 2022). Israel had planned to use the infrastructure linking its gas fields to the LNG terminals in Egypt, as agreed in a Memorandum of Understanding signed by Egypt, Israel and the EU in June 2022²⁶. However, in 2024, the EU Member States only imported 0.3 bcm of LNG from Egypt, while no imports from Israel were recorded (Energy Institute, 2025, p. 44). On the other hand, the Leviathan field is expected to ramp up production to approximately 14 bcm by 2026 (Offshore Technology, 2025), which could lead to an increase in natural gas imports from Israel (via Egypt) if (or when) the EU chooses to pursue this option. More recently, in January 2023, Ente Nazionale Idrocarburi (Eni) announced the discovery of a large gas deposit in an exploratory well located in the Nargis offshore concession, off the coast of Egypt (Eni, 2023). This means that, eventually, if it chooses to do so, the EU would be able to import more natural gas from Egypt.

²⁶ The memorandum was signed in Cairo on 15 June 2022 by the Egyptian Minister of Petroleum and Mineral Resources, the Israeli Energy Minister and the EU Energy Commissioner (European Commission, 2022).

Overall, the EU has imported very little natural gas from two trade partners in the Eastern Mediterranean (Egypt and Israel) with whom it has signed a memorandum of understanding. It stands to reason that the EU will bear in mind the recent discovery of new natural gas reserves in Egypt and the increase in output from Israel's offshore fields when the memorandum of understanding with the US on natural gas expires (or is renegotiated).

5. Conclusions

This article examines the current challenges to the EU's energy security. The most pressing and immediate concern is whether the EU will be able to respond to a short-term hydrocarbon supply crisis. The EU has been taking steps to drastically reduce the volume of fossil fuel it imports from Russia. It has done so by importing high volumes of energy, particularly LNG, from the US. However, this comes with significant risks, as it prevents the EU from diversifying its energy imports and may pose a threat to its energy security. The second challenge is less time-sensitive and involves finding sustainable alternatives that are better aligned with the EU's long-term priorities (which include gradually replacing fossil fuels with what is known as clean energy, in order to become carbon neutral by 2050). This study focused on the first challenge. The following question was used as a starting point for the study: How can the European Union respond to the current challenges to its energy security?

The EU has committed to phase out all hydrocarbon imports from Russia until the end of 2027. Despite the fact that several EU Member States still import large volumes of energy, especially natural gas, from Russia, there has been a significant shift in Europe's LNG imports, with a noticeable increase in trade with the US, prompting the US and the EU to sign an agreement setting US customs tariffs on European products at 15%. This agreement is also a commitment by the EU to purchase an estimated \$750 billion of energy from the US over the next three years. By the end of the third quarter of 2025, the US supplied nearly 60% of the EU's imports of natural gas, which is a clear (and worrying) sign that Europe is now dependent on the US energy market. While it is true that energy security means having access to sufficient available resources, it also hinges on the diversification of markets. The first requirement (availability) is largely addressed by importing LNG from the US (in the short term, this allows the EU to mitigate the considerable impact of drastically reducing imports from Russia). On the other hand, the second requirement (diversification) means that importing large quantities of LNG from the US is counterproductive, as it leads to over-reliance on a single exporter and could even threaten the EU's energy security. As Winston Churchill said on the eve of World War I, security in the oil sector lies in variety and variety alone. Therefore, the EU will have to rethink its energy mix in the near future by seeking out new exporting countries (while continuing to import from the US, albeit in much smaller quantities). These developments could open up alternative energy markets, particularly in the Gulf of Guinea and the Mediterranean Basin, which could help the EU diversify its energy sources (a goal it has so far failed to achieve, since it has merely replaced Russia with the US as its quasi-monopolistic gas provider).

This answers the starting question: as the study shows, the EU may choose to diversify its suppliers of fossil fuels in the near future (most likely after the expiry of its current tariff agreement with the US), keeping the US as a supplier while reducing its share in the mix and diversifying into other fossil fuel-exporting countries from regions such as the Gulf of Guinea and the Mediterranean Basin.

This article provides new insights into the issues discussed here by analysing recently published data still not widely disseminated in the academic community. These data not only highlight the current gaps in the EU's energy security but also point to possible solutions in the short term.

The main research limitation is the fact that it is not possible to analyse, in the same article, the two most important challenges to the EU's energy security: how to respond to a short-term hydrocarbon supply crisis; and finding alternative solutions that are in line with its long-term priorities. This article examines only the first challenge and the ways in which it can be overcome, given that it is the most immediate threat to the EU's energy security at this time.

Future studies into the topic (Europe's energy security) should be conducted to examine the second major challenge facing Europe's energy sector: finding sustainable alternatives that are in line with its long-term priorities.

References

- Akinci, E. & Iyer, S., 2022. European Union Offshore Wind Strategy. *Oxford Institute for Energy Studies - Energy Insight: 116*, pp. 1-15.
- Alexandre, A. G., 2024. Os desafios securitários nos espaços marítimos do Corno de África e do Golfo da Guiné no século XXI. [Security Challenges in the Maritime Spaces of the Horn of Africa and the Gulf of Guinea in the 21st Century.] *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, 27-28, pp. 33-70.
- Alexandre, A., Simões, J. & Costa, A., 2025. Segurança Energética Europeia: O Papel da Bacia Mediterrânica. [Europe's Energy Security: The Role of the Mediterranean Basin.] *Revista Nação e Defesa no. 170*, pp. 31-61.
- APEREC, 2007. *A Quest for Energy Security in the 21st Century*, Tokyo - Japan: Asia Pacific Energy Research Centre.
- Aydin, T. et al., 2025. *The Geopolitics of the European Green Deal: From Fragile to Strategic Dependencies?*, Paris: European Chair for Sustainable Development and Climate Transition at Sciences Po.
- Bluszcz, A., 2016. European economies in terms of energy dependence. *Qual Quant* 51, pp. 1531-1548.
- Cherp, A. & Jewell, J., 2014. The concept of energy security: Beyond the four As. *Energy Policy* 75, pp. 415-421.
- Council of the European Union, 2014. *EU Strategy on the Gulf of Guinea*. https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eu_strategy_on_the_gulf_of_guinea_7.pdf.
- Enerdata, 2025. *The EU commits to tripling energy imports from the US*. <https://www.enerdata.net/publications/daily-energy-news/us-eu-transatlantic-historical-energy-trade.html?>

- Energy Institute, 2025. *Energy Institute Statistical Review of World Energy 2025*, London: s.n..
- Eni, 2023. *Eni Announces a New Gas Discovery in the Eastern Mediterranean Sea, offshore Egypt*.
<https://www.eni.com/en-IT/media/press-release/2023/01/eni-announces-a-new-gas-discovery-in-the-eastern-mediterranean-sea-offshore-egypt.html>.
- Euronews, 2025. *US-EU trade deal wards off tariff escalation but threatens growth*. <https://www.euronews.com/business/2025/07/29/us-eu-trade-deal-wards-off-tariff-escalation-but-threatens-growth>.
- European Commission, 2015. *A Framework Strategy for a Resilient Energy Union with a Forward-Looking Climate*. https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:1bd46c90-bdd4-11e4-bbe1-01aa75ed71a1.0001.03/DOC_1&format=PDF.
- European Commission, 2022. *EU Egypt Israel Memorandum of Understanding*. <https://webgate.ec.europa.eu/circabc-ewpp/d/d/workspace/SpacesStore/5e740003-b81b-43ee-aec7-87399d537090/download>.
- European Commission, 2025a. *Governance of the Energy Union and Climate Action*. https://climate.ec.europa.eu/eu-action/climate-strategies-targets/governance-energy-union-and-climate-action_en.
- European Commission, 2025b. *REPowerEU at a glance*. https://commission.europa.eu/topics/energy/repowereu_en.
- European Commission, 2025c. *Roadmap towards ending Russian energy imports*. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52025DC0440R\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52025DC0440R(01)).
- European Council, 2022. *Versailles Declaration*. <https://www.consilium.europa.eu/media/54773/20220311-versailles-declaration-en.pdf>.
- European Council, 2024. *How dependent are EU member states on energy imports?* <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/how-dependent-are-eu-member-states-on-energy-imports/>.
- European Council, 2026. *REPowerEU plan: energy policy in EU countries' recovery and resilience plans*. <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/repowereu-plan/>.
- European External Action Service, 2021. *EU Maritime Security Factsheet: The Gulf of Guinea*. https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-maritime-security-factsheet-gulf-guinea_en.
- European Union, 2018. *Regulation (EU) 2018/1999 of the European Parliament and of the Council*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018R1999>.
- Eurostat, 2025a. *Imports of energy products to the EU down in 2024*. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20250321-1?>
- Eurostat, 2025b. *Drop in petroleum imports in 2025*. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20251219-2?>
- Farook, O., 2023. *Is Israel at war in Gaza to exploit Palestinian oil and gas reserves?*. <https://blackdotresearch.sg/israel-war-gaza-exploit-palestine-oil-gas/>.
- Graaf, T. V. d. & Colgan, J., 2016. *Global energy governance: a review and research agenda*. PALGRAVE COMMUNICATIONS, pp. 1-12.

- Heuck, L., Kreysel, M.-A. & Schiffer, H.-W., 2025. Geopolitics and Europe's Natural Gas Supply: Aspects and Consequences from a Gas and Electricity Markets Perspective. *Intereconomics*, Volume 60, Number 6, pp. 346–354.
- Hirst, N. & Froggatt, A., 2012. *The Reform of Global Energy Governance*, London: Grantham Institute for Climate Change In partnership with Chatham House.
- IEA, 2014. *Energy Supply Security - Emergency Response of IEA Countries*, Paris: International Energy Agency.
- IMB, 2023. *Piracy and Armed Robbery Against Ships - Annual Report 2022*, London: International Chamber of Commerce.
- IMB, 2026. *Piracy and Armed Robbery Against Ships - Annual Report 2025*, London: International Chamber of Commerce.
- International Chamber of Commerce, 2026. *ICC International Maritime Bureau*. <https://icccs.org/imb/>.
- IRENA, 2024. *Geopolitics of the energy transition: Energy security*, Abu Dhabi: International Renewable Energy Agency.
- Leonard, M. et al., 2021. *The geopolitics of the European Green Deal*, London: European Council on Foreign Relations.
- MICA, 2025. *Maritime Security. Annual Report 2024*, Brest: French Navy.
- Offshore Technology, 2025. *Israel resumes natural gas exports from Karish and Leviathan gas fields*. <https://www.offshore-technology.com/news/israel-gas-field/?cf-view>.
- Pascual, C., 2015. *The new geopolitics of energy*, New York: Columbia University.
- Pfenninger, S., Hawkes, A. & Keirstead, J., 2014. Energy systems modeling for twenty-first century energy challenges. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, volume 33, pp. 74–86.
- Popescu, A. I. C. (2016) Control of Key Maritime Straits - China's Global Strategic Objective. Supplement *Geostrategic Pulse*, issue n° 225 , pp. 3-22.
- Pplware, 2026. *UE proíbe formalmente as importações de gás da Rússia. [EU formally bans gas imports from Russia.]* <https://pplware.sapo.pt/motores/ue-proibe-formalmente-as-importacoes-de-gas-da-russia/>.
- President of the United States, 2025. *National Security Strategy of the United States of America*. <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>.
- Proedrou, F., 2023. EU Decarbonization under Geopolitical Pressure: Changing Paradigms and Implications for Energy and Climate Policy. *Sustainability* 2023, 15, 5083, pp. 1-14.
- Santos, L. B. & Lima, J. V., 2019. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. 2nd Ed., revised and updated. Lisbon: Instituto Universitário Militar.
- Siddi, M., 2020. EU-Russia Energy Relations. *ResearchGate*, pp. 1-25.
- Strategic Perspectives, 2026. *EU Gas Insight*. <https://strategicperspectives.eu/eu-gas-insight/>.
- TV Europa, 2025. *Acordo comercial UE-EUA sobre importações de energia pela UE aos EUA*. <https://www.tveuropa.pt/noticias/acordo-comercial-ue-eua-sobre-importacoes-de-energia-pela-ue-aos-eua/>.

- United Nations, 2015. *Paris Agreement*. https://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf.
- University of Plymouth, 2026. *What is energy security?*.
<https://www.plymouth.ac.uk/discover/what-is-energy-security>.
- Yergin, D., 2006. Ensuring Energy Security. *Foreign Affairs*. Volume 85, No.2, pp. 69-82.
- Yergin, D., 2020. *The New Map: Energy, Climate, and the Clash of Nations*. London: Penguin Books Limited UK.
- Zielińska, K., 2022. Israel's Mediterranean gas: the potential for gas export to Europe and the dynamic of regional cooperation. *OSW Commentary, Number 466*, pp. 1-10.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA DE CIÊNCIAS MILITARES (RCM)

1. A *Revista de Ciências Militares (RCM)* é uma publicação de caráter científico, com indexação aprovada pela SciELO – *Scientific Electronic Library Online*, que compreende trabalhos de autores nacionais e internacionais, e destinada a um público nacional e internacional.
2. A RCM tem como principal objetivo, no âmbito das Ciências Militares, olhar para as questões da Segurança e da Defesa, em geral, e da Estratégia, Operações e Administração das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, em particular, tanto no plano nacional como internacional. De forma complementar, constitui-se como um fórum de reflexão, debate e divulgação da produção académica, científica e de investigação realizada no Instituto Universitário Militar (IUM), através da apresentação de temas e artigos de relevante qualidade, interesse e oportunidade.
3. A decisão de publicar os artigos científicos submetidos à RCM é do Comandante do IUM – sob proposta da Direção Editorial – depois de sujeitos a uma plataforma para deteção de inconformidades e do parecer favorável da avaliação de, pelo menos, dois “revisores” externos (*peer review*) em regime de duplo anonimato (*double-blind*). Nesta avaliação os artigos podem ser classificados como: *Sim, sob a forma atual; Sim, sofrendo algumas correções; Não deve ser publicado*.
4. A notificação do resultado é efetuada por correio electrónico ao(s) autor(es), e é acompanhada pelas fichas de avaliação elaboradas pelos revisores científicos.
5. A Direção Editorial reserva-se o direito de promover e publicar entrevistas, debates, reflexões e incluir artigos de revisão, estudos de caso, recensões e conclusões de seminários ou *workshops*, no âmbito temático da RCM, não estando estas contribuições sujeitas à avaliação de revisores externos.
6. A RCM é editada em duplo formato, digital (*e-book*, versão integralmente bilingue, no sítio do IUM) e impresso.
7. As **normas de autor/redação** constam numa publicação de uma das Linhas Editoriais do IUM, e estão disponíveis no respetivo sítio, especificamente:

Fachada, C. P. A., Ranhola, N. M. B., Marreiros, J. P. R., & Santos, L. A. B. (2020). *Normas de Autor no IUM* (3.^a ed., revista e atualizada). IUM Atualidade, 7. Lisboa: Instituto Universitário Militar. Retirado de [https://www.ium.pt/s/wp-content/uploads/CIDIUM/IESM-IUM%20Atualidade/IUM%20Atualidade%20N.%C2%BA07%20-%20\(3.%C2%AA%20Ed.,%20rev.%20e%20atualizada\)%20-%20Regras%20e%20Normas%20de%20Autor%20no%20IUM.pdf](https://www.ium.pt/s/wp-content/uploads/CIDIUM/IESM-IUM%20Atualidade/IUM%20Atualidade%20N.%C2%BA07%20-%20(3.%C2%AA%20Ed.,%20rev.%20e%20atualizada)%20-%20Regras%20e%20Normas%20de%20Autor%20no%20IUM.pdf)

8. Conforme indicado – quer no sítio do IUM, que versa as Normas de Autor (disponível em https://www.ium.pt/?page_id=5712#), quer na publicação elencada no ponto 7. –, os artigos devem ser acompanhados por uma declaração de originalidade e uma ficha de identificação do artigo/autor.

PUBLICATION GUIDELINES OF THE *PORTUGUESE JOURNAL OF MILITARY SCIENCES*

1. **The Portuguese Journal of Military Sciences is a scholarly/scientific journal, indexed by SciELO – Scientific Electronic Library Online**, which publishes studies by Portuguese and foreign authors aimed at national and international audiences.
2. Its scope being the field of Military Science, the *Portuguese Journal of Military Sciences* deals with Security and Defence issues, especially with the Strategy, Operations, and Administration of the Portuguese Armed Forces and the *Guarda Nacional Republicana*, both at home and abroad. It is also a forum where the academic, scientific, and research work carried out at the Military University Institute (IUM) can be reflected on, discussed, and disseminated by highlighting relevant, interesting, and timely themes and articles.
3. The IUM Commander is responsible for the decision to publish the scientific articles submitted to the *Portuguese Journal of Military Sciences* at the proposal of the Editorial Board, after the articles have been checked for discrepancies using an automated software and once they have been approved by at least two external “referees” (peer review) in a double-blind system. The articles can receive an evaluation of: “Accepted in its current form”; “Accepted after some revision”; “Should not be published”.
4. The author(s) receive an email informing them if their article has been accepted and a file with the reviewers’ comments and suggestions.
5. The Editorial Board reserves the right to disseminate and publish interviews, discussions, and reflections, including review articles, case studies, reviews, and conclusions of seminars or workshops within the themes covered by the *Portuguese Journal of Military Sciences*. These contributions do not undergo external peer-review.
6. The *Portuguese Journal of Military Sciences* is published in two formats: digital (fully bilingual e-book available on the IUM website - English and Portuguese) and in print (in the original Portuguese).
7. The **author/article guidelines** have been published in one of the issues of the IUM Editorial Lines, and can be downloaded from the IUM website:

Fachada, C. P. A., Ranhola, N. M. B., Marreiros, J. P. R., & Santos, L. A. B. (2020). Normas de Autor no IUM [Author rules] (3.^a ed., revised and updated). IUM Atualidade, 7. Lisboa: Instituto Universitário Militar. Retrieved from [https://www.ium.pt/s/wp-content/uploads/CIDIUM/IESM-IUM%20Atualidade/IUM%20Actuality%20N.%C2%BA07%20-%20\(3rd%20Ed.,%20rev.%20and%20 updated\)%20-%20IUM%20Author%20Guidelines%20\(EN\).pdf](https://www.ium.pt/s/wp-content/uploads/CIDIUM/IESM-IUM%20Atualidade/IUM%20Actuality%20N.%C2%BA07%20-%20(3rd%20Ed.,%20rev.%20and%20 updated)%20-%20IUM%20Author%20Guidelines%20(EN).pdf)

8. As stated in the IUM website - where the full Publication Guidelines can be downloaded (available from: <https://www.ium.pt/container/100>) - and in the issue listed in point (7), the articles must be accompanied by a declaration of originality and the article/author identification form.

REVISORES CIENTÍFICOS A CUJO PARECER SE RECORREU NO ANO DE 2025

SCIENTIFIC REVIEWERS WHO CONTRIBUTED THEIR TIME AND EXPERTISE IN THE YEAR OF 2025

Professora Doutora Maria Sarmiento Coelho, Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa - Universidade Lusíada

Professora Doutora Licínia Maria dos Santos Simão, Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra

Professor Doutor José Luís Rocha Pereira do Nascimento, ISCSP – Universidade de Lisboa

Professora Doutora Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva, ISCSP – Universidade de Lisboa

Professor Doutor Hugo Filipe Dinis Policarpo, Escola Naval

Professor Doutor Daniel Cardoso, Universidade Autónoma de Lisboa

João Nuno Frazão, Faculdade de Direito da Universidade NOVA de Lisboa

General de Brigada (Mestre) Glauco Corbari Corrêa, Exército Brasileiro

Brigadeiro-general Joaquim Manuel de Mira Branquinho, Exército Português

Coronel (Doutor) Paulo Rebelo Manuel, Guarda Nacional Republicana

Coronel (Doutor) Luís Manuel Brás Bernardino, Exército Português

Coronel (Doutora) Maria da Luz Neves Madruga Alves dos Santos Matos, Força Aérea Portuguesa

Coronel (Mestre) Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro, Força Aérea Portuguesa

Coronel Pedro Miguel da Silva Costa, Força Aérea Portuguesa

Tenente-coronel (Mestre) Rui Jorge Roma Pais dos Santos, Exército Português

Tenente-coronel (Doutora) Paula Alexandra Veiga Gonçalves, Força Aérea Portuguesa

Tenente-coronel (Doutor) Tiago Miguel Gonçalves da Silva, Guarda Nacional Republicana

Tenente-coronel (Doutor) Luís Filipe Pratas Quinto, Exército Português

Tenente-coronel (Mestre) Nelson Miguel Gonçalves Ferreira, Exército Português

Major (Doutora) Ana Patrícia Gomes, Força Aérea Portuguesa

Capitão-tenente (Mestre) Susana Cristina Pereira da Rocha, Marinha Portuguesa



Editorial: revistacienciasmilitares@ium.pt

Telefone: (+351) 213 002 100

Morada: Rua de Pedrouços – 1449-027 Lisboa



Capa

Composição Gráfica

Tenente-Coronel TINF Rui José da Silva Grilo

Sobre aguarela de

Tenente-General Vitor Manuel Amaral Vieira